

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**Ativismos Antiausteridade:
Protestos Nacionais em Transformação?**

Cristina Oliveira Nunes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Orientador:

Doutor Joaquim Domingos Gil Nave, Professor Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2017



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**Ativismos Antiausteridade:
Protestos Nacionais em Transformação?**

Cristina Oliveira Nunes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Composição do Júri

Presidente: Doutor Nuno de Almeida Alves, Professor Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (por delegação)

Vogais:

Doutor Elísio Guerreiro do Estanque, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Doutor José Alberto de Vasconcelos Simões, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutor Tiago Roma Fernandes, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar Convidada do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Orientador: Doutor Joaquim Domingos Gil Nave, Professor Auxiliar ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Joaquim Gil Nave a dedicação e o acompanhamento próximo que me deu ao longo de todo este trabalho de investigação. Sem o seu apoio, esta pesquisa teria sido muito mais difícil de realizar.

Agradeço também à Fundação para a Ciência e a Tecnologia o apoio financeiro concedido para levar a cabo uma pesquisa sobre um período importante do protesto político e social da sociedade portuguesa contemporânea.

Uma palavra de agradecimento também para todos os meus entrevistados. Sem os seus testemunhos, esta pesquisa não teria sido possível.

Por último, quero agradecer aos meus amigos e familiares que me acompanharam neste percurso.

RESUMO

Os anos de 2011 a 2013 foram marcados por elevados níveis de contestação social e política contra as medidas de austeridade acordadas entre o Governo português e a Troika (BCE, CE e FMI) que deram origem às maiores manifestações de rua ocorridas nas últimas décadas. Surgiram novos grupos de ativistas e novas formas de estruturação da ação coletiva. Internacionalmente, este período coincide com o despontar da Primavera Árabe, do 15M e do *Occupy Wall Street*, mobilizações onde os *social media* desempenharam um papel fundamental na construção e disseminação do contencioso político. A este nível, o ciclo de protestos vivido em Portugal acompanha algumas das tendências internacionais, fator que evidencia uma rutura com os modos de organização da ação coletiva dos atores políticos ‘tradicionais’, que historicamente se situam mais próximos deste tipo de contestação. Contudo, verifica-se também alguma permanência nos vínculos e ligações às redes de ativistas de momentos de protesto anteriores, assim como no suporte que lhes foi conferido pelos partidos políticos de esquerda e as organizações sindicais. São estas as continuidades e descontinuidades que nos propomos analisar ao longo desta pesquisa.

Palavras chave: ação coletiva; antiausteridade; ativistas; ciclo de protestos; grupos de protesto; movimentos sociais; *social media*.

ABSTRACT

The years of 2011-13 are recognized in Portugal by the high levels of social and political protest against austerity policies decided by the Government and the Troika (IMF, UE and ECB). New groups and new forms of protest emerged, giving rise to the biggest street demonstrations of last decades. Meanwhile, international politics was being disturbed by the Arabian Spring, 15M (Spain) and Occupy Wall Street mobilizations, wherein social media played an important role in the construction and dissemination of the protest. From this point of view, the cycle of protest arising in Portugal fit in to the international tendencies of rupture with old forms of collective action and activism of political actors historically supportive of these kinds of protest movements. However, the Portuguese case also exhibits evidence on continuities, mostly with regard to links and relationships to networks of activists from previous protest waves, as well as to support provided by left wing political parties and trade unions. These continuities and discontinuities are discussed and analyzed throughout this thesis.

Keywords: activists; anti-austerity; collective action; cycle of protests; protest groups; social media; social movements.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

CAPÍTULO 1

O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL EM DEBATE: DOS ANOS 60 ATÉ À ATUALIDADE	6
---	----------

1.1. A efervescência social e política dos anos 1960 e 1970 – As teorias da mobilização de recursos, do processo político e dos ‘novos’ movimentos sociais	7
1.2. Eixos de convergência e divergência nas abordagens dos movimentos sociais	18
1.3. O conceito de movimento social em mutação	22

CAPÍTULO 2

A IDENTIDADE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS.....	29
--	-----------

2.1. A conceitualização da identidade coletiva	31
2.2. As identidades nos movimentos pela justiça global.....	37
2.3. Do ‘movimento dos movimentos’ ao ‘movimento dos cidadãos’: (des)continuidades identitárias?	46

CAPÍTULO 3

TRANSNACIONALISMO NOS PROTESTOS E ATIVISMOS DO SÉCULO XXI	53
--	-----------

3.1. Novos contextos, novos desafios	54
3.2. Processos de transnacionalização da ação <i>contenciosa</i> contemporânea	57
3.3. De <i>Seattle</i> a Porto Alegre e dos ‘Indignados’ ao <i>Occupy Wall Street</i>	61

CAPÍTULO 4

O PAPEL DA INTERNET E DOS <i>SOCIAL MEDIA</i> NOS PROTESTOS E ATIVISMOS CONTEMPORÂNEOS.....	67
--	-----------

4.1. A era dos movimentos sociais em rede	69
4.2. O impacto das TIC nos ciclos pela justiça global e antiausteridade: de um dispositivo de comunicação a uma nova forma de organização da ação coletiva.....	73
4.3. Da lógica em rede à lógica de agregação	80

CAPÍTULO 5

UM ITINERÁRIO ANALÍTICO E METODOLÓGICO ENTRE ATIVISTAS E PROTESTOS ANTIAUSTERIDADE EM PORTUGAL..... 83

- 5.1. Os temas em análise e as hipóteses de investigação 84
- 5.2. O objeto de estudo empírico: as técnicas de pesquisa e as manifestações e os ativistas que tornaram possível esta investigação 87

CAPÍTULO 6

O PROTESTO POLÍTICO E SOCIAL EM PORTUGAL 94

- 6.1. Do Fórum Social Português à defesa dos direitos sexuais 96
- 6.2. A importância dos temas da precariedade laboral e do desemprego no protesto político..... 98
- 6.3. O início dos protestos antiausteridade: a ‘geração à rasca’ 100
- 6.4. A acampada do Rossio e a manifestação de 15 de Outubro de 2011 105
- 6.5. O 15 de Setembro de 2012 e o 2 de Março de 2013 107

CAPÍTULO 7

PERFIS E PERCURSOS DOS ATIVISTAS ANTIAUSTERIDADE..... 111

- 7.1. A escola e a família: lugares importantes no despertar do ativismo 112
- 7.2. Do movimento antipropinas até aos movimentos pela justiça global 113
- 7.3. Da contestação pela interrupção voluntária da gravidez à luta contra a precariedade 115
- 7.4. Da precariedade à austeridade: entre “novos” e “velhos” ativistas..... 118
- 7.5. Entre *a razão e a emoção*: representações sobre a organização e construção dos movimentos sociais e grupos de protesto 122
- 7.6. Ser ativista: consequências noutras esferas da vida 127
- 7.7. Semelhanças e contrastes nos perfis e percursos dos ativistas..... 130

CAPÍTULO 8

ORGANIZAÇÃO E AÇÃO: GRUPOS DE PERTENÇA E MODOS DE CONSTRUÇÃO DOS PROTESTOS COLETIVOS..... 132

- 8.1. O 12 de Março e a criação do movimento 12M..... 132
- 8.2. Grupos de protesto emergentes no pós 12 de Março 138
- 8.3. Que se Lixe a Troika: uma ‘nova’ fase de organização das ações de protesto?..... 145
- 8.3.1. A segunda fase do Que Se Lixe a Troika: transformações na estrutura organizativa.. 149

8.3.2. O declínio do Que Se Lixe a Troika.....	151
8.3.3. Diferentes dinâmicas regionais nos protestos Que Se Lixe a Troika.....	153
8.4. O contributo dos <i>social media</i> na criação de um ciclo nacional de protestos.....	158
8.5. Coletivos e redes de protesto auto-organizados: que expressão?.....	161

CAPÍTULO 9

ENTRE O REAL E O VIRTUAL: LIGAÇÕES INTERNACIONAIS DOS ATIVISTAS E GRUPOS DE PROTESTO.....	165
9.1. As redes de solidariedade entre ativistas	166
9.2. Rumo a um internacionalismo virtual?	171
9.3. Um ciclo internacional de ativismos líquidos?	177

CAPÍTULO 10

RELAÇÕES ENTRE GRUPOS DE PROTESTO, PARTIDOS POLÍTICOS E ORGANIZAÇÕES SINDICAIS.....	180
10.1. Representações sobre a influência dos partidos políticos nos protestos antiausteridade.....	183
10.2. Significados sobre as relações com as organizações sindicais.....	190
10.3. Entre a autonomia e a dependência face aos atores políticos institucionais?.....	194
CONCLUSÃO	197

BIBLIOGRAFIA	203
---------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O ano de 2011 foi marcado pelo início de um conjunto de mobilizações contra as medidas de austeridade propostas no âmbito do acordo estabelecido entre o Governo português e a chamada Troika (Banco Central Europeu [BCE], Fundo Monetário Internacional [FMI] e Comissão Europeia [CE]), que ficaram conhecidas como as maiores manifestações desde o 25 de Abril de 1974, organizadas à margem dos partidos políticos e dos sindicatos, atores, em geral, predominantes no campo do protesto político e social em Portugal.

A nível internacional, o despontar destes protestos coincide com a vaga de contestação da Primavera Árabe, do Movimento 15 de Maio em Espanha (15M), com as mobilizações na Grécia e do *Occupy* nos Estados Unidos da América. Estes movimentos da crise (Della Porta e Mattoni, 2014) centram-se nas questões da economia, da democracia e da política. O aparecimento e utilização dos *social media* marcam uma diferença e rutura com ciclos de protesto anteriores, nomeadamente com os movimentos pela justiça global emergentes no início do século XXI.

A nível nacional, os grupos de protesto que irromperam neste período seguem algumas das tendências enunciadas, quer ao nível dos temas e causas a que se dedicam, quer no que concerne à influência dos *meios de autocomunicação de massas* (Castells, 2013). No entanto, as “novas” expressões e culturas de protesto estão sempre ancoradas aos espaços nacionais onde emergem e são também influenciadas pelas tradições de ativismo existentes. Assim, partimos do pressuposto que o ciclo de mobilizações antiausteridade em Portugal apresentará ruturas, mas também continuidades com o passado e terá certamente as suas especificidades locais.

Para iniciarmos a descoberta das suas continuidades e ruturas, e tendo como referência empírica as 4 grandes manifestações de rua que ocorreram no país entre 2011 e 2013, traçámos como objetivos tentar responder às seguintes questões, que focam alguns dos temas recorrentes no estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva, nomeadamente, quem são os atores, como se organizaram e quais as suas ligações internas e externas:

- Quem são os atores que compõem este ciclo de protestos (identidades e participantes)? A finalidade será a de conhecer os ativistas que ajudaram a construir estes eventos, assim como os seus percursos e perfis, desenvolvendo uma análise mais centrada nas suas biografias do que nos grupos de protesto que estes abraçaram, embora os dois níveis de análise se sobreponham e, muitas vezes, sejam simultaneamente abordados.

- Como se organizam? De que meios e recursos dispõem para levar a cabo as suas ações (organização e mobilização de recursos)? Estamos perante um novo paradigma de organização da ação coletiva onde os meios de mobilização são baseados nos *meios de autocomunicação de massas* (Castells, 2013), criando aquilo a que Bennet e Segerberg (2012) designam de *redes de protesto auto-organizadas* sob a *lógica da ação conectiva*? Neste campo, será assim valorizada a função desempenhada pelos *social media* no desenvolvimento das iniciativas de larga escala.
- Que relações foram estabelecidas com grupos de ativistas de outros países (transnacionalização da ação)? Pretende-se assim averiguar os níveis de internacionalização dos seus repertórios de ação.
- Que relações mantêm com os atores políticos institucionais (designadamente com os partidos políticos e as organizações sindicais mais próximos deste tipo de mobilizações)? Sendo que, muitas vezes, um dos motes principais das manifestações foi o seu carácter apartidário, numa sociedade em que os partidos políticos de esquerda e as organizações sindicais são quase sempre importantes nas mobilizações de rua, é também importante compreender, neste período, as interações e as relações mantidas entre estes atores e os ativistas que organizaram os protestos.

Estes objetivos expressaram-se nos principais temas que procurámos desenvolver ao longo da nossa pesquisa e estiveram na base de construção do enquadramento teórico e das hipóteses de investigação.

Contudo, antes de iniciarmos estes debates, pensámos que seria importante, no capítulo 1, discutir as diferentes abordagens teóricas em torno do conceito de movimento social. O objetivo não é o de verificar empiricamente a existência de um movimento social ou de movimentos sociais no cenário dos protestos antiausteridade em Portugal, mas dar a conhecer os diferentes debates existentes no âmbito dos estudos dos movimentos sociais e da ação coletiva. Neste quadro, as discussões em torno do conceito de movimento social permitem-nos proceder a uma retrospectiva dos principais contributos desde a década de 1960 e mostrar como os paradigmas vêm evoluindo, conduzindo também à perda de centralidade da definição do conceito de movimento social.

O capítulo 2 foca-se no tema de quais são as identidades e quem são os protagonistas que formam os movimentos sociais e/ou grupos de protesto. Começa-se assim por explorar um debate importante que tem atravessado diferentes olhares teóricos sobre os processos e fatores que levam os indivíduos a construir uma identidade conjunta na defesa de uma determinada causa. Convém também esclarecer que não é nossa finalidade averiguar as

manifestações empíricas do conceito de identidade coletiva nos protestos portugueses, mas este debate contribuiu para a consolidação do nosso olhar sobre os indivíduos que, em concreto, formaram os grupos de protesto como agentes que estão em constante processo de negociação sobre as estratégias de mobilização e ação adotadas. Na segunda parte deste capítulo, abordamos o tema das identidades quer nos movimentos pela justiça global, quer nos protestos antiausteridade. Esta abordagem comparada permite-nos observar que alguns autores (Juris, 2012; Calhoun, 2013; Romanos, 2013) valorizam a permanência nos movimentos da crise (Della Porta e Mattoni, 2014) de ativistas da justiça global que trazem para este novo ciclo as suas experiências passadas. Estas análises permitiram-nos descortinar a importância dos ativistas com percursos de longa duração e da sua passagem por diferentes ciclos de protesto e observar também que, do ponto de vista identitário, os protestos antiausteridade na sociedade portuguesa são compostos por “velhos” e “novos” ativistas.

Estando perante a presença de protestos que se inspiraram nas sublevações da Primavera Árabe – como foi o caso do Protesto da Geração à Rasca – ou que surgiram através de convocatórias internacionais – como, por exemplo, a manifestação de 15 de Outubro de 2011, que respondeu ao apelo de celebração dos 5 meses de existência do movimento 15M em Espanha – optámos por dedicar o Capítulo 3 aos processos de transnacionalização da ação coletiva contenciosa partindo dos contributos edificados pelos teóricos do processo político. A segunda parte deste capítulo incorpora novamente reflexões sobre os movimentos pela justiça global e os chamados movimentos da crise (Della Porta e Mattoni, 2014).

Os temas da transnacionalização dos protestos políticos são cada vez mais difíceis de dissociar do desenvolvimento e avanço dos meios digitais, nomeadamente dos *social media*, e da sua relevância na estruturação e organização da ação contenciosa contemporânea. Como veremos no capítulo 4, se, no caso dos movimentos pela justiça global, não se colocava a hipótese das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estarem a transformar radicalmente a sua natureza e formação, esta hipótese é já claramente avançada, por autores como Castells (2013) e Bennet e Segerberg (2012), para os protestos mais recentes.

Neste nível de análise, defende-se que os *social media* proporcionam novas formas de organização das manifestações que permitem, em tempo real, uma rápida expansão das ações e uma construção de protestos onde se adotam os mesmos objetivos e os mesmos *slogans* de contestação entre pessoas fisicamente distantes, mas não se partilham posições teóricas que assumem que estes movimentos surgem na internet, são virais e que tendem a enfatizar demasiado o seu carácter espontâneo ou inorgânico. No entanto, é inegável que os *social media* facilitam a organização dos eventos, nomeadamente porque diminuem a necessidade de

intervenção de um número elevado de recursos materiais e humanos. A utilização intensiva das redes sociais da internet foi uma característica do ciclo português antiausteridade e, neste contexto, desencadearam novos processos de construção das manifestações e podem ter contribuído para a edificação de um ciclo de protestos nos termos definidos por Tarrow (1998).

O capítulo 5 é dedicado à contextualização metodológica e ao desenho da pesquisa que se desenvolveu de acordo com uma lógica de investigação iminentemente qualitativa. Expõem-se as principais hipóteses de investigação, assim como as técnicas de recolha de informação utilizadas, onde elegemos a entrevista semidirectiva, e explanam-se os critérios de delimitação do objeto de estudo empírico e de seleção dos entrevistados.

Posteriormente, procede-se a uma retrospectiva dos protestos das últimas décadas na sociedade portuguesa até chegar às iniciativas antiausteridade (capítulo 6). Os capítulos subsequentes são dedicados à análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos organizadores das maiores manifestações de contestação à austeridade. Esta análise empírica tenta corresponder ao enquadramento teórico e às hipóteses de investigação avançadas. Em primeiro lugar, traçam-se os perfis e percursos dos ativistas, demonstrando que, apesar de ser um ciclo de contestação composto por “velhos” e “novos” atores, os ativistas de continuidade, ou seja, que atravessam, desde há alguns anos, diferentes momentos de protesto, têm um papel importante na (re)construção dos vínculos e ligações entre os protagonistas do contencioso político (capítulo 7). Segue-se a observação dos modos de organização e construção dos grupos de protesto edificados pelos ativistas e a constatação do contributo fundamental dos *social media* na criação nacional de um ciclo de protestos e até na expansão internacional da ação coletiva (capítulo 8). A utilização dos *social media* facilitou o apelo à mobilização nos eventos de larga escala e acelerou o contágio internacional dos chamados ‘eventos gatilho’ (Della Porta e Kriesi, 2009 [1999]). Assim, o capítulo 9 foca-se nas relações estabelecidas entre ativistas portugueses e estrangeiros. Do ponto de vista das ligações internacionais, os processos de *difusão não relacional* assumiram um papel mais importante do que os de *difusão relacional* (Della Porta e Tarrow, 2005), fator que ajuda a explicar o facto de estarmos perante um ciclo internacional marcado por uma certa fluidez e liquidez das relações entre ativistas. Esta é, por exemplo, uma das diferenças observadas face ao ciclo dos movimentos pela justiça global, onde os encontros e reuniões mundiais face a face foram fundamentais na constituição de uma dinâmica de contestação mundial. Por último, no capítulo 10, com ancoragem no contexto nacional, reflete-se sobre as relações entre grupos de protesto, partidos políticos e organizações sindicais.

As opções empíricas trilhadas no âmbito desta pesquisa, combinadas com a abordagem teórica seguida, permitir-nos-ão compreender e observar que, em Portugal, o ciclo de contestação emergente, nos anos de 2011 a 2013, foi marcado por continuidades e descontinuidades ao nível das identidades, dos modos de organização e construção da ação coletiva contenciosa dos ativistas e grupos de protesto. É com base na reflexão sobre estas continuidades e descontinuidades que construiremos as perspetivas conclusivas deste trabalho de investigação.

CAPÍTULO 1

O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL EM DEBATE: DOS ANOS 60 ATÉ À ATUALIDADE

Neste capítulo tentar-se-á proceder a um mapeamento das diferentes abordagens sobre o conceito de movimento social no âmbito dos principais paradigmas teóricos dos movimentos sociais¹.

A discussão terá como marco cronológico os debates iniciados nas décadas de 1960 e 1970 em torno dos movimentos que ficaram conhecidos, sobretudo na sociologia europeia, como ‘novos’ movimentos sociais. Nos Estados Unidos da América (EUA), a contestação social e política levada a cabo pelo movimento dos direitos civis contribuiu para o surgimento das Teorias da Mobilização de Recursos (TMR) e do Processo Político (TPP), assim como, na Europa, os protestos emergentes no Maio de 1968 conduziram à construção das análises em torno dos ‘novos’ movimentos sociais.

Estes contributos ficaram consagrados no que se convencionou apelidar de paradigmas norte-americano e europeu e até às décadas de 1980-1990 foram observados como antagónicos no estudo dos movimentos sociais. A partir de então passaram, segundo alguns autores (Cohen, 1985; Della Porta e Diani, 1999; Diani, 1992), a ser perspetivados como convergentes e complementares na análise de diversos fatores, nomeadamente na conceção avançada face à noção de movimento social - analisado como um tipo de ação peculiar, distinto de um conjunto abrangente de outras formas de ação coletiva, que apenas se realiza perante a junção de determinadas condições.

Mas se foi em meados dos anos de 1980-1990 que surgiram as análises que tentam conciliar ambos os paradigmas foi também por volta desta época que se elaboraram as suas principais críticas, dirigidas sobretudo à TPP que se expandiu até à sociologia dos movimentos sociais desenvolvida em diversos países europeus e mencionada por alguns investigadores como sendo hegemónica na análise dos processos de mobilização coletiva (Jasper, 2012; McDonald, 2006). Mas se, desde a década de 1990 até à atualidade, os debates continuam a construir olhares críticos face aos ‘paradigmas dominantes’, nomeadamente pela sua abordagem macroestrutural dos fenómenos de ação coletiva e dos movimentos sociais,

¹ O presente capítulo foi também publicado em Nunes, Cristina (2014), "O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, (Online), 75. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/1596>

também não é menos verdade que os contributos mais recentes continuam a ser fortemente influenciados pelos seus enfoques.

Um dos eixos que avançamos para discussão é de que, ao longo dos últimos anos, à medida que as diferentes análises se movem de uma vertente macroestrutural para uma mais microcultural (Jasper, 2012), a análise do significado concetual de movimento social e de novas propostas sobre a sua definição parecem ir perdendo centralidade nas recentes abordagens da sociologia dos movimentos sociais.

As discussões atuais tendem a sublinhar a importância da subjetividade identitária ou da experiência pública do *self*, e, em certa medida, da passagem da importância do coletivo ao individual (McDonald, 2004, 2006) ou até mesmo em torno da importância das emoções no desenvolvimento dos protestos das sociedades atuais (Goodwin, Jasper e Poletta 2000; Jasper, 2012).

Assim, uma das questões que colocamos para debate é se estas recentes tendências poderão estar, por um lado, a construir caminhos de análise que transformam as abordagens tradicionais da noção de movimento social ou se, por outro, a utilização da sua terminologia concetual estará a ser preterida na análise dos processos de ação coletiva contemporâneos.

1.1. A efervescência social e política dos anos 1960 e 1970 – As teorias da mobilização de recursos, do processo político e dos ‘novos’ movimentos sociais

No plano social e político, a emergência da TMR é indissociável do surgimento do movimento dos direitos civis nos EUA, assim como no plano teórico da crítica às diferentes variações das teorias do comportamento coletivo, em particular no que respeita à perspectiva da privação relativa, da teoria da sociedade de massas e do estrutural-funcionalismo de Smelser (Mayer, 1995).

Os fenómenos de ação coletiva e os movimentos sociais tendiam a ser caracterizados pelos teóricos da sociedade de massas como o resultado da frustração e do descontentamento generalizado de indivíduos socialmente desenraizados que poderiam ser facilmente conduzidos para a adesão a fenómenos de massa irracionais. No estrutural-funcionalismo de Smelser, enfatizava-se também a análise dos movimentos sociais enquanto produto de disfunções sociais provocadas por desequilíbrios no sistema societal (Cohen, 1985; Della Porta e Diani, 1999).

Contudo, nos anos 1960, as análises do comportamento coletivo, onde algumas perspectivas tentavam formular respostas para a emergência de fenómenos guiados pelo

extremismo político como o nazismo, começam a perder importância e a ser rejeitadas como explicações plausíveis para os fenômenos de protestos coletivos que então emergiam.

O contexto de efervescência política desencadeado pelo movimento dos direitos civis nos EUA, a par da sua capacidade estratégica e organizacional para reivindicar para a população afro-americana os direitos sociais e políticos vigentes para os membros da comunidade branca, conduzia a que os teóricos da TMR (McCarthy e Zald, 1977) propusessem uma abordagem racional, estratégica e organizacional dos movimentos sociais (Cohen, 1985).

A TMR começou por recusar a análise dos movimentos sociais enquanto fenômenos de agregação de indivíduos movidos por sentimentos de irracionalidade e partiu da premissa de que os atores envolvidos na contestação coletiva são guiados pela ação racional onde medem a relação dos custos-benefícios do seu compromisso e mobilizam estrategicamente os recursos necessários – materiais e imateriais – para atingirem os seus objetivos (McCarthy e Zald, 1977). No que respeita ao movimento dos direitos civis, o objetivo seria o de garantirem o abandono de um contexto de exclusão social e política através da igualdade de acesso aos direitos sociais e políticos e aos órgãos de poder político institucionais vigentes para a população branca (Cohen, 1985; Porta e Diani, 1999).

Para McCarthy e Zald (1977), os movimentos sociais representam um tipo de ação coletiva onde a participação de organizações que apoiam as suas causas é fundamental para o seu sucesso e o alcance das metas traçadas. Aliás, a enunciação da visão estratégica e racional de McCarthy e Zald (1977: 1217) sobre os movimentos sociais não se reflete claramente na formulação do conceito de movimento social - que os autores definem como “...um conjunto de opiniões e crenças comuns a uma população que representa preferências pela mudança de alguns elementos da estrutura social e/ou pela distribuição de recompensas numa sociedade” - mas sobretudo na importância conferida às organizações de movimentos sociais que desempenham um papel importante na mobilização dos recursos necessários para a obtenção dos objetivos delineados pelos movimentos sociais. Os autores definem organização de movimento social como “uma organização complexa, ou formal, que identifica os seus objetivos com as preferências de um movimento social, ou de um contramovimento², e tenta implementar esses mesmos objetivos” (1977: 1218). Na distinção entre movimento social e organização de movimento social os autores recorrem ao exemplo do movimento dos direitos civis “...que continha uma larga porção de indivíduos que apoiavam o movimento e

² Os autores definem contramovimento como “um conjunto de opiniões e crenças de uma população que se opõe a um movimento social (1977: 1218).

desejavam *justiça para os negros americanos* e um número de organizações que apoiava o movimento...”.

Segundo McCarthy e Zald (1977), o sucesso das organizações de movimento social depende dos recursos económicos e humanos que conseguem reunir e captar. Os autores também reconhecem a importância de outro tipo de recursos (como o conhecimento, o acesso aos *media*, a solidariedade e o reconhecimento da legitimidade e da autoridade junto das populações) mas é principalmente através dos meios económicos que se consegue estabelecer uma ligação profissional e contínua dos indivíduos às organizações e se concretiza o sucesso dos movimentos sociais.

Na década de 1970, nos EUA, surgiam também os primeiros contributos associados à TPP através de Charles Tilly e da sua obra “*From Mobilization to Revolution*” (1978). Neste livro são lançadas as bases de uma teoria que, ao longo de décadas, tem vindo a sofrer atualizações e a ser utilizada com algumas variações analíticas por diferentes autores norte-americanos e europeus (Jenkins and Klandermans, 1995; Kriesi, 1995; McAdam, 1996; Della Porta e Rucht, 1995; Tarrow, 1998, entre outros).

A TPP tem sido analisada como integrando uma abordagem racional dos movimentos sociais (Porta e Diani, 1999), mas que, ao invés da TMR, se concentra não na mobilização dos recursos internos aos movimentos sociais mas dos que lhes são externos, ou seja, é valorizado o ambiente político que os rodeia para compreender os fatores que possibilitam ou dificultam a sua expansão (Tarrow, 1998). A partir desta enunciação da mobilização de recursos externos decorre a importância que a TPP confere à caracterização do contexto político institucional para explicar quer a emergência de episódios de protesto ocasionais, quer de movimentos sociais, quer ainda das características e configurações que os moldam ao longo dos seus percursos.

Deste modo, a apreensão das condições em que um movimento social emerge implica inerentemente a compreensão da *estrutura de oportunidade política* (Tarrow, 1998) vigente numa determinada sociedade. No âmbito da TPP, Tarrow (1998) foi um dos autores que concedeu especial atenção ao conceito de *estrutura de oportunidade política*, embora o autor atribua a génese do conceito a Eisinger (1973) e afirme que as bases do seu enquadramento concetual se encontrem em “*From Mobilization to Revolution*” (Tilly, 1978). De acordo com o autor (Tarrow, 1998), é neste livro que Tilly constrói um conjunto de fatores que podem (ou não) fomentar a mobilização. Estes estabelecem-se em torno dos eixos ‘ameaça-oportunidade’ e ‘facilitação-repressão’ que o contencioso político e, em particular, os movimentos sociais enfrentam por parte dos governos nacionais e sistemas políticos.

Estes elementos não só permitem analisar um dos temas centrais no seio da TPP - que fatores auxiliam a construção de determinadas formas de ação política contenciosa³ em cada estado-nação e em cada momento histórico -, assim como também ajudam a compreender as dimensões que propiciam o sucesso ou o insucesso dos movimentos sociais. Contudo, é principalmente sobre o binómio ‘ameaça-oportunidade’ que Tarrow (1998: 19) define as noções de oportunidades como “...dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou nacionais – da luta política que encorajam as pessoas a envolverem-se no contencioso político”. O autor entende “por constrangimentos políticos (...) fatores – como a repressão, mas também a capacidade que as autoridades têm para apresentar uma frente sólida aos insurgentes – que desencorajam o contencioso”.

O conceito de *oportunidade política* é ainda composto por quatro dimensões de análise que enunciam mudanças explicativas para a emergência do contencioso político e, num nível de ação coletiva mais elaborado, dos movimentos sociais (1998:77), a saber: - “a abertura do sistema político” (de acordo com Tarrow os indivíduos são seres dotados de racionalidade que não contestam os opositores quando as oportunidades são reduzidas ou provavelmente resultarão em fracasso); - “a instabilidade nos alinhamentos políticos das elites” (por exemplo, mesmo em regimes democráticos os Governos constituídos por coligações poderão desencadear formas de governação mais frágeis e marcadas pela instabilidade, fator que poderá propiciar ‘oportunidades’ para a emergência da contestação); - “divisão das elites marcada por divergências de governação que conduzem à procura de aliados no contencioso político emergente fora da esfera política institucional”. Tarrow (1998) afirma que, regra geral, aliados importantes do contencioso político dentro do sistema político institucional são os partidos de esquerda, principalmente os da nova esquerda e as organizações sindicais. Portanto, o contencioso político ao criar alianças com os atores políticos formais poderá beneficiar de um maior acesso às instituições políticas; - por último, “a capacidade e a propensão do Estado para a repressão” influenciam também o tipo de contestação emergente nas sociedades. Segundo McAdam (1996) - autor que abraçou igualmente a TPP - são as transformações nas dimensões supracitadas que despoletam os processos de ação política contenciosa, cujo desencadeamento é assim afetado pelas ‘oportunidades políticas’ que os atores defrontam no terreno.

³ A ação coletiva contenciosa é o tipo de ação subjacente aos protestos ocorridos numa sociedade que põem em causa a autoridade dos organismos governamentais. Os movimentos sociais também comportam este tipo de recurso, mas não se esgotam na sua utilização (Tarrow, 1998).

No entanto, para os precursores da TPP, a maioria das formas de contencioso político que ocorrem numa sociedade não podem ser tratadas como movimentos sociais (Tilly e Tarrow, 2006). Estes apenas emergem quando estamos perante ‘um desafio sustentado dirigido aos detentores do poder, em nome de uma população que vive sob a jurisdição desses detentores do poder, através de sucessivas demonstrações públicas de respeitabilidade, unidade, número e compromisso: no mínimo os movimentos sociais envolvem uma interação contínua entre os opositores e os detentores do poder’ (Tilly, 1999: 256).

Assim, o conceito de movimento social implica uma definição dos adversários e a constituição de um processo de ação coletiva consecutivo que tenta ter consequências políticas por um determinado período. Esta noção de movimento social, como um processo que comporta um ‘desafio sustentado’, envolve paralelamente ‘sucessivas demonstrações públicas’ e ‘interações contínuas com os detentores do poder’, determina que os autores da TPP (Tilly e Tarrow, 2006: 45) incluam uma série de ações que os constroem e cujas combinações os distinguem de meros eventos ou de episódios de protestos ocasionais. Esses processos são constituídos por: “- campanhas sustentadas de reivindicações; - um conjunto de *performances* públicas que incluem manifestações, comícios, criação de associações especializadas, de encontros públicos, de petições, de propaganda e *lobbying*” (compostos por aquilo que os teóricos da TPP anunciam de repertório de ação dos movimentos sociais); - “representações públicas concertadas de respeitabilidade, unidade, número e compromisso levadas a cabo através de manifestações com desfiles disciplinados e que suportam símbolos que anunciam a causa (tais como utilização de roupas, de signos, de evocação de slogans e de constituição de piquetes junto de edifícios públicos). Estes processos baseiam-se nas organizações, redes, tradições e solidariedades que sustentam estas atividades” (aquilo que os autores denominam de bases do movimento social).

Mas enquanto nas décadas de 1960 e 1970, nos EUA, o estudo dos movimentos sociais era fortemente influenciado pelo movimento dos direitos civis e pelas abordagens organizacional e política (TMR e TPP), na Europa as pesquisas centravam-se na análise dos protestos do Maio de 1968 em França que se estenderam a outros países incluindo os EUA, mas cuja ‘novidade’ identitária e cultural foi especialmente enfatizada pela sociologia europeia e pela teoria acionalista de Touraine (1978).

Em primeiro lugar, para se compreender o que Touraine entende ser ‘novo’ nos modos de contestação iniciados nos anos 1960-1970, é necessário ter em atenção a sua definição de movimento social, assim como a análise elaborada relativamente ao movimento operário, ator que desempenhou um papel importante nas sociedades industriais, enquanto produtor dos

principais conflitos sociais, e cujos atributos identitários se contrapõem aos ‘novos’ movimentos sociais.

Para o autor (1984), os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na transformação social e cultural das sociedades e, tal como na TMR ou na TPP, correspondem a um tipo de ação coletiva particular que os distancia de simples protestos populares ou, em alusão às correntes do comportamento coletivo, a fenômenos de massas guiados pelo pânico ou por contágio de modas. Touraine (1997: 128) refere-se também criticamente às abordagens da TMR ou da TPP quando afirma que os movimentos sociais não são meros comportamentos coletivos que mobilizam mecanismos estratégicos para atingir determinados fins: “o movimento social é muito mais que um grupo de interesses ou um instrumento de pressão política; ele põe em causa o modo de utilização de recursos e de modelos culturais”.

Para Touraine (1997: 128), a Sociologia não pode ceder a análises empiristas que tratam de explicar todas as formas de ação coletiva como movimentos sociais porque “...a noção de movimento social só é útil quando permite pôr em evidência a existência de um tipo muito particular de ação coletiva, através do qual uma categoria social, sempre particular, põe em causa uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, apelando a valores contra ela, a orientações gerais da sociedade que partilha com o seu adversário para assim o privar de legitimidade”. Esta reflexão do autor sintetiza a conjugação dos seus princípios definidores de movimento social, que nos permitirão distingui-lo de outros modos de ação coletiva. Assim só podemos considerar a existência de um movimento social mediante a articulação de três princípios: a definição do ator (princípio da identidade – I); a identificação do adversário social (princípio da oposição – O) e a referência a temas culturais comuns (princípio da totalidade – T).

A aplicação do seu conceito de movimento social começa por se reportar à análise do movimento operário, reconhecido por si como o motor do desenvolvimento da transformação e de um conflito central na sociedade industrial. Segundo Touraine (1997), o movimento operário conseguiu criar uma identidade estruturada e coerente, capaz de se opor e travar um conflito com um ou mais adversários sociais – neste caso, os industriais que controlavam e dominavam os modos e os meios de produção. Contudo, a simples enunciação do opositor não é suficiente para apreendê-lo, na sua totalidade, o seu conceito de movimento social. É necessário que o conflito que divide as duas partes se desenrole em torno da *Historicidade*⁴,

⁴ Touraine (1989: 12 e 47) define *Historicidade* como “a produção das grandes orientações normativas da vida social”, ou seja, “o conjunto dos modelos culturais que comandam as práticas sociais, mas somente quando veiculados através das relações sociais, que são sempre relações de poder”.

ou seja, por um lado, o ator coletivo, aqui representado pelo movimento operário, tem que “pôr em causa as orientações gerais da sociedade que partilha com o seu adversário e, por outro, deve lutar pelo controlo e transformação dessas mesmas orientações. Assim, só podemos falar em movimento social quando se realiza a conjugação “de um projeto cultural associado a um conflito social” (Touraine, 1997: 147). Para além de transportar um lado contestatário e antagonista, tem também que apresentar, ante o oponente, um contraprojeto.

De acordo com o autor, o movimento operário preencheu estas condições porque apesar de ter contestado o modo de gestão utilizado pelos industriais para dirigir o processo de industrialização das sociedades, de se ter digladiado contra o facto de o progresso económico não ser conduzido com a finalidade de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e de servir o bem-estar económico e social das populações, no momento em que se consolidou como um movimento social demonstrou simultaneamente a capacidade de conseguir extrair as transformações positivas e benéficas advindas da revolução industrial e de desejar erradicar os seus aspetos negativos.

No que respeita à sua conceção sobre os ‘novos’ movimentos sociais, embora o autor os diferencie por contraposição ao movimento operário – distinção esta que se encontra na génese da expressão ‘novos’ e ‘velho’ movimento social, em que os primeiros seriam animados pelos movimentos feministas, estudantis, pacifistas e ambientalistas e o último pelos trabalhadores industriais e agrícolas – as condições que poderão elevar estes novos movimentos a um autêntico movimento social são as mesmas delineadas para o movimento operário.

Apesar desta extensão concetual, o autor distingue radicalmente os ‘novos’ movimentos sociais dos ‘velhos’ movimentos sociais. Na sua ótica (Touraine, 1985: 774), tal como o movimento operário foi, de certa forma, o produto da sociedade industrial, os ‘novos’ movimentos seriam o resultado da sociedade *pós-industrial* ou *programada* em que os principais conflitos sociais já não girariam à volta da divisão capital/trabalho, do controlo dos meios materiais de produção e da dicotomia de classes, mas da produção simbólica de bens, da informação e da cultura. Assim, na passagem da sociedade industrial para a pós-industrial ou programada as formas de dominação e de poder transferir-se-iam da esfera material (assente nos conflitos económicos e do trabalho) para a esfera pós-material (baseada nos conflitos em torno das normas sociais e culturais). Os ‘novos’ movimentos sociais são animados por uma miríade de identidades, oriundas maioritariamente das classes médias, em que a rejeição das orientações culturais da sociedade substitui a contestação da privação e da defesa do bem-estar económico enquanto principal motor dos conflitos. Por outro lado, uma

das características atribuídas à sociedade programada é a do aumento da reflexividade dos atores sociais sobre os modos de condução das suas vidas pessoais e do *self*. Estas mudanças traduzem-se na emergência de atores coletivos menos ideológicos do ponto de vista político e mais centrados nas dimensões privada e individual (Cohen, 1985; Touraine, 1985).

Contudo, estas diferenças idiossincráticas entre ‘novos’ e ‘velho’ movimento não impossibilitam Touraine de colocar a hipótese de os ‘novos’ poderem vir a desempenhar um papel de transformação social não menos importante do que o movimento operário, onde a junção da diversidade das identidades coletivas, nomeadamente das identidades feminista, estudantis e ecologistas, corresponderia à união das faces ofensiva (operários menos qualificados) e defensiva (operários qualificados) do movimento dos trabalhadores e despoletaria um conflito central iniciado não nas fábricas e nos locais de trabalho, mas sobre os modelos de produção cultural e de conhecimento impostos pelos tecnocratas que governam as sociedades pós-modernas (McDonald, 2006).

Apesar do conceito de ‘novos’ movimentos sociais ser indissociável da análise de Touraine, autores como Offe (1985), Habermas⁵ (1986) ou ainda Melucci (1996) também refletiram sobre os movimentos sociais que despoletaram a partir do final dos anos 1960 e sobre as suas diferenças relativamente ao movimento operário.

A fase das sociedades ocidentais que Touraine apelida de pós-industrial para Habermas (1986) corresponde ao *capitalismo tardio*. É nas sociedades modernas ocidentais que se consolidam as funções sociais do Estado através da regulação das economias e da redistribuição dos rendimentos. Neste contexto, o Estado passa também a ter um papel fundamental enquanto garante da paz social, mediador e apaziguador dos conflitos sociais. No entanto, a consolidação do Estado Providência é acompanhada pelo desenvolvimento de um sistema estatal burocrático, racional e instrumental que se tende a infiltrar em todas as dimensões da vida em sociedade e a colonizar o que Habermas (1986) qualifica de *mundo da vida*, ou seja o espaço da reprodução simbólica, da interação e comunicação subjetiva dos indivíduos. É num sentido de oposição à colonização do espaço do mundo da vida pela racionalidade instrumental que surgem as condições para o aparecimento de novos protestos e movimentos sociais.

⁵ Ao inverso de Touraine e Melucci, Offe e Habermas não desenvolvem qualquer discussão concetual sobre o significado de movimento social. Sendo o nosso objetivo discutir o conceito de movimento social a partir das reflexões dos anos de 1960 e 1970, a análise em torno de Offe e Habermas cingir-se-á apenas às suas reflexões sobre os ‘novos’ movimentos sociais. Assim, por exemplo, no caso de Habermas excluir-se-á qualquer reflexão mais aprofundada sobre a teoria da ação comunicativa ou o conceito de mundo da vida.

Para Habermas (1986), tal como para os outros autores que teorizaram sobre os ‘novos’ movimentos sociais, estes protestos estabelecem-se em torno de questões que ultrapassam a esfera material e são impulsionados por uma nova classe média que tenta pôr em prática novas formas de ação e participação políticas.

No espectro das novas causas sociais e políticas, Habermas (1986) coloca um leque abrangente de atores onde se destacam os movimentos ambientalistas, juvenis, pacifistas ou aqueles que defendem modos de produção e de vida alternativos ao vigente nas sociedades dominadas pela racionalidade instrumental. Embora estes movimentos possam ser de natureza diversificada, Habermas (1986) coloca a hipótese de que serão eles a resistir e a combater a *colonização do mundo da vida* pela racionalidade instrumental, particularmente o seu domínio sobre a vida privada e individual, os papéis sociais e profissionais dos indivíduos e o paradigma consumista que predomina nas sociedades avançadas.

Na esteira de Habermas, Offe (1985) também sugere que os ‘novos’ atores coletivos são animados por uma nova classe média que age em nome de novas formas de conceção política e de temas reivindicativos que ultrapassam os direitos económicos e sociais elementares. Offe (1985)⁶ destaca-se, contudo, pela problematização das relações entre movimentos e classes sociais. O que caracteriza os ‘novos’ movimentos sociais é serem protagonizados por indivíduos provenientes de uma nova classe média altamente qualificada com recursos escolares elevados e que exerce a sua atividade profissional sobretudo no setor público. Esta nova classe média caracteriza-se por relações de trabalho duradouras e por uma estabilidade económica que lhe permitem avançar com protestos que atravessam as questões do ambiente, das relações de género ou ainda de assuntos que tradicionalmente permaneciam fora da discussão pública e da atuação dos movimentos sociais como, por exemplo, a identidade sexual, a saúde ou o corpo. Para Offe (1985), embora os membros desta nova classe média emergente sejam predominantes na constituição dos ‘novos’ movimentos sociais, nestes participam também quer indivíduos pertencentes à antiga classe média, por exemplo, artesãos e agricultores ameaçados pelo avanço técnico-científico, quer dos chamados grupos ‘desmercantilizados’, onde estão representados indivíduos com uma

⁶ Klaus Eder (1993) é um autor igualmente importante na análise das relações entre classes, ação coletiva e movimentos sociais. Na sua análise socorre-se do conceito de *habitus* desenvolvido por Pierre Bourdieu para ultrapassar o que considera ser uma visão dicotómica entre as perspetivas ‘objetivista’ e ‘subjetivista’ dos teóricos das classes sociais relativamente a estes temas. O conceito de *habitus* aplicado às formas de ação coletiva da pequena burguesia, principal protagonista dos novos movimentos sociais dos anos de 1960 e 1970, ultrapassa, na sua ótica, o hiato entre as duas perspetivas pois associa a análise das ‘disposições das estruturas objetivas e subjetivas’. Esta conexão entre os dois níveis de análise permite explicar as especificidades idiossincráticas dos protestos dos grupos que compõem a pequena burguesia, assim como a heterogeneidade identitária e temática dos novos movimentos sociais.

integração precária no mundo laboral ou inteiramente excluídos do mercado de trabalho (por exemplo, donas de casa ou jovens estudantes).

Na perspectiva de Offe, a junção destes grupos diferenciados – membros da velha classe média, dos grupos ‘desmercantilizados’ e dos indivíduos pertencentes à nova classe média - conduz a que os ‘novos’ movimentos sociais não ajam em nome de uma classe homogênea, tal como ocorria no movimento operário, mas na defesa de temas heterogêneos tanto de índole universalista como particularista e identitária. Esta transformação nas reivindicações dos movimentos sociais é um dos fatores que marca a passagem daquilo a que o autor enuncia de ‘velho paradigma político’, típico de organizações de interesses corporativistas e dos partidos políticos, ao ‘novo paradigma político’ construído pelos ‘novos’ movimentos sociais. No velho paradigma político predominavam as questões do crescimento e do bem-estar económicos, da segurança e da distribuição, assim como modos de organização da ação coletiva burocráticos, institucionais, verticais e centralizados. O novo paradigma político contrasta com o anterior por prosseguir repertórios de ação e processos de organização que Offe (1985) adjetiva de não institucionais, horizontais, descentralizados e com fraca diferenciação hierárquica dos papéis sociais dos seus membros e líderes. Na sua conceção, ao invés das organizações corporativistas e dos partidos políticos, estes atores não se relacionam com os seus adversários pela via da negociação ou do diálogo social mas principalmente pelo protesto e por formas de oposição dicotómicas – *agora/nunca, eles/nós, derrota/vitória, desejável/intolerável*, etc. Estes modos de conflitos são ainda um reflexo da ausência de coerência ideológica, política e temática e poderão não encaminhar os ‘novos’ movimentos sociais a uma realização concreta e efetiva dos seus anseios reivindicativos. Assim, na opinião de Offe, é necessário que os ‘novos’ movimentos sociais criem uma organização mais formal, assim como uma convergência entre os interesses distintos dos diferentes segmentos de classe que os compõem para que consigam estabelecer uma abordagem mais propositiva e uma maior concretização nas suas ações reivindicativas.

Ainda no âmbito das teorias dos ‘novos’ movimentos sociais, Melucci é frequentemente referido como um dos autores que mais contribuiu para o estudo das formas de ação coletiva contemporâneas. No entanto, em *Challenging Codes* (1996), a obra principal do autor onde expõe a sua abordagem construtivista da ação coletiva e dos movimentos sociais, Melucci distancia-se cautelosamente do termo ‘novos’ movimentos sociais argumentando que a sua designação provocou, muitas vezes, análises confusas e discussões estereis que pouco contribuiram para o desenvolvimento de um conhecimento analítico mais adequado e esclarecedor dos movimentos sociais contemporâneos. O autor (1996: 5) afirma

que “a novidade, por definição, é um conceito relativo que tem uma função temporária de indicar um número de diferenças comparativas entre as formas históricas de conflito de classe e as formas de ação coletiva emergentes nos dias de hoje. Mas se as análises e a investigação falharem em demonstrar os traços distintivos do que é novo, fica-se preso num debate árido entre os defensores e os críticos da novidade”. Assim, para Melucci (1996: 79), mais importante do que discutir o que é ‘novo’ e ‘velho’ nos movimentos sociais é tentar construir uma teoria sistémica e construtivista em que estes deixam de ser perspetivados como *unidades empíricas observáveis* e passam a ser observados como *categorias analíticas* que o analista propõe a partir da desconstrução de *generalizações empíricas*.

Tal como para o conjunto dos autores que desenvolveram uma noção concetual de movimento social, também para Melucci (1996: 28) um movimento social distingue-se particularmente de outros modos de ação coletiva. O seu conceito, comportando a conjugação de três princípios, aproxima-se do elaborado por Touraine: “um movimento é a mobilização de um ator coletivo (i) definido por uma solidariedade específica, (ii) envolvido num conflito com um adversário pela apropriação e o controlo dos recursos valorizados por ambos (iii) e cuja ação implica uma rutura com os limites de compatibilidade do sistema em que a ação tem lugar”.

A solidariedade evocada por Melucci na concretização de um movimento social, assim como para Touraine, só pode ser atingida pela constituição de uma identidade coletiva coesa - conceito fundamental no desenvolvimento da sua teoria - que não é qualificada de imutável mas como algo que exige processos e negociações constantes nos quais os movimentos sociais passam a maior parte do tempo envolvidos. Para Touraine, a identidade coletiva também era algo que necessitava de ser constantemente negociado e (re)construído e que, no caso do movimento operário, se traduzia em negociações frequentes entre as suas faces ofensiva e defensiva (Wieviorka, 2003). Por outro lado, Melucci (1996) enuncia igualmente a presença de dois atores opostos envolvidos num conflito pela apropriação e controlo dos recursos e de uma rutura com o sistema de ação que podem, num certo sentido, ser comparados aos princípios de oposição e de totalidade de Touraine. Mas, enquanto para o último autor, o conflito tinha de se situar ao nível da *Historicidade*, para Melucci este tem de produzir-se num dos sistemas que enformam a estrutura social. Esta é assim constituída por quatro sistemas (1996: 24): 1. “o sistema que garante a produção dos recursos de uma sociedade; 2. O sistema político; 3. O sistema organizacional; 4. O sistema reprodutivo ou o mundo da vida”. Os movimentos sociais distinguem-se assim por erigir e por estabelecerem conflitos ou tentar romper com os limites da compatibilidade nestes diferentes sistemas.

Embora a concepção de movimento social seja um dos elementos centrais na análise de Melucci (1985), o autor afirma que, no que concerne, por exemplo, às mobilizações pela paz e contra a energia nuclear dos anos 80 talvez seja mais adequado falar em ‘áreas de movimentos’ ou em ‘redes de movimentos’. O autor prefere assim utilizar o termo mobilizações pela paz e não o de movimentos pacifistas porque considera que estas são ações que emergem apenas de forma episódica e sobre temas muito específicos, em que participam grupos identitários diversos que tornam difícil estabelecer a sua unidade. O autor prefere ainda falar de ‘áreas de movimentos’ ou ‘redes de movimentos’ devido aos seguintes atributos: o âmbito global das causas e a realização na esfera individual dos membros através das experiências coletivas; o fenómeno da multiparticipação, portanto, a possibilidade de os ativistas abraçarem simultaneamente mais do que uma causa, e o seu envolvimento de curta duração ou parcial, ainda que os sentimentos de proximidade afetiva entre os membros se constituam como um aspeto motivador para a participação. O autor, comparando-os com outras formas de ação coletiva anteriores, declara que a principal diferença reside no facto de tanto no movimento operário da sociedade industrial como nos movimentos dos anos 1960-1970 ser possível encontrar ideais utópicos movidos pelo desejo da transformação histórica das sociedades, enquanto nos grupos dos anos 1980 a finalidade não é a de construir lutas políticas com o desejo de mudar o rumo da história. No entanto, Melucci (1985: 809), apesar de qualificar estas formas de ação coletiva como ‘desencantadas’ e ‘perdidas’, considera que no seu interior estarão também as bases para as mudanças futuras na ação coletiva e nos órgãos políticos institucionais.

Como veremos adiante, algumas das características anunciadas por Melucci como sendo apanágio dos grupos dos anos 1980 serão décadas mais tarde, com o despontar dos movimentos alterglobalização ou dos movimentos pela justiça global, igualmente apresentadas como ‘novos’ atributos no âmbito do estudo dos movimentos sociais (Pleyers, 2010; McDonald, 2004, 2006).

1.2. Eixos de convergência e divergência nas abordagens dos movimentos sociais

A partir dos anos 1980 inicia-se um período de reflexão sobre os eixos de análise convergentes e divergentes nas abordagens norte-americana e europeia. A primeira é destacada pela análise dos fatores que explicam *como* ocorrem os fenómenos de mobilização coletiva (Diani, 1992, Mayer, 1995), designada por *paradigma da estratégia* (Cohen, 1985) ou *macroestrutural materialista* (Jasper, 2012). A segunda identificada por observar *o*

porquê dos fenómenos de mobilização coletiva (Diani, 1992, Mayer, 1995), o *paradigma da identidade* (Cohen, 1985) ou *macroestrutural culturalista* (Jasper, 2012).

Quer a TMR, quer a TPP foram sistematicamente categorizadas como análises estruturais concentradas em contemplar o contexto organizacional (no caso da TMR) e político institucional (no caso da TPP) em que se desencadeia a *ação política contenciosa* e a partir da qual poderão despoletar os movimentos sociais. Segundo Jasper (2012), tanto a TMR como a TPP concebem os atores como indivíduos dotados de racionalidade e capazes de fazer escolhas estratégicas, mas negligenciaram os aspetos subjetivos e do foro emocional conducentes (ou não) ao seu envolvimento nos movimentos sociais. De acordo com o autor (2012: 12), “grande parte da crítica consistia no facto de que esta aproximação teórica ignorava as escolhas, os desejos e os pontos de vista dos atores: os potenciais participantes estavam dados como adquiridos e sentados somente à espera da oportunidade de atuar”. Uma das principais críticas é construída em torno do conceito de *estrutura de oportunidade política* e das suas diferentes dimensões pretenderem explicar causalmente o conjunto dos fatores facilitadores na construção de movimentos sociais, descurando as capacidades individuais e coletivas dos atores sociais para, em conjunto, construírem as oportunidades que podem desencadear a sua formação. Ainda segundo Jasper (2012), esta abordagem estrutural e organizacional não permitiu aos teóricos da TPP desenvolver uma análise sobre a importância dos processos de formação identitários na edificação dos movimentos sociais nem sobre os cenários temáticos culturais introduzidos pelos atores coletivos das décadas de 1960 e 1970.

No entanto, os teóricos da TPP reconheceram algumas das críticas que lhes foram dirigidas. Por exemplo, McAdam (1996) admitiu que o conceito de *estrutura de oportunidade política* foi utilizado de forma muito abrangente como variável que permite explicar em contextos nacionais muito diferentes as condições em que se formam a ação coletiva contenciosa e os movimentos sociais. O autor socorre-se ainda das críticas formuladas por Gamson e Meyer (1996) que sugerem que a excessiva *plasticidade* do conceito pode pôr em causa a sua exequibilidade: “... o conceito de oportunidade política enfrenta problemas, corre o risco de se tornar uma esponja que absorve virtualmente todos os aspetos do ambiente dos movimentos sociais - instituições políticas e cultura, crises de vários tipos, alianças e mudanças políticas - utilizado para explicar demasiado, em última análise, pode nada explicar”.

Gamson e Meyer (1996) consideram ainda que o conceito necessita de clarificação analítica e que, neste processo, devem ser tomados em consideração não só os fatores políticos mas também os culturais, porque se as oportunidades políticas influenciam o

despontar e os caminhos trilhados pela contestação política vivida em cada contexto nacional, os indivíduos, através das suas ações, também colaboram para a emergência do contencioso político.

Por outro lado, Jasper (2012), um dos autores americanos que mais criticou esta corrente, afirma que a partir dos anos 1980, os precursores da TPP tentam incluir os temas culturais nas suas teorias e que um dos conceitos que mais proporcionou esta mudança foi a introdução da noção de *'frame alignment'* e a ideia de que os indivíduos que organizam os movimentos sociais têm de construir significados culturais apelativos ao envolvimento de outros potenciais participantes.

Outro tema que sofreu reiteradas críticas no seio da TPP foi o de inicialmente não associar o conceito de identidade ao estudo dos movimentos sociais. Segundo McDonald (2002, 2006), nos anos 1990, o aumento da visibilidade na esfera pública da defesa dos temas culturais e identitários (grupos feministas, de defesa dos direitos sexuais, etc.) influenciou o interesse em estudar as questões da identidade. Deste modo, alguns investigadores associados (Taylor e Whittier, 1992) à TPP incorporaram nas suas pesquisas esta dimensão. McDonald (2006: 26-27) acrescenta que a pertinência em explorar os temas da identidade decorre de transformações políticas nos EUA "...onde num contexto de crescente pluralismo cultural as mobilizações políticas possuem cada vez mais o objetivo de criar o estatuto de minorias, usando efetivamente a "identidade" como recurso político e onde frequentemente a entrada de sucesso no sistema político requer constituir a "comunidade" como a "comunidade de surdos" ou a "comunidade gay". McDonald (2006: 26) tece ainda críticas ao modo como os teóricos da TPP concetualizaram a identidade: "como mais um recurso disponível para ser mobilizado" (no caso de Tilly), como "um fator que reduz os custos da mobilização ou organização" (em Tarrow) ou "um meio através do qual os movimentos politizam os seus membros" (Taylor and Whittier).

Comparativamente com as análises europeias sobre os 'novos' movimentos sociais, a esfera de influência da TPP sobre o pensamento de diferentes autores, incluindo europeus, foi sempre mais alargada, assim como as críticas que lhe foram dirigidas mais contundentes.

As reflexões europeias sobre os 'novos' movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 são, por vezes, criticadas pela excessiva ênfase colocada na novidade concetual destes atores coletivos: "Os movimentos (...) não eram inteiramente novos, especialmente nas suas táticas, nem estavam necessariamente mais orientados para o sentido cultural que o movimento laboral, especialmente nos seus começos" (Jasper, 2012: 22). Como observámos anteriormente, também Melucci (1996), um dos autores mais reconhecidos no âmbito dos

‘novos’ movimentos, acabou por abandonar a designação por considerar que nem sempre os debates surgidos à sua volta eram profícuos e mais importante que refletir sobre o que era novo no surgimento de cada movimento social, era tentar enquadrá-lo de acordo com o contexto social, político, económico e cultural da sua época.

Por outro lado, segundo Jasper (2012), Touraine, o precursor da designação ‘novos’ movimentos sociais reservou para os movimentos da sociedade pós-industrial ou programada o mesmo papel central ao nível da *historicidade* outrora atribuído ao ‘velho’ movimento social da sociedade industrial e, em última instância, o mesmo conceito de movimento social. Para Jasper (2012), quando Touraine tentou operacionalizar esta hipótese, através do método da intervenção sociológica, os ‘novos’ movimentos sociais dos anos 1960-1970, auscultados através do método da intervenção sociológica, rejeitaram-na e não se identificaram com a ideia de transportarem uma identidade coletiva congruente e de um contraprojeto comum que teria como finalidade opor-se e estabelecer um conflito com os tecnocratas da sociedade programada, assumindo antes que cada um deles possuía o seu próprio programa específico.

Mas sendo as teorias norte-americanas e europeias aparentemente antagónicas nas suas abordagens sobre os movimentos sociais, em que dimensões de análise poderão convergir?

Para o conjunto dos autores abordados, os movimentos sociais são analisados como um tipo de ação coletiva peculiar. Estes iniciam-se fora da esfera política institucional e transportam sempre um conflito entre pelo menos dois opositores (Diani, 1992). Todavia, a noção de conflito é interpretada em diferentes sentidos: por exemplo, para Touraine o conflito tem de se situar ao nível da *historicidade*, ou seja, não só tem de pôr em causa os modelos normativos sociais e culturais vigentes como tem de guiar a sua transformação; no caso de Melucci, o conflito tem de pôr em causa e combater o sistema de dominação (Diani, 1982); no que respeita à TPP, envolve claramente um conflito entre os indivíduos que formam uma comunidade (lado não institucional) e as instituições que o governam (lado institucional). Na definição de movimento social da TMR não existe declaradamente a referência a um conflito entre duas partes, manifesta-se antes o sentido de desejo de mudança nalguns elementos da estrutura social. Esta ideia de que os movimentos sociais apelam sempre a mudanças nas sociedades está ainda presente nas reflexões de outros autores convocados na nossa análise e que propuseram uma definição concetual de movimento social: em Touraine corresponde a transformações nos modelos normativos sociais e culturais, em Melucci a ruturas nos sistemas de dominação e na TPP a mudanças no sentido das formas de governação. Por outro lado, a conceção de movimento social como envolvendo duas partes antagónicas implica, em

Touraine e em Melucci, a constituição de uma identidade coletiva coesa e homogênea e que, de acordo com o último autor, origina a solidariedade. Já na TPP, à qual foram dirigidas críticas pela pouca importância atribuída inicialmente ao tema da identidade, o facto de se declarar que os movimentos sociais combinam uma série de estratégias para atingir os seus objetivos onde figuram ‘sucessivas demonstrações públicas de respeitabilidade, unidade, número e compromisso’, convoca um reconhecimento da importância de fatores que advogam no sentido de uma convergência sustentada dos envolvidos nas ações dos movimentos sociais. Por último, para a TMR (1977), um movimento social pressupõe a existência de “um conjunto de opiniões e crenças comuns a uma população”, ou seja, a partilha de um quadro mental comum é também uma das condições necessárias à sua formação.

Assim, tal como sugere Diani (1982), embora as diferentes perspetivas teóricas invoquem diferentes fatores na explicação do desenvolvimento dos movimentos sociais é possível apreender elementos confluentes nos modos de construção analítica da noção de movimento social.

1.3. O conceito de movimento social em mutação?

Após a consagração dos modelos teóricos explanados anteriormente e dos respetivos processos de análise críticos que estão sempre associados à consolidação de todo e qualquer paradigma, em décadas mais recentes, o estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva volta a ser animado por um conjunto de novos debates teóricos sobre os chamados movimentos alterglobalização ou movimentos pela justiça global.

O objetivo principal destas reflexões não é o de analisar os fatores macroestruturais que influenciam e explicam o surgimento das formas de protesto contemporâneas mas evidenciar o estudo das ‘microfundamentações da ação política e social’ (Jasper, 2012) dos movimentos sociais. O seu propósito, ao contrário das teorias edificadas sobre os movimentos dos anos 1960 e 1970, não é tanto o de perspetivar os movimentos sociais como os principais atores da transformação social e cultural das sociedades, ou como as mudanças nos sistemas políticos institucionais os influenciam, ou ainda de distinguir o ‘movimento social’ de outras formas de protesto ou mobilização coletiva, mas sobretudo o de sublinhar aspetos como a importância da *afirmação da subjetividade identitária e da expressão da identidade individual* (McDonald, 2004, 2006), das *redes ou dos compromissos individualizados* (Pleyers, 2010) ou das *emoções* no desenvolvimento das formas de ação coletiva contemporâneas (Goodwin, Jasper e Poletta, 2000), características que, quando enfatizadas no

estudo dos movimentos sociais, parecem ser contraditórias com os atributos de ‘coletivo’ ou ‘identidade coletiva’ que normalmente lhe estão associados.

A discussão do conceito de ‘movimento social’ e da sua singularidade face a outros modos de ação coletiva tem vindo a perder a centralidade outrora tida nos paradigmas das décadas de 1960 e 1970, ou seja, a preocupação atual dos investigadores não é tanto a de definir o que é um movimento social ou os fatores que levam à sua formação mas a de refletir sobre as principais características e tendências das formas de ação coletiva contemporâneas. Por exemplo, autores como McDonald (2004) afirmam, mas sem avançar com uma proposta teórica, que para designarmos os conflitos atuais se deve substituir o termo ‘*movimento social*’ por ‘*experiência no movimento*’, aludindo ao papel crucial que considera que a identidade individual possui no desenvolvimento e na construção dos protestos e mobilizações coletivas contemporâneas. No entanto, a sua proposta de passagem do conceito de ‘*movimento social*’ a ‘*experiência no movimento*’ permanece ambígua e não chega a ser concretizada de acordo com a construção de um modelo de análise concetual ou da enunciação de um conjunto de condições que permitam esta transformação do conceito. Aliás, o autor quando se refere a ‘*experiência no movimento*’ não renuncia inteiramente ao conceito de movimento social, apenas enfatiza o papel da identidade individual como se cada um no movimento mais do que estando preocupado em viver uma experiência coletiva, estivesse a interagir com os seus pares para vivenciar algo individual e a realizar-se mais em termos pessoais do que coletivos.

Por outro lado, embora se tenham produzido críticas categóricas face aos paradigmas dos anos 1960 e 1970, sobretudo direcionadas para a TMR e para a TPP, estes continuam a delinear os rumos das discussões atuais e a contribuir para a construção dos alicerces dos debates através da recuperação de alguns elementos que os autores contemporâneos consideram ser vitais para a prossecução das suas análises.

McDonald (2006) e Pleyers (2010) constroem as suas reflexões sobre os movimentos pela justiça global na esteira da teoria acionalista de Touraine (Jasper, 2012; McDonald, 2006). McDonald (2006) afirma recuperar o conceito de identidade de Touraine como um campo de tensões para defender que nos conflitos em torno da globalização é necessária uma mudança paradigmática que substitua os termos de *solidariedade* e *identidade coletiva* pelos de *fluidéz* e *experiência pública do self*. No seu estudo de caso sobre as formas de construção e atuação dos grupos de ação direta juvenis nos protestos pela justiça global, o autor sugere que estes grupos formam-se sobretudo em torno de ligações de amizade, de intimidade e de horizontalidade que se aproximam da constituição de laços em rede e fluidos e se afastam das

relações formais, verticais e burocratizadas avançadas pelo ‘velho movimento social’ ou, ainda nos dias de hoje, pelas organizações sindicais. Na sua ótica, os participantes na ação direta envolvem-se na formação de ‘grupos de afinidade’ com objetivos de contestação de curta duração e limitados no tempo que, na maioria das vezes, findam assim que terminam os protestos, mas que estando baseados em relações afetivas são sempre que necessário, no futuro, reativados. As suas principais formas de atuação durante os protestos, ao invés dos grupos baseados em formas de organização formais e verticais, são as performances teatrais, a dança, o ritmo e a expressão corporal e, por conseguinte, a rejeição da utilização de símbolos que prolongam e defendem uma identidade coletiva que se manifesta em cortejos organizados hierarquicamente. Nestes grupos, é ainda rejeitada a nomeação de líderes e de construção de propostas comuns a todos os membros do grupo e, para McDonald (2004), o que é valorizado não são ‘as experiências do nós mas do eu com o outro’.

Também na conceção de Pleyers (2010), as iniciativas pela justiça global apoiam-se na criação de *redes* e de *compromissos individualizados*. O autor divide as ‘identidades’ do movimento em ‘racionais’, as que se estabelecem em torno das organizações formais que desempenham o papel de peritagem técnica e crítica sobre o funcionamento das organizações políticas e económicas internacionais, e os atores que escolhem a via da *subjetividade e da criatividade* e que se orientam pelos princípios definidos por McDonald (2006). Segundo Pleyers (2010), estes são ativistas ‘*da experiência e do sentir*’ onde os objetivos imediatos do protesto não passam tanto pela dimensão política mas mais pelas dimensões cultural e individual, ou seja, a sua finalidade é a de criar espaços de vida autónomos que consigam opor-se às formas de dominação económica e cultural do modelo de globalização neoliberal. No entanto, apesar de Pleyers (2010) sublinhar o papel da defesa do *self* e da subjetividade identitária nos movimentos pela justiça global, Jasper (2012: 24) afirma que sendo este “fiel à linha de Touraine, tenta encontrar no movimento globalfóbico um grande esforço para controlar a historicidade que combate a tecnocracia dos Estados e das empresas”.

Jasper (1998) também desenvolve um campo de pesquisa, ainda que não seja especificamente sobre os movimentos pela justiça global, tendo em atenção a importância das emoções no estudo dos movimentos sociais. O autor afirma que a importância do lado emocional, subjetivo e menos racional dos atores foi sistematicamente negligenciado no estudo dos movimentos sociais e tenta demonstrar como os fatores subjetivos (sobretudo as emoções reativas e afetivas) podem influenciar o percurso dos movimentos sociais, ajudar a compreender as suas dinâmicas internas (as relações entre ativistas, os seus processos de interação e de negociação) e de como as ligações afetivas que se vão gerando ao longo do

tempo entre ativistas que partilham o mesmo grupo e/ou ideário afetam, por vezes, o percurso do grupo (a coesão interna ou a sua ausência). O autor defende ainda que a pesquisa sobre a influência da vertente emocional nos movimentos sociais deve incidir sobre diferentes níveis e dimensões: desde a estrutura de oportunidade política (como é que os fatores políticos influenciam o desenvolvimento e a estruturação de emoções nos grupos de protesto), à formação de identidades (como é que as emoções influem nos processos de constituição e de afirmação das identidades), até à compreensão dos processos através dos quais os movimentos sociais podem transformar as culturas emocionais dos ativistas e das comunidades onde se desenvolvem.

A exposição dos contributos destes autores evidencia como a partir dos anos 1990, no caso de Jasper (1998) e mais recentemente, nos casos de McDonald (2006) e Pleyers (2010), a pesquisa sobre os grupos de protesto, mobilizações coletivas e movimentos sociais tem-se concentrado mais do que no passado no estudo das dinâmicas e processos microsociais que os enformam, acentuando, por vezes, a importância de fatores – como a subjetividade identitária ou a importância da individualidade – que pareciam lograr a abordagem científica destes fenómenos. Mas, se a importância de determinados temas se tem acentuado no estudo dos movimentos sociais – a questão da subjetividade identitária, da fluidez das formas de organização e funcionamento dos modos de mobilização coletiva –, perspetivá-los como atributos inteiramente ‘novos’ e apenas reconhecíveis nas formas de ação coletiva contemporâneas, poderá ser uma abordagem excessivamente entusiástica de tentar trazer para as discussões de cada ‘novo’ ciclo de protesto a novidade concetual já encontrada em protagonistas de outros cenários conflituais. Esta é uma discussão que perdura, desde os anos 1960, na sociologia dos movimentos sociais: o que é ‘novo’ e ‘velho’ nos movimentos sociais ou ainda, mais recentemente, o que é ‘novíssimo’ (Freixa, Pereira e Juris, 2009). Debate através do qual se pode orientar a seguinte interrogação: sempre que se (re)inicia um ciclo de protestos as discussões tendem a cumprir o propósito de (re)inventarem e de descobrirem o que é ‘novo’? Ou talvez de recorrer à dicotomia ‘novo’/‘velho’ para compreender e diferenciar a natureza social e cultural dos grupos de protesto que emergem.

Muitas das características enunciadas como pertencentes às formas de protesto e mobilização coletivas das sociedades atuais eram já anunciadas como apanágio dos ‘novos’ movimentos sociais dos anos 1960 e 1970. Por exemplo, a presença da heterogeneidade das identidades nos protestos contemporâneos, a tendência para a constituição de grupos adeptos das formas de democracia participativa que funcionam de forma assembleária e horizontal, onde existe uma tendência para a não nomeação de líderes e para a constituição de processos

de tomada de decisão por consenso, eram já atributos perspetivados como ‘novos’ nos atores coletivos dos idos anos 1960 e 1970 (Cohen, 1985). Offe (1985) observou-os como propulsores do “novo paradigma de ação política” por contraposição ao ‘velho’ tipificado na ação das organizações sindicais e dos grupos socioeconómicos corporativistas: o primeiro é baseado na “informalidade, espontaneidade e no baixo grau de diferenciação vertical”, e o segundo manifesta-se através da “organização formal e de associações representativas de larga escala” (Offe citado por Plotke, 1995: 117).

Ainda que as reflexões dos anos 1960-1970 se concentrassem na influência das transformações de larga escala e das estruturas sociais nos movimentos sociais, a referência de autores como Touraine, Habermas e Melucci aos ‘novos’ movimentos sociais como atores que incluem as preocupações com a esfera privada, íntima e individual parecia antever, num certo sentido, os contornos das reflexões dos autores contemporâneos que se tendem a centrar em micro abordagens que enfatizam o papel do indivíduo e da sua subjetividade na construção dos movimentos sociais.

Determinadas características atribuídas aos grupos de protesto e de mobilização contemporâneos podem não ser inteiramente novas mas também é inegável que, nos últimos 40 anos, as sociedades atravessaram mudanças sociais políticas, económicas e culturais que poderão ter contribuído para os tornar cada vez mais como marcos de análise fundamentais no estudo dos movimentos sociais. Com o consolidar da sociedade de informação e em rede, do papel das TIC na transformação de todas as dimensões da vida em sociedade e também dos movimentos sociais (Castells, 2002), características como a cultura das redes, da fluidez e da horizontalidade poderão estar cada vez mais a influir nas dinâmicas de constituição, organização e funcionamento dos movimentos sociais.

Ao longo das últimas décadas, o estudo dos movimentos sociais foi atravessado por diferentes debates que permitiram pensar os movimentos sociais, os grupos de protesto de ativistas e as mobilizações sociais e políticas dos cidadãos a partir de diferentes ângulos. Do lado das teorias norte-americanas, num sentido mais racionalista e organizacional, a TMR destacou os fatores da mobilização de recursos (humanos, monetários, comunicacionais) e o papel das organizações como fundamentais ao desenvolvimento dos movimentos sociais. Tendo sido criticada por propagar uma visão excessivamente racional dos fenómenos da ação coletiva, demonstrou, contudo, que não é possível pensar a ação dos movimentos sociais, dos protestos ou até de uma manifestação por mais espontânea que seja ou pareça sem a ativação de determinados meios. Sem dúvida que nas sociedades atuais a mobilização dos recursos

disponíveis pode assumir outros contornos, nomeadamente com a possibilidade de acesso às TIC e aos *social media*.

Ainda do lado norte-americano, a TPP demonstrou como os sistemas políticos podem influenciar a forma como emergem os movimentos sociais, assim como os percursos que trilharam numa determinada sociedade. Embora o conceito de *estrutura de oportunidade política* tenha sido desde sempre alvo de diversos argumentos desfavoráveis e da pertinência do seu modelo analítico de apoio continuar a ser criticada (McDonald, 2006), num contexto de crescente erosão dos poderes políticos e económicos dos estados-nação, a sua exequibilidade concetual não seria ainda mais facilmente posta em causa? Ou seja, que pertinência teria a *estrutura de oportunidade política* nacional na explicação do desenvolvimento dos movimentos sociais num contexto global em que os opositores nacionais dariam lugar aos opositores internacionais? Mas num exercício de reflexão oposto, se pensarmos sobre os protestos antiausteridade no Sul da Europa - em que a contestação envolve processos de oposição híbridos ao nível dos poderes nacionais como internacionais, não continuará a ser útil convocar o conceito de estrutura de oportunidade política para explicar as diferentes dinâmicas de protesto que emergem nos diferentes contextos nacionais? E se observarmos especificamente as mobilizações que surgiram na sociedade portuguesa, o conceito de *estrutura de oportunidade política* não auxiliará na compreensão da emergência de novos grupos de protesto e de níveis de mobilização difíceis de verificar em tempos anteriores?

Do ponto de vista dos teóricos dos ‘novos’ movimentos sociais, apesar de todas as controvérsias, a utilidade em diferenciar os ‘novos’ e os ‘velhos’ de diferentes épocas a partir de uma abordagem cultural e de compreender como os movimentos sociais estão carregados não só de dimensões estratégicas e racionais mas também de valores culturais e sentimentais. Estas perspetivas demonstraram como as questões da formação da identidade afetam as continuidades e descontinuidades dos movimentos sociais (Melucci, 1996) ou ainda como matérias do foro privado, íntimo e individual começaram a constituir-se como fazendo parte do repertório de discussão e ação dos movimentos sociais (Offe, 1985; Habermas, 1986; Melucci, 1996).

Comum a todas estas abordagens foi a importância e a centralidade atribuída ao conceito de movimento social. Como vimos anteriormente, apesar de todas as diferenças foi possível encontrar pontos de análise convergentes entre as suas diferentes conceções: a presença da noção de conflito, da existência de duas partes que se opõem, de uma identidade partilhada e de uma ação que exige uma certa continuidade e coesão num determinado

momento e que, neste sentido, vai além do significado de um protesto ou de uma manifestação. Todavia, se a enunciação e a necessidade de clarificação do conceito de movimento social era uma preocupação dos diferentes autores dos anos 1960 e 1970, atualmente, como hipótese, parece não se constituir como uma discussão central nos debates sobre os movimentos sociais. Ainda que autores como McDonald (2006) afirmem que, por exemplo, para se compreender os conflitos na globalização é necessário substituir o termo *movimento social* por *experiência no movimento*, a sua conceção de movimento social define-se mais pela exclusão daquilo que não é do que pela afirmação daquilo que o compõe. Também para autores como Pleyers (2010) ou Jasper (1998), a definição de ‘movimento social’ não se constituiu como um elemento central das suas análises, que se debruçam sobretudo nos aspetos e nas características que se têm vindo a acentuar nos protestos e mobilizações contemporâneas. A tendência de algumas linhas de pensamento é a de examinar as dinâmicas internas de funcionamento e organização dos grupos de protesto e/ou de procurar explicar as ‘microfundamentações da ação social e política’ (Jasper, 2012), apropriando-se muitas vezes de contributos já existentes, mas não muito explorados, e não tanto a de propor novos conceitos para abordar as realidades atuais das formas de protesto e mobilização coletiva. Estas têm sido qualificadas cada vez mais de redes fluidas, horizontais e descentralizadas onde a defesa da subjetividade identitária é muito importante para o envolvimento dos indivíduos. São estas particularidades que hipoteticamente poderão tornar menos necessária e mais difícil de estabelecer a unidade empírica a que nos habituámos ser essencial para definir o que é um movimento social. Estará assim a noção de movimento social, entendida num ‘sentido tradicional’, a atravessar um processo de transformação ou de erosão?

CAPÍTULO 2

A IDENTIDADE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

No capítulo “O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade” foi salientado, ainda que sob diferentes perspetivas e de forma mais ou menos implícita, que a existência de um movimento social pressupõe a constituição de uma identidade coletiva. Mas se, nos anos de 1960 e de 1970, esta noção estava subjacente à definição de movimento social, a sua discussão concetual tornou-se mais intensa no início dos anos de 1990. A partir desta década foi crescente o interesse em compreender os processos e os fatores que podem conduzir os indivíduos a construir uma identidade conjunta para agirem em prol de um objetivo partilhado⁷.

Num artigo intitulado *Collective Identity and Expressive Forms*, David Snow (2001) ilustra bem a importância, a determinada altura, da concetualização da identidade coletiva no estudo dos movimentos sociais: “Se existem expressões e conceitos chave que podem ser identificados para capturar o espírito animador de diferentes épocas, então certamente um conceito candidato para o último quarto de século é o de identidade coletiva”. Poletta e Jasper (2001) acrescentam ainda que o entusiasmo pelo tema da identidade coletiva foi, por um lado, estimulado por reações negativas às linhas de explicação macroestrutural, onde os aspetos subjetivos, motivacionais e menos racionais ficaram frequentemente excluídos da análise dos fenómenos de ação coletiva e, por outro, pela maior criatividade e complexidade identitárias envolvidas nos movimentos sociais contemporâneos. Segundo os autores, o tema da identidade coletiva pretende problematizar, entre outras, as seguintes questões: a identidade coletiva, enquanto fator motivacional, pode ser uma explicação plausível para além dos chamados incentivos seletivos propostos por Olson (1998) para o problema do *free-rider*; ao contrário do entendido pela TMR e pela TPP, as estratégias e a instrumentalidade das ações podem também ser entendidas a partir da noção de identidade coletiva; o conceito permite ainda abordar o tema das consequências culturais dos movimentos sociais que foi negligenciado pelos modelos macroestruturais.

Apesar de avançarem que a problematização da identidade coletiva questiona um conjunto de temas não anteriormente tratados no âmbito das teorias dos movimentos sociais, os autores (Poletta e Jasper, 2001) advertem para o facto de o conceito ter sido utilizado

⁷ Excertos deste capítulo foram publicados em Nunes, Cristina (2017) “Ciclos de contestação transnacionais – dos movimentos pela justiça global aos protestos anti-austeridade: os casos de Portugal e Espanha”, em Conceição Pequito Teixeira (coord.), *O Sistema político Português - Uma Perspectiva Comparada*, Principia, pp. 263-283.

abusivamente como permitindo preencher uma série de questões omitidas pelos paradigmas macroestruturais, ou seja, como matriz de compreensão para todos os aspetos que ficaram por explicar pelas abordagens racionais, instrumentais e político-institucionais.

Como veremos em seguida, os debates em torno da identidade coletiva nos movimentos sociais são, muitas vezes, abstratos e revelam alguma relutância em definir as fronteiras do que é ou não é a identidade coletiva. Este é também um conceito que pode conter uma certa ambiguidade: por um lado, apela a conexões contínuas entre os indivíduos ao longo de um determinado período de tempo e, por outro, invoca relações de negociação e de transformação entre os atores e até uma certa tensão entre o eu individual e o nós coletivo (Della Porta e Diani, 1999).

Além da complexidade concetual envolvida na discussão da identidade coletiva, tem de se considerar, tal como para o debate proposto para o conceito de movimento social, que as análises microsociais vieram também destacar a importância da expressão da individualidade e da subjetividade identitárias nos movimentos sociais contemporâneos. À medida que se intensificaram as análises em torno dos procedimentos através dos quais se forma uma identidade coletiva, enfatizou-se também que o papel do *self* e do indivíduo é mais importante do que no passado. Este é um tema recorrente nos estudos sobre as identidades que constituem os movimentos pela justiça global. Assim, após a exposição sobre as principais noções de identidade coletiva propostas sobre os movimentos sociais contemporâneos, segue-se a análise do tema das identidades nos movimentos pela justiça global. O objetivo não é tanto o de compreender a natureza e os processos através dos quais se forma a identidade coletiva, até porque dificilmente encontraríamos a unidade necessária para verificarmos a emergência de uma identidade coletiva transnacional que acompanha os momentos de contestação realizados em diferentes espaços nacionais, mas mapear e decompor o pensamento dos autores contemporâneos que refletiram sobre o tema. Por outro lado, sendo que o ciclo de protestos antiausteridade sucedeu o da justiça global, é nosso objetivo compreender que continuidades e/ou discontinuidades ao nível das identidades podemos observar quando comparamos os dois períodos de contestação: que características identitárias comportam os atores envolvidos nas duas fases de contestação? Em termos de participação, estamos perante a presença dos mesmos atores coletivos? Que semelhanças e diferenças encontramos entre os movimentos pela justiça global e o ciclo dos movimentos da crise (Della Porta e Mattoni, 2014)? Estas são algumas questões que procuraremos tratar ao longo deste capítulo.

2.1. A concetualização da identidade coletiva

Alberto Melucci (1996) é um dos autores mais referidos no debate sobre a identidade coletiva nos movimentos sociais contemporâneos (Gamson, 1991; Klandermans, 1997; Porta e Diani, 1999; Poletta e Jasper, 2001; Snow, 2001; Fominaya, 2010). Através da sua abordagem construtivista, o autor (1996: 70) interpreta a identidade coletiva como “...uma definição interativa e partilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos a um nível mais complexo) relativamente às *orientações* da sua ação e ao *campo* de oportunidades e constrangimentos em que esta ação tem lugar”. Por ‘interativo e complexo’ compreende-se que estes elementos são construídos e negociados através de um processo recorrente de ativação de relações que ligam os atores. Para Melucci, a identidade coletiva é ainda “...um processo que envolve *definições cognitivas* relativamente aos fins, meios e campos de ação e que implica ‘uma linguagem partilhada’ e a interiorização de ‘rituais, práticas e artefactos culturais’”.

A noção de identidade coletiva de Melucci encaminha-nos também para perspetivá-la como algo que pode ser mutável, negociável, está sujeito à mudança e a processos de reequilíbrio entre as suas diferentes componentes. A formação da identidade coletiva remete também para a vivência de uma “experiência emocional coletiva” (1996: 80), ou seja, de uma certa identificação e compromisso entre o ‘eu’ e o ‘nós’ que implicam o desenvolvimento de relações sociais internas (positivas), entre os pares, e externas (negativas) relativamente aos opositores.

Para Melucci (1996: 83), “a possibilidade de referência a um objeto de amor (‘nós’ contra ‘eles’) é uma condição preliminar forte para a ação coletiva (...) os atores coletivos necessitam constantemente de se basear neste *background* emocional para alimentar a sua ação, dar-lhe sentido e calcular os seus custos e benefícios”. O processo de construção da identidade coletiva também não pode ser equacionado sem a presença de uma dimensão relacional com o seu contexto externo, a interação que assegura ao ator coletivo “distinguir-se a si próprio dos outros”. É neste percurso de reconhecimento mútuo que, na maioria das vezes, se realiza sob a forma de conflito, que a identidade coletiva dos movimentos sociais pode ser desafiada. Estes momentos são muito importantes nas suas biografias pois ou conduzem a processos de reestruturação, criando assim laços de solidariedade mais coesos entre os indivíduos ou de rutura que culminam na sua desagregação.

Este entendimento da importância da dimensão relacional da identidade coletiva – o nós e o(s) outro(s) – integra também a conceção de outros autores, nomeadamente de Snow

(2001). A identidade coletiva tem de ser sempre perspectivada tendo em conta as suas relações com o exterior, nomeadamente na interação com os adversários e outros coletivos. No entanto, o autor discorda de Melucci (1996) quando afirma que, do ponto de vista concetual, é mais importante a compreensão dos processos através dos quais se forma a identidade coletiva do que os resultados que produz. Snow (2001: 3) entende que é precisamente o resultado da identidade coletiva que determinará quer as suas relações internas, sendo assim “...o produto de um “nós partilhado” gerador de um sentido de agência constitutivo de um incentivo poderoso para a ação coletiva”, quer das suas relações externas, “...funcionando como identidade de orientação para outros atores dentro do campo de ação”⁸.

Apesar desta dicotomia entre o processo e o produto da identidade coletiva, Snow (2001: 7) concentra-se nos procedimentos internos da sua formação destacando aquilo que denomina de ‘*identity work*’. Os processos que envolvem o ‘*identity work*’ situam-se, na maior parte das vezes, ao nível dos instrumentos cognitivos e simbólicos que permitem aos indivíduos construir uma identidade coletiva e manter a sua unidade interna. Mais concretamente, no âmbito dos movimentos sociais, os instrumentos de ‘*identity work*’ incluem: os *slogans* e as canções que podem ser encarados como *frames* que apelam à participação e evocam sentimentos de determinadas épocas e memórias de protesto – o autor reporta-se, por exemplo, a *slogans* como ‘Liberdade, Fraternidade e Igualdade’ ou ‘Trabalhadores de Todo o Mundo, Uni-vos’; abrangem também as roupas e os adereços que podem ser utilizados para a expressar a unidade grupal e compreendem ainda os processos de *storytelling* a que os ativistas recorrem para tornar as suas histórias dramáticas ou heróicas uma fonte de união entre os membros - o autor aqui fala, por exemplo, nas histórias de guerra ou sobre atrocidades. Nestes processos de ‘*identity work*’, autores como Poletta e Jasper (2001) e Taylor e Whittier (1992) sublinham ainda a importância do chamado ‘*boundary work*’ e da dimensão relacional do ‘nós’ com o ‘outro’. O ‘*trabalho de fronteira*’, ou seja, de definição, de distanciamento e estabelecimento de limites face aos oponentes e a outros atores, reforça a ‘*solidariedade e o compromisso*’ entre os membros do movimento (Taylor e Whittier, 1992). No ‘*trabalho de fronteira*’, a construção dos *frames* de ação coletiva desempenha também um papel fundamental na forma como o ‘nós’ coletivo se constrói internamente e se posiciona face ao(s) outro(s). Neste campo de reflexão sobre a importância

⁸ Por exemplo, para autores como Fominaya (2010), esta discussão da identidade coletiva enquanto processo e produto reporta-se a facetas diferentes da identidade coletiva e, neste sentido, tentar compreender o processo interno de construção da identidade, ou seja, a génese e a constituição do nós e a forma como se apresenta como produto aos seus membros é um exercício de análise diferente, que não pode ser confundido com a compreensão de como é que a identidade coletiva se apresenta e projecta ao exterior.

da construção dos *frames* de ação coletiva, Klandermans (1997) foi um dos autores que mais desenvolveu as relações de conceitualização entre esta noção e os fatores motivacionais que conduzem os indivíduos a envolverem-se e a participar em movimentos sociais e, por esta via, a estabelecer relações de *compromisso* com os grupos.

Baseando-se na teoria do *framing* dos movimentos sociais, Klandermans recupera a definição avançada por Gamson (1991) sobre os *frames* de ação coletiva e especificamente sobre a construção dos *frames* coletivos de injustiça. O autor (1997: 17) define *frames* de ação coletiva como “...conjuntos de crenças coletivas que servem para criar um estado de espírito através do qual a participação na ação coletiva se apresenta como importante”. Este tipo de *frames* realiza-se através de três dinâmicas: a construção de sentimentos de injustiça, de um elemento de identidade e de um sentido de agência.

Os *frames* que envolvem sentimentos de injustiça dizem respeito a momentos em que os indivíduos experimentam situações de desigualdade ou de privação. Neste contexto, são, por exemplo, referidos os movimentos operário, feminista ou de defesa dos direitos sexuais cujo surgimento se relaciona com a perceção da vivência de contextos de injustiça e de desigualdade económica, social e cultural. Mas, ao contrário do que afirmava Gamson (1991), Klandermans (1997) considera também a existência de movimentos sociais que não se caracterizam pela edificação de *frames* de injustiça ou de desigualdade. O autor enuncia o surgimento de movimentos como o ambientalista ou o pacifista que não estão ligados a situações de desigualdade ou de privação individual mas à construção de uma perceção geral negativa dos indivíduos face à problematização de determinados assuntos na esfera pública.

Para Klandermans (1997), a produção dos *frames* de ação coletiva implica a construção de um problema ou de uma situação negativa para um conjunto de indivíduos. Mas para que esta partilha se transforme em ação é necessário identificar uma ou mais entidades responsáveis e dirigir-lhes um conjunto de reivindicações. É na passagem da perceção da vivência de injustiças à construção das reivindicações e da crença coletiva de que se poderá transformar favoravelmente a situação que se constrói a identidade coletiva, ou seja, um ‘nós’ que se opõe a ‘eles’ e a dimensão relacional equacionada por Melucci (1996) e Gamson (1991) como sendo primordial na constituição da identidade coletiva nos movimentos sociais.

No entanto, a análise desenvolvida por Klandermans (1997), na obra *A Psicologia Social do Protesto*, não se debruça tanto sobre a formação da identidade coletiva mas mais sobre a explicação e a compreensão dos mecanismos através dos quais os atores estabelecem compromissos individuais que os levam (ou não) a permanecer nos movimentos sociais.

Afirmando que não existe uma noção de compromisso associada à análise dos movimentos sociais, Klandermans (1997) socorre-se das três dimensões do conceito de compromisso de Meyer *et al* (1997) aplicado ao estudo das organizações: o *compromisso afetivo* que, tal como o nome indica, diz respeito ao processo de construção de ligações afetivas e sentimentos positivos entre o indivíduo e o grupo que o influem a permanecer no mesmo. Quanto mais intensos forem os sentimentos positivos desenvolvidos em relação à participação, maior é a probabilidade do indivíduo se comprometer a longo prazo e de estabelecer relações duradouras com o movimento. O *compromisso de continuidade* em que o indivíduo decide permanecer na organização e/ou movimento pelo elevado investimento individual ou ainda porque não encontra alternativas de participação que lhe sejam mais favoráveis. Este *compromisso de continuidade* pode ser rompido no caso dos custos associados serem superiores aos benefícios retirados da participação. Por último, o *compromisso normativo* ocorre através de formas de participação de longa duração onde o indivíduo é socializado de acordo com os princípios e crenças morais e políticas da organização e/ou movimento. Estes casos incluem as situações em que existe uma forte identificação entre a identidade individual e a coletiva frequentemente produzida pela via do alinhamento ideológico.

Poletta e Jasper (2001) consideram que a noção de compromisso individual proposta por Klandermans (1997) é importante quando se equaciona a hipótese de um movimento social surgir sem a influência de ligações anteriores entre os seus participantes. Neste contexto, é no âmbito do compromisso individual que os atores estabelecem com uma determinada causa que se constrói a *identidade do movimento*⁹. Contudo, para os autores, as relações normativas e instrumentais pré-existentes à constituição de um protesto ou movimento também podem estimular a participação individual. Ao mapearem as perspetivas teóricas subjacentes a esta discussão, Poletta e Jasper (2001) concluem que este é um tema marcado por análises heterogéneas onde alguns autores propõem que as ligações por dever e

⁹ Para Jasper, a *identidade do movimento* (1997: 86) "...surge quando um conjunto de grupos e indivíduos se reconhecem a si próprios (e são reconhecidos pelos outros) como uma força explícita na prossecução da mudança social". Segundo a sua análise, a identidade do movimento pode ainda ser dividida em 3 tipos: a identidade organizacional quando um indivíduo se identifica apenas com um grupo particular; a identidade tática quando o indivíduo se define sobretudo pelas táticas de ativismo que utiliza e a identidade ativista quando o indivíduo não se sente pertencente a um movimento ou organização específica, mas quando se identifica com uma 'subcultura de ativismo mais abrangente' que pode originar diferentes tipos de movimentos. Gamson (1991) afirma que a discussão de Melucci (1996) sobre a identidade coletiva é muito rica mas que o conceito não foi muito bem especificado pelo autor. Assim sendo, propõe três tipos de identidade coletiva: a organizacional, a que se identifica com um movimento e a solidária. A primeira compreende as identidades socializadas através de uma organização, por exemplo, 'o funcionário' do sindicato ou do partido; a segunda, os perfis que não estão ancorados em características identitárias específicas. Aqui, o autor dá como exemplo os ativistas do movimento pacifista cuja identidade está assente num tema geral e sem apelar a características particulares dos seus membros; a identidade solidária manifesta-se em torno da partilha de uma condição social, económica e cultural comuns.

compromisso morais precedem frequentemente a participação dos indivíduos num coletivo e outros afirmam que os fatores motivacionais conducentes à participação prendem-se com sentimentos de egoísmo e de construção de uma imagem individual positiva perante a comunidade.

Ainda no que concerne à instrumentalidade e à estratégia, estes autores (2001: 295) desafiam as concepções que as propuseram como antagónicas à identidade coletiva e tentam demonstrar como esta pode ser utilizada e mobilizada estrategicamente pelos movimentos sociais para organizarem as suas ações de protesto, ou seja, as identidades podem estar “...embutidas nas estratégias, táticas, formas organizacionais e estilos deliberativos e influenciar o modo como estas opções são tomadas”. Assim, os processos de tomada de decisão, as estruturas organizacionais, as estratégias de mobilização podem ser o reflexo das características identitárias de um coletivo. A estratégia não deve ser dissociada da formação da identidade coletiva e deve ser antes perspectivada como um produto ou consequência da expressão da identidade. Por exemplo, os conflitos entre diferentes grupos de protesto que tentam construir uma identidade comum de movimento são frequentemente atribuídos às diferentes concepções face às estratégias de organização da ação coletiva, mas na sua origem estão muitas vezes diferenças identitárias que se manifestam nas relações instrumentais e normativas. Polleta e Jasper (2001: 293) sugerem ainda que a preferência pelos processos de tomada de decisão por consenso *versus* por votação, pelas ações de desobediência civil e direta *versus* marchas organizadas de protesto, tradicionalmente concebidas nos estudos sobre os movimentos sociais como uma característica da instrumentalidade e da racionalidade, podem ser também o resultado do desenvolvimento do ‘*gosto por certas táticas*’, ou seja, um coletivo pode optar por seguir uma determinada estratégia independentemente da sua eficácia e dos seus resultados práticos e apenas porque se realiza em termos identitários.

A problematização do conceito de identidade coletiva incluindo temas como as dimensões estratégicas e instrumentais dos movimentos sociais demonstra como as propostas em debate são plurais e analiticamente abrangentes. Se a construção da identidade coletiva se estabelece para além de um ‘nós’ ligado por relações individuais estáveis e duradouras e se reveste também de uma teia complexa de diferentes processos e procedimentos, essa complexidade também se manifesta nas análises expostas anteriormente. É difícil refletir sobre os temas, qualidades e características dos movimentos sociais que podem ser excluídas do debate em torno da noção de identidade coletiva, talvez até pela importância fulcral que o processo de constituição da identidade coletiva possa ter num grupo de protesto ou

movimento social, mas também não é fácil estabelecer que características devem ser absolutamente incluídas neste processo de análise.

Os autores que se debruçaram sobre o tema, mantêm as discussões em aberto, em fase processual de elaboração, alertando para o facto de ainda ser necessário responder empiricamente a algumas questões. Se a estruturação da identidade coletiva é um desafio para os atores que tentam construir os movimentos sociais, estudá-la também não deixa de o ser: como é que podemos ‘medir’ e auscultar no terreno os processos de constituição da identidade coletiva nos grupos de protesto e/ou movimentos sociais? Quais são os mecanismos através dos quais se manifestam empiricamente as identidades coletivas nos movimentos sociais?

Mesmo nestas condições, onde estamos perante discussões plurais e em aberto, existe um conjunto de predicados que estão quase sempre presentes quando se reflete sobre a construção da identidade coletiva nos movimentos sociais contemporâneos: ‘partilha’, ‘processo’, ‘solidariedade’, ‘compromisso’, ‘afetividade’, ‘interação’ e ‘negociação’. A maioria dos autores também equaciona a importância dos mecanismos de interação que a identidade de um determinado grupo mantém com os outros, nomeadamente com os seus opositores, para a sua construção e manutenção e até mesmo como um desafio à sua estabilidade. Igualmente importante é o entendimento sobre os procedimentos através dos quais os indivíduos edificam a identidade e a mantêm, processo que foi chamado por Snow (2001) de ‘*identity work*’ e que para Melucci (1996) corresponde à interiorização de ‘*rituais, práticas e artefactos culturais*’ característicos da formação e da sustentação de uma identidade coletiva.

A reflexão sobre estas questões permanecerá em aberto nos estudos sobre os movimentos sociais contemporâneos, em particular sobre os movimentos pela justiça global ou mais recentemente sobre os protestos antiausteridade, pois embora haja uma preocupação dos autores em definir estes ciclos de protesto do ponto de vista dos atores coletivos que os compõem, à exceção de algumas pesquisas sobre os grupos mais próximos da cultura da ação direta e dos chamados coletivos *grassroots* (McDonald, 2002, 2004; Fominaya, 2010), não se conhecem propostas sobre a concetualização da identidade colectiva nas análises sobre os movimentos pela justiça global ou os protestos antiausteridade. No primeiro caso, a profusão e a pluralidade de identidades coletivas presentes torna difícil uma possível abordagem concetual ou de verificação empírica da noção de identidade coletiva; no segundo caso, talvez a existência de grupos de protesto pouco organizados e onde a ação dos *social media* torna as relações entre os ativistas muito fluidas condicione a formação de coletivos onde se observe uma certa coesão nos laços que os unem e na formação da identidade coletiva.

Assim, procuraremos compreender como é abordado o tema das identidades nos movimentos pela justiça global e nos protestos antiausteridade.

2.2. As identidades nos movimentos pela justiça global

Em *O Poder da Identidade*, Castells (2003: XXII) escrevia: “Juntamente com a revolução tecnológica, a transformação do capitalismo e a derrocada do controlo estatal, assistimos no último quarto de século, ao avanço de poderosas expressões que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e o controlo das pessoas sobre o seu ambiente e as suas próprias vidas”.

Uma das lutas identitárias a que Castells, na sua obra, se referia era a do movimento de resistência zapatista que, em 1994, se opunha e insurgia contra a adesão do México à Área de Livre Comércio entre as Américas (ALCA) e que a partir da manifestação de *Seattle*, em 1999, contra a cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC), seria um dos principais símbolos de inspiração para alguns setores dos chamados movimentos pela justiça global. Após *Seattle* seguiu-se uma miríade de protestos sempre que se reuniam os representantes das instituições financeiras e políticas mundiais e regionais. Seguiram-se também os Fóruns Sociais Mundiais (FSM), em diferentes pontos do mundo, os regionais, com as suas edições, por exemplo, na Europa, e os nacionais como o português: os momentos em que os atores não estavam apenas a protestar mas a tentar refletir e a criar propostas alternativas ao modelo de globalização neoliberal. Emergiam assim, na viragem do século, um conjunto de iniciativas apelidadas primeiro de ‘antiglobalização’ e mais tarde de ‘movimento dos movimentos’, ‘movimentos alterglobalização’, ‘novos movimentos anticapitalistas’ e ainda ‘movimentos pela justiça global’. Estas aceções são não só um sinal da multiplicidade de atores e identidades coletivas envolvidas mas também da dificuldade em definir quem era (ou são) os atores presentes nos conflitos da globalização. Um dos principais *frames* de ação coletiva utilizados pelo ‘movimento’ exprime também a sua abrangência e abertura temáticas: ‘Um outro mundo é possível’, a possibilidade de construção de ‘um outro mundo’ que se pode traduzir na edificação de diferentes mundos por parte de diversas identidades, cada uma delas transportando as suas próprias particularidades e reivindicações.

Ainda hoje, passados dezoito anos após o protesto de *Seattle*, que despertou novamente a opinião pública global para a contestação de rua, estas múltiplas expressões continuam a ser utilizadas para designar um ciclo de contestação que alguns autores (Le Bot, 2008; Romanos, 2013) defendem que esmoreceu após as mobilizações contra a guerra no Iraque (2003) e a realização dos primeiros Fóruns Sociais Mundiais.

As diferentes designações utilizadas para nomear estes protestos deixam, desde já, antever a complexidade inerente à sua definição identitária. Mas quem são os atores que participam nestes eventos? Como os podemos caracterizar ao nível das suas identidades? *Pluralidade* (Farro 2004), *subjetividade* (McDonald, 2002, 2004; Farro, 2004; Pleyers, 2010) e *identidades tolerantes* (Della Porta, 2005) são os termos usados para definir um movimento composto por uma panóplia de organizações, associações, movimentos *grassroots*, indivíduos e cidadãos anónimos que atuam em diferentes áreas e sobre diversos temas.

Uma tipologia construída por Kaldor (2011) sobre os atores que constituem a sociedade civil global é, a nosso ver, ilustrativa do mapa compósito de atores participantes nos movimentos pela justiça global. A tipologia divide o período compreendido entre o fim do século XIX e o início do século XXI em quatro momentos: o primeiro período inicia-se no século XIX e prolonga-se até meados da década de 1970 do século XX e é marcado pela emergência quer dos movimentos dos trabalhadores quer dos movimentos pela autodeterminação e pela libertação nacional. Os temas de protesto dizem sobretudo respeito a direitos sociais e culturais elementares e tratam dos chamados temas materialistas. São movimentos que se constroem em torno de organizações de massas e verticais e que atuam através de formas de protesto hoje apelidadas de clássicas e tradicionais: manifestações, greves e assinatura de petições. Segue-se o período que ficou conhecido pelo aparecimento dos ‘novos’ movimentos sociais, que se situa entre as décadas de 1970 e de 1980, onde se formam as identidades pós-materialistas responsáveis por trazer para os protestos, como já enunciámos no capítulo 1, temas mais próximos das esferas individual e privada, assim como formas de construção da ação mais horizontais e menos organizadas; o terceiro momento compreende as décadas de 1980 e de 1990 e diz respeito à preponderância do papel das Organizações Não Governamentais (ONGs), comissões e *think-thanks* e também das *redes cívicas transnacionais* (Kaldor, 2011: 5). Este é o período de *domesticação, institucionalização e profissionalização* (Kaldor, 2011: 9) dos ‘novos’ movimentos sociais onde são tratados temas de âmbito transversal e global (ambiente, pobreza, direitos humanos), onde os *mass-media* têm um papel fundamental na construção das formas de contestação, denúncia e divulgação das causas, mas também da junção de ONGs, movimentos sociais e de grupos *grassroots* em torno de campanhas específicas e comuns que resultam *nas redes cívicas transnacionais* que tentam dar resposta aos problemas globais e à transferência dos poderes de decisão política do estado-nação para as instituições supranacionais. Nestas décadas, emergem igualmente movimentos que, ao contrário dos anteriores, se exprimem através de lógicas de negação e de fechamento, nomeadamente movimentos xenófobos,

fundamentalistas e nacionalistas que se opõem à globalização mas com significados de ação diferentes dos chamados movimentos pela justiça global onde existe uma oposição a valores que preconizam o racismo, a xenofobia e a supremacia identitária.

A última fase, que se inicia no final dos anos de 1990 e compreende o início do século XXI, é marcada pelo aparecimento dos *novos movimentos anticapitalistas* (Kaldor, 2011) que, em termos de lógica de funcionamento e organização das suas iniciativas, se aproximam quer das *redes cívicas transnacionais*, quer dos movimentos anticapitalistas do final do século XIX que proclamavam o fim da expansão do capitalismo. Nos *novos movimentos anticapitalistas* está presente uma panóplia de atores coletivos que, a nosso ver, sintetizam todas as identidades coletivas tipificadas no mapeamento de Kaldor (2011) para os séculos XX e XXI. Esta heterogeneidade de atores está também patente na reflexão de Farro (2004) sobre as identidades que marcam presença nos movimentos pela justiça global. Afirmando que a pluralidade dos atores e a asserção da sua subjetividade identitária é um dos traços distintivos destas ações, o autor opta por dividir os atores que constituem o movimento em quatro grupos.

Os primeiros grupos surgiram com o início dos protestos, cujo marco cronológico inicial é como dissemos a manifestação de *Seattle*, e caracterizam-se por serem movimentos de contestação mundial que intervêm sobretudo nos temas relacionados com as dimensões da globalização cultural e política. No primeiro pode-se incluir os centros culturais alternativos ligados à cultura *squatter* e às redes de meios de comunicação social alternativas, como, por exemplo, o *Indymedia*. No segundo, estão os atores que privilegiam a atuação política e onde podemos incluir associações que se dedicam a analisar criticamente as instituições financeiras e políticas mundiais (como a Associação para a Taxação das Transações para a Ajuda aos Cidadãos [ATTAC], a *Fifty Years is Enough* e a *Bretton Woods Project*¹⁰). Nos últimos grupos, estão presentes os movimentos correspondentes às primeiras categorias da tipologia de Kaldor (2011), ou seja, os movimentos dos trabalhadores e os ‘novos’ movimentos sociais cujos temas de reivindicação surgiram em períodos anteriores mas que se juntam aos movimentos por uma globalização alternativa.

Mas que fatores tornam possível a afluência de grupos tão distintos aos mesmos espaços de protesto e de reivindicação? Farro (2002) defende que esta convergência identitária só é possível porque existe um consenso generalizado de oposição ao chamado modelo de globalização neoliberal, ou seja, a constituição de uma ‘plataforma de

¹⁰ Os exemplos são da nossa autoria (Nunes, 2011).

entendimento mínimo comum' que permite aos mais diversos atores integrar a mesma rede de contestação. Além de este lato consenso de oposição sobre os sentidos e significados atribuídos à globalização neoliberal, a presença heterogénea dos atores é também proporcionada pelo facto de estes poderem expressar as suas especificidades identitárias nas iniciativas conjuntas. Esta subjetividade identitária exprime-se no decorrer da ação de dois modos diferentes.

Num primeiro nível, manifesta-se enquanto forma de *resistência* direcionada para o exterior do sistema de ação coletiva, ou seja, em relação aos adversários. Neste caso, os atores “resistem por aquilo que eles são” (Farro, 2004: 635). As suas lutas sustentam-se na defesa de uma identidade subjetiva que é destruída pela “dominação económica e social e pela hegemonização cultural” (Farro, 2004: 635). Este tipo de resistência é distinta da preconizada pelos grupos de extrema-direita e fundamentalistas religiosos pois pretende o “reconhecimento da igualdade das diferenças” (Farro, 2004: 641) e não a clausura identitária relativamente a outros grupos. Num segundo nível, os atores procuram encontrar espaços emancipatórios, no interior da ação coletiva, que lhes permitam assertar positivamente as suas identidades. Neste caso, os atores através da participação nas iniciativas pela justiça global procuram afirmar a sua subjetividade e expô-la publicamente (como no caso dos movimentos feministas, indígenas ou de defesa dos direitos sexuais). Nesta esfera de ação também subsistem formas de resistência orientadas não para as relações com o ambiente exógeno mas para as relações com os outros participantes. Este tipo de resistência não se deve à necessidade de negar a identidade do “outro” mas deve-se sobretudo à necessidade de cada grupo não desejar ser hegemonizado ou controlado pelo “outro”. É mediante a construção de uma relação dialética, no decurso de estruturação das ações conjuntas, onde todos pretendem “afirmar a diferença mas também ser reconhecidos como iguais e como partes constituintes do movimento” (Farro, 2002: 4) que cada um vai construindo a sua própria identidade, a sua posição e o seu espaço de relações e afinidades dentro do movimento. É por estas razões que os atores “utilizam pouco o termo ‘coletivo’ quando discutem as suas ações (...) eles preferem articular a sua autorepresentação em termos de pertença a uma rede de relações entre grupos e indivíduos onde mantêm a sua própria especificidade enquanto desenvolvem uma ação conjunta” (Farro, 2004: 639).

No entanto, esta pertença “a uma rede de relações entre grupos e indivíduos” (Farro, 2004: 639) é também construída através de conflitos que resultam da multiplicidade identitária ser portadora de diferentes tradições de organização e construção da ação coletiva.

Estas tensões são para Pleyers (2010) o resultado da existência de duas vias diferentes de ativismo: a *via da subjetividade* e a *via da racionalidade*.

Para Pleyers (2010), as duas vias de ativismo são atravessadas por divergências que podem levar à constituição de impasses no movimento. De um lado, estão assim os atores que seguem a *via da subjetividade* e que equivalem às identidades observadas como fazendo parte dos ‘novos’ movimentos sociais e das suas tendências mais *grassroots*: atores que privilegiam a vivência em pequenas comunidades, nos centros culturais alternativos e que afirmam viver de acordo com os princípios morais que advogam, tentando pô-los em prática na vida quotidiana das suas comunidades através de formas de organização horizontais. Estes ativistas são, em geral, muito críticos dos modos de funcionamento dos fóruns sociais e no decorrer destes eventos criam muitas vezes espaços de discussão e reflexão alternativos à sua realização. Ilustrativo desta tensão são as declarações de um jovem ativista membro dos Desobedientes italianos – grupo que surgiu em Itália no seio dos movimentos pela justiça global por oposição à ação direta violenta dos *Black Block* (Casarini citado por Farro, 2003: 181): “Em Porto Alegre nós conhecemos duas abordagens diferentes. A primeira – a tal que nós deixamos para os outros – é a abordagem burocrática clássica. Esta traduz-se na constituição de minorias e majorias, em documentos produzidos pelos comités promotores e outras coisas deste género. É uma maneira de agir típica do século passado e da velha esquerda, que não nos diz respeito. A segunda abordagem – aquela que os Desobedientes adotaram em Porto Alegre – foi a da horizontalidade das redes e da comunicação. É um salto de paradigma cultural e político através de uma utilização criativa deste tipo de ocasião”. Através deste discurso é sublinhada a necessidade que os *ativistas da subjetividade* têm em delimitar e separar os seus métodos e as suas práticas de intervenção, definidas como renovadoras, criativas e não totalizantes, dos modos de organização dos *ativistas da racionalidade* responsáveis pela organização dos fóruns sociais.

Os ativistas da racionalidade caracterizam-se pela sua pertença a associações e organizações formalmente constituídas e que desempenham um papel de perícia e de contrapoder científico às políticas conduzidas pelas instâncias económicas e políticas supranacionais. Este tipo de organizações comporta o perfil do ativista intelectual e académico que se dedica a escarpelizar a atividade das instâncias responsáveis pelas políticas vigentes e a tentar produzir políticas alternativas.

Pleyers (2010) reconhece, contudo, limitações às duas vias de ativismo. As fragilidades atribuídas a cada um dos perfis acabam por constituir-se nas virtualidades do seu oposto. No que diz respeito aos *ativistas da subjetividade*, a crença de que constroem espaços

globalmente horizontais e desprovidos de lideranças é carregada da negação das relações sociais de poder e de dominação que caracterizam a constituição de todo e qualquer grupo social e também dos coletivos de protesto. Ou seja, mesmo nos grupos adeptos dos princípios de organização horizontais e da não nomeação de líderes, estabelecem-se ‘hierarquias informais’ fruto do papel individual preponderante que alguns membros adquirem ao longo da construção do grupo. Estas lideranças ‘informais’ resultam, muitas vezes, do capital social trazido de outras experiências prévias de ativismo ou de uma participação mais ativa nos eventos de protesto. Por outro lado, os *ativistas da subjetividade* oscilam entre uma rejeição radical do adversário e uma oposição difusa aos mecanismos políticos da democracia representativa onde é rejeitado o diálogo com os seus representantes. Por exemplo, ao contrário de alguns *ativistas da racionalidade*, estes recusam a participação em cimeiras promovidas por organismos políticos estatais. A condução do movimento através da lógica de funcionamento dos grupos de protesto menos organizados pode levar à não construção de alternativas políticas viáveis e credíveis e à incapacidade do movimento ir além da condição de protesto (Pleyers, 2010).

Quanto à *via da racionalidade*, onde o autor inclui organizações como a ATTAC, o Comité de Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM) e até mesmo o *Le Monde Diplomatique*, que tiveram um papel fundamental na criação do conceito de organização do Fórum Social Mundial, uma das limitações apontadas é a possível construção de um ativismo político elitista que afasta o cidadão comum e os movimentos de base popular das suas práticas. O carácter demasiado institucional de algumas organizações que para desenvolverem as suas atividades são, muitas vezes, subvencionadas por organismos estatais e públicos, poderá conduzi-las a adquirir um perfil organizativo burocrático e tecnocrata que tem dificuldades em distanciar-se dos poderes políticos instituídos.

A tensão identitária entre as dimensões mais institucional e menos institucional dos movimentos pela justiça global foi também analisada em estudos conduzidos por Fominaya (2010) e por McDonald (2002, 2006). Mas enquanto Fominaya (2010) defende que, mesmo nos grupos de protesto menos institucionais e horizontais, o processo de formação da identidade coletiva é fundamental para o sucesso da sua ação, McDonald propõe analisar, como foi salientado no capítulo 1, os grupos de ação direta através de uma perspetiva que substitui os termos de *solidariedade* e *identidade coletiva* pelos de *fluidez* e *experiência pública do self*.

Fominaya (2010) conduziu uma pesquisa em Espanha onde estudou a constituição de três redes de ativismo que englobavam diferentes setores dos movimentos sociais em Espanha

e que se juntaram, em 2003, no âmbito das mobilizações contra a guerra no Iraque. Contudo, apenas uma destas redes obteve resultados positivos em termos de organização de ações e de mobilizações de protesto. O seu sucesso deveu-se à constituição, num determinado momento, de uma identidade coletiva partilhada entre os seus diferentes membros.

As redes de ativismo que não alcançaram resultados positivos em termos de eficácia das suas ações foram afetadas por dinâmicas de conflito e de rutura entre os membros que preconizavam um ativismo adepto de lógicas de funcionamento mais organizadas e verticais, mais próximas dos partidos políticos e das associações sindicais, e os indivíduos que defendiam práticas de ativismo menos institucionais e, por conseguinte, a autonomia face aos partidos políticos e às organizações sindicais. Paralelamente a este conflito, estas redes de contestação foram também alvo de uma tensão entre um ativismo intelectual que protagoniza o conhecimento e o saber teóricos como fatores que devem preceder a atividade prática dos movimentos sociais e um ativismo de ação que privilegia a contestação de rua. Embora estas redes de protesto não tenham ultrapassado as tensões identitárias e conseguido conciliar as diferentes posições face à participação dos partidos políticos e às dicotomias entre o ‘ativismo intelectual’ e o ‘ativismo de ação’, os membros identificam a sua passagem pela rede como uma experiência muito gratificante em termos de aprendizagem e como um fator que contribuiu para o êxito da terceira rede de ativismo estudada pela autora. Outros aspetos apreciados por alguns ativistas entrevistados é de a sua participação, no espectro dos movimentos pela justiça global, não implicar a sua definição identitária em termos de pertença a um movimento, nem a sua identificação exclusiva com qualquer grupo ou organização e de possibilitar ainda o desenvolvimento de um envolvimento intermitente sem compromissos duradouros.

No caso da rede de ativismo que desenvolveu um conjunto de ações e mobilizações de oposição à intervenção militar no Iraque e cuja atividade se manteve por quatro anos consecutivos, a autora conclui que as experiências anteriores foram muito importantes para os ativistas não só porque estabeleceram ligações afetivas e de amizade que lhes permitiram, num momento posterior, construir uma identidade coletiva, mas também porque adquiriram um conhecimento prático de como devem ultrapassar os impasses marcados pelas diferenças identitárias. Por outro lado, o processo de edificação das ações no formato assembleário, assim como as atividades de fruição e de lazer pós-assembleias, foram também fundamentais na construção da identidade coletiva de uma rede composta por diferentes atores. A constituição das assembleias permitiu aos membros discutirem abertamente as suas diferentes opiniões e tentar materializar as conceções sobre os processos de tomada de decisão por

consenso e de não afirmação de lideranças formais. Os momentos de convívio pós-assembleia constituíam-se como contextos de interação social informais onde se estabeleciam as relações afetivas e de amizade e onde se fortaleciam os laços identitários.

O tema da constituição de espaços de ativismo que se alimentam das relações de afetividade e de proximidade é também importante na constituição dos grupos de ação direta estudados por McDonald (2002, 2004, 2006). O autor diverge da análise de Fominaya (2010) quando defende que se estabeleceu uma ortodoxia em torno do conceito de identidade coletiva para explicar a formação dos movimentos sociais. Os conflitos da globalização e os modos de organização dos seus grupos de contestação já não são explicáveis através de uma noção de identidade coletiva que, na sua ótica, serviu sobretudo para compreender a chamada *ação cívica* dos movimentos que nasceram com a consolidação dos estados-nação e onde os primados do coletivo e do público se sobrepujam aos do indivíduo e do privado (McDonald, 2004). A *ação cívica* exprime o espírito de luta de épocas passadas em que a identidade era o motor do protesto e da contestação. No início do século XXI não é possível entender e explicar os movimentos sociais através deste tipo de ação que parte da coesão das vontades individuais para chegar à unidade da identidade e da ação coletivas. A nosso ver, a proposta de McDonald não pode ser válida para analisar o conjunto complexo e compósito de todas as identidades participantes nos movimentos pela justiça global e onde também participam atores que protagonizam a chamada *ação cívica*. Na sua análise, o autor universaliza para o estudo dos conflitos da globalização uma experiência particular de grupos constituídos maioritariamente por jovens onde esta mesma condição juvenil os impulsiona para a vivência de experiências inovadoras e criativas no interior dos seus coletivos. Se recuarmos aos tempos de outros protestos, poderemos concluir que nem todas as práticas usadas nos dias de hoje poderão ser assim tão inovadoras. Contudo, não deixa de ser plausível afirmar que as formas de ação dos grupos *grassroots* surgem, muitas vezes, por reação e oposição aos grupos e associações formalmente organizados e onde a identidade do grupo ou coletiva é mobilizada estrategicamente para a construção do protesto. Uma frase utilizada por uma ativista entrevistada por McDonald (2002: 117) espelha assim o espírito de uma identidade que se constrói por oposição ao que se considera ‘velho’: “não me peçam para juntar a acrónimos!”.

Mas a junção, em espaços comuns de protesto, dos atores que rejeitam a possibilidade de pertencer a grupos organizados com os atores cuja pertença se expressa através de uma identidade coletiva formalmente estabelecida reflete a realidade dos movimentos pela justiça global. Estes são constituídos por múltiplas identidades que convergem num conjunto de eventos cuja organização em rede e a construção demasiado lata, plural e flexível das

representações de oposição à globalização neoliberal permite, como diria Della Porta (2005: 186), uma ‘*cross-fertilization*’ das diferentes identidades. Mas este processo é também atravessado por divergências e diferentes concepções face às estratégias de organização e de construção da ação coletiva. Contudo, as diferenças que advém da interação de distintas identidades coletivas e individuais, são perspetivadas, pelos próprios ativistas, como um dos aspetos mais positivos dos movimentos pela justiça global. Numa pesquisa levada a cabo por Della Porta (2005), em Itália, aquando da realização do primeiro Fórum Social Europeu [FSE], os ativistas referiam que uma das características que mais apreciavam no ‘movimento dos movimentos’ e nos fóruns sociais era a “sua variedade e a sua capacidade para juntar os mais diversos indivíduos em torno dos seus objetivos comuns” (Della Porta, 2005: 186). Ora, embora as características que determinam a constituição dos fóruns sociais dependam muito da estrutura de oportunidade política do país em que se realiza, possuindo cada fórum um conjunto de características que resultam desta ancoragem local, a diversidade das identidades e a possibilidade de interagir e conhecer atores portadores de outros significados, representações e práticas identitárias foi também uma das dimensões mais apreciadas pelos ativistas responsáveis pela organização, em 2003, do Fórum Social Português (FSP) (Nunes, 2011). Porém, o Fórum Social Português foi marcado por conflitos em torno da participação ativa dos partidos políticos de esquerda no seu processo organizativo. Mas esta contenda não foi só uma característica do Fórum realizado em Portugal, como constatámos previamente este foi um dos temas que também originou tensões entre as vias institucionais e menos institucionais nas redes de ativismo em Espanha e é também uma das conclusões que Della Porta (2005) retira da sua pesquisa em Itália: os participantes no Fórum Social Europeu demonstram um forte ceticismo face aos partidos e aos atores políticos institucionais. No caso dos partidos políticos de esquerda, com os quais os ativistas pela justiça global se tendem a identificar, esta desconfiança não se deve às políticas que defendem mas aos mecanismos e instrumentos utilizados para fazer política. No seu entender, os partidos políticos de esquerda desenvolvem dois tipos de atitudes face aos movimentos: por um lado, desconfiam da sua eficácia e tendem a inferiorizar e a infantilizar as suas práticas políticas e, por outro, perspetivam-nos como uma ameaça em termos de participação e de mobilização políticas dos cidadãos. Na ótica dos ativistas, as dinâmicas de concretização das práticas políticas do movimento, nomeadamente nos fóruns sociais, opõem-se às protagonizadas pelos partidos por não veicularem uma concepção burocrática, vertical, estática e fechada de ‘realizar e fazer política’. Como diz uma ativista, no estudo de Della Porta (2005: 193), “é por isso que se chama um movimento, as ideias e as práticas estão em movimento”. No entanto, a possível

ausência de impacto e eficácia dos movimentos pela justiça global na (re)organização política, social, económica e cultural das sociedades atuais é também apreendida por alguns ativistas como uma fragilidade: ‘O movimento’ e alguns setores conseguem-se unir em torno de campanhas específicas mas estão longe de construir projetos políticos comuns. Assim, as virtudes do ‘movimento’ – a pluralidade e a diversidade identitárias, a construção fluida das redes de organização dos protestos e dos espaços de reflexão – pareceram também determinar um dos seus principais impasses: construir projetos alternativos concretos que conseguissem influenciar ou transformar as decisões políticas dos seus opositores. Contudo, a finalidade de construir projetos políticos comuns não foi um objetivo transversal a todas as componentes do ‘movimento’. Tal como afirma Della Porta (2005: 200), “...permanece por ver até que ponto as “identidades tolerantes” são capazes de produzir uma mobilização contínua”.

Não é fácil responder à questão de se o esmorecimento das ações de protesto pela justiça global está relacionado com a fragmentação das diversas identidades e da ausência de unidade das suas propostas por uma globalização alternativa pois, como nos demonstra a história, todos os ciclos de contestação têm o seu princípio e o seu fim, o seu apogeu e o seu esmorecimento, os seus momentos de unidade e de rutura.

2.3. Do ‘movimento dos movimentos’ ao ‘movimento dos cidadãos’: (des)continuidades identitárias?

Nos últimos anos, as iniciativas pela justiça global deram lugar ao ciclo dos movimentos da crise (Della Porta e Mattoni, 2014), cujo um dos palcos internacionais de protesto foram os países do Sul da Europa.

Que continuidades e ruturas ao nível da composição identitária se podem observar quando comparamos com os movimentos pela justiça global? Ora, é possível apreender dois tipos de posturas analíticas face a estes protestos: uma que, não procurando as suas origens nos protestos anteriores, enfatiza o seu caráter novo (Tejerina *et al*, 2013) e outra que compara os dois ciclos de protesto, observando as suas continuidades e descontinuidades (Juris, 2012; Calhoun, 2013; Romanos, 2013).

Tejerina *et al* (2013) analisam os protestos antiausteridade que emergiram nos anos de 2011 e de 2012 como um novo ciclo de contestação mundial que se divide em dois períodos: o primeiro com origens nas sublevações dos países da chamada Primavera Árabe e o segundo que, tendo inspiração no primeiro, comporta quer os protestos nos países do Sul da Europa (Espanha, Grécia e Portugal) a cumprirem programas financeiros e políticos sob a tutela do

BCE, FMI e CE, quer o aparecimento do movimento *Occupy* nos EUA. Embora os protestos, em geral, sejam motivados pelo agravamento das desigualdades sociais e económicas mundiais e, em particular, nos países que têm sido palco dos principais eventos de manifestação, os dois períodos distinguem-se pelo facto de o primeiro surgir em espaços nacionais marcados por reivindicações com apelos fortes à abertura dos regimes políticos ao sistema democrático e de o segundo se caracterizar maioritariamente pela oposição às medidas de austeridade impostas pelos planos políticos e económicos acordados com a chamada *Troika* (cortes nos sistemas de financiamento dos setores da educação, saúde, diminuição dos valores dos salários e das pensões, perda de direitos laborais e sociais, etc.).

Os propósitos dos protestos e das reivindicações estão relacionados com os seguintes temas: o crescimento do desemprego e da precariedade, a perda dos direitos sociais e laborais conquistados pelo movimento sindical, o dismantelamento do Estado Providência, as fragilidades estruturais dos atuais sistemas de exercício e de representação política, onde a corrupção e a ausência de confiança nas elites políticas e económicas se constituem como matérias relevantes. Estamos assim aparentemente perante um retorno aos tópicos de reivindicação dos ‘velhos’ movimentos sociais onde os temas materialistas compõem novamente a agenda de contestação. Só que, enquanto no movimento operário, se clamava por novas conquistas sociais e económicas e pela aquisição de direitos nunca antes em vigor, os protestos antiausteridade opõem-se, *grosso modo*, à degradação e ao fim desses mesmos direitos. Contudo, ao nível da composição identitária não estamos de retorno ao perfil tradicional da classe operária mas ante um conjunto diferenciado de cidadãos afetados pelas medidas de austeridade onde se destacam os jovens adultos com elevados recursos escolares, mas excluídos do mercado de trabalho, e indivíduos que desempenham maioritariamente funções profissionais em setores de atividade do Estado. Em termos político-ideológicos os participantes situam-se, em geral, no espectro político da esquerda (embora quer nos EUA, quer na Grécia persista uma corrente de protesto nacionalista que defende o liberalismo económico). Estes atributos identitários são partilhados na análise sociológica que diferentes autores (Juris, 2012; Romanos, 2013; Tejerina *et al*, 2013) têm efetuado sobre o perfil sociográfico dos participantes nos protestos antiausteridade em diferentes países.

Contudo, as análises dividem-se no que diz respeito à importância do papel assumido por indivíduos com percursos de ativismo de longa duração nesta nova fase de contencioso político.

Alguns autores reiteram que estes desempenham um papel fundamental na organização e na construção dos atuais eventos de protesto: por exemplo, na sociedade

espanhola onde, no âmbito dos movimentos pela justiça global, surgiram novos grupos de protesto e fortes dinâmicas de contestação de rua, Romanos (2013) destaca os conhecimentos e saberes anteriormente adquiridos por alguns indivíduos nestas redes de ativismo para a formação dos protestos antiausteridade¹¹. As experiências transportadas do ciclo anterior são apontadas como sendo muito importantes tanto ao nível da dimensão transnacional que as organizações, os coletivos e os seus ativistas tiveram a oportunidade de então adquirir, iniciando-se, nesta altura, a “europeização dos movimentos sociais em Espanha” (Romanos, 2013: 204), como ao nível do surgimento de uma “nova cultura organizacional baseada no respeito pelos princípios da diversidade, subjetividade, transparência e a aplicação dos princípios da democracia deliberativa nos processos de tomada de decisão” (Romanos, 2013: 211). Os ativistas das ações pela justiça global contribuíram assim para tentar dar continuidade e propagar esta cultura organizacional até aos protestos antiausteridade.

Nesta reflexão é, contudo, também salientado que estes protestos, do ponto de vista idiossincrático, se caracterizam por combinar ativistas com percursos de longa duração com participantes sem qualquer experiência e participação prévias em organizações sociais e políticas integradas nas redes de ativismo. Os protestos são ainda identificados como estando a formar o ‘movimento das pessoas’ ou o ‘movimento dos ‘99%’ (Perugorría e Tejerina, 2013) que estão a sofrer e a ser vítimas de um sistema económico e financeiro assente em políticas que promovem a injustiça e as desigualdades sociais e acentuam os níveis de desconfiança nas elites políticas e económicas. Esta característica de unir indivíduos com experiências de ativismo e indivíduos sem qualquer participação anterior em eventos de contestação política e social pode-se configurar, em termos gerais, como uma diferença relativamente aos movimentos pela justiça global onde a maior parte dos participantes assíduos revelava possuir prática de militante e/ou ativista (Della Porta, 2005).

Por outro lado, embora sem incidência sobre os participantes nos eventos pela justiça global, num estudo desenvolvido por Anduiza *et al* (2012), onde se confronta o perfil dos participantes nas mobilizações do 15M em Espanha com o de momentos de contestação política anteriores, observaram-se descontinuidades e ruturas face a determinadas variáveis de

¹¹ Este é o caso, por exemplo, de Pablo Iglesias: um ativista com um percurso de longa duração, participante nos movimentos pela justiça global e atualmente um dos principais membros do novo partido político Podemos. É também considerado que, embora este partido se apresente como inspirado nas mobilizações do 15M e inovador nas suas formas de organização, a maior parte dos seus membros possui um passado político ligado aos partidos de esquerda, nomeadamente à Esquerda Unida (Fominaya, 2014).

caracterização sociodemográfica¹². É ainda enfatizado que os manifestantes do 15M distinguem-se simultaneamente por uma menor pertença a organizações formalmente constituídas e envolvimento em contextos e ações de contencioso político. Segundo os autores, na origem do protesto não estiveram presentes os canais de mobilização tradicionais, acionados por organizações sociais e políticas de grande dimensão, mas por pequenas plataformas que reuniram coletivos suportados pelas TIC, nomeadamente pelos *social media*. Os autores defendem ainda que esta alteração ao nível dos meios de mobilização pode ter provocado mudanças no perfil dos indivíduos que aderiram aos protestos: menos politizados e com uma menor frequência em protestos de rua. Os *social media* podem assim permitir uma participação mais ampla dos cidadãos que não se encontram já mobilizados através das organizações de movimentos sociais e dos partidos políticos. Esta é também uma análise partilhada por Castells (2013) que considera que as mobilizações do 15M, apesar da frequência de ativistas experientes e participantes nas iniciativas dos movimentos pela justiça global, se caracterizaram pela participação massiva de jovens que se definem como apartidários e com uma fraca simpatia pela atividade em partidos políticos. Estes aspetos estendem-se também aos movimentos que emergiram nos países árabes e, nos EUA, no *Occupy Wall Street*: a estes subjazem diferentes contextos políticos, económicos e culturais, mas todos partilham a presença das faixas etárias mais jovens, utilizadoras frequentes dos *media* digitais, escolarizadas, mas que se defrontam com situações de desemprego, de precariedade laboral e com um futuro profissional marcado pela incerteza.

Ainda numa análise sobre o movimento *Occupy* nos EUA, Calhoun (2013) e Juris *et al* (2012) defendem que o movimento não surgiu espontaneamente e um dos fatores importantes na sua construção foram as experiências organizativas adquiridas no Fórum Social Americano. Porém, na ótica de Juris *et al* (2012: 436) “Ao contrário da era do ativismo pela justiça global que envolvia, contudo, um ‘movimento dos movimentos’ e era caracterizada pela lógica das redes de coordenação entre a diversidade e a diferença, os movimentos *Occupy*, com o seu impulso maioritariamente populista e uma lógica organizacional que permite a convergência de um número massivo de indivíduos em espaços físicos concretos, têm a dificuldade em reconhecer as diferenças e as especificidades internas. Os movimentos pela justiça global também tinham de se confrontar com a ausência relativa da diversidade de classe e racial, mas a sua lógica de funcionamento em rede permitia-lhe

¹² As manifestações do 15M revelam uma participação mais elevada de jovens, de indivíduos do sexo feminino (52%), de um maior número de desempregados (14%) e de cidadãos que possuem recursos escolares mais elevados, nomeadamente ao nível do ensino superior (6,4 numa escala de 1 a 8).

compreender a diferenciação interna”. Juris (2012) constata ainda que o facto de as ações dos movimentos *Occupy* se desenrolarem nos espaços e nas praças públicas permite a afluência de indivíduos que não participam habitualmente nos círculos sociais dos ativistas, mas também provoca um aumento do desconhecimento das diferentes realidades sociais, económicas e culturais inerentes à morfologia do movimento. Ou seja, apesar de um dos *frames* de ação coletiva do movimento *Occupy* se manifestar no slogan “nós somos os 99%” - frase que simboliza que os indivíduos vitimizados pela crise financeira e económica correspondem a 99% da população contra o 1% das elites beneficiadoras da conjuntura económica – os participantes no movimento não transportam as mesmas identidades e condições sociais, económicas e culturais. O movimento não é constituído por um grupo homogéneo de indivíduos que partilham, por exemplo, os mesmos lugares de classe. No interior do movimento estão subrepresentados os estratos sociais a que pertencem as classes mais desfavorecidas da sociedade estadunidense, nomeadamente as classes mais pobres, que mesmo quando desenvolvem algum tipo de participação tendem a fazê-lo de forma menos ativa. Para Juris *et al* (2012), o movimento reproduz o sistema de desigualdades sociais e económicas vigente nas sociedades atuais e a sua lógica de junção de multidões, onde muitos indivíduos não possuem uma cultura de participação política conduz a que, ao invés dos movimentos pela justiça global, este veicule uma menor capacidade para concretizar e construir propostas políticas.

Mas a questão das desigualdades sociais e culturais que podem atravessar as diferentes componentes identitárias nos movimentos sociais também marcava presença no seio das iniciativas pela justiça global (Pleyers, 2010). No entanto, as principais ‘descontinuidades identitárias’ traduzem-se na passagem do chamado ‘*movimento dos movimentos*’ ao ‘*movimento das pessoas*’ (Tejerina *et al*, 2013). Esta possível transformação significa que enquanto nos primeiros se discutia sobretudo a composição identitária dos diferentes coletivos que o estruturavam, nos protestos antiausteridade salientam-se as variáveis de caracterização social que melhor definem, ao nível individual, os seus participantes. As análises em torno do primeiro tendem a tipificar os atores do movimento consoante as suas características identitárias de grupo (nomeando os movimentos: ambientalista, feminista, indígena, as organizações sindicais, os coletivos de ação direta, etc.), as suas formas de organização e estruturação da ação coletiva (institucional *versus* não institucional, verticalidade *versus* horizontalidade) e as suas orientações políticas e ideológicas (reformistas *versus* revolucionários). Nos protestos antiausteridade, os participantes são identificados pelos atributos que determinam as suas condições sociais de existência – jovens adultos com

elevados recursos escolares e profissionalmente qualificados que se encontram excluídos ou precariamente inseridos no mercado de trabalho, a par de outras gerações que representam maioritariamente profissionais do setor público. Outra diferença referida face aos movimentos pela justiça global é de que, embora participem ativistas de longa duração e com participação ativa neste ciclo, os protestos antiausteridade comportam a particularidade de congregarem cidadãos que aqui iniciam a sua participação política e cívica. Em termos gerais, tendo em conta sobretudo as análises realizadas em países como Espanha (Romanos, 2013) ou os EUA (Juris, 2012), as redes pela justiça global distinguem-se por uma maior profissionalização e institucionalização dos seus grupos de ativistas.

No que concerne ao tema da identidade, pode-se equacionar a hipótese da passagem do ‘movimento dos movimentos’ ao ‘movimento das pessoas’ mas o papel dos ativistas que atravessam e permanecem nos dois ciclos pode ser fundamental na organização e ativação contínua dos repertórios de contestação.

A importância das narrativas individuais que ligam as duas fases é reforçada nas análises de Juris *et al* (2012), Calhoun (2013) e Romanos (2013), mas não é uma novidade destes dois ciclos de protesto. Outras reflexões demonstram como esta continuidade pode ser encontrada nos protestos anti FMI da década de 1970 e nos movimentos pela justiça global (Broad e Heckscher, 2011). Esta sequência das narrativas biográficas pode ainda ser relevante na manutenção de vínculos locais, nacionais e internacionais de diferentes movimentos sociais e ciclos de protesto. No caso dos movimentos pela justiça global, o perfil deste tipo de ativistas tem sido enquadrado no termo *rooted cosmopolitans* (Della Porta e Tarrow, 2005) que designa indivíduos que viajam frequentemente mantendo uma intensa atividade de carácter internacional mas cujo desempenho é sustentado pelas redes nacionais de ativismo. Estes processos de internacionalização permitem um enriquecimento das suas ligações, práticas e saberes relacionados com os repertórios de ativismo, assim como uma transposição e partilha destas experiências nos seus espaços locais e nacionais.

A discussão concetual sobre a formação da identidade coletiva nos movimentos sociais tem, pois, originado reflexões complexas, nem sempre consensuais e cuja verificação empírica se pode ainda ter tornado mais difícil nos últimos dois ciclos mundiais de protesto. Como temos vindo a mencionar, desde o aparecimento dos movimentos pela justiça global que adjetivos e predicados como fluidez, fragmentação, heterogeneidade, diversidade e experiência pública do *self* são constantes na caracterização identitária dos movimentos sociais. Recentemente, iniciou-se uma nova discussão em torno das consequências do avanço tecnológico dos media digitais no perfil e na possível “individualização” dos processos de

construção da identidade coletiva. Como argumentam alguns autores, no ciclo antiausteridade, o perfil dos participantes tenderia a ser o de indivíduos menos envolvidos nas redes de ativismo político e social e, por esta via, menos elitista nos procedimentos de recrutamento e de mobilização. No entanto, como será exposto em capítulos posteriores, para o estudo sobre o caso português argumentamos que o papel dos indivíduos com elevada experiência em redes de ativismo anteriores foi muito importante na criação e desenvolvimento das dinâmicas coletivas de contestação à austeridade, apesar de participarem nos processos organizativos dos eventos de mobilização “novos” ativistas cuja primeira atividade de participação cívica teve lugar no decorrer deste ciclo de manifestações.

Em seguida, observar-se-á que a importância das redes pessoais muitas vezes motivadas por experiências de ativismo de longa duração, mesmo num contexto de globalização, tem sido considerada na análise dos processos de expansão e de difusão transnacionais.

CAPÍTULO 3

TRANSNACIONALISMO NOS PROTESTOS E ATIVISMOS DO SÉCULO XXI

Conhecer os protagonistas de cada ciclo de protestos, o seu perfil socioeconómico e a sua pertença de classe foi sempre um eixo crucial de análise no estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva. Além das questões relacionadas com a composição identitária e da tentativa de responder à interrogação “quem são os atores que constroem os movimentos sociais?”, outra temática relevante é a compreensão das estruturas, dos mecanismos e dos recursos que os atores mobilizam para contestarem os seus opositores¹³.

Num mundo em que assistimos à erosão dos poderes do estado-nação, à sua progressiva concentração nas instituições financeiras e políticas mundiais e regionais e em que as distâncias diminuíram devido à proximidade virtual causada pelo avanço tecnológico, as iniciativas dos movimentos sociais e dos eventos de protesto dificilmente poderão ser abordadas sem a compreensão dos processos transnacionais e das estruturas passíveis de mobilizar na internacionalização das suas ações contenciosas. Neste capítulo, destacamos as diferentes conceções que têm sido avançadas sobre a temática do transnacionalismo nos movimentos sociais. Este será iniciado com uma reflexão sintética sobre os “novos contextos, novos desafios” que a ação contenciosa tem defrontado. Aqui devem-se reter algumas datas importantes que marcam a reorganização dos mapas político e económico internacionais: no final da segunda guerra mundial, a criação das instituições de *Bretton Woods* (BM e FMI) e da Organização das Nações Unidas (ONU); no final da década de 1980 e início da década de 1990, a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria; no limiar do século XXI, a nova fase de liberalização e abertura das economias nacionais aos mercados mundiais com a fundação da OMC; nos últimos anos, a crise financeira mundial que impulsionou o aparecimento, nos EUA, do movimento *Occupy*, e, na Europa, os programas de intervenção do FMI que deram origem aos protestos antiausteridade.

Se os contextos influenciam o tipo de contencioso surgido em cada época, os atores envolvidos na contestação ao acionarem determinados meios e recursos também escrevem a história dos conflitos sociais. É neste sentido que pensamos ser essencial dar lugar, em seguida, aos contributos dos autores da TPP sobre os processos utilizados pelos movimentos sociais para internacionalizarem as suas ações perante poderes globais. Neste tópico, surgirá o

¹³ Excertos deste capítulo foram publicados em Nunes, Cristina (2017) “Ciclos de contestação transnacionais – dos movimentos pela justiça global aos protestos anti-austeridade: os casos de Portugal e Espanha”, em Conceição Pequito Teixeira (coord.), *O Sistema político Português - Uma Perspectiva Comparada*, Principia, pp. 263-283.

pressuposto que, desde há alguns séculos a esta parte, são utilizados repertórios de contestação que se estendem além do interior dos estados-nação e tentam criar relações transnacionais entre os autores dos protestos. É possível recuar na história e encontrar casos antigos ilustrativos da existência de interações entre atores coletivos de diferentes países, mas como será demonstrado os processos de globalização acentuaram estes fenómenos. Esta intensificação dos processos de transnacionalização realiza-se sobretudo a partir do final do século XX com a emergência dos movimentos pela justiça global. Deste modo, o último tópico deste capítulo centra-se na reflexão sobre as transformações ocorridas na internacionalização dos movimentos sociais aquando do surgimento das iniciativas pela justiça global e nas diferenças que se podem hipoteticamente estabelecer num exercício de análise comparativa com os movimentos da crise (Della Porta e Mattoni, 2014).

3.1. Novos contextos, novos desafios

Seria incorreto pensarmos que a constituição de relações transnacionais entre ONG's, movimentos sociais, grupos de protesto e ativistas é um atributo exclusivo das sociedades do século XXI, mas seria igualmente contraproducente não considerarmos que a intensificação dos processos de globalização provocou, tal como nas demais esferas da vida em sociedade, transformações consideráveis na morfologia e nas interações que estes atores estabelecem além-fronteiras.

Nos estudos contemporâneos sobre os processos transnacionais nos movimentos sociais é frequente assistirmos à tomada de posição de que 'o transnacionalismo não é algo de novo'¹⁴ (Tilly, 2004: 113) e que, desde o século XIX, assistimos à constituição de diferentes ciclos de protesto que têm como palco a esfera internacional.

Na vanguarda da constituição de movimentos sociais e de ONGs transnacionais, encontra-se frequentemente a referência aos movimentos operário, feminista e pela abolição

¹⁴ Não encontramos uma definição clara e coerente sobre o significado concetual de transnacionalismo. Ao invés do sucedido com os conceitos de movimento social e de identidade coletiva, não se conhecem propostas teóricas sobre a noção de transnacionalismo no estudo dos movimentos sociais. Os autores com reflexões sobre o tema propõem expressões diferentes mas semelhantes no seu conteúdo para designar processos e interações entre movimentos sociais, ONG's e grupos de protesto de diferentes países que acionam repertórios de contestação semelhantes para agir concertadamente contra, regra geral, opositores políticos e económicos internacionais comuns.

Por exemplo, Tarrow (2006: 15) utiliza a definição de contencioso transnacional: "conflitos que ligam os ativistas entre si, aos estados e às instituições internacionais". Recentemente, Della Porta e Tarrow (2005: 2), devido ao aparecimento dos movimentos alterglobalização, utilizam também a noção de ação coletiva transnacional: "campanhas internacionais coordenadas por redes de ativistas contra Estados ou instituições e atores internacionais".

Rucht (2009 [1999]: 207) prefere utilizar o conceito de movimento social transnacional: "...composto por grupos e organizações intimamente relacionadas que pertencem a mais do que um país".

da escravatura (Teune, 2010; Broad e Heckscher, 2011; Davies, 2011). No início da segunda metade do século XX, são mencionados os movimentos pacifistas e pela autodeterminação dos países sob tutela dos poderes coloniais e os estudantis, destacando-se estes pelos eventos do Maio de 68 em França e pelo seu efeito de contágio por vários países (Teune, 2010).

Porém, o período de aceleração dos processos de internacionalização das ONGs e dos movimentos sociais realiza-se sobretudo a partir do momento em que estes atores começam a ser observados como possíveis parceiros estratégicos na resolução de problemas globais relacionados, por exemplo, com o meio ambiente e os direitos humanos. Kaldor (2011) refere que a partir das décadas de 1970 e de 1980 o reconhecimento da sua importância por parte dos atores institucionais globais conduz a um crescimento acelerado das Organizações Não Governamentais Internacionais (INGO)¹⁵. Estas são perspetivadas enquanto veículos que podem ajudar a substituir o papel do Estado nos países menos desenvolvidos, a implementar programas de ajustamento e empréstimos estruturais e até a supervisionar a conduta de governos despóticos e ditatoriais. Se esta abertura das instituições intergovernamentais aos atores não estatais, por um lado, permite a sua subvenção e o desenvolvimento das suas capacidades de atuação, por outro, também comporta perigos, tais como a sua burocratização e menor independência nos processos de tomada de decisão. Tal como é identificado na tipologia de Kaldor (2011), os anos de 1980 e de 1990 correspondem à domesticação dos movimentos sociais mas também se caracterizam pela proliferação das *redes cívicas transnacionais* e por uma maior colaboração entre um conjunto de atores diferenciados (ONGs, movimentos sociais e grupos de protesto *grassroots*). A cooperação entre atores distintos torna-se ainda, a nosso ver, mais intensiva no limiar do século XXI e uma característica marcante das atuais dinâmicas de protesto e de ativismo.

Para o crescimento das *redes cívicas transnacionais* contribuíram as mudanças políticas e económicas mundiais a que assistimos desde o final dos anos de 1990 (o ‘fim do mundo político bipolar’, a crescente desterritorialização e integração dos poderes políticos nacionais em instituições supranacionais), mas também transformações sociais e culturais (como, por exemplo, o uso generalizado das TIC e mais recentemente das redes sociais da internet provocados pelo desenvolvimento do *capitalismo informacional* e da *sociedade em rede* (Castells, 2002). A partir dos finais do século XX deixam de subsistir dúvidas quanto à assunção de que vivemos na era da globalização onde, como afirmava Giddens (98:45), se

¹⁵ Held & McGrew (2002: 19) referem que, segundo dados publicados pela União de Associações Internacionais, no início do século XX existiam apenas 37 Organizações Governamentais Internacionais (OGI's) e 176 Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGI's) e, no final do século, este número aumentou exponencialmente: 6743 OGI's e 47098 ONGI's.

assiste à “...intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilômetros de distância, e vice-versa”.

Os processos a que se convencionou designar por ‘globalização’¹⁶ e que a partir da década de 1990 geraram acesos debates na literatura das ciências sociais, na perspectiva de Della Porta e Tarrow (2005) e de Tilly (2004) não podem ser encarados como o único fator explicativo dos processos de internacionalização dos movimentos sociais. Os autores apoiam-se no pressuposto de que as mudanças macroestruturais não explicam inteiramente o surgimento do contencioso (neste caso o transnacional), sendo necessário que os atores processem cognitivamente as transformações operadas e avaliem os *custos-benefícios das oportunidades* e dos *recursos* necessários e disponíveis para se envolverem na *ação política contenciosa*. Os protestos transnacionais que se desenvolveram nas últimas décadas não devem ser dissociados da intensificação dos processos de mudança macroestrutural ocorridos à escala mundial mas, por outro lado, “...foram atribuídos demasiados significados à globalização, que esta falha como a única forma de explicação para o contencioso transnacional” (Della Porta e Tarrow, 2005). Della Porta e Tarrow (2005) preferem utilizar o termo *internacionalismo complexo*¹⁷ para designar uma estrutura de oportunidade política *multinível*, assente no papel e no desempenho crescentes das instituições intergovernamentais, que apresenta desafios políticos e de mobilização organizacional para as dinâmicas dos movimentos sociais. Compreender os procedimentos e os mecanismos utilizados pelo contencioso político, outrora direcionado e desenhado para se opor aos poderes do estado-nação, para (re)agir ante uma estrutura de oportunidade política progressivamente *multinível* ou internacional é o tema que propomos discutir no próximo ponto de análise.

¹⁶ O nosso objetivo não é enveredarmos pela teia de discussões complexas sobre os processos de globalização e a sua aceleração nos finais do século XX, mas tão somente tentar compreender como é que alguns destes processos provocaram alterações nos movimentos sociais. Os debates em torno da globalização foram amplamente analisados e debatidos por autores como Beck (1992), Giddens (1998), Waters (1999), Held and McGrew (2000), entre outros.

¹⁷ Della Porta e Tarrow (2005: 235) definem *internacionalismo complexo* como “...a expansão das instituições e dos regimes internacionais, bem como a transferência dos recursos de atores locais e nacionais para o cenário internacional, produzindo ameaças, oportunidades e recursos para as ONGs e os movimentos sociais transnacionais e, indiretamente, para os movimentos sociais de base”.

3.2. Processos de transnacionalização da ação *contenciosa* contemporânea

No estudo sobre os processos de transnacionalização, os teóricos da TPP (Della Porta e Tarrow, 2005; Tarrow, 2006; Della Porta e Hanspeter Kriesi 2009 [1999]) são os que mais tem contribuído para a compreensão e a reflexão dos meios e métodos acionados pelos movimentos sociais e grupos de protesto para responder aos desafios colocados por contextos e opositores políticos supranacionais ou pelo *internacionalismo complexo*.

Della Porta e Tarrow (2005) definem os processos de *difusão*, *domesticação* e *externalização* como os mais importantes a reter nas relações transnacionais dos movimentos sociais.

A difusão divide-se em três tipos: a *relacional*, a *não relacional* e a *mediada*. A primeira identifica os casos de interação entre ativistas de diferentes países onde se realiza a partilha direta e face a face de experiências e de competências adquiridas. No âmbito deste processo, os atores envolvidos na ação dos movimentos sociais desenvolvem sobretudo as suas competências relacionais, de amizade e os níveis de capital social. Segue-se a *difusão não relacional* que não implica relações de co-presença física entre os sujeitos pois propaga-se através de meios de contacto indireto como, por exemplo, os *mass media*, a internet e os *social media*. A *difusão mediada* diz respeito àqueles processos onde existem pontos de contacto fulcrais de intermediação em diferentes partes do mundo e/ou localidades que fazem as ligações entre as diferentes formas de contencioso.

Tarrow (2006) apoia-se no exemplo do movimento zapatista para explicar como funcionam os três tipos de difusão. Este começou por se disseminar pela via *relacional* através de relações de proximidade entre ativistas locais que organizaram diversas iniciativas de solidariedade, subsequentemente estabeleceram-se contactos com atores de outros países através de redes pessoais que permitiram difundir informação sobre a causa. O processo de *difusão relacional* impulsionou a ocorrência do *não relacional*, já que ativistas de países como Espanha, entre outros, criaram redes de apoio virtuais na internet que contribuíram para a divulgação da mensagem zapatista. Por último, o papel central desempenhado pelo subcomandante Marcos em todo o processo é observado como comportando um processo de difusão mediada em que este ator, definido por Tarrow (2006) como um *rooted cosmopolitan*, se constituiu como um ponto de apoio e um intermediário fundamental do movimento conseguindo espalhar a causa a nível global.

Os processos de *domesticação* englobam situações onde existe uma transferência do contencioso dos espaços internacionais para os domésticos, ou seja, as reivindicações são

dirigidas aos poderes políticos nacionais mas só podem ser resolvidas no âmbito de instâncias supranacionais. A *domesticação* representa, por exemplo, aqueles casos em que os agricultores de países integrados na UE se dirigem aos governos nacionais para reivindicarem a continuidade de subvenções atribuídas no âmbito desta instituição (Tarrow, 2006).

A *externalização*, igualmente qualificada de *efeito boomerang* (Keck and Sikkink, 1998), constitui-se como o processo inverso à domesticação, isto é, abrange aquelas circunstâncias em que os protestos são dirigidos aos organismos supranacionais como tentativa de ajudar a solucionar problemas da responsabilidade das autoridades nacionais. A *externalização* é referida como um mecanismo importante nas situações em que se verifica um fechamento da *estrutura de oportunidade política* nacional e uma relativa abertura da internacional, ou seja, quando os movimentos sociais estão, regra geral, perante governos ditatoriais e apelam ao apoio e auxílio da comunidade internacional. Tarrow (2006) considera que, para se ativarem mecanismos de *externalização* do contencioso nacional, é necessário construir coligações transnacionais coesas e estruturadas com movimentos de outros países ou com atores chave das instâncias políticas internacionais.

Entre os processos abordados, a difusão é observada como um dos mais antigos procedimentos de propagação de formas similares de repertórios e *frames* da ação coletiva *contenciosa*. Desde o século XIX, encontramos movimentos ou grupos de protesto que se expandiram além das fronteiras nacionais através de mecanismos de *difusão relacional* e não *relacional*: por exemplo, os movimentos pela abolição da escravatura e pacifistas que promoviam encontros internacionais de ativistas de diferentes continentes (Snow e Benford, 2009 [1999]) ou, já nos finais do século XX, o caso estudado por Porta e Rucht (1995) sobre as similitudes existentes nos movimentos de esquerda libertários em Itália e na Alemanha entre as décadas de 1960 e de 1990, ou ainda o Maio de 1968 e o seu efeito de contágio por diferentes localidades do mundo como um exemplo paradigmático de desenvolvimento destes processos transnacionais na história dos movimentos sociais do século XX. Poder-se-iam referir uma multiplicidade de casos onde se verifica a intensificação de padrões transnacionais e de repetição sistemática de repertórios de ação ativados por movimentos sociais e/ ou grupos de protesto com a mesma raiz identitária ou até com atributos diferentes. As formas de construção e de organização da mobilização coletiva expandem-se e mimetizam-se internacionalmente quer por canais de relações diretas entre os sujeitos, quer por meio de interações indiretas ou virtuais. A este processo de reiteração dos meios de estruturação da ação coletiva, os autores da TPP chamam *modularity*. A propósito das formas de contencioso articuladas que se desenvolveram, na década de 1960, entre os movimentos estudantis dos

EUA e da Alemanha, a seguinte frase de McAdam e Rucht (1993: 58) é ilustrativa da importância destes fenómenos mesmo numa fase anterior ao despontar de protestos cada vez mais globais: “os criadores dos protestos não têm de reinventar a Roda em cada lugar e conflito (...) encontram frequentemente inspiração nas ideias e táticas concebidas e praticadas por outros ativistas”.

Contudo, esta propagação acelera-se nos momentos em que ocorrem os chamados ‘eventos gatilho’ (Della Porta e Kriesi, 2009 [1999]), ou seja, acontecimentos polémicos que agitam e polarizam a opinião pública mundial e criam debates de oposição críticos como, por exemplo, as guerras no Vietname ou no Iraque ou a decisão da NATO, na década de 1980, para instalar, na Europa, mísseis nucleares. Se, por um lado, os processos de difusão criam similitudes e aproximações entre o contencioso de diferentes nações, por outro, a assimilação dos repertórios de ação depende das condições e das tradições de ativismo, assim como da estrutura de oportunidade política nacional. Assim sendo, perante os mesmos ‘eventos gatilho’, os modos de reação do contencioso de cada localidade são frequentemente diferentes. Os autores (Della Porta e Kriesi, (1999) [2009]) referem que na oposição à guerra no Golfo ocorreram simultaneamente protestos antiguerra, em diversos países europeus, mas a capacidade de manutenção dos níveis de mobilização foi muito distinta. Estas diferenças explicam-se pela ocorrência de variações na estrutura de oportunidade política nacional, nomeadamente nos aspetos relacionados com a maior ou menor coesão das alianças políticas entre o contencioso de protesto e os atores políticos institucionais.

Em *The New Transnational Activism*, Tarrow (2006) discute a existência de outras formas de transnacionalismo, a saber: a *mudança de escala* (que contém dois sentidos: ‘de cima para baixo’ e ‘de baixo para cima’¹⁸), a *formação de coligação transnacional* e o *enquadramento temático global*. Estes processos, a par dos supracitados, podem ocorrer em simultâneo. Para ilustrar esta sobreposição, o autor (2006) menciona o caso da ATTAC onde se deu concomitantemente um processo de difusão e de mudança de escala: a ATTAC foi fundada, em França, e espalhou-se por localidades dos cinco continentes. Esta expansão internacional é observada como tendo subjacente a difusão. Por outro lado, o facto de a ATTAC pertencer à organização do Fórum Social Mundial desde a sua origem é perspetivado

¹⁸ Para Tarrow (2006), a *mudança de escala* não pode ocorrer sem a *difusão*. Enquanto a última se realiza sob o formato horizontal (inicia-se num determinado ponto e é adoptada noutra local, a *mudança de escala* envolve processos de expansão mais complexos pois são necessários diferentes atores em diversos pontos que coordenam eventos de protesto similares. A mudança de escala de ‘baixo para cima’, tal como o nome indica, diz respeito àqueles eventos que se expandem do local para o global, a de ‘cima para baixo’ envolve as situações inversas, ou seja de transferência do global para o local). Por exemplo, o Fórum Social Mundial é observado como sendo um exemplo de mudança de escala de cima para baixo, pois afirmou-se como um espaço global que se reproduziu e foi adotado em diferentes contextos nacionais e locais.

como um processo de mudança de escala, ou seja, representa uma alteração no nível de atuação da ATTAC que se transferiu do local para o global.

A nosso ver, convém lembrar que a ATTAC surgiu da iniciativa de ativistas cujo perfil se encaixa na definição de *rooted cosmopolitans*, ou seja, ativistas experientes, largamente integrados nas esferas do ativismo internacional, cujas práticas e saberes se espalham não só através de redes de trabalho mas também de amizade. Nesta situação, podemos estar perante um processo de *difusão relacional e não relacional*, destacando-se, no último caso, o papel crucial que o jornal *Le Monde Diplomatique* possuiu no surgimento da ATTAC e na sua divulgação além-fronteiras. Além disso, a iniciativa de construir o Fórum Social Mundial surgiu das ligações destes ativistas com os seus pares brasileiros. O Fórum Social Mundial representa ainda um exemplo de *coligação transnacional*, ou seja, uma “...formação horizontal de redes entre atores de diferentes países com reivindicações similares” (Tarrow, 2006: 32).

Por último, o *enquadramento temático global* equaciona aquelas iniciativas de protesto que ocorrem nos espaços nacionais mas que utilizam *frames* de carácter internacional para construir e dar sentido às suas ações. Este enquadramento realiza-se mediante dois meios: através da *equivalência estrutural* ou do *pensamento global*. Como exemplo do primeiro são mencionados os protestos antiausteridade dos anos de 1980 contra os programas de ajustamento estrutural do FMI. Na ótica de Tarrow (2006), estas iniciativas, embora tenham atravessado simultaneamente diferentes países atingidos pelas medidas de austeridade e utilizado repertórios de ação idênticos, não podem ser observadas como um movimento social global porque o alvo de oposição foram as instituições políticas nacionais, assim como não foi desenvolvida, no nível transnacional, uma coordenação e cooperação conjuntas entre os diferentes grupos. Numa sintética análise comparativa entre este ciclo de protesto e o dos movimentos pela justiça global, o autor estabelece a hipótese de o último se diferenciar pelo seu carácter mundial e de se enquadrar na vertente do *pensamento global*. Ou seja, ao invés dos protestos anti FMI da década de 1980, estes movimentos conseguiram criar uma rede de solidariedade transnacional e global entre movimentos sociais, grupos de protesto e atores *grassroots* de diferentes países, que se caracterizou pela ligação do global ao regional e ao local e pela produção simultânea de *frames* de contestação e de reivindicação globais e particulares onde foi possível ligar diferentes temáticas e lutas nacionais – o *master frame* ‘Um Outro Mundo é Possível!’ gerava a possibilidade de ser transformado sem a alteração da sua aceção inicial, dando lugar, por exemplo, ao *frame* ‘Um Outro Portugal é Possível!’.

Tendo em conta a hipótese de que as iniciativas pela justiça global se constituíram como um ciclo mundial de protestos, será que o período de protestos antiausteridade do século XXI pode ser observado numa perspetiva de continuidade em termos dos repertórios de ação coletiva? Se os processos de transnacionalização dos movimentos sociais não são inteiramente novos, existindo assim exemplos de *difusão relacional* e *não relacional* desde o século XVIII, que transformações ocorreram nos modelos e padrões de internacionalização da ação coletiva *contenciosa* desde o aparecimento dos movimentos pela justiça global e mais recentemente dos protestos antiausteridade? Estes representam alguns temas de reflexão do eixo de análise seguinte.

3.3. De *Seattle* a Porto Alegre e dos ‘Indignados’ ao *Occupy Wall Street*

Jasper (2012) afirmava que o conceito de estrutura de oportunidade política não deve ser utilizado para explicar toda e qualquer forma de contencioso, pois é como partirmos da premissa de que os atores estão só à espera da melhor oportunidade para poderem participar. Estabelecendo um paralelismo, poder-se-á argumentar que o aparecimento dos movimentos pela justiça global não deve ser exclusivamente interpretado à luz dos processos de globalização ou que os protestos antiausteridade não podem ser observados somente na perspetiva da reação à crise financeira, tal como seria proposto, em décadas anteriores, pelas teorias do comportamento coletivo. Se estes axiomas não devem ser os únicos fatores presentes na análise da construção e organização das formas de protesto, também não podemos omitir a importância da conjuntura e dos momentos históricos em que emergem os movimentos sociais ou até os episódios de contencioso esporádicos.

Assim, uma estrutura de oportunidade política cada vez mais internacional, assente em poderes políticos intergovernamentais, obriga frequentemente os atores coletivos a deslocarem-se além dos seus espaços locais de ativismo para fazerem ouvir as suas reivindicações. Por outro lado, se estamos perante instâncias globais que acumulam funções de regulação governamental em diferentes áreas não é surpreendente que atores de natureza identitária diversa se oponham às suas políticas.

Por exemplo, a manifestação de *Seattle*, em 1999, contra a cimeira da OMC ilustra a junção de atores coletivos com perfis heterogéneos que se reuniram para protestar contra a mesma instituição. O facto de a OMC desempenhar funções de âmbito global ao nível dos acordos de comércio internacional - estendendo-se a sua intervenção sobre as transações comerciais de áreas tão vastas como a agricultura, as indústrias farmacêutica, do vestuário e do calçado, entre outras - conduz à associação de atores que transportam diferentes

significados e sentidos de oposição. A dispersão nos objetivos reivindicativos foi uma característica marcante da mobilização de *Seattle* (Aguiton, 2002): sindicalistas que reclamaram a introdução de cláusulas sociais e o respeito pelos convénios estabelecidos pela Organização Internacional de Trabalho (OIT) nos acordos de comércio internacional; organizações agrárias e movimentos de camponeses que, pedindo a intervenção da OMC, se opuseram à criação de patentes sobre as sementes agrícolas por parte das multinacionais da indústria agro-alimentar; ecologistas exigindo o respeito das multinacionais pelas questões ligadas ao ambiente; feministas que reiteraram que o programa neoliberal agravava as disparidades sociais entre géneros; organizações de ajuda humanitária que solicitaram à OMC para intervir junto das multinacionais farmacêuticas no sentido dos países do Sul serem autorizados a produzir medicamentos de custos reduzidos, nomeadamente para o combate à sida; associações, como a ATTAC e a *Fifty Years is Enough*, que se dedicam a escarpelizar as medidas políticas e sociais desenhadas e negociadas nas instâncias mundiais e que reivindicaram a inclusão de mecanismos regulatórios e fiscalizadores nas transações económicas internacionais; grupos de jovens, como os *Black Block*, que utilizaram a ação direta violenta para protestarem contra as características do sistema capitalista global.

Contudo, o facto de estarmos perante um protesto dirigido a uma organização de dimensão global não significa, apesar da repercussão mediática, que este tenha sido organizado a nível mundial. Os ativistas locais foram os principais protagonistas na preparação da manifestação de *Seattle* (Tarrow, 2006). Os mais experientes tiveram uma função importante na *difusão relacional* do evento e os jovens ativistas, através das redes da internet, desempenharam um papel fundamental na transnacionalização do evento ao nível da *difusão não relacional*. Estes processos conduziram a que se organizassem, em diversos países, manifestações de solidariedade sincrónicas à realização do evento em *Seattle*. Se a realização de diversos protestos em simultâneo ou que se distinguem pela agregação de atores coletivos heterogéneos não pode ser encarada como uma prática inovadora, nos últimos anos estes processos ter-se-ão intensificado de forma mais célere (Della Porta e Kriesi, 2009 [1999]). Outra diferença assinalada face às mobilizações dos anos de 1980 e de 1990, é estarmos perante um regresso à contestação de rua, mais horizontal e menos organizada e conduzida por lobbies e organizações verticais (Della Porta e Kriesi, 2009 [1999]; Della Porta e Tarrow, 2005) ou a uma passagem de uma “ordem de ativismo transnacional conduzida por ONGs” a uma “rede de justiça social de ação direta” (Bennett, 2005: 213).

Termos como fluidez, redes, horizontalidade e subjetividade estão presentes nas discussões sobre a composição identitária e as estruturas organizativas dos movimentos

sociais contemporâneos, mas também integram os debates em torno dos temas sobre o transnacionalismo. A utilização destas noções não deve ser considerada sem a existência de cenários políticos cada vez mais globais e do impacto das TIC no funcionamento menos hierárquico e mais horizontal da ação coletiva. As TIC fomentam ainda o aparecimento daquilo a que Tarrow (2006) apelida de *coligações de evento*, ou seja, alianças que se formam para organizar protestos internacionais de curta duração, onde o envolvimento pessoal é muito elevado mas não obriga a estabelecer relações de compromisso e de cooperação duradouras. Alguns exemplos de *coligações de evento* são a manifestação de 15 de Fevereiro de 2003 contra a guerra no Iraque (movimentos pela justiça global), o protesto “Unidos pela Mudança Global” de 15 de Outubro de 2011 (protestos antiausteridade) ou ainda o *May Day*, a celebração do dia primeiro de Maio, organizado por trabalhadores precários e desempregados, surgido em Itália, em 2006, e que se espalhou por diferentes países europeus.

Se as *coligações de evento* passaram a ser frequentes no repertório dos movimentos pela justiça global, estes não se distinguem apenas pela internacionalização das suas sucessivas manifestações de rua. Uma particularidade analisada como inovadora face a ciclos de contestação anteriores foi a sua capacidade para criar os Fóruns Sociais Alternativos à escala mundial, ou seja, eventos de reflexão e de discussão de propostas alternativas ao chamado modelo de globalização neoliberal, que se difundiram pelo mundo inteiro.

Como tem sucedido com outros tópicos de discussão, podemos sempre recorrer à existência anterior de cimeiras paralelas aos encontros dos organismos políticos mundiais para afirmar que os Fóruns Sociais Alternativos e, em particular, o Fórum Social Mundial não são fenómenos totalmente novos e que na génese da sua fundação estão, entre outros, o encontro alternativo à conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo (1972), a conferência mundial sobre as mulheres na cidade do México (1975) ou a “outra cimeira económica” por contraposição à cimeira do G7 (1984), ou ainda o primeiro encontro internacional “pela humanidade e contra o neoliberalismo” realizado em Chiapas (1996). Se os encontros mencionados poderão ter influenciado a sua conceção, o Fórum Social Mundial também inovou em determinadas práticas visto que permitiu estreitar as ligações entre ativistas de diferentes nacionalidades, aumentar o número de práticas transnacionais dos movimentos sociais e estabelecer uma *rede de comunicação global* (Rucht, 2011). O Fórum Social Mundial tem sido ainda analisado como um *encontro público mundial* e um *laboratório* para a *democracia global* (Smith, 2011) que conseguiu destacar os temas da democracia participativa e ativa dos cidadãos e operacionalizou uma *mudança de escala de cima para baixo* (Tarrow, 2006), transportando o seu modelo e o seu conceito de *comunidade*

mundial imaginada aos quatro cantos do mundo (Smith, 2011). Esta expansão dos moldes de funcionamento do Fórum Social Mundial por diferentes lugares foi possível devido ao seu carácter relativamente flexível, horizontal e em rede. Estes atributos não devem ser confundidos com a ausência e a inexistência de organização, pois por detrás da realização destes eventos está a edificação de uma estrutura complexa que envolve diversos tipos de recursos. Apesar de o evento ser referenciado pela sua estrutura e métodos deliberativos em rede, ativistas ligados à *via da subjetividade* formularam diversas críticas face ao que consideravam ser uma hierarquização, centralização e verticalidade excessivas dos seus processos organizativos e de decisão. Se estas críticas estiveram, muitas vezes, relacionadas com o facto de o Fórum Social Mundial ter surgido da iniciativa de um grupo restrito de indivíduos que desenharam a sua estrutura e possuem um capital social elevado nas redes do ativismo mundial, a sua difusão está não só relacionada com o papel destes ativistas mas também com o facto de os seus princípios constitutivos se adaptarem e moldarem facilmente às características do contencioso político de cada país. A sua identidade de oposição geral ao neoliberalismo sem a assunção de axiomas particulares e o seu envolvimento com as ideologias da esquerda política, mas onde teoricamente se estabelece a ausência de compromisso partidário, conduziram à participação de uma panóplia de atores coletivos¹⁹. Na sua carta de princípios, o Fórum Social Mundial assume ainda que “...articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos envolvidos em ações concretas do nível local ao internacional”, “não se constitui em instância de poder” e “ninguém estará, portanto

¹⁹ Nos pontos 8 e 4 da carta de princípios do Fórum Social Mundial encontra-se a referência à ausência de compromisso político-partidário, à sua abertura à diversidade de atores coletivos e a oposição generalizada à “globalização capitalista”: “o Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos envolvidos em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo. Ele não se constitui portanto em instância de poder, a ser disputado pel@s participantes dos seus encontros, nem pretende constituir-se na única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que nele participam”. (Ponto 8 da Carta de Princípios *in* www.forumsocialmundial.org.br/por/qcartas.asp); “As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização capitalista comandado pelas grandes multinacionais e pelos governos e instituições internacionais ao serviço dos seus interesses. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos ao serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.” (Ponto 4).

Apesar de o Fórum Social Mundial se assumir como um espaço de natureza não partidária, a sua génese tem sido relacionada com o papel que o Partido dos Trabalhadores (PT) e organizações que lhe estão muito próximas desempenharam na sua organização (como, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento dos Sem Terra). Aliás, as primeiras edições do Fórum Social Mundial realizaram-se na cidade de Porto Alegre, no Brasil, na altura sob governação do PT e conhecida mundialmente pelas suas práticas de democracia participativa, nomeadamente pela execução do orçamento participativo.

autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer das suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes”.

A flexibilidade ideológica e a maleabilidade da estrutura organizativa, sem a obrigatoriedade de laços vinculativos, foram catalizadoras da participação alargada e encaradas como um dos aspectos mais positivos do Fórum Social Mundial, mas simultaneamente avaliadas como a sua maior fragilidade pois não foram conducentes à formulação de propostas vinculativas nem a uma fase mais propositiva (Nunes, 2004). No entanto, estas circunstâncias permitiram que o “contencioso alterglobalização” criasse focos de contestação à escala global.

Embora as iniciativas pela justiça global tenham atingido uma dimensão mundial, pelo efeito de expansão do “modelo Fórum Social Mundial”, dificilmente se poderá colocar a hipótese da existência de um movimento social global unificado devido ao carácter heterogéneo, disperso e fragmentado das suas dinâmicas. Por outro lado, foram protestos que percorreram os quatro cantos do mundo e cujos *frames* se globalizaram e adaptaram localmente ao contencioso de cada país. Numa perspetiva comparada com a contestação mundial que simbolicamente se desencadeou a partir da Primavera Árabe, a nosso ver, do ponto de vista dos mecanismos de funcionamento da ação coletiva, esta nova vaga de protestos diferencia-se, regra geral, por um menor nível de organização das estruturas mobilizadoras e dos recursos disponíveis. Neste ciclo verifica-se possivelmente uma maior fluidez e espontaneidade na agregação massiva de indivíduos nos eventos de protesto devido ao impacto das TIC e dos *social media* (os últimos pouco desenvolvidos aquando do surgimento das iniciativas pela justiça global). Nos últimos anos, a expansão dos meios de *autocomunicação de massas* (Castells, 2009, 2014), como o *youtube* ou o *facebook*, permitiram uma aceleração na difusão dos protestos, dos seus *frames* e padrões de contestação. A elevada rapidez com que os repertórios dos movimentos sociais se propagam além-fronteiras leva a que processos de sequenciação e de repetição dos repertórios sejam cada vez mais frequentes na ação contenciosa contemporânea.

O facto de os protestos serem cada vez mais idênticos na forma como se exprimem não significa que o seu conteúdo seja sempre igual ou semelhante. Se levarmos a cabo uma análise cuidada sobre a vaga de protestos emergente a partir de 2011, encontraremos diferentes significados e sentidos de oposição e de contestação. É necessário ir além das evidências empíricas que nos apresentam o conjunto dos protestos como similares devido à ocupação das praças públicas ou à utilização do *facebook*, do *twitter* e do *youtube*. À partida, a aplicação destes mecanismos também assume contornos diferentes se estivermos perante

países onde existe liberdade de expressão e é permitida legalmente a utilização do espaço público ou nações onde estes direitos são negados. Assim, a ocupação da praça Tahrir (Egipto) e a sua posterior mimetização pela Praças do Sol (Madrid, Espanha), do Rossio (Lisboa, Portugal) ou pelo Zucotti Park (Nova Iorque, EUA) não se traduz automaticamente na atribuição de sentidos de protesto análogos.

Contudo, as TIC já assumiam um papel importante nos movimentos pela justiça global e essa possibilidade orientou-nos no sentido de autonomizar a discussão em torno da sua influência na constituição e organização do contencioso político contemporâneo. No atual momento de análise, esta perspectiva-se como uma das maiores diferenças face aos repertórios surgidos em períodos anteriores. Se na década de 1960 com os ‘novos’ movimentos sociais já se reivindicava a ocorrência simultânea de eventos de protesto em diferentes localidades e a presença de modos de ação coletiva cada vez mais em rede e horizontais, nas últimas décadas os processos transnacionais de *difusão relacional* e *não relacional* intensificaram-se. Os ativistas de diferentes países poderão ter estreitado as relações profissionais e os laços de sociabilidade pois é-lhes permitido viajar a custos mais reduzidos, assim como poderão ter aumentado as trocas de informação e de interação virtuais porque os *social media* permitem uma difusão instantânea e em tempo real dos acontecimentos. Tentar compreender quais são as mudanças produzidas pelo progresso dos instrumentos tecnológicos de comunicação nos movimentos sociais e nos protestos mais recentes é a nossa proposta de reflexão para o capítulo subsequente.

CAPÍTULO 4

O PAPEL DA INTERNET E DOS *SOCIAL MEDIA* NOS PROTESTOS E ATIVISMOS CONTEMPORÂNEOS

As transformações tecnológicas que ocorreram no seio das sociedades contemporâneas, no último quartel de século, originaram o que se costuma designar por novo período histórico: a era da sociedade das redes globais. A revolução operada ao nível das TIC a par do processo de reestruturação global do capitalismo contribuíram para o desenvolvimento da *sociedade em rede*²⁰. As TIC não só ativaram os processos de compressão do tempo e do espaço (Harvey, 1990), de descontextualização dos sistemas e relações sociais e da sua recontextualização em novos quadros sociais, como conduziram à aceleração do ritmo e alcance da mudança (Giddens, 1998). Todos estes processos foram acompanhados e conduzidos através da extrapolação da constituição e funcionamento em rede da internet para as formas de organização da vida social contemporânea: “As redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura” (Castells, 2002: 605). A vida de uma *sociedade* organizada *em rede* renova e altera profundamente o ambiente e os contextos sociais em que se movem os indivíduos. As mudanças ocorridas num determinado local passaram a influenciar e a afetar de forma quase instantânea a vida de lugares fisicamente remotos; os processos de interação social descentralizaram-se, o que permitiu aos indivíduos a possibilidade de estarem constantemente ligados ao local e ao global e de poderem estabelecer redes de afinidades virtuais fora de espaços físicos concretos.

A esfera de influência do *capitalismo informacional* e da *sociedade em rede* estendeu-se também aos movimentos sociais contemporâneos e possivelmente o desenvolvimento da internet e dos *social media* constituem-se como algumas das mudanças mais importantes a reter nos processos de transformação da organização da ação coletiva contenciosa.

A maior parte das reflexões sobre o ciclo pela justiça global tende a valorizar o seu papel enquanto fator que ajuda, facilita e apoia a transnacionalização das organizações de movimentos sociais, os processos de *difusão relacional* dos ativistas e de propagação *não relacional* dos seus repertórios e *frames* de contestação, mas não o enfatiza enquanto dispositivo que substitui as redes de relações pessoais e de amizade que, muitas vezes,

²⁰ Castells (2002: 20) chama a esta nova fase de reestruturação da economia global *capitalismo informacional*. Para o autor, nesta fase de desenvolvimento da economia capitalista “a fonte de produtividade encontra-se na tecnologia de produção de conhecimentos, de processamento de informação e de comunicação de símbolos”.

originam o envolvimento dos indivíduos na ação contenciosa e as interações que normalmente são necessárias à concretização dos eventos de protesto.

Será que com o surgimento dos chamados *social media*, cuja utilização ainda não se tinha generalizado aquando das iniciativas pela justiça global, as perspetivas analíticas se alteraram? O aparecimento dos *social media* é uma dimensão de análise quase sempre presente nos estudos empíricos e etnográficos sobre o surgimento da Primavera Árabe, do movimento dos ‘indignados’ ou do *Occupy Wall Street*.

Como veremos, algumas análises avançam com a hipótese destes dispositivos estarem a modificar as lógicas de construção e de funcionamento da ação coletiva e dos movimentos sociais, embora sejam ainda cautelosas sobre as consequências reais destas possíveis transformações. Como se explorará adiante, autores como Castells (2009, 2013, 2014) reiteram que a internet e os *social media* vieram revolucionar a natureza e as dinâmicas constitutivas dos movimentos sociais pois estes passaram a iniciar-se no interior das suas redes, assumiram as suas características de funcionamento e tornaram-se “virais”. Segundo Bennet & Segerberg (2012), o desempenho e papel primordiais dos *media* digitais no contencioso político da atualidade conduz a transformações profundas na lógica de construção das iniciativas de protesto e dos movimentos sociais: assiste-se assim ao desenvolvimento de ações que funcionam de acordo com uma *lógica conectiva* e que se diferenciam do modelo clássico de funcionamento das iniciativas de protesto, que os autores apelidam de *lógica da ação coletiva*. É também utilizando o conceito de *ação conectiva* que Anduiza *et al* (2012) tentam demonstrar que o 15M, em Espanha, distingue-se de outras formas de protesto ocorridas em períodos anteriores.

Outros autores como Juris (2012) tentam averiguar como é que os diferentes instrumentos de informação e comunicação disponíveis nos ciclos pela justiça global e *Occupy* provocaram contrastes nos seus modos de estruturação organizativa: o primeiro é atravessado pelo funcionamento em *rede* e o segundo caracterizado por uma lógica de atividade que se desenvolve por *agregação*.

Em Portugal, as análises existentes sobre os protestos antiausteridade não se têm concentrado sobre o papel e influência dos *media* digitais na organização da ação coletiva e nas formas de mobilização utilizadas pelos grupos de protesto. No entanto, sobretudo devido a esta ausência de reflexão, também é nosso objetivo explorar este tema em capítulos posteriores, nomeadamente na análise de conteúdo às entrevistas realizadas aos ativistas que organizaram as manifestações de rua de grande dimensão.

4.1. A era dos movimentos sociais em rede

Se um dos objetivos principais dos movimentos sociais é apelar à mobilização e à participação nas suas ações de protesto, as TIC disponíveis em cada época histórica foram sempre instrumentos auxiliares na concretização desta finalidade. Tal como, em séculos e décadas anteriores, a imprensa e os meios de comunicação de massas possivelmente potenciaram transformações profundas na sua morfologia, nos conflitos que mantiveram com os seus adversários e nas alianças ou interações que os ligaram aos seus simpatizantes e apoiantes, também atualmente a internet e os *social media* (como o *youtube*, o *twitter* ou o *facebook*, entre outras redes sociais, algumas da autoria de ativistas) poderão estar a produzir alterações na sua organização interna e nas suas relações com o exterior. Se é difícil contestar a importância destes instrumentos enquanto meios disponíveis para a mobilização nos protestos das sociedades contemporâneas, também não é fácil medir e avaliar se o seu impacto se situa apenas ao nível de se constituírem como mais um meio de mobilização e de comunicação ou se o seu aparecimento está a provocar mudanças significativas na estruturação e organização dos movimentos sociais.

Se, no que diz respeito aos movimentos pela justiça global, as discussões sobre o papel das TIC confirmavam a sua importância mas tendiam a negar o seu efeito profundamente transformador na lógica de construção e funcionamento das iniciativas, no caso dos protestos antiausteridade e *Occupy*, algumas análises equacionam a hipótese de os avanços tecnológicos mais recentes, nomeadamente dos *social media*, estarem a revolucionar a natureza das ações de protesto e dos movimentos sociais e até do exercício da atividade política: veja-se, por exemplo, as iniciativas de democracia participativa levadas a cabo na Islândia para resolver os problemas de falência financeira do país e encontrar soluções para sair da crise.

Assim, se nas análises sobre os movimentos pela justiça global, a maioria dos autores expressava um certo ceticismo face ao potencial carácter transformador, no novo ciclo de protestos encontramos algumas interpretações que reconhecem a possibilidade de as TIC representarem um agente de mudança importante na formação e composição dos movimentos sociais e dos protestos.

Por exemplo, para Castells (2009), as TIC desencadearam uma revolução das formas de organização da vida coletiva, incluindo dos movimentos sociais: a era da *sociedade em rede* é igualmente o período dos movimentos sociais em rede. No entanto, Castells (2009) advoga que as mutações produzidas pelos avanços tecnológicos não se geraram de modo

espontâneo e que o seu impacto está intimamente ligado ao *individualismo* e ao *comunitarismo* enquanto tendências importantes das práticas de organização cultural das sociedades atuais, que se harmonizam com a modernização tecnológica das últimas décadas. A *sociedade em rede* fomenta as práticas de *individualismo* e das *comunidades virtuais de práticas insurgentes*. O funcionamento horizontal da internet e dos *social media*, em que um emissor pode ser simultaneamente um recetor com a capacidade de comunicar instantaneamente com um número alargado de indivíduos, permite que cada um coloque no mundo virtual os seus desejos pessoais e tente encontrar outros que comungam os mesmos anseios, gerando-se uma comunidade em rede de indivíduos que podem partilhar projetos semelhantes de transformação societal. Estas práticas individuais podem-se transformar em coletivas e ajudar assim à constituição de *comunidades de práticas insurgentes*, ou seja, as TIC podem favorecer o aparecimento de *trincheiras de resistência* contra a ordem e os poderes estabelecidos. Estas comunidades constroem-se em torno de objetivos específicos (temas identitários, culturais, políticos, etc.) e caracterizam-se por relações intensas mas de curta duração, pois a longo prazo tendem a desvanecer-se. Surgem assim *comunidades insurgentes instantâneas* que não necessitam de uma lógica organizativa complexa, nem da existência de líderes que pensam a estratégia de ação e de construção do movimento mas que, mesmo nestas condições, podem derrubar os poderes políticos vigentes (Castells, 2009).

No entanto, para Castells (2013), estas *comunidades insurgentes instantâneas* necessitam de se materializar em espaços físicos concretos, nomeadamente nas ocupações dos espaços públicos e nos protestos de rua, e de estabelecer assim ligações entre os mundos *online* e *offline*. A esta interação e junção dos universos “virtual” e “real” o autor (2013: 217) chama de *espaço de autonomia*. As TIC proporcionam as ferramentas necessárias para a edificação de espaços que impulsionam a mudança. As contradições e os conflitos sociais não nascem na internet, surgem antes em lugares físicos concretos, mas as TIC permitem que as pessoas comuniquem e se liguem facilmente para desafiar os poderes estabelecidos. Existe assim uma ligação fundamental entre a internet e os movimentos sociais em rede: “partilham uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural fundamental das sociedades contemporâneas” (2013: 224).

Para Bennett (2003), nas sociedades atuais, a influência das TIC na constituição e organização dos movimentos sociais está associada à importância da construção da narrativa e da ação individual reflexiva. Assim, a *força dos laços fracos* gerada pelas relações virtuais é análoga à importância que a dimensão biográfica tem assumido nas últimas décadas. O autor (2003) reitera a predominância das seguintes características nos protestos e ativismos do

século XXI: funcionamento em rede e horizontal da ação coletiva; caráter menos ideológico e liderado das iniciativas; menor relevância dos recursos materiais na organização dos eventos, fator que se constitui como largamente benéfico no caso das organizações com fracos meios económicos; possibilidade de os cidadãos produzirem os seus próprios canais de informação.

Embora Bennett (2003) construa uma análise otimista e positiva das alterações das TIC nos movimentos sociais, o autor alerta para algumas desvantagens das ações assentes num funcionamento tendencialmente virtual e horizontal: as redes da internet aceleram a propagação mundial das formas de protesto impulsionando uma organização descentralizada e mais inclusiva de todos os que pretendem participar, mas também acarretam alguns perigos relacionados com uma maior descoordenação e controlo das ações e com a diminuição de relações de compromisso duradouras entre os ativistas. Esta é igualmente uma das principais fragilidades apontadas por Tilly (2004) e Diani (2000) face à construção de movimentos sociais nas redes da internet: criar e manter uma identidade coletiva e relações de confiança entre atores é difícil quando os laços existentes entre si são virtuais e não existem interações face a face. Tilly (2004) defende ainda que o papel da internet é semelhante ao de outros meios de comunicação em épocas anteriores e rejeita a hipótese de as TIC produzirem alterações profundas na configuração dos movimentos sociais. A seu ver as mudanças que se vão produzindo nestes atores coletivos dependem mais dos contextos políticos e económicos do que da inovação nos instrumentos de comunicação.

De acordo com uma revisão da literatura dedicada ao impacto das TIC nos movimentos pela justiça global da autoria de Aelst e Walgrave (2004), a maioria das análises não veicula a ideia de que as TIC alteraram profundamente as condições e as práticas de atuação dos movimentos sociais e dos grupos de protesto contemporâneos, mas facilitaram e agilizaram os seus processos de emergência e a sua atividade, sobretudo a internacional. Os autores afirmam ainda que as redes de recrutamento para a participação na atividade política e nos movimentos sociais continuam a ser as redes pessoais e face a face (família, escola, amigos) e não as virtuais, que serviram essencialmente para aumentar a atividade de indivíduos previamente inseridos nas redes de ativismo. Além disso, são também contestadas as primeiras análises sobre as TIC que perspetivavam a internet como um instrumento que viria a suprimir os problemas de info-exclusão. A sua utilização continua inacessível às classes mais desfavorecidas e não contribuiu para o aumento da sua atividade política.

A internet não substituiu as redes de iniciação e de participação política nem tornou obsoleto o repertório de contestação existente (a manifestação, o desfile, a assembleia, o plenário e a ação direta). Contudo, acrescentou novas formas de contencioso, apelidadas de

hacktivismo e de desobediência civil eletrônica, onde se situam, por exemplo, o *sit-in* virtual e o *e-mail bombing*. Os movimentos sociais e os grupos de protesto podem assim combinar novos e velhos repertórios e uma panóplia complexa de relações *online* e *offline*.

Mas, como já mencionámos previamente, se nos movimentos pela justiça global, as reflexões sobre o papel das TIC sublinhavam sobretudo o caráter importante mas não transformador do ponto de vista da natureza de construção da ação coletiva, Bennett & Segerberg (2012), num artigo intitulado *The Logic of Connective Action*, afirmam que, nas sociedades contemporâneas, coexistem diferentes lógicas de estruturação da ação coletiva nos eventos de protesto: em determinados contextos de contestação as TIC têm um papel importante mas não modificam a natureza de construção de ação coletiva, noutros estas adquirem a função de *agentes organizadores da ação* e proporcionam a constituição de *redes de protesto auto-organizadas*.

No primeiro caso, estamos perante uma *lógica familiar da ação coletiva* levada a cabo por organizações de movimentos sociais que edificam ações de protesto que reproduzem as suas lógicas internas de funcionamento: verticais, hierárquicas e centralizadas, onde os deveres do coletivo se sobrepõem às necessidades do indivíduo. Nas ações de protesto que funcionam de acordo com esta lógica, as TIC são fundamentalmente utilizadas como instrumento de suporte à gestão da participação das organizações e dos seus membros. No segundo caso, encontra-se subjacente uma lógica de funcionamento *menos familiar e conectiva* e os *media* digitais adquirem um papel crucial no desenvolvimento das iniciativas, tornando-se os principais elementos que determinam os processos como os eventos são construídos e organizados. No entanto, os autores (2012: 754) concebem dois tipos de ação conectiva que se distinguem pela importância de funções que as organizações formalmente constituídas assumem no desenrolar do contencioso. Por um lado, existem episódios de contencioso que se realizam mediante a intervenção de organizações formais mas onde estas permanecem apenas enquanto instrumentos que facilitam a utilização e o acesso dos indivíduos aos *media* digitais. A coordenação das ações não se executa de acordo com um formato vertical e centralizado, mas baseia-se em relações fluidas e horizontais e, em certa medida, na *força dos laços fracos* que as organizações mantêm entre si. Por outro lado, existem situações em que a contestação social e política é construída com pouca ou mesmo sem qualquer tipo de intervenção de organizações formais e baseia-se quase exclusivamente no uso intensivo dos *media* digitais por parte de indivíduos ou de coletivos pouco estruturados. Neste formato de *ação conectiva de redes auto-organizadas*, são integrados, por exemplo, os movimentos dos Indignados e *Occupy*, construídos através dos *media* digitais

que permitiram o envolvimento personalizado dos indivíduos. Assim, o avanço tecnológico das redes da internet permite simultaneamente aos cidadãos edificar eventos de protesto além da intervenção de organizações formais e a construção de *frames* de ação coletiva mais personalizados. Aqui, os autores dão como exemplo o caso de *frames* como “nós somos os 99%”, criado fora de um quadro organizativo de ação e que se expandiu globalmente pelas redes da internet através de histórias pessoais e individuais contadas e reproduzidas no *facebook*, *tumblr* e no *twitter*.

Embora a *ação conectiva de redes auto-organizadas* represente a forma principal de construção do mais recente ciclo de protestos, os autores equacionam a hipótese da lógica de *ação coletiva familiar* e a da *acção conectiva* poderem coexistir durante o mesmo ciclo de protestos.

4.2. O impacto das TIC nos ciclos pela justiça global e antiausteridade: de um dispositivo de comunicação a uma nova forma de organização da ação coletiva

O movimento zapatista (1994) e o protesto de *Seattle* (1999) foram os primeiros casos a ser referidos como exemplos no papel que as TIC têm desempenhado na organização e disseminação dos movimentos sociais e dos eventos de contestação de rua (Aguiton, 2000; Tarrow, 2006).

No caso do movimento zapatista, ou do *primeiro movimento de guerrilha informacional* (Castells, 2003), a internet é reconhecida como o principal meio responsável pela difusão mundial de uma causa local e identitária. Os apoiantes do movimento, assim como o seu porta-voz, utilizaram as redes da internet com o intuito de criar um movimento internacional de solidariedade: “a capacidade de os zapatistas comunicarem com o mundo e com a sociedade mexicana e de captarem a imaginação do povo e dos intelectuais acabou por lançar um grupo local de rebeldes, de pouca expressão, para a vanguarda da política mundial” (Castells, 2003: 97). A importância atribuída ao desempenho da internet nos movimentos sociais contemporâneos foi claramente reconhecida pelos zapatistas na “segunda declaração pela humanidade e contra o neoliberalismo” redigida, em Chiapas, no ano de 1996: “aprendamos a ganhar espaços. Os *mass-media* não podem tudo. Procuremos a tecnologia e o poder: a superestrada da informação como caminho da liberdade. Máquinas a favor dos povos (o conhecimento é poder, poder para nós) (...) pela humanidade, declaramos: (...) que faremos uma rede de comunicação entre todas as nossas lutas e resistências. Uma rede intercontinental de resistência, de comunicação alternativa contra o neoliberalismo e pela humanidade (...)

Esta rede não é uma estrutura organizativa, não tem um centro diretor nem decisório, nem comando central ou hierarquias. A rede somos todos os que falamos e escutamos”²¹.

Neste excerto da declaração zapatista, atribui-se à internet o caráter de alternativa fundamental aos meios de comunicação tradicionais e de instrumento de contrapoder que permite a internacionalização das resistências contra o neoliberalismo. A apologia à atuação descentralizada e em rede baseada em relações não vinculativas e fluidas, análoga ao funcionamento da internet, que seria assumida ulteriormente como um dos princípios constitutivos da manifestação de *Seattle* e um dos fundamentos organizativos do Fórum Social Mundial, começou por se manifestar como basilar na transnacionalização da causa zapatista.

A manifestação de *Seattle* é identificada por Bennet (2005: 218) como tendo subjacente um modelo de *hiper ou de meta organização* onde as redes da internet foram fundamentais na construção do protesto. Neste processo, foi criada a rede de comunicação global *Indymedia* (*Independent Media Center* – centro de meios de comunicação social independentes) com a finalidade de cobrir mediaticamente o evento, de oferecer informação produzida pelos ativistas e autónoma dos meios de comunicação social concentrados nas grandes empresas. Uma das máximas desta rede é “*don’t hate the media, become the media*”, lema que simboliza a função crucial que, com o auxílio das TIC, cada ativista pode desempenhar ao tornar-se um produtor de comunicação apoiante dos movimentos e de oposição à chamada globalização neoliberal. O *Indymedia* foi uma importante rede *online* de contestação no ciclo dos protestos pela justiça global pois alcançou uma dimensão mundial com sítios de informação nacional e local sobre diferentes regiões.

Em *Seattle* foi também criada a Rede de Ação Direta (RAD) que, sendo um dos principais veículos mobilizadores via internet, surgiu com a finalidade de congregar o maior número possível de pessoas e de coordenar as formas de intervenção cívica dos manifestantes. Os ativistas, através da RAD, deram instruções aos cidadãos de como deveriam agir no decorrer do protesto e de como deveriam reagir face a acontecimentos adversos, nomeadamente em confrontos com as autoridades policiais. A par destas ações *online*, foi ainda realizado um *sit-in* virtual contra o sítio da OMC, onde inúmeras pessoas ao solicitarem informação em simultâneo provocaram o bloqueio do mesmo.

²¹ Declaração Zapatista disponível em: www.protest.net/view.cgi?view=2010; acessado em 10 de Janeiro de 2013.

Se a internet foi uma ferramenta essencial de comunicação e de mobilização quer na criação de um movimento solidário internacional com os zapatistas, quer na contestação de rua de *Seattle*, também foi importante na organização dos fóruns sociais alternativos, onde os sítios forneciam informação sobre os eventos, disponibilizando um calendário com as datas de realização, documentos e textos de ativistas, assim como reuniam os instrumentos necessários para a concretização da adesão de potenciais participantes nos fóruns (desde o registo à criação das propostas de oficinas e *workshops*).

Tem sido também sublinhado que a manifestação global contra a guerra no Iraque (Fevereiro de 2003), agendada no âmbito do Fórum Social Europeu e realizada em simultâneo em diferentes cidades e localidades, só se materializou na ação coletiva de rua mais massiva até aos dias de hoje devido aos apelos globais lançados no mundo virtual (Bennett *et al*, 2008; Gillan 2009; Verhulst, 2010). A internet e a rapidez com que a informação circula mundialmente podem ter ajudado neste processo de crescimento de momentos sincrónicos de contestação mundial onde um número alargado de movimentos sociais, grupos de ativistas e de cidadãos em nome individual saem à rua para protestar globalmente sobre os processos de tomada de decisão política ou a existência de problemas transversais a diferentes pontos do mundo.

Se a reprodução quase imediata de eventos mundiais era já uma característica muito presente nas ações pela justiça global tornou-se ainda mais presente no ciclo de protestos emergente a partir de 2011. A aceleração da ocorrência simultânea de manifestações deve-se possivelmente ao surgimento dos *social media* que se desenvolveram posteriormente aos momentos de mobilização mais importantes do ciclo anterior de protestos.

O papel destes dispositivos que promovem a *autocomunicação de massas* (*facebook*, *youtube*, *twitter*) na organização e propagação do ciclo de protestos de 2011 tem sido enfatizado por diversos autores. Para Castells (2014), as mobilizações da Primavera Árabe, do movimento dos Indignados na Europa ou do *Occupy* nos EUA são ações que surgem na internet, expressam o descontentamento da população face ao sistema político e tentam reproduzir no mundo exterior à internet o seu funcionamento horizontal e descentralizado. O autor designa-as de movimentos virais que apresentam em diferentes pontos do mundo, e sob diversas reivindicações, repertórios semelhantes de contencioso político: ocupação do espaço público e das praças principais das cidades, nalguns locais com a permanência diurna e noturna através dos acampamentos, utilização intensiva do *facebook* e de redes de comunicação e de informação da internet construídas pelos atores envolvidos nas iniciativas

(por exemplo, a rede N-1 criada por ativistas em Espanha como alternativa às redes sob a gestão de empresas multinacionais).

Na sua ótica, do ponto de vista organizativo, as ações de contestação social e política emergentes, nos últimos anos, em diferentes países partilham assim a importância que as TIC assumem na sua expansão. Em 2008, nos protestos que tiveram lugar na Islândia, face à crise e à situação de bancarrota financeira que assolou o país, a internet transformou-se num dos espaços primordiais de desenvolvimento dos protestos. De acordo com Castells (2013: 48), 94% dos cidadãos islandeses possuem ligação à internet e dois terços utilizam frequentemente os *social media* como o *facebook*. A Islândia apresenta-se também como um caso singular na tentativa de construção de um modelo de governação alternativa viável para enfrentar a crise financeira, social e política. No processo de desenvolvimento de uma nova constituição para a nação, os cidadãos foram chamados a participar na sua elaboração e a maioria dos debates foram desenvolvidos nos *social media*, nomeadamente no *facebook* e no *twitter*. Estes dispositivos foram os principais meios de comunicação entre os cidadãos e os membros políticos responsáveis pela redação final da nova constituição política. Além disso, devido à participação alargada da população em todo o processo, a nova constituição islandesa tem sido retratada por *constituição-wiki* (2013:54).

Após a “revolução dos trens de cozinha”, em 2008, na Islândia, os protestos que emergiram em diversos países árabes a partir do final de 2010 e início de 2011 ficaram também conhecidos como “revoluções” que despoletaram nas redes sociais da internet. Nestes países, devido ao fechamento político e em muitos casos ditatorial dos governos vigentes, as TIC adquiriram novas funções no quadro da liberdade de expressão e de comunicação dos cidadãos, permitindo espalhar os *frames* de protesto a nível global e alertar para a vivência de situações de repressão policial e controlo estatal. Na Tunísia, a autoimolação de um jovem vendedor serviu de gatilho para um conjunto de insurreições populares motivadas pelo descontentamento generalizado face à vigência de um governo ditatorial e corrupto. O episódio do jovem em protesto tornou-se uma presença constante nas redes da internet e conduziu à ocorrência de inúmeras formas de contestação pelo país que se estenderam a outras nações do Médio Oriente e do Norte de África. Castells (2013: 45) sugere que a “Tunísia foi a pioneira de uma nova forma de movimentos sociais em rede no mundo árabe” devido à combinação dos seguintes fatores: a revolta foi acionada por jovens que possuem habilitações ao nível do ensino superior mas que se encontram em situações de desemprego; o país, comparativamente com outros territórios do mundo árabe, caracteriza-se por uma elevada utilização da internet; o facto de a cultura de utilização da internet e das TIC estarem

disseminadas junto da população levou a que representassem um meio importante na revolta e na indignação social e que inspirassem outras sublevações internacionais.

Nos países árabes, as “revoluções twittadas”²² incentivaram o aparecimento de movimentos como o 15M em Espanha, o *Occupy* nos EUA ou ainda o protesto da ‘Geração à Rasca’ ocorrido, em Portugal, em Março de 2012.

Toret e Monterde (2014) afirmam que o movimento 15M e o desenvolvimento das acampadas, em Espanha, com origem na manifestação de 15 de Maio de 2011, só se espalharam rapidamente por diferentes localidades nacionais e internacionais devido ao uso intensivo dos *smartphones*, da realização de *live streams* e das redes sociais como o *facebook* enquanto instrumentos de *tecnopolítica*²³.

Toret classifica o 15M como um “movimento pós-media” (Toret citado por Castells, 2013: 126), cujas convocatórias iniciais de mobilização foram ignoradas pelos meios de comunicação de massas e que conseguiu visibilidade mediática devido às redes da internet. Por outro lado, embora a sociedade espanhola não vivencie um contexto de ausência de liberdade de expressão política, os *social media* contribuíram também para a denúncia de episódios de violência entre a polícia e os manifestantes e ajudaram a criar sentimentos de simpatia e de solidariedade na população: “...nós tornámo-nos um coletivo com a capacidade de falar cada um por si próprio, sem os filtros dos *media* (...) quando nos atingiram na Praça Catalunha o movimento teve uma capacidade incrível para comunicar o que estava a acontecer... Toda a gente se tornou um repórter, nem que fosse por alguns momentos (...) quando tens uma data de gente a reportar, tens uma imagem coletiva do que está a acontecer. As pessoas que estavam lá twitaram “Venham ajudar-nos” e as outras pessoas vieram”.

A utilização destes instrumentos foi sendo reproduzida nas ações subseqüentes do movimento. Em 15 de Outubro de 2011, data de protesto agendada como a “primeira convocatória global indignada”, após 5 meses do surgimento do movimento 15M, Toret e Monterde (2014) estimam que se realizaram 64 *streamings* nos EUA, 10 em Espanha e 28 noutras regiões do mundo. Além disso, os grupos de hacktivistas que praticam formas de

²² A revolução egípcia de Janeiro de 2011 foi impulsionada pelas redes da internet. Estas serviram também de veículo de denúncia da violência policial exercida sobre os manifestantes que colocaram as suas mensagens de protesto no *twitter* e no *facebook* e os seus vídeos a circular no *youtube*. De acordo com a análise realizada por Castells (2013: 104), além da Tunísia e do Egito, os protestos estenderam-se, entre outros, aos seguintes países: Argélia, Líbano, Jordânia, Mauritânia, Sudão, Omã, Iémen, Bahrein, Líbia, Kuwait e Marrocos.

²³ Contudo, os autores encontram as origens e antecedentes tecnológicos do 15M, em Espanha, nas seguintes ações de protesto e redes de contestação da internet: no *Indymedia*, no “movimento viral” de SMS, em 2004, contra o governo de Aznar que também, segundo Castells (2009), provocou o fim da sua governação política; o manifesto publicado no *facebook*, em 2009, em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos na internet; os protestos, em 2010, contra a lei Sinde e pela liberdade na internet.

contencioso político eletrônico têm vindo a ganhar destaque neste novo ciclo de protestos. Em Agosto de 2011, a rede de hacktivistas *Anonymous* ajudou a espalhar a mensagem de intenção de um grupo ocupar o *Zuccotti Park* (ação que viria a originar o movimento *Occupy* nos EUA). Esta rede tem desempenhado uma função importante nas formas de *tecnopolítica* sobretudo na difusão *online* dos protestos e na concretização de práticas de desobediência civil eletrónica como, por exemplo, a divulgação de informação confidencial de entidades sob a tutela de organismos públicos²⁴.

De acordo com as análises traçadas, será que estamos assim perante um ciclo de contestação em que a internet e as suas redes deixaram de ser apenas mais um meio de comunicação entre os indivíduos e passaram a constituir-se como uma nova forma de organização dos movimentos sociais? Será que a construção das formas de contencioso e ativismos do século XXI processa-se, cada vez mais, de acordo com uma *lógica de ação conectiva* e das *redes de protestos auto-organizadas*? Também num estudo realizado por uma equipa de investigadores espanhóis (Anduiza *et al*, 2012), analisa-se o perfil do 15M e conclui-se que este se desenvolveu de acordo com a definição de *ação conectiva* avançada por Bennet & Segerberg (2012).

Os autores afirmam que a natureza organizativa do 15M desafia as reflexões anteriormente esboçadas sobre o impacto das TIC nos movimentos sociais e nos protestos coletivos. Até muito recentemente, a maioria dos argumentos direcionava-se no sentido de considerar que as TIC eram mais um meio de comunicação disponível para o contencioso político, que não transformava os seus modos de funcionamento nem alterava o formato de participação e de recrutamento. No caso do 15M, mas também do *Occupy Wall Street*, as redes da internet não são apenas mais um meio de comunicação, são o principal elemento estruturador das ações de protesto. Os autores compararam as iniciativas do 15M com 8 manifestações²⁵ que ocorreram, na sociedade espanhola, durante os anos de 2010 e 2011 e observaram que as primeiras se distinguem por terem sido organizadas, na sua maioria, por coletivos informais portadores de fracos recursos económicos, que utilizaram os *media* digitais como principal meio de estruturação e de mobilização das ações. Ao invés, as manifestações que precederam o 15M foram da autoria de organizações formalmente constituídas, destacando-se ainda o papel importante que os sindicatos e os partidos políticos

²⁴ A cultura das redes e da internet dos ativistas *Anonymous* está sempre visível nas manifestações e acampamentos dos movimentos *Occupy* e dos Indignados através da utilização da máscara de *Guy Fawkes*, que se tornou um adereço simbólico mundial do repertório de contencioso destes hacktivistas.

²⁵ Os protestos tiveram como foco de reivindicação temas relacionados com assuntos económicos, conflitos regionais territoriais e o aborto.

desempenharam, regra geral, nos processos de mobilização. O facto de as ações de contestação de rua do 15M terem sido ativadas pela plataforma *Democracia Real Ya*²⁶, que reunia maioritariamente pequenos grupos auto-organizados, além das esferas sindical e partidária, pode ter condicionado a forte adesão aos protestos de rua e a larga simpatia manifestada pela população espanhola relativamente ao movimento²⁷. É colocada ainda a hipótese de os *social media* estarem a modificar radicalmente os modos de estruturação dos movimentos sociais e a influir mudanças no perfil identitário dos participantes. Segundo os autores (Anduiza *et al*, 2012), os manifestantes do 15M revelam menos experiência de participação cívica e política, fenómeno que pode estar relacionado com o facto de as redes de recrutamento das organizações de movimentos sociais não terem um papel tão preponderante como em eventos de protesto anteriores²⁸. O processo de mobilização do 15M foi sobretudo ativado pelos *media online* e pelas redes pessoais de interação social²⁹. Por estas razões, é considerado que o 15M é o resultado de uma *ação conectiva*, cuja natureza assenta na construção de protestos de larga escala através de *redes auto-organizadas* que renunciam ao papel ativo dos partidos políticos e das organizações formais, às lideranças centralizadas e à preponderância dos recursos organizacionais sobre os comunicacionais. No entanto, os autores (Anduiza *et al*, 2012) reconhecem que existem interrogações que se levantam quanto ao facto de os movimentos sociais de protesto se estarem a tornar cada vez mais *conectivos*: no futuro, a lógica de *ação conectiva* será o principal modelo de organização dos movimentos sociais e das ações de contestação social e política? Até que ponto uma construção da ação coletiva contenciosa baseada em *redes de protesto auto-organizadas* conseguirá construir projetos alternativos e alterar o rumo dos programas políticos governamentais? Estas são questões cuja resposta depende do desenvolvimento de novos ciclos de protesto para

²⁶ Plataforma composta por grupos como ATTAC Espanha, *Juventud Sin Futuro*, *Estado del Malestar*, *Plataforma de Afectados por la Hipoteca*, entre outros, (Castells, 2013).

²⁷ Diferentes sondagens têm demonstrado que a opinião pública seguiu com muito interesse a evolução do 15M. Num inquérito levado a cabo pelo *Centro de Investigaciones Sociológicas*, em 27 de Junho de 2012, 50,2% dos inquiridos revelaram ter seguido o movimento com bastante ou muito interesse, assim como 70,3% afirmavam ter uma imagem positiva do mesmo. Em Maio de 2014, passados três anos do despontar do 15M, os resultados das sondagens continuam a seguir esta tendência: 72% dos inquiridos admitem que o movimento 15M tem razão quanto às suas reivindicações (<http://blogs.elpais.com/metroscopia/2014/05/el-apoyo-ciudadano-al-15m-tres-años-despues.html>); acedido a 1 de Junho de 2014).

²⁸ Os autores selecionaram apenas manifestações que tiveram um número de participantes superior a 5000. Realizaram-se entrevistas face a face no decorrer das manifestações e posteriormente aplicaram um inquérito por questionário via postal. Nesta etapa, a amostra foi constituída por 2265 inquéritos. Sendo que a taxa de resposta foi de 35% para as manifestações do 15M e de 18 a 33%, no caso de outros protestos.

²⁹ 55% dos manifestantes tiveram conhecimento das iniciativas através dos *media* sociais alternativos, apenas 13% revelaram pertencer a organizações formais e a antiguidade das poucas organizações presentes era de cerca de 3 anos. No caso das outras iniciativas de contestação, apenas 26% dos participantes tiveram conhecimento das iniciativas através dos *media* alternativos, 60% afirmaram serem membros de organizações, cuja antiguidade oscilava entre os 10 e 43 anos (Anduiza *et al*, 2012: 13).

observarmos e compreendermos empiricamente quais são as tendências, similitudes, regularidades e dissemelhanças que se irão ou não manter.

4.3. Da lógica em rede à lógica de agregação

Nos movimentos da crise (Della Porta e Mattoni, 2014), o formato organizativo proporcionado pelas novas redes de comunicação e de interação social marca uma das diferenças fundamentais face às iniciativas pela justiça global. Juris (2012) defende que as ações dos primeiros são geridas por uma lógica de organização *agregativa* e os últimos guiados por uma lógica de funcionamento em *rede*. Nos movimentos pela justiça global, os sítios e as listas de correio eletrónico consistiam nos principais modos de comunicação virtuais entre os ativistas e apoiavam a concretização da transnacionalização de um “movimento” que aspirava a ser global, nas ações dos movimentos da crise a informação passou a circular, além destas plataformas de comunicação *online*, via *twitter*, *facebook*, *youtube* e outros canais de transmissão direta dos eventos. Agora, a interrogação que se coloca é tentar compreender se o aparecimento dos *social media* está a alterar o funcionamento dos movimentos sociais e da ação coletiva contenciosa.

De acordo com Juris (2012), os *meios de autocomunicação de massas* geram uma lógica de funcionamento agregativa capaz de juntar uma multitude de cidadãos em espaços comuns abertos e públicos, tal como aconteceu no ciclo de protestos que emergiu em 2011 onde cidadãos portadores de perfis heterogéneos ocuparam em protesto as praças públicas de diferentes países. A circulação da informação realizada somente através dos sítios e das listas de correio eletrónico produz uma lógica de organização mais restrita e de manutenção da informação em redes e grupos mais pequenos. Assim, enquanto nos movimentos pela justiça global, esta lógica em rede servia sobretudo as formas de organização e de comunicação de atores já formalmente constituídos (associações, sindicatos, organizações não governamentais, etc.), nas mobilizações surgidas a partir de 2011, a lógica de divulgação e de partilha instantânea dos acontecimentos, realizada sobretudo via *social media*, permite que cada indivíduo seja, em tempo real, um produtor e recetor de informação mesmo nos casos onde não se verifica uma afiliação prévia de pertença às redes de comunicação internas de ativistas (Castells, 2009). No entanto, esta lógica de *agregação*, embora favoreça a mobilização massiva dos cidadãos, apresenta diferenças relativamente à lógica em *rede* dos movimentos pela justiça global. Estas iniciativas caracterizavam-se pela formação de relações em rede mas construídas, na maioria, a partir de atores coletivos previamente existentes, onde a internet era uma ferramenta que facilitava o contacto entre atores fisicamente distantes e a

organização mundial de eventos. Nos protestos antiausteridade, ou no *Occupy Wall Street*, o facto de as redes sociais da internet poderem funcionar enquanto ferramentas que fomentam as práticas de mobilização dos cidadãos e de ocupação do espaço público, promove manifestações quase instantâneas mas pode dificultar a constituição de práticas de ação coletiva mais organizadas (Juris, 2012). Já para Castells, este formato das *redes auto-organizadas* pode ser interpretado como vantajoso para os movimentos sociais no que respeita às relações com os seus oponentes. O facto de não possuírem uma organização vertical, centralizada e líderes formais que “dão a cara” fortalece o movimento nas suas interações com os adversários que, neste contexto, podem ter dificuldade em identificar os elementos que estão por detrás da sua organização. Ao nível das estruturas e relações internas, é ainda considerado que este modelo pode também ter a vantagem de afastar os movimentos sociais de moldes de funcionamento excessivamente burocráticos. Contudo, a nosso ver, se o padrão de composição das *redes de protesto auto-organizadas* pode, num certo sentido, ser perspetivado como positivo na ação dos movimentos sociais das sociedades contemporâneas também pode ser interpretado como comportando alguns aspetos menos favoráveis. Se, por um lado, a dificuldade de os oponentes conseguirem identificar os membros do movimento pode ser uma vantagem, por outro, pode significar que o movimento não está suficientemente organizado no sentido de elaborar propostas alternativas às formas de governação implementadas pelos poderes políticos e económicos contestados. Mais uma vez, a ausência e/ou a fraca organização pode ser encarada como uma fragilidade dos movimentos sociais que não se conseguem relacionar com os seus adversários além da contestação de rua. Além disso, se as relações entre os membros do movimento forem demasiado fluidas e frágeis podem também dificultar, caso esse seja também um objetivo traçado, a passagem de um movimento de protesto a um movimento social e/ou político proponente. Esta era uma das fragilidades apontadas aos movimentos pela justiça global que pode estar mais presente no ciclo dos movimentos da crise (Della Porta e Mattoni, 2014) visto que assistimos à passagem de *ações conectivas*, onde as organizações de movimentos sociais se mantinham na retaguarda dos protestos, a iniciativas que se realizam sob a responsabilidade de coletivos auto-organizados. Agora, somente a formação futura de novos ciclos de protesto esclarecerá em que medida as *ações conectivas* baseadas em *redes auto-organizadas* irão ser o modelo frequente e/ou único da contestação social e política. Tal como propõem Bennett e Segerberg (2012), embora a ação conectiva esteja cada vez mais presente no modelo de organização dos movimentos sociais e nos protestos de rua massivos, a lógica de *ação coletiva clássica* continua a integrar

a agenda dos modos de participação política e cívica das sociedades atuais, veja-se por exemplo as iniciativas conduzidas por sindicatos.

Mas não é só relativamente à natureza da ação coletiva do protesto político e social que são equacionadas mudanças provocadas pelos *social media*. A lógica da *ação conectiva* alicerçada nos *meios de autocomunicação de massas* pode também estar a transformar o perfil identitário dos participantes nos movimentos sociais (Castells, 2013; Anduiza *et al*, 2012): nos protestos antiausteridade, não obstante a presença de indivíduos provenientes de outros períodos de contestação, assiste-se à participação de indivíduos menos politizados e com pouca experiência nas redes organizacionais de ativismo. Esta descontinuidade pode-se relacionar com o facto de as redes sociais da internet terem um papel fundamental nos processos de mobilização e de simultaneamente proporcionarem uma possível abertura à participação nas redes de ativismo. Como vimos anteriormente, as redes pessoais de conhecimento e as relações de amizade foram sempre muito importantes nas formas de mobilização e de recrutamento nos movimentos sociais. Será que com o desenvolvimento dos *social media* as redes face a face tendem a perder importância e a dar lugar a formas virtuais de recrutamento?

Tentar responder a esta questão é também refletir sobre a possibilidade de os *social media* estarem a provocar mudanças profundas na natureza e organização dos ciclos de protesto. Como observámos existem alguns fatores que nos podem encaminhar no sentido de ponderarmos uma resposta positiva a esta interrogação, mas só a constituição futura de novos ciclos de protesto e o estudo das suas manifestações empíricas nos dirá qual é a importância que os *social media* têm nas lógicas de construção da ação coletiva dos protestos e dos movimentos sociais contemporâneos.

CAPÍTULO 5

UM ITINERÁRIO ANALÍTICO E METODOLÓGICO ENTRE ATIVISTAS E PROTESTOS ANTIAUSTERIDADE EM PORTUGAL

Na origem desta pesquisa sobre ativismos e protestos antiausteridade em Portugal está um percurso de investigação desenvolvido no âmbito da sociologia dos movimentos sociais e da ação coletiva. Tendo-se acompanhado o ciclo de contestação anterior dos movimentos pela justiça global (Nunes, 2004, 2011) afigurou-se como importante analisar os protestos antiausteridade levados a cabo por grupos de ativistas portugueses contra as medidas de austeridade acordadas entre o Governo nacional e a chamada Troika. Esta análise tornava-se ainda mais importante quando era do nosso conhecimento que as iniciativas pela justiça global se tinham caracterizado por dinâmicas coletivas pouco expressivas do ponto de vista de uma participação alargada dos cidadãos e que as manifestações antiausteridade se constituíam como as maiores em termos de dimensão numérica das últimas décadas.

No entanto, como veremos, as pesquisas anteriores sobre os movimentos pela justiça global e o Fórum Social Português concederam-nos instrumentos de análise que mobilizámos no desenho de pesquisa que será aqui explanado, embora este não tenha como finalidade proceder a um estudo comparativo entre os dois ciclos de protesto.

Além dos fatores motivacionais inerentes ao saber cumulativo e apreendido nesta área, à medida que os protestos antiausteridade iam avançando, surgiam interrogações que se transformavam em perguntas e objetivos de partida do itinerário da pesquisa e que tentavam responder a questões que pensamos ser pertinentes no estudo dos movimentos sociais ou dos grupos de ativistas: “quem são os ativistas que tornam possíveis estes espaços de contestação? Como se organizam? À semelhança do que acontece em vagas de protesto internacionais sincrónicas, são os *social media* canais e recursos primordiais na mobilização e participação dos cidadãos? São também importantes os processos transnacionais com ativistas de outros países no desenrolar das iniciativas? Estas foram algumas das interrogações iniciais que lançaram as bases de concretização da problemática teórica. Contudo, convém advertir para o facto de que a análise foi sobretudo construída com base nos contributos da literatura internacional esboçada, em primeiro lugar, sobre os movimentos pela justiça global e, numa segunda fase, sobre os movimentos da crise (Della Porta e Mattoni, 2014). A análise teórica alicerçada nos contributos internacionais prende-se com as seguintes razões: em primeiro lugar, debruçamo-nos sobre as reflexões em torno dos movimentos pela justiça global porque no início da pesquisa, que foi durante algum tempo sincrónica à emergência dos protestos

antiausteridade nacionais e aos movimentos da crise, eram poucos os contributos quer internacionais quer nacionais sobre esta onda de contestação. Assim, pensámos que uma perspectiva teórica comparativa entre estes dois momentos distintos nos ajudaria a compreender melhor o mais recente, mesmo numa situação em que a análise empírica não iria incidir sobre ambos. Por outro lado, sendo parcas as reflexões específicas sobre a sociedade portuguesa relativamente aos movimentos pela justiça global e aos protestos antiausteridade, mostrou-se necessária a construção do conhecimento teórico a partir da revisão da literatura internacional.

5.1. Os temas em análise e as hipóteses de investigação

O primeiro eixo analítico da problematização teórica assenta sobretudo na tentativa de compreender como são caracterizados os protagonistas da antiausteridade. No âmbito da literatura internacional desenham-se sobretudo duas posições teóricas: uma que enfatiza o carácter novo deste ciclo de protestos ao nível do perfil dos seus protagonistas, mostrando que quem nele participa são sobretudo jovens com pouca experiência de envolvimento cívico e político e com parcas ligações às redes do ativismo (Anduiza *et al*, 2012; Castells, 2013); outra que valoriza a permanência de ativistas da justiça global que trazem para este novo ciclo as suas experiências passadas (Juris, 2012; Calhoun, 2013; Romanos, 2013). A importância da continuidade das narrativas individuais não é, contudo, uma novidade destas duas fases de protesto. Outras reflexões demonstram como esta pode ser encontrada nos protestos anti FMI da década de 1970 e nos movimentos pela justiça global (Broad e Heckscher, 2011).

Este enfoque teórico combinado com o desenvolvimento do trabalho de campo realizado, numa primeira etapa, através da participação e observação direta nos protestos e em alguns encontros de ativistas, nomeadamente no Ativar, e também pela leitura atenta e crítica aos documentos produzidos pelos ativistas portugueses (manifestos, páginas do *facebook* e, muitas vezes, das discussões *online* entre pares), conduziram-nos a levantar a seguinte hipótese de investigação: do ponto de vista identitário, os protestos antiausteridade são compostos por “velhos” e “novos” ativistas, ou seja, por indivíduos que iniciaram os seus percursos de ativismo em períodos anteriores e por outros que vivem as suas primeiras experiências de participação política e cívica nestas iniciativas, mas os primeiros e as suas ‘biografias de continuidade’ transportam para este ciclo conhecimentos ao nível dos recursos organizativos e logísticos e até redes de capital social fundamentais na edificação dos protestos de larga escala. Não é nosso intuito diminuir a ação de novos jovens ativistas que se juntaram e também ajudaram a criar estes protestos, mas somente sublinhar que ativistas

reconhecidos pelo seu desempenho anterior – como, por exemplo, na despenalização da interrupção voluntária da gravidez, na legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo ou ainda nos movimentos pela justiça global, designadamente na construção do Fórum Social Português e na participação nos Fóruns Sociais Mundiais e Regionais – continuaram a ter um papel importante neste ciclo de contestação.

A segunda hipótese de investigação desenhou-se em torno da interrogação inicial de como se organizam e que meios ativam os ativistas que promoveram os maiores protestos dos últimos anos. Se, na hipótese anterior, sugerimos que persiste, neste ciclo de contestação, a importância das narrativas biográficas de continuidade, aqui encaminhamo-nos para propor que, em conformidade com as vagas de protesto ocorridas noutros países neste período temporal, a utilização intensiva das redes sociais da internet foi uma característica também do ciclo português e, neste contexto, consideramos que, do ponto de vista organizativo e dos meios de mobilização utilizados, os *social media*, nomeadamente o *facebook*, desencadearam novos processos de construção das manifestações e podem ter contribuído para a edificação de um ciclo de protestos nos termos definidos por Tarrow³⁰ (1998). Se, por um lado, estamos perante um ciclo onde se denota uma continuidade ao nível da importância que ativistas mais antigos têm na organização das iniciativas, por outro, é visível que as formas de mobilização, de desencadear e de alargar o protesto nos níveis nacional e internacional refletem novos modos de construção das ações, que seguem as tendências internacionais de outros eventos dos movimentos da crise e que, à partida, rompem com as formas de organização da ação coletiva mais tradicionais dos partidos políticos e das organizações sindicais.

Sabendo-se que neste período se verificaram vários momentos de contágio internacional e de propagação dos chamados ‘eventos gatilho’ (Della Porta e Kriesi, 2009 [1999]), nomeadamente o protesto de 15 de Outubro de 2011, será que estes processos se realizaram pela via da *difusão relacional* ou da *não relacional* (Della Porta e Tarrow, 2005)? Será que, tal como no ciclo dos movimentos pela justiça global, o papel dos ativistas de continuidade que se enquadram na definição de *rooted cosmopolitans* (Della Porta e Tarrow, 2005) foi fundamental nesta expansão?

Numa primeira fase da pesquisa, a nossa hipótese de investigação conduzia-nos a considerar que, no quadro da sociedade portuguesa, as redes de contacto com o exterior dos

³⁰ Tarrow (1998: 142) define ciclo de protesto como “...uma fase de maior conflito em todo o sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados; um ritmo rápido de inovação nas formas de contencioso; a criação ou a transformação dos quadros de ação coletiva; a combinação de formas de participação organizadas e não organizadas; sequências de fluxos intensificados de informação e a interação entre opositores e as autoridades”.

ativistas de continuidade podiam ter sido fundamentais nos processos de difusão internacional contra a austeridade. No entanto, as primeiras incursões no terreno, nomeadamente através da realização das entrevistas semidirectivas, começaram a pôr em causa esta assunção e mostraram que talvez a transnacionalização de alguns momentos de protesto se tenha dado mais pela via dos processos de *difusão não relacional* (Della Porta e Tarrow, 2005). Neste percurso, tornava-se cada vez mais evidente que os ativistas portugueses, sobretudo aqueles com biografias de continuidade, possuíam contactos e redes de interação com ativistas de outros países, mas os eventos de protesto de índole ou com referências a uma solidariedade internacional expandiram-se sobretudo pela via da *difusão não relacional* (Della Porta e Tarrow, 2005). Além disso, propõe-se que nunca persistiu uma congregação conjunta de esforços para encetar uma plataforma de ação internacional.

A última hipótese de investigação postula que os partidos políticos de esquerda, nomeadamente o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP), e as organizações sindicais, neste caso a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), tiveram e poderão continuar a ter um papel importante nas causas ligadas aos protestos políticos da esquerda portuguesa, nomeadamente no seu suporte às redes de mobilização dos ativistas, onde existe um claro cruzamento e uma circulação entre ativistas de grupos de protesto e militantes de partidos políticos. Este pressuposto apoia-se desde logo nos resultados de pesquisa sobre o Fórum Social Português (Nunes, 2011), onde os conflitos sobre a participação ativa dos partidos políticos acabariam por ditar o fim de um processo pensado *a priori* como um espaço de encontro privilegiado dos movimentos sociais e das associações da sociedade civil; e em análises mais recentes que indicam que os atores políticos tradicionais tiveram um papel importante no conjunto das mobilizações antiausteridade sucedidas entre 2011 e 2013 e que os grupos de protesto, que se afirmaram como não partidários, embora tenham levado a cabo as manifestações de larga escala, só o conseguiram fazer intermitentemente, não criando bases sólidas para formas de ação coletiva mais sustentadas ao longo do tempo (Accornero e Ramos Pinto, 2015).

Se no que diz respeito ao papel e à intervenção dos partidos políticos e às suas ligações com os grupos de protesto estão presentes fatores que apontam para continuidades nas relações estabelecidas entre estes atores, também é inegável que se utilizaram novas formas de organização da ação coletiva que, expandindo o protesto de rua tanto nos níveis nacional e internacional, não foram uma herança dos velhos movimentos sociais ou dos partidos políticos de esquerda e indiciam ruturas com os modos de fazer protesto do passado. Portanto, as nossas hipóteses sugerem o argumento de que este é um período caracterizado

por continuidades mas também por descontinuidades, que marcaram o protesto político e social da sociedade portuguesa contemporânea.

Por último, convém salientar que a pesquisa decorreu assim de um diálogo permanente entre teoria e empiria onde “as hipóteses teóricas tornam-se relevantes como versões da compreensão e da perspetivação do objeto estudado, reformuladas e, acima de tudo, mais finamente elaboradas no decurso do processo de investigação” (Flick, 2005: 46).

Este seguiu uma lógica assente nos princípios epistemológicos das abordagens da pesquisa qualitativa (Flick, 2005) onde se procura compreender, interpretar e avaliar as representações e os sentidos que os ativistas atribuem às suas ações e práticas de protesto.

5.2. O objeto de estudo empírico: as técnicas de pesquisa e as manifestações e os ativistas que tornaram possível esta investigação

Tendo subjacente uma lógica de investigação iminente qualitativa como método de recolha de informação primordial, elegemos a técnica da entrevista semidirectiva. Esta tem sido muito utilizada no âmbito do estudo sobre os movimentos sociais e o protesto político, pois permite alcançar a compreensão de como os ativistas perspetivam e refletem sobre as suas atividades pessoais, assim como avaliam as características mais gerais dos ciclos de protesto que vivenciaram e onde tiveram lugar as suas experiências de participação. Tal como é observado por Blee and Taylor (2002: 93) “os métodos da entrevista semiestruturada têm sido utilizados numa ampla variedade de estudos de movimentos sociais. Esta estratégia de entrevista tem sido particularmente útil em pesquisas sobre movimentos sociais pouco organizados, de curta duração ou pouco documentados e em estudos que exploram questões para as quais é difícil reunir dados através de questionários estruturados”. Estas asserções iam ao encontro das características do objeto de estudo: os protestos antiausteridade ocorreram, numa primeira fase, num período sincrónico ao da investigação e, do ponto de vista da sua organização, pareciam-nos à partida pouco estruturados. Devido à sua novidade estavam pouco estudados na perspetiva de um conhecimento das ciências sociais e, por fim, era muito difícil aplicar uma metodologia extensiva, porque não dispúnhamos de recursos suficientes para realizar, por exemplo, um inquérito por questionário. Além disso, por vezes, é também difícil escrutinar qual é o universo de população “real” dos ativistas porque é frequente estes envolverem-se na organização dos eventos de forma muito participada mas por períodos de curta duração. Assim, de um ponto de vista metodológico e de observação do objeto de estudo

empírico, a técnica da entrevista semidirectiva mostrou-se como a mais adequada aos objetivos da pesquisa empreendida.

Para partirmos à descoberta das continuidades e ruturas dos protestos antiausteridade, definimos que o horizonte empírico estabelecer-se-ia em torno dos 4 eventos de manifestação de larga escala ocorridos entre 2011 e 2013 e também que o critério de seleção dos ativistas inquiridos obedeceria ao requisito de terem participado ativamente na organização de pelo menos uma dessas iniciativas, a saber: 12 de Março de 2011 - “Protesto da Geração à Rasca”; 15 de Outubro de 2011 – “Unidos Pela Mudança Global” (protesto agendado pela Plataforma 15 de Outubro); 15 de Setembro de 2012 – “Que se Lixe a Troika!” (protesto agendado pelo grupo Que se Lixe a Troika); 2 de Março de 2013 – “O Povo é Quem Mais Ordena!” (protesto agendado pelo grupo Que se Lixe a Troika).

Vejamos as razões que nos conduziram à seleção destas mobilizações.

O protesto da ‘geração à rasca’ (Março de 2011), embora seja anterior ao início do programa de austeridade da Troika, marca o início deste ciclo de mobilizações. A sua convocatória surge da iniciativa de 4 jovens que refletem a realidade de uma geração que possui vínculos de trabalho precários e/ou em situação de desemprego. O primeiro apelo para a participação na manifestação foi lançado através de uma página no *facebook* e foi criado um manifesto onde se pretendia a realização de um protesto “apartidário, laico e pacífico” e que se dirigia à participação de “...desempregados, “quinhentoseuristas” e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal”³¹. O evento coincidiu com o fim de um ciclo político, sob governação do Partido Socialista (PS), liderado por José Sócrates, e emergiu numa conjuntura de instabilidade política e económica em que, através do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), já tinham sido impostas medidas de austeridade e onde se anunciava a inviabilização política do PEC IV por parte dos partidos da oposição.

A mobilização de 15 de Outubro de 2011 surge de uma convocatória internacional do movimento 15M, em Espanha. Em Portugal, o evento foi organizado pela Plataforma 15 de Outubro, que reuniu diferentes ativistas e associações.

O próximo protesto, onde se registaram elevados níveis de participação, ocorreu em 15 de Setembro de 2012 e seria organizado pelo coletivo Que se Lixe a Troika. A sua data foi

³¹ <http://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/portugues/>; acedido a 15 de Junho de 2014.

escolhida pela realização, nessa altura, da 8ª avaliação da Troika e coincidiu também com o anúncio sobre o aumento da Taxa Social Única (TSU). Esta contestação manifestou-se na adesão massiva dos cidadãos de Norte a Sul do país, onde foram organizadas diversas manifestações.

Por último, a fechar este ciclo intermitente de eventos de larga escala, realizou-se a manifestação de 2 de Março de 2013, organizada também pelo grupo Que se Lixe a Troika. Estes são assim os eventos de referência para a concretização da pesquisa e para a realização das 20 entrevistas efetuadas aos ativistas. Contudo, a seleção dos entrevistados baseou-se ainda na eleição de outros fatores: foi nossa preocupação auscultar ativistas de ambos os sexos, pertencentes a gerações diferentes, uns que tivessem iniciado os seus percursos em momentos anteriores à realização das manifestações antiausteridade e outros cuja participação se iniciasse agora nestes processos. Foram assim entrevistados indivíduos que começaram a sua atividade no movimento antipropinas na década de 1990, que passaram pelos protestos a favor da Interrupção Voluntária da Gravidez e dos direitos LGBT e também pelos movimentos pela justiça global, assim como outros, mais novos, que despertaram para o ativismo com os temas do desemprego e da precariedade laboral ou somente nos protestos antiausteridade. Além disso, procurámos entrevistar ativistas que tenham estado politicamente ativos em partidos políticos e que atualmente não estejam, outros que participem quer nesta esfera, quer em grupos de protesto não institucionais, e outros ainda que nunca tivessem desenvolvido a sua atividade em partidos políticos, organizações sindicais ou outro tipo de associações.

Tendo em conta que os protestos antiausteridade se estenderam a várias cidades do país, optámos também por entrevistar ativistas que participaram não só nas manifestações em Lisboa, embora estes constituam a maior parte, mas também na organização dos protestos no Porto (3 entrevistados), em Coimbra (1 entrevistado) e em Faro (1 entrevistado). Estas entrevistas foram realizadas via *skype* pelas circunstâncias da distância física e da economia de recursos.

O critério de construção da nossa amostra foi *intencional* (Pais, 2001: 89), onde perfilhámos os princípios equacionados por Blee and Taylor (2002: 100) nas suas considerações metodológicas relativamente ao estudo dos movimentos sociais e à triagem dos protagonistas entrevistados: “Os indivíduos são selecionados porque têm experiências particulares nos movimentos sociais, tais como diferentes níveis de ativismo ou de participação em diferentes fações de um movimento, e não porque as suas experiências são representativas da população em geral (...) em cada etapa, a amostragem é guiada por

considerações teóricas e não apenas por uma preocupação com a representatividade”. Seguindo estes princípios, na seleção dos entrevistados estiveram sempre presentes os pressupostos teóricos subjacentes às hipóteses de investigação onde a avaliação das continuidades e descontinuidades ao nível dos temas propostos para a análise só faria sentido incluindo “novos” e “velhos” ativistas, que nos permitiriam uma análise comparada sobre as suas perspetivas relativamente aos temas propostos para sua reflexão.

No “fechamento” da nossa amostra, seguimos o critério da *saturação da informação* (Pais, 2001; Bertaux, 1997; Blee and Taylor, 2002) ou seja, a partir do momento em que a nossa sensibilidade analítica e crítica nos alertava para o facto de não estarmos a captar nova informação sobre os assuntos, decidimos finalizar o processo de realização de entrevistas a outros atores.

A construção do guião de entrevista seguiu, em grande medida, os eixos analíticos subjacentes às hipóteses de investigação (Ghiglione e Matalon, 1992). Este foi dividido em 6 temas: perfil, história e percurso individuais do ativista; participação em eventos pela justiça global; participação nos eventos de protesto antiausteridade; perfil coletivo e organizacional dos grupos e eventos de protesto; transnacionalismo e TIC; relações entre grupos de protesto e partidos políticos e organizações sindicais.

As entrevistas foram realizadas entre Fevereiro de 2012 e Dezembro de 2013 em duas fases distintas e duraram cerca de 1 hora e 30 minutos a 2 horas. A opção de realizar as entrevistas em duas fases deveu-se ao facto de estarmos perante um objeto de estudo que ocorria em simultâneo com o tempo da própria investigação, fator que acarreta por vezes dificuldades de distanciamento e de elaboração de um pensamento reflexivo quer por parte do investigador, quer por parte dos ativistas entrevistados que, neste último caso, estando demasiado próximos do tempo de ocorrência dos eventos, reflectiam sobre os temas de uma forma muito emocional e pouco reflexiva, mostrando-se, por vezes, pouco abertos a falar sobre assuntos mais sensíveis, tais como os que envolviam as opiniões sobre as relações entre grupos de protesto e entre estes e os partidos políticos e as organizações sindicais. Por outro lado, como é óbvio, nunca dispúnhamos de um conhecimento prévio sobre o que iria acontecer *a posteriori*, designadamente se iriam suceder outros eventos de protesto de larga escala ou se, por exemplo, a contestação iria aumentar ou esmorecer. Assim, na tentativa de obter uma informação mais rigorosa sobre os temas propostos para reflexão, numa fase em que os grupos de protesto tinham diminuído consideravelmente as suas atividades e as manifestações tinham, à partida, deixado de atrair um número alargado de participantes, tomámos a decisão de contactar novamente o conjunto dos inquiridos para procederem a um

balanço das suas experiências e vivências, assim como a uma avaliação sobre este ciclo de protestos.

Além disso, convém referir que, no decurso deste trabalho, mantivemos o papel de investigadora *outsider* ao exercício da participação ativa no processo de construção dos eventos de protesto. A posição *insider/outsider* tem sido discutida no âmbito das questões metodológicas que envolvem o estudo dos movimentos sociais, visto que, por vezes, é comum os investigadores desempenharem concomitantemente o papel de militantes-ativistas dos protestos e causas que são objetos das suas pesquisas. Tal como afirmam Blee and Taylor (2002), quer a posição *insider*, quer a *outsider*, apresentam vantagens e desvantagens. Ser um investigador que participa enquanto cidadão em movimentos sociais ou em grupos de protesto, permite conhecer melhor as dinâmicas de funcionamento internas do seu objeto de estudo relativamente a diferentes temáticas, mas numa situação em que existem relações conflituais entre diferentes facções de grupos de protesto e em que o investigador é conotado, por exemplo, com uma determinada facção, este fenómeno pode dificultar o seu processo de investigação. Por outro lado, ser um investigador *outsider*, ou seja, ser reconhecido como alguém que não pertence à causa, pode resultar numa certa resistência e desconfiança por parte dos ativistas em disponibilizarem a informação pretendida. No entanto, esta posição de *outsider* pode também ser útil, pois o investigador não é assim conotado com qualquer grupo e como pertencente a uma dada facção do movimento.

No caso particular deste trabalho de investigação, regra geral, a maior parte dos ativistas mostrou-se quase sempre muito recetivo a realizar as entrevistas e a fornecer-nos as informações solicitadas. Daí que talvez a principal dificuldade tenha sido a pouca distanciação temporal face aos eventos de protesto. Na primeira fase das entrevistas, sentimos, por vezes, que os acontecimentos estavam demasiado próximos das emoções e memórias afetivas e que, por vezes, alguns ativistas estavam a viver momentos de tensão e de conflito dentro e fora dos seus grupos de protesto e que se tornava difícil falarem mais abertamente sobre estes assuntos. Sentimos também que alguns jovens ativistas que participavam pela primeira vez na preparação e organização de eventos de protesto, mas que rapidamente decidiram abandonar os processos, mostravam-se mais renitentes em concederem-nos a entrevista. Relembro, por exemplo, o caso de uma jovem ativista que apenas realizou a entrevista após uma amiga a ter convencido de que falaria apenas do que desejasse. É de referir que, no processo de realização da entrevista via *Skype*, a jovem permaneceu durante o decorrer da entrevista sempre com a câmara desligada. Claro que não podemos aferir quais os motivos que conduziram a esta atitude, mas talvez seja um indicador

do receio em exprimir o seu descontentamento face aos processos de organização das manifestações e à desilusão sentida face ao papel de hegemonização que considerava que os partidos políticos tinham desempenhado.

Ainda na primeira fase das entrevistas, notámos, por vezes, uma certa ansiedade por parte de alguns ativistas e que também invocavam problemas de agenda para nos receberem. Após a realização das 4 grandes manifestações, que servem de referência empírica a esta pesquisa, os ativistas eram constantemente solicitados pelos meios de comunicação social para concederem entrevistas. Nalguns casos, aconteceu termos iniciado o processo de realização da entrevista e o nosso interlocutor avisar-nos, passados alguns minutos, que teríamos de terminar muito rapidamente porque possuía outra entrevista com a comunicação social ou ainda que tinha agendada uma reunião de ativistas.

Assim, consideramos que foi fulcral, num período já de menor agitação social, voltar a ouvir de novo os entrevistados: não só mostraram ter mais tempo disponível para nos receberem como, quando auscultados por uma segunda vez, observámos que olhavam para os protestos antiausteridade de forma mais reflexiva, mais racional e também com menos receio de refletir sobre os processos. Alguns ativistas que se tinham manifestado pouco abertos e recetivos às questões relacionadas com as relações internas entre grupos de protesto e externas relativamente aos atores políticos tradicionais, nesta segunda fase, mostraram-se muito mais abertos a exprimir as suas opiniões.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e sujeitas a um processo de análise de conteúdo temática que se efetivou de acordo com as hipóteses de investigação traçadas e, por conseguinte, com os temas expostos no enunciado do guião de entrevista. Portanto, a análise de conteúdo levada a cabo consubstanciou-se numa *análise temática teórica* (Bryman, 2004; Flick, 2005) que foi essencialmente guiada pelas opções teóricas tomadas no âmbito da pesquisa. Posteriormente, foram eleitas as unidades de análise, que incluem *segmentos gramaticais* de diferentes dimensões que foram retirados do *corpus* dos textos das entrevistas transcritas e selecionados de acordo com a sua relevância analítica (Ryan e Bernard, 2000). Tal como sugerem ainda O'Reilly and Kiyimba (2015: 80) “neste processo, o investigador assume um papel ativo na selecção e categorização dos dados em temas”. As frases, os excertos e os segmentos de texto proferidos pelos ativistas e retirados das entrevistas, não terão meramente um papel ilustrativo, servirão para apoiar os argumentos deste trabalho e serão escolhidos de acordo com critérios de qualidade e de representatividade, ou seja, por manifestarem maiores níveis de pertinência e de reflexividade face aos temas propostos para análise.

No desenvolvimento deste trabalho, pretende-se contribuir para a elaboração de um conhecimento mais aprofundado no seio das ciências sociais e, em particular, da sociologia sobre um período de protestos recente que, apesar de alguns contributos analíticos importantes, ainda carece de estudos aprofundados, nomeadamente ao nível dos ativistas que protagonizaram os seus principais momentos de contestação, com um enfoque na observação dos seus perfis e percursos, e também, por exemplo, relativamente a um tema incontornável no estudo dos grupos de protesto contemporâneos como é a importância e o papel dos *social media* na configuração organizativa das manifestações antiausteridade de grande dimensão. Até agora, a nosso ver, estes temas têm sido alvo de pouca reflexão analítica e têm permanecido fora das agendas de investigação. Além disso, espera-se que esta pesquisa, assente numa abordagem sociológica qualitativa, que valoriza as representações, opiniões e sentidos dos ativistas, coopere para a edificação de um conhecimento reflexivo sobre estes mesmos atores e as suas subjetividades. Uma análise qualitativa aprofundada próxima dos protagonistas dos protestos antiausteridade é assim o contributo particular que esperamos que o conhecimento sociológico possa oferecer aos estudos sobre a história do mais recente ciclo de protestos ocorrido em Portugal.

CAPÍTULO 6

O PROTESTO POLÍTICO E SOCIAL EM PORTUGAL

A partir dos anos 80, foi o retrato de um país pouco participativo política e civicamente o que mais caracterizou os estudos sociológicos e políticos desenvolvidos sobre a sociedade portuguesa. A maior parte das pesquisas de carácter quantitativo demonstraram, e em certa medida continuam a demonstrar, como encontramos uma sociedade pouco mobilizada. Observemos então algumas reflexões que têm registado os comportamentos e as atitudes dos portugueses face aos temas da participação e envolvimento políticos³².

Procedendo a uma análise longitudinal sobre a participação eleitoral, Lobo (2013) evidencia como esta tem diminuído drasticamente ao longo das últimas décadas³³. O aumento da abstenção eleitoral tem sido também acompanhado por um maior fosso entre eleitores e partidos políticos que se consubstancia na diminuição dos níveis de simpatia e identificação partidária dos portugueses (Lobo, 2013)³⁴. No mesmo sentido do crescimento de um sentimento de *desafeição política* (Torcal e Magalhães, 2009), dirigem-se os resultados onde se inquiriu a população portuguesa sobre a satisfação com o funcionamento da democracia: se, em 2002, 47% dos inquiridos dizia-se pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento da democracia, em 2011 estes valores ascendem a 67% (Lobo *et al*, 2013: 231). No entanto, num estudo que compara os 27 países da União Europeia (Teixeira e Almeida, 2012) assinala-se que o declínio da satisfação com o funcionamento da democracia é comum também a outros países da Europa, mas sobretudo àqueles que foram mais afetados pela crise económica e pelas medidas de austeridade (onde se inclui também a Grécia e a Espanha). Regista-se ainda um decréscimo da confiança política dos cidadãos relativamente aos governos nacionais em 19 países da União Europeia. Contudo, mais uma vez, esta descida foi mais abrupta nos países a cumprir os programas de austeridade acordados com a chamada Troika. Neste conjunto de países, Portugal é o que regista uma maior redução na confiança política³⁵.

Apesar de os portugueses demonstrarem que estão manifestamente descontentes com as instituições políticas de governação, em 2012, dados coligidos a partir do barómetro da

³² Excertos deste capítulo foram publicados em Nunes, Cristina (2017) “Ciclos de contestação transnacionais – dos movimentos pela justiça global aos protestos anti-austeridade: os casos de Portugal e Espanha”, em Conceição Pequito Teixeira (coord.), *O Sistema político Português - Uma Perspectiva Comparada*, Principia, pp. 263-283.

³³ Se nos anos 80 era possível observar, nas eleições legislativas, uma taxa de participação na ordem dos 80%, estes números vieram progressivamente a decrescer nas últimas décadas, situando-se, nas eleições legislativas de 2015, em 55,8% (<http://www.legislativas2015.pt/resultados/>; acedido a 10 de Janeiro de 2016)

³⁴ No início da década de 2000, 49% dos cidadãos portugueses sentiam-se *bastante e muito próximos* de um partido político e, em 2011, só 21% dos inquiridos expressaram esta mesma atitude (Lobo, 2013: 63).

³⁵ Respectivamente de 52% em 2000 para 19% em 2010.

qualidade da democracia (Lisi *et al*, 2013: 59) assinalaram que, em termos de participação política, votar é ainda considerado o meio mais eficiente no exercício da cidadania (61,9%)³⁶. Numa outra lista de perguntas, 63,1% dos inquiridos manifestaram-se muito de acordo ou em acordo com a afirmação de que “Em Portugal, as greves e as manifestações estão demasiado controladas pelos sindicatos ou pelos partidos” e 54,1% anuíram face à afirmação “Em Portugal, a maneira como os partidos funcionam limita a participação dos cidadãos” (Lisi *et al*, 2013: 59). A identificação com estas afirmações converge com a elevada adesão dos portugueses, a partir de 2011, a alguns dos protestos antiausteridade que se autodenominaram como apartidários e compostos por coletivos de cidadãos organizados além dos partidos políticos e das organizações sindicais. Esta adesão refletiu-se também, nos últimos anos, num aumento na participação dos portugueses em manifestações de rua. Assim, dados recolhidos a partir do *Inquérito Social Europeu* (Amador, 2013; Lima e Artiles, 2014)³⁷ demonstram que, no período compreendido entre 2002-2010, a participação individual em manifestações autorizadas legalmente rondou cerca de 3,6%. Mas, se tivermos em atenção os dados reunidos para 2010 e 2012, é possível assinalar um aumento significativo de, respetivamente, 3% para 7,4%.

Apesar de os estudos de carácter quantitativo não refletirem um cenário muito animador quanto à intervenção cidadã nos assuntos da esfera política e pública, a contestação à austeridade inaugurou um novo ciclo de protestos onde não só se reconhece um aumento importante dos cidadãos em manifestações, mas também o surgimento de novos coletivos de contestação. Contudo, antes do início deste novo período é também possível identificar, em anos anteriores, fases de protesto que fazem parte da história do ativismo português e que poderão ter sido importantes para a criação e consolidação de redes de interconhecimento entre os ativistas que construíram a contestação à austeridade. No próximo ponto, iremos analisar alguns destes momentos que foram selecionados tendo em conta não só a importância que tiveram nos percursos e histórias de vida de alguns ativistas entrevistados, contribuindo para a consolidação das suas dinâmicas de organização do protesto, mas também porque alguns destes momentos introduziram mudanças legislativas significativas com repercussões na vida dos cidadãos.

³⁶ Ainda de acordo com o mesmo instrumento de auscultação dos cidadãos, de uma lista onde se incluem partidos políticos, Presidente da República, movimentos sociais de protesto, igreja e sindicatos, um em cada três inquiridos admitia que estes atores não davam voz às suas preocupações (Vieira *et al*, 2013: 84). Contudo, entre estes agentes, nomearam, em primeiro lugar, como figuras que melhor representam as suas preocupações, o Presidente da República (21, 7%) e, em seguida, os movimentos sociais de protesto (12%) e os partidos e os sindicatos (10%).

³⁷ Os dados apresentados para o período 2002-2010 baseiam-se em Amador (2013) e relativamente ao ano de 2012 em Lima e Artiles (2014).

6.1. Do Fórum Social Português à defesa dos direitos sexuais

As manifestações inauguradas com o protesto da ‘geração à rasca’, em Março de 2011, assumiram, nos últimos anos, qualidades inéditas e excepcionais do ponto de vista da dimensão numérica de participantes e marcaram a história dos processos de mobilização política e social em Portugal, quer pelo aparecimento de novos grupos de contestação, quer pela inovação nas formas de organização e de difusão dos protestos. Apesar de os dados referidos anteriormente apontarem para um cenário pouco animador em termos de participação política e cívica, é possível observarmos, antes do chamado período de contestação à austeridade, eventos de referência na história do ativismo e protesto portugueses ligados às causas políticas e sociais incluídas na agenda da esquerda política portuguesa.

Como analisámos noutros capítulos, os movimentos pela justiça global constituíram-se, a nível mundial, como a principal vaga de protestos anteausteridade, mas em Portugal, embora não tenham adquirido a importância e a dinâmica alcançada em países como, por exemplo, a Espanha (Nunes, 2017), é possível identificar eventos através dos quais algumas organizações e círculos de ativistas tentaram integrar-se nesta rede transnacional de contestação. Esta participação traduziu-se sobretudo na presença de intelectuais e membros de partidos políticos de esquerda e de organizações sindicais no Fórum Social Mundial de Porto Alegre e nos seus Fóruns congéneres realizados na Europa. Houve também a iniciativa de adaptar e trazer esta rede transnacional para o espaço nacional, através da criação do Fórum Social Português (Nunes, 2011). É verdade que as dinâmicas pela justiça global e a realização do Fórum Social Português não se repercutiram numa participação popular alargada e não atingiram a visibilidade mediática dos protestos anteausteridade, mas este fator não invalida que sejam reconhecidas, sobretudo por ativistas com percursos de maior antiguidade que têm acompanhado os principais momentos de contestação da esquerda política portuguesa, pelo seu carácter inovador e enriquecedor no sentido de juntar e cruzar no mesmo espaço de discussão e reflexão atores com pertenças associativas heterogéneas que se dedicavam a diferentes causas. Estas redes de interconhecimento mútuo podem ter sido importantes no reativar de alguns laços no seio do ciclo anteausteridade, mas também noutros momentos de protesto, como o da despenalização da interrupção voluntária da gravidez ou da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, a dinâmica do Fórum Social Português acabou por não singrar, atravessada por fortes conflitos devido à participação ativa dos partidos políticos de esquerda na sua conceção e organização (Nunes, 2011). Mas quem nele participou como ativista refere

que este espaço foi importante para as redes do ativismo português e deixou marcas quer positiva, quer negativamente em momentos de protesto posteriores. Assim, por exemplo, admite-se que este desempenhou um papel positivo no destaque do ativismo LGBT, onde as associações portuguesas ganharam visibilidade e espaço mediático e mostraram que estavam a crescer não só em termos de dimensão, como também as suas reivindicações ganhavam cada vez mais importância no conjunto da sociedade portuguesa. Destas interações ficou como um marco o estabelecimento de contactos entre as associações LGBT e a CGTP e a primeira participação desta organização sindical na então chamada marcha do Orgulho Gay (Nunes, 2011).

O Fórum Social Português caracterizou-se assim pela confluência de diferentes causas – desde os temas relacionados com o trabalho, a agricultura, o ambiente até às questões de género e dos direitos sexuais – e esta particularidade foi perspectivada por diferentes ativistas como uma das suas características mais importantes (Nunes, 2011). Após a realização do Fórum Social Português, outros protestos se seguiram na história do ativismo português no espaço político da esquerda. Destacamos ainda a contestação em torno da despenalização da interrupção voluntária da gravidez e da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, onde estiveram presentes ativistas que tinham participado no Fórum Social Português, mas também nos mais recentes protestos contra a austeridade. Estas dinâmicas resultaram de um largo consenso de diferentes quadrantes da esquerda política, mobilizando associações, cidadãos e ativistas, mas também os partidos políticos de esquerda, desde o BE, ao PCP ao PS. Embora fosse uma reivindicação antiga sobretudo das organizações feministas (Monteiro, 2012), as manifestações e a criação de grupos a favor da despenalização da interrupção voluntária da gravidez dinamizaram-se, numa primeira fase, em 1998, em torno da realização do primeiro referendo, onde os resultados ditaram a vitória do Não (50,9% dos votos contra e 49,1% de votos pelo Sim)³⁸. Muitos ativistas e associações participantes nos protestos a favor da despenalização tiveram um envolvimento muito ativo na organização do Fórum Social Português, como é o caso, entre outras, das Panteras Rosa, da ATTAC, da Não Te Prives, da Acção Jovem para a Paz e da UMAR (Cruz, 2007). Estes grupos viriam também posteriormente a estar presentes nos protestos em torno da defesa dos direitos para as pessoas LGBT. A construção destas sinergias reflectir-se-ia na criação do Movimento pela Igualdade, em 2009, que juntou um conjunto alargado de atores individuais e coletivos em torno da defesa pela legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Este viria a ser aprovado

³⁸ Foi na realização do segundo referendo, em 2007, que o número de votos a favor da despenalização foi superior (59,25%) ao número de votos contra (40,25%) (Freire, 2007).

na Assembleia da República, em 2010, pela maioria de deputados do PS, BE e Partido Comunista³⁹. Além do fortalecimento dos protestos e do ativismo político desenvolvido durante décadas no alcance destas mudanças legislativas, a aliança política dos partidos de esquerda permitiu que estas medidas fossem alcançadas institucionalmente.

Ora, os eventos de protesto referidos anteriormente revelam uma certa continuidade na presença dos atores individuais e coletivos que estiveram envolvidos, ao longo dos últimos anos, nos principais momentos de mobilização da esquerda política portuguesa. Uma característica comum e que atravessa o conjunto das iniciativas é o facto de se terem sempre estabelecido alianças entre os grupos de ativistas e os partidos políticos de esquerda. Como veremos, este suporte pareceu manter-se também no ciclo de contestação à austeridade.

6.2. A importância dos temas da precariedade laboral e do desemprego no protesto político português

Nos últimos anos, os ativismos políticos em torno da esfera laboral adquiriram uma nova relevância social, trazendo para o centro do protesto político, ainda que sob outra forma, temas outrora atribuídos ao movimento dos trabalhadores e às organizações sindicais. Neste caso, destaca-se o crescimento dos grupos de ativistas que se dedicam às questões do desemprego, do combate à precariedade e dos falsos recibos verdes. A transformação destes temas em causas de maior importância social e política está relacionada com a conjuntura macroeconómica dos últimos anos que agravou as situações de desemprego e de contextos laborais de precariedade. Como veremos em capítulo posterior, enquanto uma parte importante de ativistas com percursos mais antigos se iniciou no movimento antipropinas, nas causas LGBT ou em torno da interrupção voluntária da gravidez, ativistas mais jovens, que se destacaram recentemente no desenvolvimento dos protestos antiausteridade, despertaram para o ativismo através dos temas da precariedade laboral. Assim, as causas políticas e sociais emergentes em cada período temporal são também uma consequência das estruturas sociais, políticas e económicas vigentes em cada momento histórico, produzindo efeitos geracionais no ativismo.

Tal como mostram os indicadores estatísticos, as formas de trabalho precário, onde se inclui o trabalho temporário muitas vezes representado pelos contratos de trabalho a prazo e

³⁹ <http://www.tsf.pt/portugal/politica/interior/casamento-homossexual-aprovado-com-votos-contrario-de-psd-e-cds-1492669.html>; acedido a 15 de Junho de 2014.

os recibos verdes, têm vindo a constituir-se como cada vez mais representativas⁴⁰. Por outro lado, a partir do momento em que se começaram a implementar as medidas de austeridade impostas pelo Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) IV e posteriormente com o resgate financeiro e o cumprimento de mais medidas de austeridade acordadas no âmbito da chamada Troika, a taxa de desemprego sofreu um aumento significativo⁴¹.

A deterioração das condições económicas e sociais de existência dos mais jovens e a ausência de resposta social e política quer dos atores políticos institucionais, quer das organizações sindicais para o conjunto crescente de formas de trabalho à margem de contratos de trabalho estáveis e duradouros, conduziu nos últimos anos ao aparecimento de grupos informais e associações que visam denunciar situações ilegais e abusivas no campo das relações laborais e defender os direitos dos trabalhadores precários. Neste campo, destacam-se, por exemplo, os Fartas/os d'Estes Recibos Verdes (FERVE), que surgiram, em 2007, em relação com a temática da precariedade e dos recibos verdes, mas está atualmente extinto e também os Precários Inflexíveis⁴² surgidos em 2008 como grupo informal e constituindo-se mais recentemente como associação⁴³.

Neste cenário de contestação às condições de deterioração dos direitos laborais e sociais, salienta-se ainda a importância do *May Day*, evento organizado por trabalhadores precários para celebrar o dia mundial do trabalho e que se realiza anualmente no dia 1 de Maio concomitantemente com as celebrações das organizações sindicais. A realização do primeiro *May Day* ocorreu em Itália, em 2001, num momento de ascensão dos movimentos pela justiça global na Europa (Sampaio, 2010). Nos anos seguintes espalhou-se por vários países e realizou-se pela primeira vez, em 2007, em Portugal, tendo-se repetido a partir daí todos os anos.

⁴⁰ Em 2010, estimava-se que atingissem 32% dos trabalhadores entre os 15 e os 39 anos e 56% dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, assim como os trabalhadores com maiores qualificações profissionais (Alves *et al.*, 2010).

⁴¹ Assim, no terceiro trimestre de 2011, para a faixa etária situada entre os 15 e os 24 anos, o desemprego rondava os 30% e na categoria dos 25 aos 34 situava-se em 13,1% (www.opj.ics.ul.pt/index.php/desemprego-juvenil). No início de 2012, estes números sofreram um agravamento, com a taxa de desemprego para os jovens com menos de 25 anos a alcançar os 36,2%. Estes números continuariam a acentuar-se em 2013, com um registo no primeiro trimestre de 42,1% de desempregados na mesma faixa etária (www.ine.pt). O conjunto dos dados demonstra assim que a situação é especialmente gravosa entre os mais jovens. O desemprego ou uma inserção precária no mercado de trabalho pode gerar tensões noutras dimensões da vida pessoal e familiar (Soeiro, 2013) e no seio das camadas juvenis caracteriza-se pelo que tem sido apelidado de trajetórias *ioiô* (Pais, 2001) e situações de *ida e volta*, que oscilam entre etapas de autonomia e dependência relativamente à família de origem.

⁴² <http://fartosdestesrecibosverdes.blogspot.pt/>; <http://www.precarios.net/>; acedido em 10 de Janeiro de 2013.

⁴³ Foram criados também grupos de intervenção profissional específica como a Maldita Arquitetura ou a Plataforma dos Intermittentes do Espetáculo e do Audiovisual que, em conjunto com o Sindicatos dos Músicos e o Centro Profissional do Setor Audiovisual, formaram o CENA - o Sindicato dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual.

O aumento das mobilizações sociais e políticas em torno da deterioração das condições e relações laborais viria também a constituir-se como a principal motivação para o primeira grande manifestação de rua que associamos commumente ao início do ciclo antiausteridade em Portugal: o protesto da ‘geração à rasca’.

6.3. O início dos protestos antiausteridade: a ‘geração à rasca’

O protesto da ‘geração à rasca’ realizado em 12 de Março de 2011 inaugura uma nova fase de contestação em Portugal. A sua importância é simultaneamente reconhecida quer pelas pesquisas desenvolvidas neste âmbito (Baumgarten, 2013; Soeiro, 2014), quer pelos ativistas que estiveram envolvidos, em algum momento, no ciclo antiausteridade, incluindo aqueles que não participaram ativamente na organização do evento. A ‘geração à rasca’ pode ser perspectivada como o marco da primeira fase dos protestos antiausteridade (Baumgarten, 2016). Muitos ativistas classificam o 12 de Março como “*um processo e um momento histórico únicos*” (Sandra), de “*ter despertado a consciência cívica de muita gente*” (Susana), ou que “*há um pré e pós 12 de Março, assumindo que todos os outros protestos foram filhos do 12 de Março*” (Miguel), ou ainda que “*a palavra precariedade não existia antes*” (Teresa)⁴⁴.

Um dos jovens que teve a ideia de lançar o protesto, afirma que “*a geração à rasca surge de um sentimento de frustração, da frustração tanto com as relações laborais, como com a situação de desemprego*” (Frederico) e outra das organizadoras assinala que esta ideia nasceu espontaneamente: “*foi uma conversa entre amigos. Estávamos os 4 no café a discutir a precariedade por causa do vídeo dos Deolinda e da reação que as pessoas tiveram a este vídeo e chegámos à conclusão que a música era muito específica para os jovens, mas que a precariedade, de certa forma, afetava toda a gente*”. Assim, a canção “Que parva que eu sou⁴⁵”, da autoria do grupo musical Deolinda, deu expressão aos sentimentos destes jovens face à vivência de um contexto de insegurança e medo perante as condições de vida do presente e do futuro, sem garantias de estabilidade económica e laboral.

⁴⁴ Os nomes atribuídos aos ativistas são de natureza fictícia. Todas as declarações, que se encontram no texto, foram extraídas das entrevistas realizadas pela autora no âmbito do projeto de investigação que suporta este trabalho.

⁴⁵ A canção denuncia um retrato de uma geração reconhecida, no contexto da sociedade portuguesa, como a mais qualificada de sempre em termos de recursos escolares e profissionais, mas que vivencia dificuldades consideráveis do ponto de vista dos recursos económicos, do alcance na estabilidade laboral e que padece de uma elevada dependência face aos seus progenitores.

Mas além da música que materializou as preocupações de uma geração, outros fatores despoletaram esta iniciativa. Por um lado, uma certa influência do contexto internacional, pois vivia-se um clima político marcado pelas sublevações da Primavera Árabe onde, com as devidas diferenças de contextos políticos e culturais, os temas do desemprego e das más condições de vida dos jovens eram centrais e criavam empatia em jovens de outros países com situações de vida precárias. Por outro lado, os fatores relacionados com a conjuntura política interna e nacional: vivia-se um período de um governo minoritário conduzido pelo PS onde já tinham sido impostas medidas de austeridade.

Foi assim a junção de um conjunto de fatores sociais, políticos, económicos e culturais que deu lugar à ideia de lançar a iniciativa. Em suma, como refere uma das organizadoras (Teresa), “*o 12 de Março foi a música dos Deolinda, o fim do ciclo político do Sócrates, foram as primaveras árabes e o contexto que isso estava a criar na Europa*”. O evento foi considerado um sucesso em termos da sua dimensão numérica de participação, ficando, desde logo reconhecido, como a maior manifestação realizada nas últimas décadas em Portugal.

Além disso, tal como na onda de protestos internacionais iniciada pela Primavera Árabe, os *social media* serviram de alavanca à sua organização. A página do evento no *facebook* foi amplamente difundida nas redes sociais da internet. Estas constituíram-se como o primeiro instrumento de mobilização e são reconhecidas pelos ativistas como tendo mudado o cenário organizativo dos protestos, permitindo a grupos de cidadãos e ativistas coordenarem-se virtualmente e de forma independente do grupo organizador inicial, de modo a realizarem protestos em 30 cidades e em 12 países sob o mesmo lema e utilizando os mesmos slogans.⁴⁶

A sua importância é brutal. Muitos destes movimentos não existiriam se não tivesses esta ferramenta porque não tinhas mesmo canais de comunicação com uma série de pessoas. Isso aconteceu logo no 12 de Março e depois aconteceu no 15 de Setembro e no 2 de Março, aquela coisa de se criar rapidamente vários núcleos em várias cidades em que as pessoas saem à rua na própria cidade. Não há aquela coisa de há a manifestação em Lisboa e eu estou em Guimarães. (Patrícia)

⁴⁶ Por exemplo, em cidades como Lisboa estima-se a participação de 200 a 300 mil pessoas e no Porto de 80 mil. Esta dimensão em termos de participação cívica conduziu a que permanecesse reconhecida como a maior manifestação realizada nas últimas décadas na sociedade portuguesa (Baumgarten, 2013), fenómeno também surpreendente para os próprios organizadores do protesto: “eu lembro-me de sair de casa no Sábado e achava que iam estar mil pessoas e disse à minha mãe: “olha, se estiverem mil pessoas é muito grande!”. Quando nós abrimos a faixa e a polícia nos disse: “nós não vamos fechar porque não se justifica e começou a aparecer pessoas de todos os lados. Aquele mar de gente foi algo impressionante! Eu acho que nunca mais vou viver um momento igual! (Teresa)”

Outro organizador do 12 de Março exalta também o carácter fundamental do *facebook* na disseminação do protesto, sobretudo tendo em conta que os jovens que o criaram não possuíam redes de contacto importantes nos meios do ativismo.

...o grupo inicial não era propriamente constituído por veteranos do ativismo, nem eram pessoas com redes muito antigas e consolidadas nos meios do ativismo. Não tinha existido geração à rasca e não teria começado a atuar neste tipo de ativismo sem este media. (Frederico)

No entanto, apesar da ideia de o 12 de Março ser originariamente de 4 jovens que, a nosso ver, não pertencem àquilo que designamos de ativistas de continuidade, estes socorreram-se do auxílio de indivíduos mais experientes e com percursos de longa duração nas redes do ativismo, nomeadamente com ligações ao movimento antipropinas dos anos de 1990, ao processo do Fórum Social Português, à defesa da interrupção voluntária da gravidez e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, com o objetivo de alargar as redes de disseminação do protesto no seio dos grupos de ativistas pré-existentes. Assim, embora muitas vezes a construção deste protesto seja associada à espontaneidade e ao facto de surgir de jovens com pouco capital social nos meios do protesto político e social, houve desde o primeiro momento contactos e cooperação com grupos mais antigos até no sentido de reunir os recursos materiais e logísticos necessários.

Tu tens aquelas 4 pessoas que convocam, uma das quais era militante do Bloco de Esquerda, mas que não foi buscar o partido, era uma convocatória cidadã, e que começam a estabelecer contactos com pessoas que já tinham movimentações de ativismo e imediatamente a ligação com os Precários Inflexíveis porque têm um carro de som, que podem ajudar a fazer cartazes e panos porque já têm esse know-how... tu tens essa colaboração logo desde o início. (Patrícia)

Muitos ativistas reconhecem que os *social media* introduziram uma nova forma de fazer protestos, mas também não descuram o papel dos *media* mais antigos, como a televisão, salientando a sua relação simbiótica.

As grandes manifestações são feitas por uma espécie de onda, começa nos ativistas, vais às redes sociais, aquilo toma balanço e chega aos media tradicionais que

alimenta e desagua na coisa, portanto, tu precisas dos meios tradicionais. Mas, para criares onda, precisas das redes. (Ricardo)

Mas tendo ainda em consideração o contexto político e económico em que se organizou o 12 de Março, a ampla repercussão mediática pode estar ainda relacionada com a emergência de divergências no seio das elites políticas face à aprovação do PEC IV e com o contexto de forte contestação social que o Governo atravessava nesta época⁴⁷. Alguns ativistas associam ainda o sucesso do evento em termos de dimensão de participação a um certo aproveitamento político “apoiado” pelos *mass-media*.

Foram levados ao colo pelos media, pelo Cavaco, por todos os jornalistas, portanto, há toda essa parte. Mas é verdade, o 12 de Março não aconteceu pelo brilhantismo daquelas 4 pessoas e depois daquelas que as ajudaram porque houve uma série de poderes. É uma grande ingenuidade achar que o 12 de Março foi uma coisa assim espontânea e maravilhosa. (Sónia)

Outro activista que apoiou a organização do 12 de Março reitera que “*no fim do socratismo, a direita instalada nos media deu muita visibilidade ao 12M. Interessava-lhes mandar abaixo o Sócrates, portanto, havia ali uma boa oportunidade*”. (Miguel)

Contudo, tal como é postulado por Jaspers (2004), na sua análise crítica à teoria do processo político e ao conceito de estrutura de oportunidade política, os ativistas não podem ser retratados como atores que estão apenas sentados à espera de uma oportunidade para participar ou para edificar protestos, ou seja, é necessário que alguém tenha a iniciativa de organizar e mobilizar as pessoas para que a movimentação social se desenrole, papel este que é reconhecido pelo mesmo ativista.

Nenhum dos protestos teria existido se não tivesse sido da iniciativa de pequenos grupos organizados, logo a começar pelo 12M: um grupo de amigos que, na altura, eram muito próximos e dessa afinidade produziram um processo concreto. Sem essa afinidade, não há aqui sebastianismos, um tipo sozinho não faz manifestações de massas. (Miguel)

⁴⁷ <http://www.dn.pt/dossiers/politica/crise-politica-no-segundo-governo-de-socrates/noticias/interior/oposicao-unanime-na-rejeicao-ao-pec-1812958.html>; acedido a 15 de Junho de 2014.

O facto de o protesto se apresentar como organizado à margem dos partidos políticos e das organizações sindicais e como sendo da iniciativa de jovens trabalhadores precários pode também ter contribuído para a elevada participação na manifestação. No mesmo sentido, o manifesto criado pelos organizadores não se constituía como um documento de natureza política, mas foi concebido de forma abrangente para alcançar uma maior presença dos cidadãos. Como refere uma ativista, *“havia muita vontade de que aquelas manifestações, que aconteceram em muitas cidades portuguesas, fossem fora de qualquer apoio político ou de qualquer carimbo de fosse o que fosse e isso fez com que as pessoas saíssem à rua em massa”* (Susana). Esta característica, segundo os ativistas, apareceu como algo novo não só para as pessoas que participam em manifestações, mas também para aquelas que não possuem este hábito de participação cívica.

As características eram inéditas. O 12 de Março marcou uma alteração na organização dos protestos: nós habitualmente somos chamados para participar nas ações das centrais sindicais, aquele género de mobilização foi algo novo. (Inês)

No mesmo sentido, outros ativistas reiteram que a convocação de manifestações fora do quadro organizativo dos partidos políticos ou dos sindicatos iniciou-se com o 12 de Março.

Foi a primeira manifestação não organizada pela CGTP, sem orientação de partidos. Um dos aspetos muito positivos começou no 12 de Março e teve a ver com um rompimento das pessoas, das massas para fora das organizações tradicionais (José) ou ainda que *o Bloco e o PC deixaram de ser atores solitários na obra do movimento social e o poder passou a contar com um poder com o qual não sabe lidar.* (Miguel)

O 12 de Março distinguiu-se pela heterogeneidade dos perfis sócioeconómicos e etários e por trazer aos protestos de rua cidadãos que habitualmente não participam neste tipo de mobilizações de carácter cívico. Este é também perspetivado como um dos aspetos mais positivos.

Um dos grandes contributos do 12 de Março foi ter trazido à vida ativista e pública pessoas que até então nunca tinham participado em nada. Ter trazido jovens que nunca tinham ido a uma manifestação e que nem tinham interesse em ir, isso foi muito notório (...) nós vimos pessoas de todas as idades, famílias inteiras naquelas manifestações e isso foi um grande contributo. (Susana)

Treze dias após a realização do protesto, o PEC IV proposto pelo então Primeiro-Ministro José Sócrates é rejeitado pelos partidos de oposição e, em seguida, é anunciada a demissão do Governo⁴⁸. A partir daqui segue-se o pedido internacional de resgate financeiro e a realização de eleições antecipadas em Junho de 2012, onde o Partido Social Democrata, liderado por Pedro Passos Coelho, seria o partido mais votado e formaria governo mediante coligação com o CDS-PP⁴⁹. Durante este período compreendido entre o protesto da ‘geração à rasca’ (12 de Março de 2011) e a realização das eleições legislativas, destaca-se a criação da acampada do Rossio⁵⁰ e, posteriormente, da Plataforma 15 de Outubro que organizaria a manifestação de 15 de Outubro de 2011.

6.4. A acampada do Rossio e a manifestação de 15 de Outubro de 2011

A acampada do Rossio nasce por influência do processo de constituição das acampadas em Espanha emergentes com o protesto de 15 de Maio de 2011. Na sua criação, foi importante o papel dos estudantes espanhóis de Erasmus que, em solidariedade com os ativistas do seu país de origem, marcaram uma concentração em frente à Embaixada de Espanha onde ficaria decidido ocupar a Praça do Rossio (Baumgarten, 2016). Esta ocupação, embora não tendo a projeção e a importância dos protestos alcançados na sociedade espanhola, é perspectivada como um espaço importante na construção de redes de solidariedade e de interconhecimento entre os ativistas. A partir daqui surgem grupos como os Indignados Lisboa e a Plataforma 15 de Outubro, esta última como tentativa de congregar esforços entre diferentes grupos de ativistas no sentido de criar uma ação coletiva mais coesa contra as medidas de austeridade. No entanto, a acampada do Rossio duraria apenas cerca de três semanas e, já numa fase de declínio, os ativistas seriam evacuados por intervenção das forças policiais.

De acordo com alguns ativistas que participaram na Acampada do Rossio e, posteriormente, na Plataforma 15 de Outubro, no dia 10 de Julho de 2011 reuniram-se em Lisboa ativistas de diferentes países que tinham participado no processo das acampadas com o

⁴⁸ <http://www.dn.pt/dossiers/politica/crise-politica-no-segundo-governo-de-socrates/noticias/interior/socrates-pede-demissao-e-abre-caminho-a-pedido-de-ajuda-1813737.html>; acedido a 15 de Junho de 2014.

⁴⁹ http://www.rtp.pt/noticias/politica/psd-e-cds-avancam-para-coligacao-de-governo-em-2011_v853594; acedido a 15 de Junho de 2014.

⁵⁰ A partir do protesto da geração à rasca e da ocupação da praça do Rossio surgiram novos coletivos e grupos de protesto, a saber: Indignados Lisboa, Movimento Gerações, M12M, Movimento dos Sem Emprego, Democracia Real Já, entre outros.

objetivo de discutirem a “democracia verdadeira” e os “planos de austeridade”⁵¹. Uma das propostas apresentadas foi a de realizar uma manifestação internacional no dia 15 de Outubro de 2011 com vista a demonstrar a solidariedade de grupos de ativistas de vários países face às medidas de austeridade. Esta serviria também para celebrar os 5 meses de existência do movimento 15M em Espanha⁵². Assim, ao contrário da manifestação de 12 de Março, esta integrar-se-ia no âmbito de um apelo internacional, sob o mote “Unidos pela Mudança Global”.

Mas, tal como no 12 de Março, os seus promotores iniciais⁵³, que formariam a Plataforma 15 de Outubro, desenvolveram um manifesto que sublinhava o carácter “apartidário, laico e pacífico”, “a necessidade de incluir todos aqueles que sofrem com as medidas de austeridade e de defender os direitos sociais e laborais conquistados em 25 de Abril de 74” e que, segundo os organizadores, “estariam a ser destruídos com as medidas de austeridade do Governo e da Troika”⁵⁴.

Apesar de fazer parte de uma agenda transnacional de contestação, realizaram-se, em Portugal, manifestações em diferentes cidades e, em Lisboa, estima-se a participação de 100 mil pessoas⁵⁵.

À semelhança do que ocorreu com o 12 de Março, o facto de uns dias antes da realização do evento o Primeiro-Ministro Passos Coelho ter apresentado novas medidas de austeridade, no âmbito do programa de resgate acordado com a Troika, onde se incluíam os cortes nos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos e pensionistas, pode ter contribuído para a sua propagação⁵⁶. Se na génese do apelo dos ativistas à participação na manifestação estão simultaneamente motivos de solidariedade internacional e de consternação com o contexto nacional, na mobilização dos cidadãos encontra-se provavelmente como estímulo principal a preocupação com a atualidade nacional.

⁵¹ Documento produzido pelos promotores da reunião em Lisboa: <https://we.riseup.net/15outubro/promotores>; acedido a 15 de Junho de 2014.

⁵² http://politica.elpais.com/politica/2011/05/30/actualidad/1306761727_898845.html; acedido a 15 de Junho de 2014.

⁵³ Promotores do manifesto: Acampada Lisboa – Democracia Verdadeira Já 19M; Alvorada Ribatejo; Attac Portugal; Democracia Verdadeira, Já! – 15M; F.E.R.V.E.; Indignados Lisboa; M12M-Movimento 12 de Março; Movimento de Professores e Educadores 3R’s; Portugal Uncut; Precários Inflexíveis; Subscritores do Manifesto e aderentes à Manifestação de 15 de Outubro: Coletivo Mudar de Vida; Panteras Rosa – Movimento de Combate à LesBiGayTransfobia; Revista Rubra; SOS Racismo; UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta (<https://weriseup.net/15outubro/promotores>; acedido a 20 de Setembro de 2014).

⁵⁴ <https://we.riseup.net/15outubro/promotores>; acedido a 20 de Setembro de 2014.

⁵⁵ <https://www.publico.pt/mundo/noticia/dia-dos-indignados-minuto-a-minuto-manifestacoes-em-portugal-arrancam-as-15h-1516656>; acedido a 20 de Setembro de 2014

⁵⁶ https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/trecircs_anos_de_austeridade_terceiro_anuacutencio_de_pa_sos_coelho.html; acedido a 20 de Setembro de 2014.

A elevada mobilização contribuiu para que a Plataforma 15 de Outubro continuasse a encetar esforços no sentido de protestar contra as medidas de austeridade, o Governo PSD-CDS-PP e o plano de resgate financeiro acordado com a Troika. No entanto, a maior parte dos ativistas que participavam na plataforma decide abandonar o grupo, permanecendo apenas um pequeno conjunto de ativistas que se mantém até à atualidade⁵⁷.

6.5. O 15 de Setembro de 2012 e o 2 de Março de 2013

Após o 15 de Outubro de 2011, seguiu-se um período que não se caracterizou pela concretização de manifestações massivas no espaço público, mas tal não significa que não se tenham realizado inúmeros eventos e ações de protesto⁵⁸ cujo desenrolar foram simultaneamente importantes quer para a consolidação, quer para a dissolução futura das relações no seio dos grupos de ativistas e que viriam a explicar a origem do grupo Que se Lixe a Troika (QSLT). A próxima manifestação de grande dimensão seria organizada pelo QSLT em 15 de Setembro de 2012.

O facto de a manifestação se ter destacado por uma participação ativa e elevada dos cidadãos de Norte a Sul do país onde foram organizados, diversos eventos (Camargo, 2013)⁵⁹ independentemente do grupo inicial, conduziu a que o grupo tomasse a decisão de continuar as suas atividades após o 15 de Setembro.

...com uma manifestação tão grande, tão grande, e tendo despertado alguma malta, era-nos difícil de repente sair de cena, pelo menos achámos que não deveríamos fazê-lo e, portanto, continuámos, de alguma forma, a tentar marcar a contestação.
(Madalena)

Se é possível admitir a existência de características que distanciam os modos de organização do 15 de Setembro das manifestações anteriores de grande dimensão (12 de Março e 15 de Outubro), existem também fatores que as aproximam: mais uma vez a tentativa de afastamento face à possível conotação da organização político-partidária do evento e o anúncio de novas medidas de austeridade uns dias antes da realização da manifestação. O 15

⁵⁷ Segundo alguns testemunhos que recolhi durante a realização de entrevistas, a maior parte dos ativistas que permaneceram no grupo pertencem ao partido político MAS, ex-Ruptura/FER.

⁵⁸ O objetivo não é o de analisar aqui estes eventos. Estes serão apenas explorados se se mostrar relevante em algum momento da nossa análise.

⁵⁹ Além da participação de comunidades de portugueses emigrados no exterior, estima-se a participação de 1 milhão de pessoas em todo o território nacional (<http://expresso.sapo.pt/os-numeros-totais-disponiveis-de-norte-a-sul=f753598>; acessado a 20 de Setembro de 2014)

de Setembro é também conhecido pelo protesto da Taxa Social Única (TSU), pois a contestação contra o seu aumento foi um dos *slogans* principais. Esta gerou também divisões entre as elites políticas e económicas e uma forte oposição da sociedade civil.

O facto de o protesto ser organizado por indivíduos que, à partida, não são identificados pela opinião pública como pertencentes a partidos políticos, a organizações sindicais e a outro tipo de associações formalmente constituídas é admitido pelos ativistas como tendo sido um fator de motivação importante na mobilização dos cidadãos.

Por muito que me custe, a verdade é que eu sei que o 15 de Setembro também teve aquele sucesso porque eram pessoas que estavam a apelar. Eu sei que, para muita gente, uma manifestação convocada por pessoas, cidadãos e cidadãs, mobiliza. Eu sei que aquela manifestação de 15 de Setembro exatamente com as mesmas circunstâncias, tudo igual, convocada por uma CGTP ou por um movimento marcado não tinha tanta gente. A gente recebeu muitos e-mails de pessoas a dizerem que iam porque era de pessoas, era cidadãos. Há uma desconfiança em relação a sindicatos brutal ou até a movimentos porque as pessoas conotam. (Madalena)

Alguns ativistas, embora reconheçam que o discurso do Primeiro-Ministro uns dias antes da realização do protesto, ajudou também à mobilização, salientam que este só se concretizou devido à iniciativa dos indivíduos que se empenharam na sua organização.

No dia 14 de Setembro ninguém dizia que iam estar milhares de pessoas na rua e aconteceu. E não aconteceu só porque um milhão de pessoas decidiu sair à rua. Aconteceu porque houve muita gente que trabalhou afincadamente para que isso pudesse acontecer... (Manuel)

Muitos ativistas perspetivam, mais uma vez, como muito importante o papel desempenhado pelos *social media*, quer na crítica encetada face ao discurso do Primeiro-Ministro, quer na expansão do protesto.

Depois houve um grande trabalho de agitação das redes sociais, que foi bem feito, com vídeos, posts sobre coisas que pegavam facilmente e simples... houve um grande trabalho por aí. (Rita)

No 15 de Setembro foi tudo online. Quando o Passos Coelho estava a fazer o discurso, no momento em que ele estava a fazer o discurso, nós começamos a bombar coisas para a rede e aquilo pegou fogo, passou a ser a coisa para partilhar. (Simão)

Com o 15 de Setembro inaugura-se também um ‘Outono quente’ de contestação, onde se seguiram diversos protestos e que termina com a manifestação da greve geral europeia de 14 de Novembro e com uma intervenção policial sobre os manifestantes em frente à Assembleia da República. Após esta agitação popular nas ruas, segue-se novamente uma fase de menor intensidade nos protestos.

O próximo protesto de larga escala seria novamente organizado pelo QSLT em 2 de Março de 2013. O apelo à participação nesta iniciativa distinguiu-se pelas grandoladas, dando origem até a uma nova expressão ‘grandolar’: desde o Primeiro-Ministro Passos Coelho ser interrompido na Assembleia da República por membros do QSLT que cantam a ‘Grândola Vila Morena’⁶⁰, como senha inicial de mobilização para a manifestação, até aos protestos contra os Ministros da coligação governamental, onde um dos mais mediatizados foi o protesto contra o Ministro Miguel Relvas⁶¹.

O 2 de Março conseguiu ainda reunir o consenso de diferentes atores políticos e sociais. Por exemplo, a CGTP aderiu, pela primeira vez, formalmente a um protesto organizado no exterior das suas estruturas sindicais⁶². A manifestação foi ainda composta por várias ‘marés’ que simbolizaram o descontentamento de diferentes setores de atividade face ao programa de medidas de austeridade: a maré da educação, da saúde, a maré ‘grisalha’, LGBT e feminista⁶³ (Camargo, 2013).

Ao contrário dos protestos de grande dimensão anteriormente realizados (12 de Março, 15 de Setembro e 15 de Outubro), o 2 de Março não beneficiou do anúncio de medidas de austeridade ou de qualquer mudança política no seio da coligação governamental. Os ativistas explicam o sucesso do evento utilizando os seguintes argumentos:

⁶⁰ http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=3054978; acedido a 20 de Setembro de 2014.

⁶¹ <http://expresso.sapo.pt/ministro-miguel-relvas-obrigado-a-abandonar-conferencia-da-tvi=f788272>; acedido a 20 de Setembro de 2014.

⁶² http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=68779; acedido a 20 de Setembro de 2014.

⁶³ <http://www.publico.pt/politica/noticia/muitas-mares-uma-so-vaga-de-descontentamento-1586407>; acedido a 20 de Setembro de 2014.

Nós fazemos a manifestação de 2 de Março, que tem tanta ou mais gente que a de 15 de Setembro, já sem auxílios grandes da comunicação social e sem auxílios grandes do Passos Coelho. Não há nenhuma declaração do Passos Coelho sobre a TSU para o 2 de Março. Nós construímos uma iniciativa que é as ‘grandoladas’ e que se tornam virais. Nós fazemos uma dezena de ‘grandoladas’, mas depois elas são replicadas no país por gente que a gente não conhece. O QSLT é bastante eficiente nessa fase.
(Ricardo)

Por um lado, o efeito comunicacional de protesto da Grândola, por outro, o alargamento a áreas diversificadas de ativismo.

O 2 de Março foi uma tentativa de criar sinergias entre diferentes grupos de protestos. Teve uma participação gigantesca de diferentes ativistas pertencentes a diferentes movimentos sociais. É uma estrutura alargada de ativistas para convocar estas manifestações. Até agora penso que foi o maior número de ativistas que até agora convocaram uma manifestação e estão todos envolvidos na organização.
(Teresa)

Após o 2 de Março, o QSLT entra numa fase descendente e terminam, na sociedade portuguesa, os protestos de grande dimensão e participação cívica. Este fenómeno demonstra também como o período de protestos antiausteridade compreendido entre 2011-2013 não se refletiu num contínuo de manifestações e protestos, mas foi antes marcado por altos e baixos e por períodos sem elevada demonstração de mobilização. Contudo, como se verificou ao longo deste capítulo, onde abordámos o tema da participação política e social em Portugal e das principais causas e iniciativas levadas a cabo pelos grupos de ativistas que ideologicamente se situam no espectro da esquerda política portuguesa, o ciclo antiausteridade rompeu, em certos aspetos, com momentos de contestação anteriores: realizaram-se as maiores manifestações de rua dos últimos anos, onde aparentemente o seu carácter apartidário foi um fator de mobilização importante para os cidadãos, surgiram novos grupos de protesto e no que diz respeito às formas de construção e organização da ação coletiva acompanharam-se as tendências internacionais dos movimentos sociais surgidos no mesmo período. Mas, apesar desta rutura com fases de contestação anteriores, que não atingiram o estágio de ciclo de protestos, mantém-se uma certa continuidade nos protagonistas das mobilizações e na prevalência das redes de ativistas estabelecidas no passado.

CAPÍTULO 7

PERFIS E PERCURSOS DOS ATIVISTAS ANTIAUSTERIDADE

Neste capítulo pretende-se analisar os percursos e perfis dos ativistas que ajudaram a construir os protestos antiausteridade. Como dissemos anteriormente, uma das preocupações subjacentes à investigação foi juntar ativistas com diferentes percursos e perfis que tivessem participado pelo menos na organização de um dos 4 eventos de larga escala selecionados para a análise.

Foram entrevistados 10 indivíduos do sexo feminino e 10 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 21 e os 52 anos de idade, com diversas experiências de participação cívica e política e pertencentes a diferentes grupos de protesto que contestaram as medidas de austeridade e o programa de resgate financeiro da Troika. Inquirimos ativistas que estiveram ligados aos seguintes grupos: **Acampada do Rossio** (José, Miguel, Rui, Simão, Sílvia); **Assembleia Popular de Coimbra** (Alexandre), **Indignados Lisboa** (Sílvia); **M12M** (Frederico, Patrícia, Rui, Sandra, Teresa); **Organização do Protesto da Geração à Rasca (12 de Março) - Lisboa** (Frederico, Patrícia, Rui, Sandra, Teresa); **Organização do Protesto da Geração à Rasca (12 de Março) – Porto** (António, Inês, Susana); **Organização do Protesto 15 de Outubro – Porto** (António, Susana); **Plataforma 15 de Outubro** (Frederico, José, Madalena, Miguel, Patrícia, Rui, Sílvia, Simão); **QSLT – Faro** (Pedro); **QSLT – Lisboa** (Madalena, Manuel, Marta, Ricardo, Rita, Sónia, Teresa); **QSLT – Porto** (António).

Do ponto de vista das variáveis de caracterização social, no que diz respeito ao nível de escolaridade atingido, à exceção de dois entrevistados que não completaram o ensino superior, todos possuem licenciatura e 6 completaram o mestrado. Em termos profissionais, a maior parte dos entrevistados partilha um contexto laboral marcado pela instabilidade face ao emprego e ao trabalho. Como tem sido reiterado nas análises sobre os movimentos da crise, muito embora as reivindicações estejam ligadas aos chamados temas “materialistas”, o perfil sociográfico dos ativistas e dos manifestantes não corresponde, como no movimento operário, ao do indivíduo com baixos níveis de escolaridade. Num sentido oposto, tem-se salientado a presença de jovens e adultos com elevados recursos escolares que se encontram excluídos, ou inseridos precariamente, no mercado de trabalho (Juris, 2012; Romanos, 2013; Tejerina *et al*, 2013). Como se verá adiante, este fator motivou o envolvimento, pela primeira vez, de alguns jovens na preparação de manifestações.

7.1. A escola e a família: lugares importantes no despertar do ativismo

A escola e a família são, muitas vezes, os primeiros lugares onde se desperta para os assuntos e os temas da cidadania, assim como a vontade de participar política e civicamente na sociedade: 10 ativistas pertencem a famílias que têm ou tiveram algum tipo de intervenção na esfera pública, sendo que a maior parte com participação em partidos políticos.

Estes ativistas têm dificuldade em estabelecer o período exato em que iniciaram os seus percursos, pois a intervenção política e cívica surge, muitas vezes, através das redes de socialização primária ainda na infância e, por conseguinte, num período anterior ao desenvolvimento de uma consciência política e crítica sobre o mundo⁶⁴.

A ideia de que somos seres políticos e de que política é aquilo que fazemos todos os dias é uma coisa que me foi transmitida pelos meus pais e, portanto, é difícil eu dizer-te exatamente quando. É uma herança, eu acho que se aprende por exemplo. (Sandra)

Eu cresci a ler os clássicos do marxismo que o meu pai tinha lá em casa. Cresci a ler o camarada Mao. O meu pai embalava-me com a Internacional. (António)

Além da família nuclear, a escola e a universidade são também locais importantes no início do exercício da atividade cívica ou política. É comum entre os ativistas, que pertencem a famílias com um passado ou presente de intervenção cívica, começarem os seus percursos, ainda na adolescência, simultaneamente em partidos políticos e nas associações de estudantes na escola secundária ou no início da universidade. Também para muitos dos ativistas (cerca de 5) cujo interesse pela política ou pela participação em movimentos cívicos não surgiu diretamente por influência dos seus progenitores, o despertar para o ativismo deu-se nos meios estudantis, mas sobretudo na universidade. Entre os ativistas cujas famílias possuem algum tipo de participação política e cívica e os que não possuem, a diferença reside maioritariamente no facto de os primeiros se iniciarem mais cedo, ou seja, na escola secundária, e os últimos começarem alguns anos mais tarde, isto é, na universidade, onde se destaca a pertença aos movimentos antipropinas e antipraxe.

7.2. Do movimento antipropinas até aos movimentos pela justiça global

⁶⁴ Não se utilizarão excertos dos discursos de todos os entrevistados na análise dos temas, mas apenas aqueles que, em cada etapa, se demonstrarem mais relevantes.

Do conjunto de ativistas entrevistados, em nosso entender, 7 integram-se na definição que avançamos de ativistas de continuidade, ou seja, indivíduos que vão atravessando diversos períodos de contestação e que, ao longo do tempo, têm um papel crucial na manutenção dos vínculos nas redes de ativismo. Deste subconjunto, 4 foram protagonistas do movimento antipropinas da década de 1990 e, em muitos casos, foram os laços estabelecidos nesta época que, convertidos em relações de amizade próximas, conduziram, por exemplo, ao início da sua participação na organização do 12 de Março (protesto da ‘geração à rasca’).

Entre os ativistas de continuidade, 5 estiveram ligados aos movimentos pela justiça global e ao processo de organização do Fórum Social Português (2003) chegando, à exceção de uma ativista incluída neste subgrupo, a participar ativamente nos Fóruns Sociais Mundiais e Regionais.

Estes ativistas, quando refletem sobre este ciclo, salientam que os movimentos pela justiça global contribuíram para o facto de se ter alcançado uma consciência mundial dos problemas sociais em diferentes esferas, desde os fenómenos de pobreza e de exclusão social até às questões da democracia e da política, assim como trouxeram para a agenda da opinião pública a discussão sobre os malefícios da globalização neoliberal.

Os movimentos pela justiça global foram fundamentais porque nos permitem perceber a realidade que temos hoje pela frente. Os movimentos pela justiça global fizeram-nos perceber que os problemas são de facto globais, não são nacionais. (Rui)

Outra ativista de continuidade refere ainda o facto de, na sua opinião, os movimentos pela justiça global serem mais sustentados do ponto de vista da reflexão e pensamento crítico teórico do que os protestos antiausteridade.

Os [movimentos] alterglobalização tinham muito mais base teórica. Eram bastante mais conscientes do contexto económico e global do que estes. Tinham uma coisa que estes não têm agora, ou seja, o movimento alterglobalização não reagia contra o facto de lhes terem ido ao bolso, era um movimento solidário, sobretudo. É um movimento que cresce no Ocidente muito solidário com os efeitos que a globalização iria ter na Ásia e na África (...) O movimento contra a austeridade é circunstancial, acaba por ser contra o efeito que a austeridade está a ter na tua vida e, muitas vezes, não fazes a ligação direta entre a austeridade e a globalização. Aquelas pessoas que não foram contra a exploração do trabalhador nas Filipinas, agora são contra a exploração de si próprias. (Sónia)

Sónia considera ainda que as redes internacionais de ativismo eram mais coesas quando comparadas com o mais recente ciclo de protestos.

Os movimentos alterglobalização eram dinâmicas muito pouco mobilizadoras em Portugal, mas as redes internacionais eram mais sustentadas. Acho que tinham uma noção de conteúdo e de organização muito mais forte. Eu acho que vem daí o conceito de rede, de te instituíres como rede e que a rede tem nós. Pensar global e agir local, tinha essas duas dimensões. (Sónia)

Foi também com os movimentos pela justiça global, e com um dos seus principais ícones - a revolta zapatista de Chiapas - que o papel da internet ficou claramente reconhecido como primordial na criação das redes mundiais de solidariedade e de contestação entre os movimentos sociais de diferentes partes do mundo (Castells, 2002). A sua importância é também referida por um ativista de continuidade.

A partir dos zapatistas, a internet tornou-se determinante porque tu conseguiste perceber que tu podias ter força local e um apoio global. Isso foi muito claro nos zapatistas, foi uma espécie de revolta do início do século XX contra a globalização e aquela revolta faz-se sentir a partir da internet (...) a internet começa a ser usada em muitos aspetos como uma forma de organização, troca, comunicação e coligação em movimentos muito distantes uns dos outros. Está presente em Seattle e no Fórum Social Mundial onde criámos uma coisa que era a ciranda da informação internacional. (Ricardo)

Se no que diz respeito às ações de contestação transnacionais pela justiça global, os ativistas tendem a reforçar o seu carácter organizativo mundial e a sua vertente fortemente internacional, do ponto de vista nacional perspetivam-nas como tendo sido pouco dinâmicas no contexto de uma participação alargada dos cidadãos. No entanto, não deixam de classificá-las como um momento importante para os movimentos sociais e para as redes de ativismo portuguesas, sobretudo pela experiência de construção do Fórum Social Português.

Achei fascinante porque o que tu tinhas ali eram pessoas com experiências muito diferentes de trabalho em áreas diferentes que criaram a ideia que não estavas isolada, que o trabalho era o mesmo, o que deu imensa esperança (...) Teve imensa piada ver aquela malta mais velha, mais militante, que é profundamente sexista e

homofóbica, sem ter nenhuma consciência que é, a ser confrontada com... e no espaço do Fórum reagiram muito bem porque o Fórum criou isso muito porque tu vais para lá à espera de já encontrar diferenças e não ficar com anticorpos. (Sónia)

Esta junção da diversidade de identidades nos espaços dos fóruns sociais foi salientada em diferentes pesquisas sobre os movimentos pela justiça global (Della Porta, 2005; Farro, 2004; Nunes, 2011) e é também perspetivada como um dos aspetos mais positivos por ativistas de diferentes nacionalidades que nelas participaram (Della Porta, 2005). Um dos entrevistados sublinha que esta é também uma das principais diferenças, no contexto nacional, face aos protestos antiausteridade.

No Fórum Social Português, havia movimentos sociais, havia ONGs, havia sindicatos, havia coletividades, havia cicloturismo, havia LGBT, havia uma miríade de organizações sociais. A maior parte dessas organizações sociais, tirando os sindicatos, desapareceram do terreno de contestação. (Ricardo)

Porém, há quem considere que “O Fórum de 2003 foi fundamental para uma série de coisas: pôs em contacto movimentos que, até então, nunca tinham contactado uns com os outros e uma boa parte das dinâmicas que temos agora ou mais recentes vêm desse contexto” (Rui). Mas, por outro lado, existem também ativistas que salientam que os laços atuais, que se traduziram, em alguns casos, na organização da contestação à austeridade, provêm de relações estabelecidas entre indivíduos que partilham há muitos anos os mesmos espaços de protesto anteriores a este período: “Eu acho que se mantêm algumas redes, mas acho que se mantêm as redes de confiança entre as pessoas mais antigas e as redes são muito estáticas, são sempre as mesmas”. (Sónia)

7.3. Da contestação pela interrupção voluntária da gravidez à luta contra a precariedade

Se a contestação em torno do aumento das propinas e os movimentos pela justiça global fazem parte dos caminhos de alguns ativistas mais antigos, os protestos a favor da interrupção voluntária da gravidez e os ativismos em torno dos temas LGBT, também se encontram nos percursos de alguns destes entrevistados. Há ainda quem considere que estes temas foram o marco inicial das suas experiências no âmbito do protesto político e social. Este é o caso de duas ativistas cujo despertar para as causas do ativismo está intimamente ligado a estas áreas de intervenção e que, a nosso ver, se enquadram no perfil dos indivíduos

com biografias de continuidade pois, a partir deste momento, integraram sempre as dinâmicas de protesto no espectro das causas políticas de esquerda que, mais recentemente, culminaram na luta contra a austeridade.

A questão da IVG, para mim, era um escândalo nacional e a luta para incluir a orientação sexual no artigo 13 da Constituição e foi isso que abriu a porta à legalização do casamento e comecei a criar ligações com pessoas da luta LGBT. Começas a criar uma rede de contactos e foi nessa sequência que eu comecei a ter relações com X (refere-se a uma associação LGBT). Foi nessa sequência que participei numa reunião pela igualdade no casamento e foi uma coisa exponencial.
(Patrícia)

Nas gerações mais novas, ou seja, entre os entrevistados que se situam na faixa etária dos 18 aos 30 anos, o despertar para o ativismo surge quase sempre ligado aos temas da precariedade e às incertezas individuais face à esfera laboral e ao futuro que se avizinha.

Neste campo, entrevistámos dois ativistas que, embora sendo militantes partidários, iniciaram os seus percursos no âmbito de uma associação que atua sobre os temas da precariedade laboral. Os restantes ativistas (cerca de 7), com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, sublinham que as suas experiências mais marcantes no âmbito da participação política e cívica se iniciaram com os protestos antiausteridade. No entanto, deste conjunto, à exceção de dois entrevistados, todos já tinham passado por outras formas de participação, nomeadamente em associações estudantis ou, ainda que de modo intermitente, em partidos políticos.

Como se observou em capítulo anterior, a precariedade e o desemprego e a incerteza face a um futuro próximo foram os principais motivos que despoletaram, entre os 4 jovens amigos, a iniciativa do protesto de 12 de Março. Além destes jovens, António, Susana e Inês asseguram que a iniciativa de se associarem à preparação dos protestos antiausteridade, nomeadamente da manifestação do 12 de Março, no Porto, foi o que de mais marcante fizeram civicamente até aos dias de hoje. Assim, a percepção de que se vive num contexto de privação ou de injustiça pode ser um fator mobilizador para a ação coletiva (Klandermans, 1997).

Na altura, estava a acabar o meu curso, estava a estagiar num estágio curricular (...) eu, pessoalmente, via-me um pouco sem futuro e sem saber o que iria fazer depois do curso... tanto a nível pessoal, como a nível social, eu e os meus amigos tínhamos o

mesmo problema: não conseguíamos sair da casa dos nossos pais e isso ainda dura até hoje (...) eu estava profundamente desiludida com essa situação e o 12 de Março, ou a 'geração à rasca', acabou por dar um bocadinho voz àquilo que já vinha a sentir há algum tempo, desde quando andava na faculdade. Eu sempre fui uma pessoa que gostava de participar em algo que achasse que fazia sentido e decidi ir às primeiras reuniões de mobilização da manifestação. (Susana)

Eu tinha terminado a licenciatura, em 2010, e estava numa fase de grande decepção (...) enviava currículos e ninguém me respondia sequer. Foi uma falta de esperança, uma fase muito triste e de revolta também e quando aquilo surgiu foi um conjunto de condições que se reuniram e senti-me quase obrigada a participar. Eu vi a iniciativa e disse: eu quero participar nisto e acho que posso ajudar e vamos fazer uma coisa em grande porque isto está insustentável! (Inês)

Comum também a estes jovens, foi o facto de terem sido fundamentalmente “recrutados” para a organização do protesto de 12 de Março através dos *social media* e, neste caso, particularmente através da página do *facebook* que apelava à participação de todos os que quisessem estar presentes, no Porto, na primeira reunião de preparação da manifestação. De acordo com os resultados de um inquérito aplicado aos participantes no 15M, como já referido em capítulo prévio, observou-se que muitos inquiridos tiveram conhecimento dos eventos através dos *media* digitais (Anduíza *et al*, 2012). É neste sentido que os *social media* podem estar a mudar, em algumas circunstâncias, as redes de recrutamento para os espaços de ativistas, abrindo a participação a indivíduos que não são interpelados pelas redes tradicionais, nomeadamente como a família e os amigos, e que, de outro modo, dificilmente organizariam um protesto.

No entanto, sugerimos que, do conjunto dos nossos entrevistados, só Susana, ou seja, uma das jovens ativistas que esteve na organização inicial do 12 de Março no Porto, perfilha totalmente as características que têm sido mais enfatizadas pelas pesquisas sobre os jovens nesta vaga de contestação (Anduíza *et al*, 2012; Castells, 2013): pouco politizados, com um discurso muito crítico face aos partidos políticos e que, pela primeira vez, marcam presença ativa na construção de protestos sociais e políticos por se sentirem muito descontentes com a sua vida presente e com as perspetivas de realização pessoal e profissional face ao futuro. Os casos de António e Inês diferem, em alguns aspetos, do de Susana: António, apesar de não ter contactos nos meios ativistas, politicamente foi muito influenciado pelo pai que, no passado,

foi militante de um partido da extrema-esquerda e que, atualmente, continua a ter uma vida ativa em termos cívicos; Inês, tal como Susana, possui um discurso também muito hostil face aos partidos políticos, mas já tinha alguma experiência de participação em ONGs e no associativismo estudantil e, por seu turno, também o seu progenitor foi militante partidário e ainda continua a ser delegado sindical.

Esta geração partilha, com outros jovens de diferentes países, um elevado descontentamento e desilusão face às suas condições de vida e uma crítica às formas de governação políticas atuais.

7.4. Da precariedade à austeridade: entre ‘novos’ e ‘velhos’ ativistas

As reflexões que têm sido realizadas sobre o perfil dos indivíduos que estiveram ativamente na organização dos protestos antiausteridade em Espanha, em geral, tendem a considerar que existiu uma larga participação de jovens sem experiência prévia ou qualquer tipo de contacto anterior com grupos ou redes de ativistas (Anduiza et al, 2012; Castells, 2013). Por outro lado, existem autores que, não menosprezando a elevada presença de gerações mais novas, salientam o carácter importante que o saber e a experiência de ativistas provindos dos movimentos pela justiça global possuíram na cultura organizacional do mais recente ciclo de contestação (Romanos, 2013).

Na sociedade portuguesa, sugerimos também que o papel dos ativistas de continuidade foi muito importante. Mas, como neste contexto, ao contrário da sociedade espanhola, as iniciativas pela justiça global não revelaram uma grande capacidade e expressão mobilizadoras, não se propõe que a importância destas redes de trabalho advenham somente deste ciclo mas do conjunto de experiências adquiridas, desde há algumas décadas a esta parte, por diferentes ativistas nos principais momentos de contestação nacional das causas da esquerda política. Contudo, como salientado também para outras realidades internacionais, não é de menosprezar, a presença de jovens que iniciaram a sua participação cívica contra a austeridade. Daí que, em termos gerais, uma das diferenças face, por exemplo, aos movimentos pela justiça global, talvez seja uma maior combinação de ativistas mais experientes e antigos com outros mais novos e com menos experiência. No entanto, como veremos ao longo da análise empírica exposta em diferentes momentos desta investigação, em alguns casos, os entrevistados mais jovens sem pertença prévia aos meios ativistas tiveram dificuldade, embora inicialmente fosse essa a sua vontade, em manterem-se ativos até ao fim do processo de organização dos protestos. Algumas análises sobre o caso português têm

apontado a presença, na contestação à austeridade, de grupos previamente estruturados como um fator que não propiciou e motivou, ao longo do tempo, a permanência dos que chegavam, pela primeira vez, a estes meios (Baumgarten, 2016).

Ora, se entre os jovens, cuja primeira grande experiência na organização de manifestações se traduziu na oposição à austeridade, está patente, nos seus discursos, enquanto fator motivacional, a insatisfação face às suas condições materiais de existência, no caso dos ativistas pertencentes a gerações mais velhas, que na maior parte dos casos se enquadram na noção de ativistas de continuidade, não é que esta se constitua como fator despiciente, mas as razões que originaram, em muitas circunstâncias, a sua participação formal estão relacionadas com o facto de terem sido chamados ou convidados por outros ativistas, nomeadamente pelos mais jovens, devido à sua larga experiência em outros momentos de protesto.

Como já foi sublinhado, o protesto de 12 de Março surgiu da iniciativa de jovens com poucas ligações às redes do ativismo ou a outras fases de protesto e, embora alguns já tivessem alguma experiência anterior de participação política, nomeadamente em partidos, estas foram de curta duração e intermitentes.

Dos 7 indivíduos que consideramos possuírem biografias de continuidade nos eventos de protesto político e social das últimas décadas, 5 foram chamados a auxiliar a preparação do protesto de 12 de Março. O seu “recrutamento”, em certa medida, desenvolveu-se através de um processo de bola de neve, onde os primeiros ativistas de continuidade, a serem contactados pelos jovens que lançaram a ideia do protesto, apelaram à presença de outros com quem mantinham laços de amizade e relações de cooperação nos meios do ativismo desde o movimento antipropinas dos anos de 1990, no âmbito do Fórum Social Português, ou no quadro da despenalização da interrupção voluntária da gravidez ou ainda no movimento pela igualdade no casamento.

A ideia foi dos 4 amigos, que contactaram outros ativistas para apoiarem e depois houve um grupo de 8 a 10 pessoas que se juntou à volta deles. Eu fui parar ao grupo pela via de X [outra ativista de continuidade que foi a primeira a ser contactada pelos jovens e com quem o entrevistado possuía laços de amizade desde o movimento antipropinas]. Ela, por sua via, tinha sido chamada por eles. (Rui)

O grupo do M12 decide falar com um grupo de pessoas para os ajudar a fazer o protesto e eu estou entre essas pessoas. Eu disse: “Eu vou, mas eu estou organizado”. “Tudo bem”. Também chamámos malta do PC e do Bloco para ajudar. Ajudámos nas

colagens, no contacto com a comunicação. Eles eram miúdos sem experiência e conheciam-me de X. (Miguel)

Contudo, alguns dos ativistas de continuidade, que ajudaram na construção da manifestação, mostraram, desde o início, algum ceticismo face ao processo. Será que este fenómeno reflete, de algum modo, a expressão de uma clivagem entre ativistas experientes e novos participantes inexperientes?

Eu fui chamada para o 12 de Março um bocadinho antes pelo X [um ativista de continuidade entrevistado também no âmbito desta pesquisa que conhece desde o movimento antipropinas da década de 1990] por causa da ligação às propinas, fui chamada para fazer tarefas. Não tive nada a ver com a dinâmica da coisa, sempre suspeitei imenso da dinâmica da coisa! Sempre achei aquele manifesto... laico, porquê? Mas por que é que não devia de ser laico?! (...) Tive discussões de meter os cabelos em pé com aquela malta porque queriam chamar os patrões, porque queriam gerar emprego e sem patrões não há emprego! Todas estas questões, que para eles agora são normais, na altura meteram-me os cabelos em pé! (Sónia)

Neste excerto de discurso, denota-se uma demarcação intelectual e de ação face à iniciativa encetada pelos jovens ativistas que não dispunham de experiência prévia na organização de eventos de protesto. Fominaya (2010) demonstrou, num estudo sobre a constituição de uma rede de ativistas contra a guerra no Iraque, em Espanha, como as diferenças entre ativistas que pensam que o ativismo deve ser antecedido por um pensamento que valoriza o saber teórico face às ações a terem lugar e aqueles que valorizam a prática relativamente à teoria pode ser fonte de conflitos entre os protagonistas das iniciativas e, por vezes, pode conduzir mesmo à inação dos grupos.

O reconhecimento e a valorização quer dos recursos cognitivos e intelectuais, quer da capacidade de mobilização das redes de capital social necessárias a congregar os meios logísticos para a concretização das iniciativas, foram os motivos que incentivaram os “novos” a pedir o auxílio dos “velhos”. Contudo, esta diferença de “posse de recursos” pode também ser uma distinção marcante entre “novos” e “velhos”.

Eu já estive em n movimentos e sei: se queres um cartaz, já sabes quem são os gráficos, se queres apoio para imprimir coisas, se queres faixas, se queres tintas para pintar. Se precisas de uma rede para o que quer que seja, tu sabes a quem é que vais,

porque são as pessoas que, à partida, estão motivadas e são sempre as mesmas.
(Sónia)

No decorrer da realização das entrevistas, um ativista mencionou ainda que o ‘conflito da antiguidade’, portanto, entre “novos” e “velhos” ativistas, na sua opinião, foi um dos mais relevantes no decorrer do processo de organização dos protestos e, em particular, no QSLT, onde também alguns ativistas de continuidade foram convidados a participar no grupo de formação inicial.

O movimento tinha uma clivagem muito pronunciada que era a clivagem da antiguidade: entre pessoas com muita experiência, experiência partidária em vários quadrantes. Ao contrário do que as pessoas dizem não era dominado por nenhuma facção de nenhum partido ou uma estrutura de poder. Mas ela tem a ver com o capital cultural e intelectual das pessoas que estavam no seu cerne. Isso tem a ver com a antiguidade. O facto de uma pessoa já ter experiência e de ser vista pelos outros como tendo experiência e de ter algo mais a dar ao movimento. Depois pessoas que se politizaram muito rapidamente num contexto muito específico que é o contexto da austeridade. É a ideia de que algumas pessoas, a partir do 12 de Março, observam um processo de politização muito acelerado, mas depois parecem não ter noção de que há uma história concreta do movimento social português, há uma história concreta do movimento sindical português, há uma história concreta da institucionalização dos partidos políticos nos movimentos sociais, que elas, provavelmente, não tiveram tempo para absorver e enfrentar da maneira mais adequada, ou seja, elas chegam aos movimentos sociais veem coisas que não lhes agradam, mas não percebem exatamente por que é que as coisas são como são, por que é têm aquele padrão, porque se politizaram a alta velocidade num contexto super adverso. (Manuel)

Além de considerar que o *know-how* dos ativistas de continuidade colide, muitas vezes, com a inexperiência dos mais novos e que esta pode ser geradora de tensões, Manuel transmite a ideia de que os “novos” ativistas nem sempre possuem um conhecimento sobre o contexto histórico e social dos movimentos sociais portugueses e, por exemplo, das suas relações com os partidos políticos, fenómeno que, talvez, possa dificultar a sua perceção sobre as realidades de construção e organização atuais dos protestos e o modo como, por vezes, se desenrolam as relações entre os ativistas.

7.5. Entre a razão e a emoção: representações sobre a organização e construção dos movimentos sociais e grupos de protesto

Com o intuito de apreendermos os significados e os sentidos atribuídos pelos ativistas quer às formas de organização ideais dos movimentos sociais e grupos de protesto, quer às suas ações individuais, partimos da noção avançada por Pleyers (2010), a propósito dos participantes nos movimentos pela justiça global, que define ativistas que seguem a *via da racionalidade* versus os ativistas da *via da subjetividade*. Pleyers (2010) apelida ativistas da racionalidade àqueles que pensam que os movimentos sociais devem ter uma lógica organizativa vertical baseada, por exemplo, na divisão de tarefas entre os seus membros e em processos de decisão por votação. Nesta definição, o autor inclui também os ativistas cujo perfil se insere em organizações de peritagem e com uma construção mais burocrática. Os ativistas da subjetividade são aqueles que perfilham o tipo de organização dos movimentos e grupos *grassroots* apologistas do funcionamento horizontal, sem nomeação de líderes e dos processos de decisão por consenso. Como explicitado em capítulo anterior, são identificadas limitações às duas vias de ativismo (Pleyers, 2010): a primeira poderá resvalar numa elevada burocratização dos movimentos sociais e num ativismo político elitista que afasta a participação do “cidadão comum”; a segunda, ao não admitir a existência de lideranças, poderá, ao invés, levar a que estas surjam sem escrutínio devido à presença de membros mais carismáticos ou mais experientes nos processos de edificação da ação coletiva. Interessante é o facto de alguns entrevistados focarem algumas das limitações das duas vias como fatores que os conduzem, por vezes, a pensá-las como menos eficazes.

Auscultámos assim os entrevistados sobre os tipos de organização da ação coletiva que pensam ser ideais para a eficácia dos grupos de protesto em termos de ação e resultados. Ao questionarmo-los sobre este tema, não procuramos criar tipologias ou estereotipar comportamentos face à organização dos grupos e eventos de contestação, mas tão somente compreender com que características dos perfis se identificam e se sentem mais próximos, de modo a observarmos as diferenças e semelhanças sobre as suas noções relativamente a estas questões.

Se há ativistas que se integram claramente nos perfis que advogam os axiomas da *racionalidade* e da *subjetividade*, outros afirmam que, dependendo das circunstâncias e dos objetivos que os movimentos sociais e os grupos de protesto pretendem cumprir, será mais eficaz aplicar o tipo de organização subjacente aos princípios de um ou de outro conceito.

Tendo em conta os princípios da racionalidade, 7 ativistas pensam que qualquer movimento social ou grupo de protesto para levar a cabo os seus propósitos tem de se guiar por uma organização estruturada, vertical e possuir processos de tomada de decisão consubstanciados na votação. Comum a quase todos estes ativistas foi o facto de pertencerem atualmente ou terem pertencido no passado a partidos políticos.

Vejamos, em seguida, alguns exemplos de ativistas que se enquadram no perfil da racionalidade.

Miguel esteve, desde o fim da sua adolescência, ligado a uma corrente de extrema-esquerda do BE, partido que abandonou num período muito próximo do início dos protestos antiausteridade. Acredita que é necessário a “*luta organizada*” e diz que “*ao contrário dos anarquistas, dos negristas e dos autonomistas que acham que um dia a multidão acorda iluminada e dá-se a mudança, eu não acredito nisso. Acredito que sem multidão não se faz isso. Mas é preciso lideranças escrutinadas, democráticas, eleitas*”.

Por seu turno, José pertenceu à mesma corrente política de Miguel e, embora atualmente tenham seguido percursos diferentes, verificam-se bastantes semelhanças nos seus discursos relativamente aos temas da organização e construção dos movimentos sociais, denotando-se que partilharam a mesma formação e escola políticas. José também se define como um ativista que partilha os pressupostos da racionalidade e, tal como Miguel, pensa que só um movimento político organizado poderá transformar a sociedade e conduzir às mudanças sociais e económicas desejadas por si. Na sua opinião são sempre necessários partidos políticos para que possam ocorrer mudanças.

Eu identifico-me com um partido, uma organização onde existam líderes, uma estrutura hierárquica mas com o máximo de democracia, o que significa que qualquer posição do partido está sempre em discussão. Sou a favor de um partido, vertical, com uma hierarquia, mas com a máxima democracia (...) um vertical democrático. Uma coisa é assim: eu sou a favor de uma sociedade socialista mas o movimento social não vai, na minha perspetiva, posso estar equivocado, não vai permitir chegar a essa sociedade porque o movimento social não tem um programa de sociedade alternativa. O movimento é uma coisa que nasce e desaparece. Tu estás ali com pessoas muito diferentes e transformar a sociedade só é possível através de um partido com um programa político e isso não é possível num movimento.

Sónia enquadra-se também no perfil da racionalidade. Iniciou, na adolescência, a sua participação política no PCP, saiu do partido quando iniciou os estudos na faculdade, mas manteve-se sempre afetivamente próxima deste por motivos familiares, ao mesmo tempo que esteve ligada politicamente, mas sem vínculos formais, primeiro ao PSR e, mais tarde, ao BE. A ativista pertenceu ainda à ATTAC, uma organização de perícia sobre os assuntos económicos e políticos e um dos principais rostos dos movimentos pela justiça global na defesa da Taxa Tobin. Afirma que não se identifica com movimentos *grassroots* e com o modelo assembleário, reclamando que a sua ausência de organização pode ser perigosa.

Fui a uma assembleia no Rossio e jurei para nunca mais! Mas acho muito bem que aconteçam desde que não se reclamem mais representativas do que a democracia representativa. Esta dinâmica de que é preciso estar na rua, o que é preciso é ser um movimento sem estar bem definido, com estrutura e objetivos, a mim assusta-me porque eu acho que é muito manipulável!

Dos entrevistados que se aproximam do perfil da subjetividade, apenas 2 foram militantes partidários. Por exemplo, Sílvia e Alexandre, em todo o processo dos protestos antiausteridade, estiveram ligados a movimentos *grassroots*, a primeira aos Indignados Lisboa, grupo que surgiu no decorrer do acampamento no Rossio, e o segundo à Acampada de Coimbra que manteve relações próximas com os Indignados Lisboa. Estes ativistas, integram-se na expressão *ativistas da experiência e do sentir* (Pleyers, 2010) onde se realiza a apologia ao consenso, à não liderança e à lógica organizativa das acampadas que surgiram em Espanha com o 15M e o *Occupy* nos EUA e que não tiveram muita expressão na sociedade portuguesa.

Quando se interrogou Sílvia, por exemplo, sobre a sua pertença aos Indignados Lisboa, a ativista referiu que:

Eu não gosto de falar em nome de... muito menos em nome de movimentos ou de grupos, portanto, só posso falar da minha experiência. Eu nem sequer considero que pertenço seja ao que for. Porquê? Porque os Indignados Lisboa são um conjunto de pessoas e não têm representantes. Normalmente, as pessoas que estão lá falam em nome próprio. Eu, quando vou falar publicamente, digo sempre que vou dar as

*opiniões em nome próprio porque é assim que eu estou nos Indignados: é em nome próprio*⁶⁵.

Sílvia é também defensora da ação direta não violenta, modo de intervenção utilizado pelos Indignados no decorrer do ciclo antiausteridade. A ativista enquadra-se na idiossincrasia dos grupos estudados por McDonald (2002, 2004, 2006) que se recusam a assumir uma pertença a um grupo ou identidade coletiva e que o autor define como ativistas que procuram uma *experiência pública do self*, atuando sempre em nome individual.

Alexandre identifica-se com uma construção de movimento social horizontal, informal e em que as decisões são partilhadas e atingidas de forma consensual. Afirma ainda que “os líderes não deviam ser necessários e que, neste modelo assembleário, um dos pontos mais importantes é a questão da rotatividade de tarefas para que o grupo nunca fique dependente de ninguém”. Tanto Alexandre como Sílvia dizem que se sentem próximos das filosofias anarquistas e ambos possuem um discurso muito crítico relativamente aos partidos políticos. Alexandre chegou mesmo a ter uma breve passagem pelo BE mas, apesar dos seus 23 anos, afirma nunca ter votado.

Também Frederico, Rui e Sandra manifestam afinidade com os pressupostos que guiam o ativismo *grassroots*. Os 3 ativistas estiveram, desde o primeiro momento, na organização do protesto 12 de Março e, posteriormente, criaram o movimento com o mesmo nome.

Eu identifico-me mais com as formas de organização o mais horizontais possíveis... é assim: eu sou tendencialmente libertário ou utopicamente libertário. Procuo no meu dia a dia aplicar o máximo de metodologias horizontais, da educação não formal, da organização em círculo e em rede. (Frederico)

Identifico-me com um ativismo o mais informal possível. As X não são uma entidade legal. São uma rede horizontal de pessoas que se associam e desassociam livremente conforme o momento, a vontade. Não há propriamente regras e exigências. Toda a gente vale o mesmo. As X não têm porta-voz. As X decidem, em cada momento, quem

⁶⁵ Sílvia, apesar de ter estado no grupo desde o seu início até à data em que a sua atividade abrandou, recusou-se durante toda a entrevista, e lembrou constantemente durante a sua realização, que não podia afirmar que pertencia aos Indignados porque estava no grupo em nome individual e este não tinha uma identidade colectiva. No entanto, não foram raros os momentos em o discurso da entrevistada não coincidiu com este significado: “nós, os indignados” ou frases como “nós queremos que as pessoas se auto-organizem e, portanto, ficamos muito felizes quando se forma um grupo a partir dos Indignados Lisboa”. Estas frases denunciam o sentimento de pertença a um coletivo que foi constantemente negado através de um discurso mais reflexivo.

é que vai ser o porta-voz para aquela questão [o entrevistado, neste ponto, dá o exemplo de uma rede de defesa dos direitos LGBT na qual está envolvido há muitos anos]. (Rui)

Se os casos dos ativistas mencionados anteriormente, se integram nas noções de ativismo “racional” e ativismo “subjetivo”, existem outros que têm dificuldade em pensarem-se a si próprios como pertencendo exclusivamente a uma ou outra categoria. Assim, Marta, Pedro e Rita defendem que os modelos de organização subjacentes ao tipo ideal de movimento social ou grupo de protesto dependem dos objetivos que se pretendem atingir.

Eu acho que depende muito daquilo que se quer fazer. Por exemplo, se for um coletivo de bairro, do meu ponto de vista, deverá ser uma coisa horizontal. Agora, se for uma coisa maior com mais gente, eu acho que é necessário um órgão que organiza, porque quando é muita gente é muito difícil que a coisa seja horizontal porque senão vão ser discussões que nunca mais acabam, sobre como vai ser a votação, sobre se é consenso ou não é consenso, sobre o que é consenso e depois nunca mais acaba. (Marta)

Ativistas, como Patrícia e Teresa, afirmam que, em termos ideais, as formas de construção dos movimentos sociais deveriam ser *grassroots* mas que, na prática quotidiana, tal dificilmente se realiza. Estas ativistas mencionaram as ‘hierarquias e lideranças informais’ (Pleyers, 2010) que podem obstaculizar a conceção de um movimento totalmente horizontal.

Eu acho que, na utopia, toda a gente prefere um movimento horizontal com a participação de todos e igualdade entre todos. Depois, isso nunca é assim, mesmo que o movimento seja horizontal, porque há sempre alguém que tem uma capacidade de liderança maior, há sempre alguém que tem mais disponibilidade, mais carismático, há sempre alguém que se expressa melhor. Portanto, nunca acontece não haver liderança. (Teresa)

Por mais que, no meu coraçãozinho, eu seja anarquista e achasse que era ótimo isto ser tudo horizontal, isto ser tudo horizontal é uma ótima maneira de isto ser tudo menos horizontal porque as pessoas, de facto, não são iguais. Não são iguais na capacidade de se expressarem em público, não são iguais na capacidade de se organizarem em grupos de pressão. (Patrícia)

Há também o caso de jovens, cuja primeira grande experiência de participação política e cívica se realizou com o 12 de Março e que afirmam não conseguir definir o seu perfil de ativista.

Eu não percebo, eu não uso termos muito técnicos. A minha participação sempre foi a nível pessoal e da visão que eu tenho, a nível pessoal, do mundo em que eu vivo. O 12 de Março, para mim, foi isso. (Susana)

Não me consigo definir nesses termos, mas identifico-me muito com a forma de organização do protesto da geração à rasca. (Inês)

7.6. Ser ativista: consequências noutras esferas da vida

Ser ativista é, em grande parte, uma opção que se toma conscientemente e, em alguns casos, surge quase “naturalmente” como “herança” familiar. Daí que sendo uma escolha de vida que os ativistas associam muito à realização pessoal, mas também a um processo de aprendizagem e crescimento políticos, muitas vezes, são por si referidos, em primeiro lugar, os aspetos positivos associados a esta atividade. No entanto, se, por exemplo, a criação de amizades e de relações afetivas surge com a participação cidadã ativa, o reverso também acontece, ou seja, por se partilhar intensivamente e durante meses a fio os mesmos espaços de intervenção política, surgem também conflitos pessoais e um certo cansaço físico e emocional.

Os ativistas de continuidade, que já atravessaram diferentes momentos de protesto político e de contestação social, reconhecem tanto o lado da criação de novas amizades como, por vezes, a posterior rutura destas mesmas sociabilidades durante e após os processos de construção política e cívica. No entanto, todos reconhecem que mantêm relações de amizade muito antigas que surgiram desde, por exemplo, o movimento antipropinas, a defesa da interrupção voluntária da gravidez ou pelos direitos LGBT e que, como dissemos anteriormente, serviram de “primeira chamada” para a participação nos protestos antiausteridade. Nestes ativistas, encontramos também indivíduos que afirmam que é difícil destrinçar o campo do ativismo com outras dimensões da vida privada, assim como as suas interferências quer positivas, quer negativas.

A maior parte das pessoas com quem conto e que me são próximas vêm do ativismo. É uma empatia especial, uma visão da vida que se partilha. (Rui)

A determinado momento, senti que estava muito cansada e que estava a perder o controle inclusive da minha vida e aqui vou ser um bocado caricatural: não acho que tenha de ser um peão no tabuleiro da revolução, ou seja, sou pessoa, a revolução ou a transformação também tem que ser emancipadora para mim e, a determinado momento, se ela se torna demasiado pesada, cansativa... eu também existo enquanto pessoa. Senti que me esqueci da minha vida pessoal, profissional, perdi o rumo, perdi o controle [a entrevistada refere-se ao momento em que decidiu deixar de estar envolvida ativamente no QSLT por excesso de cansaço]. (Madalena)

Entreí no 15 de Setembro, mas eu não queria entrar porque o babysitting que eu tirei era para ir uma ou duas vezes por semana a reuniões, não há tempos de lazer. Fico furiosa porque há uma série de reuniões que acabam tarde e inconclusivas e expõem sobretudo as mães e as pessoas trabalhadoras. (Sónia)

Para Sónia, ser ativista representa um esforço muito grande, pois torna-se difícil a conciliação com a vida familiar e até com as dificuldades monetárias.

Os movimentos sociais vivem à custa do esforço sobrehumano de desempregados e pós-docs e de bolseiros de doutoramento. Nos movimentos sociais ou tens gente a cair para o lado ou tens gente a afastar-se. Se eu for contabilizar o número de horas de trabalho é o dinheiro que me falta para pagar muita coisa. Se as pessoas fossem pagas, tinhas muito mais gente a fazer e um trabalho muito melhor. (Sónia)

Para os ativistas mais novos, mesmo nos contextos em que já tinham alguma experiência de atuação política ou cívica, a participação nos protestos antiausteridade representou um marco importante a vários níveis. Para estes jovens, estes momentos significaram algo novo nas suas vidas pelas experiências políticas e cívicas que, ao contrário dos ativistas de continuidade, vivenciaram pela primeira vez.

A minha vida, desde que eu comecei a fazer isto, mudou significativamente várias vezes. Vim para X [referindo-se à localidade onde vive atualmente] e estou cá a morar porque conheço uma pessoa disto e foi ela que disse o emprego que eu estou agora. Eu criei muitos amigos mesmo, crias solidariedades fortes. Na minha vida, houve uma série de mudanças profundas. (António)

Em primeiro lugar, estabeleci uma rede de contactos muito grande. Não conhecia ninguém, fiz amigos, colegas de luta. Era muito ingénua ao nível da participação política e cresci politicamente de uma forma que nunca sequer tinha imaginado. Acho que não houve qualquer aspeto negativo. (Inês)

Conheci um conjunto de pessoas que tinha uma visão sobre a movimentação social e a participação muito semelhante à minha e como eu perspetivava essa questão. Eram pessoas que não estavam ligadas a partidos e a sindicatos e a nenhum tipo de plataforma instituída. Eram pessoas simplesmente que queriam participar e que queriam fazer alguma coisa e que acreditavam que podiam fazer alguma coisa sem estarem ligadas a nenhum tipo de instituição e eu própria fui levada por essa motivação. Trouxe coisas muito positivas à minha vida: trouxe-me amigos, pessoas com quem eu ainda hoje falo e trouxe uma nova perspetiva sobre a minha participação na vida pública. (Susana)

No entanto, Inês permaneceu somente na organização do 12 de Março e Susana estendeu a sua participação até ao 15 de Outubro, mas manifestando muita desconfiança face ao processo devido, em seu entender, ao papel demasiado excessivo que os partidos políticos estavam a assumir. Apesar destes aspetos, que poderiam ser perspetivados como menos positivos, as jovens mostram-se satisfeitas com a maturidade cívica e política adquirida nestas dinâmicas.

António manteve-se até ao fim do ciclo antiausteridade e tornou-se militante do PCP. Como foi evidenciado, o primeiro contacto destes jovens com as iniciativas antiausteridade realizou-se através do *facebook*, onde se anunciava a preparação da manifestação no Porto, pois não detinham contactos com outros ativistas. Porém, só António decidiu continuar na preparação dos restantes eventos de larga escala, nomeadamente no 15 de Setembro e no 2 de Março. Será que os *social media* abrem novos canais de participação, mas a ausência de pertença prévia a certos grupos de ativistas, desmobiliza, em certa medida, alguns jovens ativistas?

7.7. Semelhanças e contrastes nos perfis e percursos dos ativistas

Ao longo deste capítulo, analisámos os perfis e os percursos dos ativistas que protagonizaram o ciclo antiausteridade. Como se observou, neste período confluíram indivíduos pertencentes a diversas gerações que iniciaram a sua atividade em momentos diferentes.

Os entrevistados partilham qualificações escolares elevadas mas, regra geral, uma condição social e económica que se distingue pela precariedade laboral e, neste sentido, seguem as tendências dos perfis dos ativistas dos movimentos de contestação surgidos, na mesma época, noutros países.

A família e a escola constituem-se como instâncias de socialização fundamentais no despertar do interesse e na tomada de consciência da importância da participação cidadã. No entanto, os ativistas, cujos familiares possuem um passado ou presente políticos, tendem a iniciar os seus percursos mais cedo e normalmente através de uma via organizada, ou seja, em partidos políticos.

A faixa etária em que se situam foi determinante na definição das causas de protesto que motivaram os primeiros passos no ativismo. Os ativistas de continuidade, representados maioritariamente pelos indivíduos com idade superior a 30 anos, estão muito ligados aos principais temas de contestação da esquerda política das décadas de 1990 e 2000, enquanto os ativistas mais jovens, com idade igual ou inferior a 30 anos, iniciaram-se com as questões da precariedade e do desemprego. Na maior parte dos casos, como não podia deixar de ser, o *gap* geracional é também muito visível na experiência adquirida a vários níveis nas redes do ativismo e no tipo de relação que se mantém com os pares. No discurso dos ativistas de continuidade ficou patente como a participação ativa no ciclo antiausteridade provém de redes de amizade e de trabalho construídas ao longo de décadas e também do reconhecimento da experiência que lhes é conferido por quem acaba de chegar recentemente a este contexto.

A antiguidade gera também desigualdades na posse dos recursos simbólicos que “velhos” e “novos” ativistas detêm e, tal como denuncia um entrevistado, pode ter originado “clivagens” importantes. É também de realçar que, uma das diferenças face ao passado e às gerações mais antigas, é o facto de os *social media* abrirem novos canais de participação no ativismo, propiciando a entrada de jovens sem pertença prévia às suas redes.

Além do cuidado metodológico de inquirir ativistas de grupos etários diversificados, teve-se também a atenção de auscultar indivíduos portadores de diferentes conceções e orientações de organização associadas à construção dos movimentos e/ou grupos de protesto.

O facto de se defender um determinado tipo de construção da ação coletiva ou de se possuir uma identidade mais racionalista ou subjetivista pode, por vezes, ser fonte de conflitos ou até mesmo bloquear os processos de edificação dos movimentos de protesto e como se demonstrou, na nossa amostra, na construção das dinâmicas contra a austeridade houve também diversidade ao nível desta dimensão do perfil dos ativistas.

Por último, reitera-se, mais uma vez, que apesar de estarmos perante uma fase de reivindicações, caracterizada pela participação de novos jovens ativistas e, como se verá no desenvolvimento dos capítulos posteriores, por novas formas de organização da ação coletiva, a importância das redes pessoais e dos recursos simbólicos e cognitivos dos ativistas de continuidade persistiram neste ciclo de protestos.

CAPÍTULO 8

ORGANIZAÇÃO E AÇÃO: GRUPOS DE PERTENÇA E MODOS DE CONSTRUÇÃO DOS PROTESTOS COLETIVOS

O ponto de análise anterior teve como finalidade explorar os percursos e perfis individuais dos ativistas, neste capítulo procura-se abordar as dinâmicas de constituição dos coletivos formados pelos mesmos sujeitos. No período compreendido entre 2011 e 2013, surgiram vários grupos para protestar contra as medidas de austeridade e que foram responsáveis pela organização das manifestações de larga escala que aconteceram em diferentes regiões do país.

Como se observará, a maior parte dos grupos que emergiram foram sofrendo transformações organizativas ao longo do tempo que resultaram, muitas vezes, de conflitos internos entre os membros. Comum também ao conjunto dos coletivos é o facto de desenvolverem as suas ações com base em poucos recursos económicos e de dependerem fortemente da internet e das suas redes sociais para divulgarem as suas iniciativas de contestação. Como se verificará foram os *media* digitais que tornaram possível a emergência de um ciclo nacional de protestos.

Outra das características partilhadas, em geral, pelos atores antiausteridade foi a de não terem ultrapassado a condição de protesto e, conseqüentemente, não terem construído, por exemplo, uma plataforma de ação política que visasse combater a austeridade de forma mais estruturada. Como veremos ainda, a diversidade ideológica dos ativistas, assim como, em certa medida, a ausência de uma unidade identitária foram fatores que condicionaram as diferentes etapas evolutivas dos grupos e os seus desfechos. No entanto, não é de mais salientar novamente, que estamos perante a maior fase de mobilização e de episódios de protesto político e social vivida nas últimas décadas em Portugal.

8.1. O 12 de Março e a criação do movimento 12M

Como se observou, em Lisboa, o protesto de 12 de Março surgiu da combinação da vontade de jovens ativistas com a dinamização das redes de trabalho e de solidariedade dos ativistas de continuidade. O anúncio da manifestação espalhou-se ainda por diferentes cidades do país devido às redes virtuais da internet. No Porto, a convocatória no *facebook* surgiu da iniciativa de um jovem que devido à impossibilidade, por motivos económicos, de se deslocar

a Lisboa decidiu criar uma página no *facebook* a apelar à participação de todos os cidadãos que desejassem estar presentes numa primeira reunião de organização⁶⁶.

Por exemplo, António, um dos jovens que iniciou a sua participação cívica, no Porto, com o 12 de Março, destaca o papel fundamental que o *facebook* desempenhou como instrumento facilitador no encontro dos cidadãos motivados para organizar a manifestação.

Eu não conhecia os ativistas que tiveram a ideia do protesto em Lisboa. Eles fizeram a página no facebook, um tipo, a dada altura, mete lá um post: “eu sou do Porto, quem é que ser quer juntar comigo no X?”. A malta foi para o X, não nos conhecíamos de sítio nenhum [referindo-se ao local onde foi agendada a primeira reunião de preparação da manifestação]. Há um momento interessante em que estamos a olhar nas mesas uns para os outros com olhar de parvos, até que alguém toma a iniciativa de perguntar: “tu não estás aqui por causa de...?”. “Estou, sim senhora”.

Entre os organizadores das manifestações de Lisboa e Porto⁶⁷, houve em todo o processo uma articulação que foi realizada maioritariamente através dos *social media*. Os jovens ativistas, que participaram na preparação da ‘geração à rasca’, no Porto, afirmam que adotaram os mesmos temas de protesto – o combate à precariedade e ao desemprego – assim como o manifesto e a iniciativa de, no decorrer da manifestação, solicitarem aos participantes para escreverem quais as suas principais preocupações sobre o presente e o futuro do país com a finalidade de, posteriormente, serem entregues aos deputados na Assembleia da República⁶⁸.

No que diz respeito aos recursos económicos disponíveis, os ativistas sublinham que estes resultaram das suas parcas contribuições individuais. Por outro lado, a possibilidade das redes sociais da internet permitirem atualmente a partilha de documentos, cartazes e panfletos, que cada um pode imprimir e utilizar em qualquer local e em tempo real, ajudou bastante.

⁶⁶ Baumgarten (2016) defende que, no Porto comparativamente com Lisboa, a organização dos protestos de larga escala efetuou-se segundo uma lógica mais aberta e menos influenciada pela existência de estruturas organizacionais pré-existentes. No entanto, no âmbito desta pesquisa, os entrevistados assumem que esta realidade apenas correspondeu ao momento de preparação do 12 de Março e que os protestos posteriores foram mais influenciados pelas estruturas partidárias dos ativistas.

⁶⁷ Os entrevistados, que estiveram na organização dos protestos em Coimbra e em Faro, não participaram na preparação do 12 de Março. Assim, não se utilizarão exemplos relativamente a estas cidades.

⁶⁸ De acordo com Soeiro (2014: 72), as principais preocupações dos manifestantes face, naquele período, à situação do país estavam relacionadas com a precariedade e o desemprego e, em seguida, com o funcionamento do sistema político, nomeadamente com os assuntos sobre a “transparência e o combate à corrupção” e “a crítica ao nepotismo”.

Além dos *media* digitais, alguns organizadores destacam também o papel importante dos *media* tradicionais (televisão e imprensa) na difusão massiva do protesto.

Neste ponto, alguns ativistas demonstram também sentirem-se muito satisfeitos com o facto de terem levado a cabo uma manifestação que não incluiu o apoio financeiro de qualquer tipo de organizações formais.

Tudo o que nós conseguimos foram coisas que conseguimos com o nosso dinheiro. Fazíamos as contas e dividíamos as fotocópias para fazer publicidade à manifestação. Nós tivemos sindicatos a contactarem-nos para nos darem essas fotocópias e nós não quisemos porque nós achámos que tínhamos de garantir às pessoas que aquilo não era apoiado por sindicatos ou partidos. Nós tentámos fazer as coisas o mais claras possíveis e sem nos ligarmos a nenhuma plataforma. (Susana, Porto)

Nós não tínhamos recursos materiais e também não tivemos donativos. Os cartazes, por exemplo, foram feitos por amigos nossos e a impressão foi de muito pouca tiragem. Por isso, é que foi tão importante o efeito mediático da convocação. Nós, praticamente, só colámos cartazes em Lisboa e tínhamos muito poucos. Se fizemos 500 ou 1000 foram muitos. (Rui, Lisboa)

Além da independência económica face às organizações sindicais e partidárias, manifesta-se ainda o orgulho de, tanto em Lisboa como no Porto, o 12 de Março ter seguido uma lógica de construção da ação coletiva em rede e informal.

Tudo era decidido por consenso, não me lembro de se ter votado alguma coisa. Tínhamos dois porta-vozes mas não eram líderes. Eram pessoas que se fosse preciso, no dia da manifestação, fazer comunicados à comunicação social, aquelas pessoas tinham aquela tarefa e eram pessoas orientadas para articular com a polícia. (Susana, Porto)

Após o 12M, os coletivos de Lisboa e Porto continuaram em contacto permanente com o objetivo de recolherem assinaturas para a realização de uma Iniciativa Legislativa Cidadã (ILC) com o intuito de elaborar uma lei contra a precariedade que seria debatida na Assembleia da República. Esta iniciativa envolveu ainda outros grupos que atuam nesta área, tais como os FERVE, os Intermitentes do Espectáculo e os Precários Inflexíveis.

Concretizada a recolha de assinaturas, que permitiu levar a cabo a ILC, a lei seria discutida no Parlamento pelos deputados em Janeiro de 2013⁶⁹.

Para muitos ativistas, a elaboração da lei contra a precariedade foi um dos principais contributos do 12 de Março e até, segundo alguns, do ciclo contra a austeridade.

A conquista legal foi feita, isso já é importante. Só por isso o 12 de Março foi importante, embora a lei não esteja a ser aplicada. (Sandra)

O 12M colocou a discussão na cena pública. Prova disso foi a ILC que conseguiu reunir as assinaturas e a modificação da legislação na área da prestação de serviços. Nesse aspeto foi muito importante e também demonstrou às pessoas que elas não necessitavam de pertencer a nenhum partido político para ter uma atividade política. (Inês)

A lei contra a precariedade, no fundo, é a coisa mais sólida [referindo-se aos principais contributos do ciclo antiausteridade]. (Simão)

Apesar da coordenação entre os coletivos de Lisboa e Porto, na criação da lei contra a precariedade, as relações de trabalho entre os grupos acabaram por esmorecer.

Sem terem sido questionados sobre este tema, os ativistas do Porto mostraram necessidade de expressar o seu descontentamento face ao facto de o coletivo de Lisboa, ao invés de todos os grupos das diferentes cidades do país que organizaram o protesto, não desejar constituir um movimento social. Segundo estes entrevistados, realizou-se uma reunião onde os ativistas de Lisboa afirmaram que esse não teria sido o propósito da manifestação e que não tencionavam continuar a atuar sob o formato de um movimento organizado a nível nacional. Uma das organizadoras de Lisboa manifesta um discurso ligeiramente diferente e sublinha o seguinte:

Após o 12 de Março, as pessoas que tinham feito o 12 de Março, em diferentes pontos do país, quiseram fazer uma reunião porque queriam fazer um partido político. Nós tínhamos dito que não queríamos fazer um partido político. Queríamos fazer um movimento porque achávamos que o que faltava em Portugal era exatamente isso. Foi o que fizemos e comunicámos. As pessoas ficaram muito desiludidas. (Sandra, Lisboa)

⁶⁹ <https://www.publico.pt/2013/01/18/sociedade/noticia/parlamento-vota-dia-25-lei-contra-a-precariedade-15881205>; acessado a 15 de Junho de 2014.

Este sentimento de desilusão é confirmado pelos ativistas do Porto porque, de acordo com as suas opiniões, o grupo de Lisboa fundou um movimento de protesto – o M12M – sem a participação de outros ativistas do país.

Isto caiu muito mal na malta lá de cima porque eles telefonavam para tudo e decidiram que iam fazer o registo à marca e não perguntaram, caiu-nos mal. Eu passei por cima disso, malta houve que não passou por cima disso. Houve muita malta que saiu por causa disso. (António, Porto)

Nós próprios implicitamente aceitávamos a liderança de Lisboa, mas o após foi uma decepção. Fomos surpreendidos com o M12M, não fazíamos ideia! Foi uma coisa que sentimos que foi um bocadinho feita nas nossas costas ou então já tinham a intenção do resto do país não participar. (Inês, Porto)

Após esta situação, Inês desistiu de participar na organização dos protestos seguintes, embora, como se observou no capítulo anterior, retire sobretudo uma experiência positiva da sua breve participação nas manifestações contra a austeridade. Já Susana, a jovem que, neste ciclo, deu os seus primeiros passos no ativismo, apesar de transportar muitas dúvidas continuou a sua participação até ao 15 de Outubro.

O que aconteceu comigo, como participante que não pertencia a nada, foi que eu não gostei da apropriação do que surgiu do 12 de Março para se aproveitar para outros interesses, nomeadamente para certos partidos conseguirem ter mais visibilidade ou poderem cumprir a sua agenda política, como o tema da precariedade que é um tema do BE. Aproveitar a mobilização não partidária para a sua agenda partidária. (Susana, Porto)

Apesar de os entrevistados se orgulharem do 12 de Março ter sido um protesto que se desenvolveu em rede e assente em princípios que privilegiam a horizontalidade e a ausência de hierarquia na direção das iniciativas, estes também admitem que se estabeleceram ‘lideranças informais’ (Pleyers, 2010), entre os coletivos de Lisboa e do Porto, que foram conducentes a um conflito latente entre os ativistas. Segundo Pleyers (2010), as ‘lideranças informais’ formam-se, muitas vezes, devido ao facto de existirem, nos grupos, indivíduos com maior experiência de participação e com maior capital social, o que, neste contexto, se enquadra na situação de alguns ativistas de continuidade que pertenciam ao grupo de Lisboa.

Assim, o grupo de Lisboa, constituído por “novos” e “velhos” ativistas, fundaria o M12M. O coletivo preservou os temas que serviram de mote à manifestação de 12 de Março como as suas áreas de atuação principais, ou seja, as questões laborais e da qualidade da democracia. Manteve-se ativo durante 1 ano, desenvolvendo neste período algumas iniciativas contra a austeridade, nomeadamente um conjunto de debates com a Associação 25 de Abril, a participação de alguns membros na Iniciativa Auditoria Cidadã e algumas performances de ação directa. À semelhança de outros coletivos que emergiram no mesmo período, o M12M possuía fracos recursos económicos que se baseavam fundamentalmente nas contribuições dos seus membros. Na sua fase de maior atividade, foi constituído por 8-10 pessoas que mantinham relações de amizade e que o definiam sobretudo como um grupo de amigos que pretendia intervir politicamente na sociedade. Algumas pesquisas têm demonstrado como as redes de amizade e de momentos de fruição são importantes na construção de espaços de ativismo (McDonald, 2002, 2004, 2006; Fominaya, 2010).

Acho que nós somos mais um grupo de amigos do que um coletivo auto-organizado. Decidimos as coisas todos juntos, tentamos que seja em consenso. Não há propriamente uma organização. Marcamos reuniões, que são jantares, e aproveitamos para debater política e pensar ideias. (Teresa)

No entanto, se, no âmbito de alguns estudos de caso (Fominaya, 2010), é defendido que a constituição de relações afetivas estreitas entre ativistas pode ajudar a dirimir conflitos e a ultrapassar, por exemplo, as diferenças identitárias existentes, no contexto do M12M os vínculos de amizade não surtiram efeitos positivos e as ligações entre os membros do grupo começaram a sofrer tensões. Na opinião dos membros, os conflitos estiveram maioritariamente relacionados, por um lado, com divisões entre pessoas com e sem militância partidária e, por outro, com a orientação das ações a serem desenvolvidas, onde, por exemplo, se incluem divergências no que diz respeito à participação na Plataforma 15 de Outubro e à possibilidade de realizarem uma manifestação onde se comemoraria o 1º ano do protesto 12 de Março.

Muitas das discussões tiveram a ver com o envolvimento na Plataforma 15O. Havia pessoas que não queriam participar e eram divergências em relação à forma de modus operandi. Depois houve claramente uma divisão entre as pessoas que tinham partido e as pessoas que não tinham partido, havia pessoas que eram militantes do BE e criou-se uma desconfiança. Era um grupo que se achava horizontal e que

decidia tudo por consenso. Na prática, não foi isso que aconteceu, mesmo num grupo tão pequeno criaram-se fações, o que é muito estranho. (Patrícia)

O [protesto] 150 quase metade não queria organizar e a outra metade queria organizar. Quando o 12 de Março faz o seu 1º aniversário, as pessoas que pertenciam ao BE queriam que se organizasse uma nova manifestação e os outros não queriam e houve ali uma situação conflituosa. (Frederico)

Independentemente das divergências que surgiram entre os ativistas que protagonizaram a maior manifestação de rua desde o 25 de Abril de 1974, não há dúvida que esta marcou o início de uma nova dinâmica de protesto na sociedade portuguesa. No entanto, a ausência de objetivos comuns entre os diferentes grupos, que surgiram um pouco por todo o país, não permitiu avançar-se, como, por exemplo, em Espanha no caso do 15M (Castells, 2014), no sentido da criação de um movimento social de âmbito nacional que ultrapassasse a organização de protestos de rua. Mesmo assim, muitos ativistas pensam que a lei contra a precariedade, que resultou dos coletivos do 12 de Março, foi um dos maiores contributos de todo o ciclo contra a austeridade. Além disso, como veremos, apesar da existência de um certo abrandamento na mobilização, os coletivos, que foram surgindo posteriormente, não desistiram de adotar diferentes estratégias de organização para prosseguir com a contestação à austeridade.

8.2. Grupos de protesto emergentes no pós 12 de Março

Um exemplo de como os ativistas tentaram dar continuidade ao processo de protestos iniciado com a manifestação de 12 de Março foi a criação da acampada do Rossio. Esta teve um papel importante como impulsionadora de novos grupos durante e após a sua duração.

Por exemplo, os Indignados Lisboa, que tentaram seguir o esquema de organização dos movimentos *grassroots* surgidos internacionalmente neste ciclo de protestos, nasceram da confluência de vontades de pessoas que não se identificaram com “certos” acontecimentos, que nas suas opiniões, marcaram a Acampada do Rossio.

Os Indignados são um grupo um pouco dissidente porque, na Acampada, nós notámos que havia ali alguma apropriação partidária e isso, às vezes, sentia-se um bocadinho e, como havia um grupo de pessoas que não gostava muito de sentir isso,

participámos até ao fim da Acampada, mas depois afastámo-nos e formámos os Indignados Lisboa. (Sílvia)

Este grupo caracterizou-se fundamentalmente por realizar reuniões de discussão no espaço público, particularmente em praças e jardins da cidade de Lisboa. Sendo um grupo muito crítico da democracia representativa, um dos seus principais temas de debate foram as formas de democracia participativa e direta. O seu objetivo era trazer para o debate das ideias políticas o cidadão comum e mostrar que a participação cívica pode ser levada a cabo fora das instâncias partidárias. Este coletivo era apologista do modelo assembleário, da ação direta e defendia um tipo de participação fluida, ou seja, onde cada indivíduo pode comparecer, se assim desejar, intermitentemente e com ausência de compromisso duradouro. À semelhança de outros grupos que surgiram durante este ciclo, os recursos económicos eram escassos e o *facebook* um instrumento de comunicação e divulgação fundamental das suas atividades e um meio de tornar o grupo conhecido.

Os Indignados não são um grupo grande. Mas em termos de facebook é um grupo grande. A nossa informação chega a muita gente. (Sílvia)

Esta frase demonstra a importância atribuída às redes sociais como um meio de criar laços virtuais com os cidadãos. Os Indignados criaram, no *facebook*, uma iniciativa intitulada “Caixa de Ideias” onde as pessoas eram convidadas a deixar as suas ideias e temas que gostassem de ver debatidos nas reuniões do grupo, gerando-se assim uma ligação entre as realidades *online* e *offline* (Castells, 2013). As redes de comunicação da internet permitem assim, por exemplo, o surgimento de *comunidades de práticas insurgentes* (Castells, 2009), espaços onde os indivíduos, em conexão com outros, podem partilhar os seus conceitos e projetos de transformação societal.

À medida que os protestos antiausteridade foram diminuindo de intensidade, os Indignados foram também cessando as suas atividades. No entanto, alguns ativistas desenvolveram outros projetos como, por exemplo, a Fábrica das Alternativas⁷⁰, um espaço que pretende ser um centro cultural e social alternativo onde se desenvolvem debates, jantares comunitários, exposições de trabalhos de artistas ou iniciativas como o banco do tempo.

Como foi explicitado em capítulo anterior, também das cumplicidades emergentes entre ativistas, no decorrer da Acampada do Rossio, surgiu a Plataforma 15 de Outubro que

⁷⁰ <https://www.facebook.com/fabricadealternativas/>; acessido a 3 de Abril de 2015.

reuniu diversos grupos de protesto com o objetivo de organizar o protesto de 15 de Outubro e constituir uma forma de luta coletiva mais sustentada de oposição à austeridade.

A Plataforma tinha como intuito funcionar de forma aberta, horizontal e por consenso para que se pudesse incluir diversos atores. Numa primeira fase, que corresponde ao período de preparação da manifestação de 15 de Outubro, várias organizações com atividade anterior ao ciclo antiausteridade também nela participam, mas a seguir à realização do protesto começam a surgir divergências entre os membros e estes paulatinamente começam a sair. Segundo Baumgarten (2016), as diferenças identitárias permaneceram sempre mais fortes do que o objetivo de construir uma identidade e este fenómeno desencadeou ruturas entre os diversos grupos.

Porém, segundo os ativistas entrevistados, que estiveram ativamente presentes na Plataforma, as divergências pautaram-se principalmente por diferenças ideológicas e políticas várias: desde as posições face ao tema da dívida, às orientações da ação coletiva, até às relações com as organizações sindicais.

Por exemplo, o envolvimento de ativistas que se conheciam de períodos anteriores de protesto, partilhando muitas vezes os mesmos espaços políticos institucionais e que transportaram as suas conflitualidades para a Plataforma, deu origem a contendas que fragmentaram as relações internas.

Algumas das pessoas tinham um passado em comum num partido político, neste caso o Bloco de Esquerda, e eu senti na Plataforma 15O que isso marcou. Tu tinhas ativistas na Plataforma 15O que tinham acabado de sair do Bloco de Esquerda em rutura. O problema é que já havia um passado em comum entre aquelas pessoas, não só através do Bloco mas através de outros processos coletivos que eu não integrei, que já havia algum desgaste, alguma desconfiança, algumas delas dentro do Bloco e outras fora do Bloco. (Madalena)

Estas dinâmicas refletiram-se ainda em posições antagónicas face aos temas da dívida, onde alguns membros defendiam a sua anulação e outros a sua reestruturação.

Determinados grupos ou pessoas insistiam em fechar as posições da Plataforma. Tinham uma posição muito fechada e muito concreta em relação à dívida: por muito que eu possa concordar com elas pessoalmente, têm que ter noção de que X [referindo-se à organização que representava no seio da Plataforma] dificilmente a assumiria enquanto tal e também outras organizações. Basicamente, a Plataforma

passava a ser quase um partido político de extrema-esquerda em relação às suas posições, nomeadamente em relação à dívida. Os grupos, que ainda subsistem na Plataforma 150, achavam que se devia exigir a suspensão do pagamento e isso é fraturante à esquerda. Não é por acaso que não ouves nem PCP, nem CGTP, nem Bloco falar, nem um conjunto de organizações. Mesmo assim X aguentou-se [referindo-se à organização que representava no seio da Plataforma], X aguentaram-se com a suspensão [referindo-se a outra associação], quando não era propriamente consensual. Mas fomo-nos aguentando e aceitando em prol de tentar fazer um trabalho conjunto. A partir do momento em que começam a ir para além disso, não dá. (Madalena)

Por outro lado, os conflitos relativamente ao diálogo com os sindicatos.

Há grupos que querem uma separação muito grande em relação aos sindicatos e há grupos que não: há grupos que querem conversar com os sindicatos, querem ter um entendimento com os sindicatos mesmo que seja só para o desenvolvimento de ações pontuais e outros não. (Simão)

Depois da manifestação de 15 de Outubro, seguiu-se a realização de um conjunto de protestos também convocados pela Plataforma 15 de Outubro mas onde se verificou uma fraca adesão por parte dos cidadãos. Este fenómeno traduziu-se também num aumento das divergências entre os seus membros.

O 150 foi de todas as organizações a mais interessante, eram reuniões abertas onde toda a gente podia participar. Não havia vetos, não havia acordos de cúpula. Os resultados depois foram bastante maus. Foi alvo de muita desconfiança entre os diferentes grupos. A partir do momento em que as manifestações começaram a esvaziar, houve mais espaço para este tipo de guerras, para esses processos autofágicos que, no fundo, têm marcado a esquerda toda e os movimentos sociais. Houve muita imaturidade de todos os grupos e do nosso também. Vou dar-te um exemplo muito concreto: haver uma suspeita de que havia um infiltrado de extrema-direita ou havia alguém que dizia que não sei quem era polícia e era preciso perceber se era ou não era. Não houve nenhum grupo capaz de ser superior a isso e de dar uma dinâmica interessante à coisa e aquilo acabou por definhar. (Miguel)

A seguir à manifestação, acaba por haver uma tentação de se fazer quase um programa que vai esvaziando a Plataforma e há muitas organizações que vão desaparecendo. Havia muitas pessoas rígidas que queriam quase fazer um programa político de partido ou de governo e obcecaram-se com coisas pequenas e acabam por falar de temas muito pequenos como, por exemplo, a questão da Palestina ou sobre o bairro do Pinheirinho no Brasil. São coisas que são muito importantes mas que, perante a situação de destruição nossa, ficam completamente ao lado. (Simão)

Estas declarações demonstram como os *compromissos de afetividade e/ou de continuidade* dos ativistas com a Plataforma se dissiparam pois os custos tanto emocionais como de esforço de trabalho associados à participação começaram a ser por si observados como sendo superiores às recompensas retiradas (Klandermans, 1997). Analiticamente, os testemunhos evidenciam ainda que, devido a uma série de fatores, os diferentes ativistas e grupos que compunham a Plataforma 15 de Outubro não conseguiram construir uma identidade coletiva comum que lhes permitisse avançar conjuntamente na contestação à austeridade. Algumas reflexões sobre o estudo da identidade coletiva nos movimentos sociais perspetivam-na como algo cuja construção está sujeita a momentos de tensão, conflito e a processos de negociação constantes (Della Porta e Diani, 1999; Melucci, 1996), mas que, num determinado momento, exige uma certa coesão entre os seus membros para que se consiga atuar face aos opositores. É assim necessário um entendimento face às *orientações da ação*, uma *linguagem partilhada* e o desenvolvimento de relações sociais internas (positivas) entre os indivíduos (Melucci, 1996), ou seja, relações de *solidariedade e compromisso* entre os membros têm de estar presentes (Taylor and Whittier, 1992). Se, após os momentos de negociação e conflito, não é atingida uma certa coerência relacional entre os pares no que diz respeito às orientações comuns e aos objetivos a traçar e a atingir, é provável que a tentativa de construir um grupo de protesto ou movimento social composto por diferentes componentes identitárias resulte num processo de desagregação (Melucci, 1996).

Ora, em cidades como Coimbra, Faro e Porto também se juntaram ativistas para organizar o protesto de 15 de Outubro. Mas de acordo com os entrevistados provenientes destas cidades, ao contrário de Lisboa, nunca se chegou a formar uma Plataforma para este propósito. Embora seguindo as datas de organização das manifestações levadas a cabo em Lisboa, os ativistas afirmam que, nestas localidades, os protestos de rua tiveram subjacentes diferentes lógicas de estruturação da ação coletiva.

Por exemplo, no Porto, alguns ativistas, que tinham participado no 12 de Março, continuaram na organização da manifestação de 15 de Outubro, enquanto outros saíram (este foi o caso de Inês, como vimos anteriormente).

Ficámos 5 ou 6 da 'geração à rasca'. Mas, para o 15 de Outubro, apareceram outras pessoas para a organização. Éramos cerca de 15. Havia mais pessoas que vinham de partidos e sobretudo do Bloco de Esquerda e, na minha opinião, essas foram as que assumiram mais protagonismo na organização. Mas havia pessoas sem filiação partidária, como eu, e de sindicatos. Comparando com a organização de 12 de Março, acho que foi mais vertical. As decisões também eram por consenso, mas havia o peso mais forte de uma facção ou outra. Não havia tanto consenso, era um grupo que tinha mais dificuldade em gerar consenso. Havia mais líderes informais. (Susana, Porto)

Na cidade de Faro, Pedro sublinha que nunca houve muitos conflitos relativamente à presença de militantes partidários e que a organização dos protestos decorreu quase sempre harmoniosa e fluidamente, juntando ativistas de diferentes associações e coletivos ligados ao desenvolvimento local da região.

Duas pessoas que tinham estado ligadas aqui ao protesto da 'geração à rasca', e mais algumas pessoas ligadas aos movimentos aqui de Faro, criámos um grupo de trabalho e começámos a pensar: sempre que houver uma coisa em Lisboa, nós fazemos aqui em Faro. Então fomos acompanhando um bocado a agenda não só nacional, como também internacional. Cada um tinha a sua vida de ativista noutros campos e, uns dias antes da realização de uma manifestação, juntávamo-nos. (Pedro, Faro)

Comparando com outras cidades portuguesas, Coimbra parece ser um caso paradigmático, pois, segundo o nosso entrevistado daqui originário, foi a Assembleia Popular de Coimbra (APC) que organizou o protesto de 15 de Outubro e posteriormente o de 15 de Setembro, não tendo sido criado para este protesto um grupo QSLT, ao invés do que ocorreu no Porto e em Faro. No blogue de apresentação da Assembleia Popular de Coimbra⁷¹, pode ler-se que esta surgiu inspirada no movimento 15M e no espírito de organização das

⁷¹ <http://assembleiapopularcoimbra.blogspot.pt/>

acampadas onde se tenta preconizar um modelo assembleário, horizontal e baseado no consenso.

De acordo com Alexandre, o formato da Assembleia Popular de Coimbra assemelha-se ao dos Indignados Lisboa com quem mantiveram sempre relações de afinidade e, em 2012 e 2013, organizaram conjuntamente o Encontro das Assembleias Populares.

A Assembleia Popular de Coimbra, a nível de estrutura, é mais próxima aos Indignados Lisboa porque os outros movimentos, tanto o M12M, como o Que se Lixe a Troika, foram movimentos fechados com uma orientação definida. A Assembleia surge como uma atuação e uma perspetiva da ação política mais próxima aos Indignados, àquilo que surgiu em Espanha e não era tanto um grupo formal como esse tipo de movimentos, mas um espaço onde as pessoas podiam participar, um espaço sem líderes, aberto, anunciado. (Alexandre)

Se da fase de contestação iniciada com o protesto de 12 de Março não resultou uma dinâmica de protesto coesa, das interações estabelecidas entre ativistas, no decorrer da Acampada do Rossio, surgiu a tentativa de construir um coletivo mais organizado. A Plataforma 15 de Outubro envolveu “novos” e “velhos” atores coletivos em prol de criar uma estrutura mais sustentada de luta contra a austeridade. No entanto, mais uma vez, esta dinâmica não se estendeu a todo o país e mesmo em Lisboa os ativistas nunca conseguiram minimizar as suas diferenças políticas e ideológicas com vista a ultrapassar a condição de protesto do coletivo. A seguir à manifestação de 15 de Outubro, e ao progressivo declínio da Plataforma, segue-se mais uma vez um período sem manifestações de larga escala, embora os coletivos continuem a congregar esforços para contestar as medidas de austeridade e o Governo.

No pós Plataforma 15 de Outubro, os ativistas tentam construir um novo coletivo que lhes permita a continuidade na luta contra a austeridade. Assim, surge o QSLT, um grupo que, com a finalidade de obter resultados positivos na mobilização, exclui os modos de organização e constituição da ação coletiva dos períodos anteriores.

8.3. Que se Lixe a Troika: uma ‘nova’ fase de organização das ações de protesto?

Em Lisboa, o insucesso do processo de ação coletiva encetado com a Plataforma 15 de Outubro conduziu a mudanças de ação estratégicas nos grupos de protesto. Num primeiro momento, estas consistiram na organização de eventos sem o intuito de formar plataformas e de criar alianças para evitar conflitos entre os vários grupos e ativistas (Baumgarten, 2016). Neste âmbito, foram organizados dois eventos: o Ativar – Encontro Nacional de Movimentos Sociais (21 e 22 de Abril de 2012) - que reuniu ativistas portugueses e estrangeiros, aberto a todos os que quisessem participar e onde se desenvolveram uma série de debates e *workshops* relacionados com os temas dos movimentos sociais e da austeridade e, em seguida, a Primavera Global (12-15 de Maio de 2012)⁷². Esta iniciativa surgiu de um apelo internacional para celebrar o primeiro aniversário do 15M. Realizaram-se debates, um acampamento no Parque Eduardo VII e uma manifestação que não conseguiu congregiar um grande número de participantes. Após este período, seguiu-se uma fase de pouca atividade exterior dos grupos de protesto, mas tal não significa que estes atores se tenham extinguido pois, como afirmava Melucci (2001), é frequente os movimentos de protesto oscilarem entre períodos de *latência* e *visibilidade*.

O QSLT surge, segundo os testemunhos, no final do mês de Agosto de 2012 por iniciativa de três ativistas pertencentes ao coletivo Precários Inflexíveis que tinham participado na Plataforma 15 de Outubro e que, para lançarem a ideia de constituir o grupo, estabeleceram contactos quer com ativistas que desenvolviam também a sua atividade em partidos políticos, quer com cidadãos com histórias de intervenção cívica em diferentes áreas, mas que não incluem a militância partidária.

A ideia partiu, mais ou menos, de pessoas dos Precários que depois começaram logo a convidar outras pessoas. Portanto, obviamente, havia uma forte relação entre os Precários e o Que se Lixe a Troika, mesmo que não estivéssemos lá todos, estávamos a par do que se passava, havia muitas reuniões que eram feitas na nossa sede. Pintavam-se lá faixas, organizavam-se lá as colagens. (Rita)

Ao contrário da Plataforma 15 de Outubro, o QSLT, composto por 29 pessoas, caracterizar-se-ia por manter uma organização fechada com a realização de reuniões onde participam apenas os seus membros. O fechamento do grupo é intencional e aparece como

⁷² Informação disponível em: <https://acampadalisboa.wordpress>; acedido em 10 de Junho de 2014.

uma reação ao funcionamento e aos conflitos surgidos no interior da Plataforma 15 de Outubro e tem como objetivo evitar a participação de ativistas com quem se trabalhou anteriormente e não foi possível organizar e realizar consensual e harmoniosamente ações de luta e de protesto.

O QSLT nasceu como um grupo de amigos que pensou que podia trabalhar junto, amigos não necessariamente próximos, pessoas que se conheciam de outros ativismos e que, de algumas marradas na parede, foram percebendo quais são as pessoas com quem conseguem trabalhar. (Patrícia)

As reuniões são fechadas deliberadamente. Não é por acaso que o são, é pensado. Se as pessoas querem continuar a insistir nos mesmos erros, força! Mas é sem mim, não dá! Reuniões abertas para toda a gente, já estive na Plataforma, já estive na Primavera. O que é que deu concretamente? Só criou problemas entre quem já estava mobilizado, inimizades, desconfianças. Não conseguimos chegar a mais gente. A meu ver, o modelo não funciona e eu acho que foi um grande erro na Plataforma 150, insistiu em manter-se, manter-se. (Madalena)

Outro ativista (Simão), que esteve na base da ideia inicial de formar o QSLT para organizar a manifestação de 15 de Setembro, sublinha que optaram por adotar o “critério do pragmatismo”.

Um grupo que operacionaliza sujeitos com a finalidade de que esse grupo seja representativo, mais ou menos, da sociedade e simultaneamente seja possível trabalhar com as pessoas sem as pessoas ficarem loucas, especialmente para o 15 de Setembro é esta a base. O objetivo não é sermos nós a criar alternativas. Eu tenho um partido político, por exemplo, e eu acho que está muito mais no âmbito do partido, eu pensar nessa questão. Não é esse o âmbito do Que se Lixe a Troika. Conseguimos arranjar pontos comuns e arranjar as palavras de ordem.

Contudo, este fechamento foi alvo de inúmeras críticas por outros setores de ativistas.

O meu nome foi vetado no primeiro grupo. O meu e vários e foi isso que me pôs logo de pé atrás. Não o facto de eu ser vetado, mas a lógica de uma manifestação que vai ser organizada com base numa convocatória espontânea de cidadãos cujos nomes são

aprovados ou vetados não sei muito bem por quem! O que é isto? Não era assim que andávamos a funcionar! Até agora era convocatória aberta! (Rui)

Apesar deste fechamento, o QSLT teve como objetivo definir-se através de uma composição heterogénea com membros e simpatizantes que iam desde o PS até ao BE, fenómeno que também potenciou o facto de o grupo ter deixado de parte a ambição de se constituir como um movimento social organizado com a formulação de propostas políticas concretas. Assim, por exemplo, a discussão das tomadas de posição face ao tema da dívida, fraturante na Plataforma 15 de Outubro, foi banida e o grupo estabeleceu-se apenas como não tendo a finalidade de ultrapassar a condição de protesto, defendendo somente três princípios “*queda do governo, contra a Troika e romper com o memorando*” (Marta) e, em termos de ação, organizar apenas o protesto de 15 de Setembro intitulado “*Que se Lixe a Troika! Queremos as Nossas Vidas de Volta*”. No entanto, como já dissemos, a elevada participação neste protesto de rua fez com que o grupo mantivesse a sua atividade.

No que diz respeito aos recursos económicos e logísticos que o grupo tinha disponíveis para levar a cabo as suas ações, os membros salientam que eram poucos, baseados em coletas internas ou na solidariedade de micro empresas. Há alguns ativistas que afirmam que tiveram o apoio de um organismo público ligado ao poder local. Todos os membros declaram que, pelo menos no que concerne às manifestações de Lisboa, não beneficiaram do apoio financeiro de partidos políticos ou de organizações sindicais, embora, em casos pontuais, devido ao grupo ser também constituído por militantes partidários podem ter ocorrido situações como:

Pode ter havido alguém que tivesse 10 mil fotocópias para fazer, que era do Bloco de Esquerda e que lá as tenha feito, pode ter acontecido isso. Mas, do ponto de vista formal do movimento, tudo o que nós fizemos foi pago por nós, os cartazes foram pagos por nós e a primeira vez que esteve uma aparelhagem sonora, na Praça de Espanha, ela era dos Precários Inflexíveis e as outras foram dadas por empresas. (Ricardo)

Em termos de organização interna, os entrevistados pertencentes ao QSLT afirmam que este se dividia basicamente em 3 grupos de trabalho – comunicação, ação e logística – que *a posteriori* se reuniam conjuntamente em plenários. Na primeira fase do QSLT, circunscrita a 29 ativistas, a maior parte dos entrevistados anuem no sentido de que as decisões eram tomadas por consenso devido ao parco número de participantes.

No entanto, mesmo nestas circunstâncias, há quem considere que os resultados unânimes nem sempre eram simples de alcançar devido à diversidade ideológica e à presença de “várias esquerdas” ou que, por vezes, existiam problemas de comunicação em que algumas pessoas tomavam decisões sem consultar os restantes membros.

Era um processo muito cansativo [referindo-se ao trabalho desenvolvido no QSLT]. Todo e qualquer texto que sai é sempre um trabalho brutal, pelo menos à esquerda, é. Sair um texto de qualquer processo coletivo dá trabalho porque tem de ser consensualizado, há diferentes sensibilidades. E depois são muitos percursos, no Que se Lixe a Troika há pessoas da área do PS à área do Bloco, um bocado mais além até. É tudo malta ideologicamente à esquerda, mas quer dizer esquerdas. Portanto, nem sempre é fácil. (Madalena)

Há um manifesto inicial⁷³, assinado por 29, e depois aparece um texto, no fim, que é lido no 15 de Setembro⁷⁴ em que a maior parte dos 29 nunca tinha ouvido falar dele. Porque há 15 que participam, mas há 29 que deram a voz. Cada vez que produzes um texto, cada vez que fazes uma coisa qualquer tens de ter o cuidado, achava eu, de falar com toda a gente. Havia outros que diziam que isso era perder tempo porque nunca quiseram ser um movimento. (Sónia)

Porém, como os temas “quentes” sobre a austeridade ficaram arredados das discussões do grupo, devido à presença de ativistas que seguiam diferentes correntes político-ideológicas da esquerda, os conflitos, nesta primeira fase, giravam sobretudo em torno das questões relacionadas com a organização da ação coletiva onde, por exemplo, alguns ativistas pretendiam desenvolver manifestações de forma mais continuada e outros defendiam o contrário. Há quem atribua estas diferenças relativamente aos significados atribuídos à orientação das ações de protesto à segmentação entre “novos” e “velhos” ativistas.

Houve uma discussão que nós tivemos muito que foi: por que raio vamos acabar a manifestação na praça de Espanha e não na Assembleia? [referindo-se ao 15 de Setembro que terminou na Praça de Espanha, em Lisboa]. Porque tínhamos 2 tipos de pessoas formados pela tal clivagem: as pessoas mais experientes e as menos

⁷³ Manifesto que serviu de apelo à mobilização do 15 de Setembro (<http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/>; acedido a 15 de Junho de 2014)

⁷⁴ A entrevistada refere-se a um texto que foi lido por membros do QSLT no final da manifestação, em Lisboa, na Praça de Espanha.

experientes. As pessoas menos experientes que estavam do lado da Assembleia acabaram por cooptar aquela ideia de que nós temos é que ir para o Parlamento mostrar aquilo que nós queremos. Esta ideia tem subjacente que, na Assembleia, estão os deputados que são todos uns corruptos ou então a ideia de que a Assembleia é a casa da democracia e que temos de lá ir mostrar o que queremos. (Manuel)

Recordamos que, no final do protesto de 15 de Setembro, um pequeno grupo de ativistas, não pertencente ao QSLT e muito crítico do seu funcionamento, decidiu não terminar a contestação na Praça de Espanha e partiu em direção à Assembleia da República. Muitos manifestantes seguiram também o mesmo percurso.

O Que se lixe a Troika faz aquela manifestação... eles nem estavam à espera daquilo... tanto que é verdade que o percurso deles era ridículo: era Praça José Fontana até ao FMI e depois para a Praça de Espanha e ninguém percebeu aquilo! Eles não estavam à espera daquilo que nós fizemos que foi ir tudo para a Assembleia. Nós falámos, malta da Plataforma, dos Indignados e do MAS⁷⁵, assim como malta do MSE⁷⁶, mas quem, na prática, fez isso foi o MAS. O MAS pensou que havia condições para ir para a Assembleia e provou-se que tínhamos razão. (José)

8.3.1. A segunda fase do Que se Lixe a Troika: transformações na estrutura organizativa

Segundo os ativistas, depois do 15 de Setembro, o QSLT entra numa nova etapa organizativa com vista à preparação da manifestação de 2 de Março de 2013⁷⁷ e sofre algumas mudanças internas. O grupo, como já referimos, era muito criticado por alguns setores de ativismo pela sua dinâmica de organização fechada a uma participação popular alargada. A entrada destas críticas na organização do grupo determina, numa segunda fase, que este passe a incluir outras personalidades com um papel de intervenção relevante na sociedade civil em

⁷⁵ MAS corresponde à sigla de Movimento Alternativa Socialista, antes Ruptura-FER, foi criado no período coincidente com os protestos antiausteridade por membros da ex Ruptura-FER, corrente política dissidente do BE.

⁷⁶ MSE corresponde à sigla de Movimento dos Sem Emprego criado em Março de 2012, mas atualmente extinto, para tratar das questões do desemprego e da precariedade e onde pertenciam simultaneamente membros do MAS.

⁷⁷ No período compreendido entre o 15 de Setembro e o 2 de Março, o QSLT organizou vários eventos como, por exemplo, o protesto em Belém (22 de Setembro de 2012) a manifestação cultural (13 de Outubro de 2012), o protesto contra a aprovação do orçamento do Estado (30 de Outubro de 2012) e a manifestação contra a visita de Angela Merkel a Portugal (12 de Novembro de 2012).

diferentes áreas da esquerda política portuguesa⁷⁸. Este alarga-se assim a 120 pessoas. O objetivo foi o de incluir na contestação à austeridade diferentes setores da sociedade civil: “a necessidade de expansão tornara-se evidente e a presença de outros setores mobilizados nas lutas sociais, de dispersão geográfica e que garantissem contactos com fatias cada vez maiores da sociedade, estiveram entre os principais motivos para alargar a subscrição” (Camargo, 2013).

Nesta segunda fase, o QSLT altera algumas regras de funcionamento. Segundo os entrevistados, os grupos de trabalho passam a ser abertos, mas, nos plenários, apenas podem participar os 120 subscritores do texto de apelo ao 2 de Março. De acordo com alguns ativistas, este fenómeno criou algumas dificuldades relacionadas com a gestão interna do grupo. Por um lado, há pessoas que participam nos grupos de trabalho mas que não estão presentes nos plenários e, por outro, nem todas as pessoas, integradas no grupo dos 120, participam ativamente.

Nos grupos de trabalho, tens uma série de gente que não vai aos plenários porque não pertencem aos 120, incluindo uma série de gente com quem havia atritos antigos, as pessoas que foram vetadas no primeiro grupo. Quem é que decide aqui? Tens os grupos de trabalho com 4-5 pessoas, depois tens os plenários com 30 para representar 120? Tens que ter regras claras para definir isto! Não havia regras claras. (Sónia)

Foi abrindo a diferentes pessoas, mas depois a organização também se tornou um caos. Como é que com tanta gente consegues tomar uma decisão? (Madalena)

No entanto, esta fase, em geral, é perspectivada como positiva pelos vários ativistas devido ao sucesso da mobilização para o 2 de Março, onde se conseguiu, como dito anteriormente, reunir o apoio de diferentes atores sociais e políticos, onde se incluem, de acordo com Camargo (2013: 135), muitas figuras públicas ligadas às artes e ao espetáculo, “...comissões de trabalhadores como, as da RTP e da TAP, até associações militares (...) passando pela Associação José Afonso, a central sindical CGTP, o Congresso Democrático das Alternativas, o BE, o PCP, a Confederação Nacional de Pais, a Associação de Combate à

⁷⁸ O apelo à manifestação de 2 de Março foi assinado por cerca de 120 pessoas (<https://www.facebook.com/notes/que-se-lixo-a-troika-queremos-as-nossas-vidas/2m-apelo/215542251904028>; acedido a 20 de Setembro de 2014).

Precariedade – Precários Inflexíveis e muitas outras organizações políticas, associativas e sindicais”.

8.3.2. O declínio do Que Se Lixe a Troika

Se a segunda fase do QSLT é avaliada pelos ativistas como construtiva, a terceira e última fase, que se inicia após o 2 de Março, é perspectivada como um estágio descendente devido principalmente a dois fatores: por um lado, o facto de o número de manifestantes ter diminuído consideravelmente nos protestos e, por outro, a abertura dos plenários a todos os que quisessem participar potenciou, segundo alguns entrevistados, maiores tensões e conflitos entre os membros. A abertura total do grupo não foi consensual. Alguns membros opuseram-se, receando a repetição dos episódios vividos na Plataforma 15 de Outubro.

O primeiro alargamento foi um alargamento controlado. Foi um alargamento, não eram plenários abertos [a entrevistada refere-se à segunda fase de funcionamento do QSLT]. Depois, de repente, começas a fazer plenários abertos e grupos de ação e de trabalho abertos e comecei a ver um bocadinho a repetir-se as coisas que tinham levado a que o 15 de Outubro deixasse de ser uma Plataforma para passar a ser um bocadinho um instrumento do MAS. Mas o Que se Lixe a Troika nunca se tornou um instrumento do MAS. (Patrícia)

De acordo com alguns ativistas, começam também a adensar-se as desconfianças entre os indivíduos pertencentes a diferentes grupos ou com preferências partidárias distintas. Se em momentos ulteriores, estas eram particularmente observadas como conflitos latentes que se conseguiam contornar, nesta fase tornam-se difíceis de dirimir.

Criaram-se líderes informais: houve um problema de egos que se agravou entre algumas pessoas como, por exemplo, pessoas que decidiam sem consultar o grupo. As pessoas que estavam envolvidas no Bloco e no PC começaram a desconfiar umas das outras. (Madalena)

Aumentaram as tensões entre PC e Bloco e um bocado entre organizados e não organizados que, no início, foram muito bem resolvidas, mas depois duraram cada vez mais tempo porque se foi perdendo algum vigor. (Simão)

No entanto, há também quem reitere que não existiram tensões políticas, mas que estas eram maioritariamente de índole pessoal e que se agravaram nesta fase descendente do QSLT.

Depois havia quem dizia que havia conflitos políticos, mas eu não vi. Acho que depois, às vezes, se arranjam máscaras políticas para escamotear ou normalizar conflitos pessoais. O conflito final que se veio a verificar teve a ver com o falhanço do movimento, isto é, a gente sentíamo-nos todos infelizes porque não estávamos a conseguir fazer as coisas que queríamos. (Ricardo)

Por outro lado, estabeleceram-se alguns conflitos face à possibilidade de agendar uma manifestação internacional contra a Troika (protesto que se realizaria no dia 1 de Junho de 2013), que se viria a integrar no âmbito de um protesto programado entre movimentos sociais e grupos de diferentes países. Estas divergências, conforme algumas opiniões, estiveram relacionadas com diferentes orientações e sentidos políticos relativamente à concretização do protesto e a uma certa tensão entre ativistas mais e menos ‘internacionalistas’.

Foi uma manifestação convocada na base da desconfiança, houve gente que era contra. A ligação internacional é fundamental para alguns setores, para mim é, para outros não é. Não vale a pena fingirmos que não existe esta cisão entre quem é patriota e quem é internacionalista porque isto é verdade, existe! (Sónia)

Quando a gente passou da manifestação de 2 de Março e a que passámos a seguir foi uma manifestação internacional, aquilo não tinha consenso no seio do movimento. Por exemplo, eu era contra, havia muita gente que era contra, mas a gente aceitou a deliberação da maioria. Mas isso foi um momento de tensão porque nós achávamos que a questão internacional não estava na agenda das pessoas. Era um passo atrás como se veio a verificar. As pessoas não percebiam esta questão. Ficámos demasiado tempo pendurados até fazer a manifestação internacional e depois foi uma manifestação muito mazinha, muito fraquinha. (Ricardo)

Ainda de acordo com Ricardo, a ideia de levar a cabo este protesto teve razões e origens políticas porque partiu de um conjunto de ativistas do BE e de uma resolução conjunta do Partido da Esquerda Europeia onde o mesmo se integra.

Aquilo foi criado por um conjunto de coisas relacionadas com o Bloco. Era malta dos Precários que tinha uma ligação muito próxima ao Bloco e que tinha que ver com uma agenda do Partido da Esquerda Europeia. Era uma preocupação deles que era uma preocupação justa. Mas depois não se refletiu na população. (Ricardo)

Assim, o insucesso de participação cívica neste evento, a par das tensões entre os membros do QSLT, devido ao conjunto de fatores expostos anteriormente, ditariam o declínio contínuo do coletivo que realizou uma última manifestação, em 26 de Outubro de 2013, caracterizada também por uma baixa adesão da população.

Porém, do conjunto de coletivos de protesto que despoletaram de 2011 a 2013, o QSLT foi o grupo que conseguiu manter uma dinâmica de protesto mais contínua. Como se verificou, sofreu diferentes transformações organizativas ao longo da sua existência de modo a adaptar-se quer às circunstâncias da estrutura de oportunidades políticas, quer às conceções internas dos ativistas sobre os modos de funcionamento da ação coletiva. Numa primeira fase, o grupo constituiu-se de forma a evitar os “erros” de organização de coletivos anteriores; numa segunda fase, devido ao sucesso de mobilização atingido, alargou-se a “novos” e “velhos” atores coletivos e alcançou o apoio institucional assumido dos partidos políticos de esquerda e das organizações sindicais; por último, numa terceira fase, numa tentativa de flexibilizar o processo de organização, o grupo adotou um modelo que evitou fortemente no início da sua constituição: realiza reuniões abertas a todos os que queiram participar. Não se pretende partir do pressuposto de que este tenha sido o único fator que levou ao declínio do QSLT. Tal como é considerado pelos ativistas, este fenómeno a par de um certo desgaste e cansaço nas relações entre os membros e do insucesso, a partir de determinada altura, na mobilização popular, contribuíram em conjunto para o fim do coletivo.

8.3.3. Diferentes dinâmicas regionais nos protestos Que se Lixe a Troika

À semelhança do 12 de Março e do 15 de Outubro, também os protestos de larga escala agendados pelo QSLT (15 de Setembro e 2 de Março) espalharam-se por todo o território nacional e surgiram grupos também com a sigla QSLT noutras cidades do país⁷⁹.

No Porto, de acordo com António, a ideia de organizar o 15 de Setembro surgiu poucos dias antes da data agendada para Lisboa.

⁷⁹ Esta análise baseia-se fundamentalmente nos três testemunhos dos entrevistados originários das cidades de Coimbra, Faro e Porto que participaram nesta fase dos protestos.

Foi a X, que agora é militante do BE, na altura não era militante do BE, que manda para Lisboa uma mensagem para o X [um ativista de continuidade, pertencente ao grupo inicial do QSLT e por nós entrevistado] e pergunta-lhe: “E cá no Porto? Alguém está metido nisto?” Ele diz que não sabe. A X pergunta-lhe: então e consegues-me arranjar alguém que me trate disto? O X diz-lhe: eu vou te pôr em contacto com um tipo do PCP e um tipo do Bloco, o que demonstra que a malta já sabia perfeitamente de que lado é que estava o slogan do Que se Lixe a Troika... mas adiante! Juntámo-nos os três no gabinete do município do Porto: “queremos convocar uma manifestação”. Está feito! Para a manifestação do 15 de Setembro, no Porto, são três gajos que assinam aquilo e está feito. O Bloco em peso no dia está lá, montou lá o estaminé (grades, megafones, mesa de som, bandeirinhas vermelhas) e a coisa correu bastante bem e imprevisivelmente bem. Nenhum de nós estava à espera que a coisa tivesse aquele impacto todo.

Tendo em conta o testemunho de António, os protestos agendados pelo QSLT, no Porto, tiveram desde o início o apoio dos partidos políticos de esquerda, nomeadamente do BE e do PCP, mas sobretudo do BE devido ao facto de participarem, no grupo, mais militantes deste partido. Em termos comunicacionais e de divulgação das iniciativas, o entrevistado afirma que funcionaram do mesmo modo que o QSLT Lisboa, ou seja, a página do *facebook* e a colagem de cartazes no terreno foram os principais meios utilizados para anunciar as iniciativas. Em termos de recursos económicos, à semelhança do que ocorreu com os restantes protestos organizados um pouco por todo o país, o entrevistado assume que estes advieram maioritariamente das contribuições individuais dos envolvidos no processo de organização. No entanto, como vimos anteriormente, segundo o entrevistado, a organização teve o apoio do BE. Além disso, acrescenta: “*era o dinheiro que a malta juntava e depois havia uma copiadora mágica, que era a copiadora do Bloco*”. O ativista reitera ainda que o QSLT-Porto seguiu uma lógica ligeiramente diferente do grupo de Lisboa porque eram menos ativistas a participar e, portanto, não atravessou as fases de abertura e de entrada de “novos” ativistas. Assim, no Porto, constituiu-se sempre como um grupo fechado, onde participavam particularmente militantes do PCP e do BE, mas principalmente deste último.

Houve tentações de fazer daquilo um grupo aberto, um grupo assembleário e eu opus-me determinantemente a isso, e outras pessoas que já tinham participado em

processos alargados. Todas as pessoas que tinham participado, sobretudo no 15 de Outubro, opuseram-se imediatamente.

Apesar de no Porto, o grupo ser mais pequeno do que em Lisboa, tentaram também reunir apenas pessoas com quem houvesse entendimento face às formas de trabalho necessárias para desenvolver as ações: “*A malta juntou-se com pessoas que sabe que consegue trabalhar e sobretudo que seja ideologicamente de confiança*”. Tal como em Lisboa, a discussão sobre os temas “fraturantes” da austeridade foram omitidos, especialmente as discussões face à dívida do país ou à formulação de medidas políticas concretas para combater a austeridade.

A dívida dividia. O Bloco tem uma posição e o PCP tem outra. A gente tinha mesmo que agregar! O que é que agrega o Bloco e o PCP? É a expulsão da Troika e a queda do governo. A partir daqui o que é que vamos fazer? Como é que vamos colar cartazes? Como é que vamos fazer não sei quantos?

De acordo com António, esta estratégia foi a melhor para evitar grandes conflitos políticos entre os ativistas-militantes do PCP e BE. Todavia, devido a um maior peso de pessoas pertencentes ao BE, estes, na sua opinião, tinham um maior poder de decisão. Assim, embora declare que não existiam lideranças formais, quem detinha os recursos acabava por ter uma maior influência.

Há sempre gajos que mandam nas coisas. Quem é que mandava naquela manifestação [referindo-se ao 15 de Setembro]? Era o Bloco porque o Bloco tinha pessoas, o Bloco é que imprimia os cartazes, o Bloco é que imprimia os documentos, o Bloco é que fornecia os carros de som e as colunas.

Quando o interrogámos sobre a possibilidade de esta situação potenciar conflitos, António proferiu o seguinte: *Isto não criava conflitos absolutamente nenhuns, mas é óbvio que isto cria poder. Se fosse a CGTP, ou o PCP, a imprimir os documentos, seriam os militantes do PCP a mandar naquela cena!*

Em Faro também foi criado um grupo QSLT onde, de acordo com Pedro (membro do QSLT-Faro), participaram ativistas com diferentes proveniências que desenvolviam as suas atividades em associações e/ou partidos e que se juntaram para organizar os protestos de 15 de Setembro e de 2 de Março. À semelhança de outras cidades, também efetuavam coletas

monetárias com vista à realização das manifestações e o *facebook* foi também o principal meio de divulgação das ações. No entanto, ao contrário de Lisboa e Porto, segundo Pedro, o grupo funcionou de forma aberta e anunciou sempre publicamente as suas reuniões no *facebook*. Os encontros eram ainda realizados em espaços públicos onde, nalgumas circunstâncias, se podiam juntar os transeuntes que por lá passavam.

Mas, apesar de terem adotado a sigla QSLT, o ativista reconhece que nunca chegaram a reunir-se pessoalmente com membros de outros grupos QSLT de outras cidades.

Havia algumas pessoas que nós só conhecíamos pela própria blogosfera. Havia muito pouca ligação, às vezes só no próprio dia e até pela questão mediática com os outros grupos, quer seja em Lisboa ou noutros sítios. No fundo, aquilo que nos unia era a organização, a manifestação em si e era o tema. Partilhávamos informação, mas também era muito pouca, às vezes até informação mais operacional: a que horas é que vocês começam, etc. A ideia era esta: o que vinha de Lisboa fazíamos um franchising.

Pedro considera que, apesar de, regra geral, adoptarem os *frames* de contestação à austeridade de Lisboa, particularmente os slogans e motes de protesto, nas manifestações também se podiam observar, sobretudo no discurso dos organizadores e não tanto dos manifestantes, reivindicações locais para a região do Algarve como, por exemplo, sobre a regionalização e a descentralização dos poderes governativos ou ainda sobre a urgência das populações locais serem auscultadas no âmbito das decisões nacionais sobre os territórios onde habitam.

Além disso, afirma que, no período coincidente com a diminuição da intensidade dos protestos de rua, tentaram organizar uma iniciativa mais formal e que tratasse especificamente dos temas locais do Algarve.

Começámos a sentir que só um franchising não chega. É importante a manifestação, mas também há que agir localmente no dia a dia e começámos a pensar em organizar uma espécie de plataforma local das várias associações locais que trabalhavam basicamente cada uma por si, até nos conhecíamos pessoalmente, mas em termos de movimento e de reivindicações cada um fazia as suas e raramente trabalhávamos enquanto plataforma e houve uma tentativa de elaborar. (Pedro)

Contudo, a iniciativa de construir uma plataforma mais coesa, com propostas e reivindicações políticas para o Algarve, acabaria apenas por dar os primeiros passos e nunca se chegaria a constituir formalmente. O entrevistado admite que, a partir do momento em que houve esta tentativa, começaram a surgir algumas divergências do ponto de vista das orientações políticas que levaram, em parte, à sua não concretização.

Como explicitado anteriormente, e em conformidade com o testemunho de Alexandre, Coimbra foi uma cidade onde um grupo QSLT surgiu apenas na fase coincidente com a preparação da manifestação de 2 de Março de 2013. Até lá todos os protestos foram organizados pela Assembleia Popular de Coimbra que, como observámos com base no testemunho do ativista, funcionou de modo diferente dos outros coletivos que emergiram para organizar os grandes protestos noutros pontos do país.

Coimbra foi o único sítio onde houve uma estrutura estável, contínua, saída da Acampada e que percorreu este caminho todo. Foi a Assembleia que organizou o 15 de Setembro, o primeiro Que se Lixe a Troika. Em Coimbra, esses movimentos estruturalmente não se fixaram aqui e a Assembleia acabou por tomar esse papel.

De acordo com Alexandre, os ativistas da Assembleia Popular de Coimbra, embora alguns possuíssem militância partidária, só deveriam participar em nome individual e não podiam representar grupos organizados. Na sua opinião, a manifestação de 2 de Março “eram setores mais próximos ao Bloco de Esquerda. Acho que essa foi a única manifestação convocada por um Que se Lixe a Troika Coimbra, que aqui nunca teve muita atividade”. Segundo o ativista, a finalidade da Assembleia Popular de Coimbra sempre foi seguir o “espírito vivido no movimento em Espanha e depois no Occupy”.

Analogamente a outros grupos organizadores das manifestações de 15 de Setembro e de 2 de Março em outras cidades, o entrevistado afirma que as manifestações eram organizadas fundamentalmente com base nas contribuições económicas individuais e a internet também foi um meio importante na divulgação das iniciativas. Além destas ações de contestação, a Assembleia Popular de Coimbra organizou, durante cerca de um ano e meio, um conjunto diverso de iniciativas tais como debates sobre as consequências das medidas de austeridade e ainda uma horta comunitária em solidariedade com a escola da Fontinha no Porto.

Assim, Coimbra talvez tenha sido a cidade onde o modelo de funcionamento das acampadas, “importado” do 15M, tenha perdurado mais tempo e onde um grupo de ativistas

sem a sigla QSLT levou a cabo o protesto de 15 de Setembro. Em Faro, como constatámos, o grupo de ativistas, que se formou para organizar as manifestações de rua, acabou por seguir o modelo de organização dos protestos de Lisboa, embora a lógica de funcionamento interna do grupo tenha sido sempre aberta a todos os cidadãos. Já, no Porto, foi onde os ativistas locais tiveram sempre em maior contacto e proximidade com Lisboa e onde foi assumido, pelo ativista entrevistado, que na prossecução dos protestos QSLT tiveram sempre o apoio direto dos partidos políticos de esquerda.

Apesar de os ativistas, nas diversas cidades, terem organizado os seus grupos de forma diferente, do conjunto dos coletivos de protesto que despontaram durante o ciclo antiausteridade, o QSLT foi o único que espalhou a sua sigla a nível nacional. Esta disseminação alargada não teria sido possível sem o contributo dos *media* digitais.

8.4. O contributo dos *social media* na criação de um ciclo nacional de protestos

Tendo em conta a análise que tem vindo a ser desenhada, é pertinente afirmar que as relações interpessoais estabelecidas entre ativistas em momentos de contestação anteriores ou a partilha frequente de vivências políticas nos mesmos espaços de ativismo e de militância partidária, não sendo os únicos agentes causais, condicionam frequentemente o formato organizacional, os percursos trilhados e, por vezes, o desfecho dos grupos de protesto, particularmente em Lisboa de onde são originários a maioria dos entrevistados. Portanto, estes fatores adquirem importância quando se tenta observar as dinâmicas de constituição dos coletivos e as relações de trabalho entre os ativistas. Porém, quando olhamos para os meios através dos quais os protestos de larga escala se expandiram por todo o território nacional, trespassaram as redes dos ativistas e mobilizaram os cidadãos, não é possível ocultar, como já foi sublinhado em capítulo anterior, o contributo fundamental que os *social media*, particularmente o *facebook*, desempenharam na constituição de um ciclo de protestos (Tarrow, 1998).

A maior parte dos ativistas anui no sentido de considerar que estes ‘novos’ instrumentos de comunicação e interação sociais foram muito importantes na divulgação das iniciativas e na criação de redes virtuais entre ativistas e na passagem das suas mensagens para a população em geral, adquirindo ainda mais relevância por se tratar de coletivos com poucos recursos económicos. Estes meios permitiram assim realizar sincronicamente protestos com *frames* de contestação e reportórios de ação similares em várias localidades e acentuar os efeitos de *modularity* (Porta e Rucht, 1995).

Por exemplo, no Algarve, na cidade de Faro, Pedro sublinha que sem a disseminação efetuada pelo *facebook* não teria sido possível a realização de manifestações de grande dimensão. Assim, esta ferramenta permite uma lógica de organização agregativa que facilita a mobilização massiva dos cidadãos e que tem sido salientada como caracterizadora do ciclo dos movimentos da crise (Juris, 2012).

Parte-se de uma estrutura que não tem a organização do PCP, não tem os contactos, não tem os meios assim como de qualquer outro partido. São 7, 10, 12 pessoas e são 5000 na rua e é só porque havia facebook. Senão, estas manifestações não tinham acontecido. (Pedro)

Não obstante a centralidade dos grupos de protesto de Lisboa na marcação das datas das manifestações, assim como, em geral, na criação dos principais slogans utilizados contra a austeridade, os *social media*, na opinião de Simão, contribuíram para a edificação de uma rede de protestos *flexível* e de uma ligação fluida entre pessoas de vários pontos do país.

Há pessoas por todo o país a organizar manifestações com um contacto muito ligeiro connosco: ok, o título é este, o tema é mais ou menos este. Se quiserem subscrever o texto, ou se quiserem escrever uma coisa um pouco diferente, está tudo bem. Não há necessidade de ter uma coisa basilar, disciplinar. Fizemos uma rede que era uma rede flexível. (Simão)

O formato de organização dos protestos enunciado por Pedro e Simão remete-nos para algumas das características que têm sido perspetivadas como tendências importantes da contestação coletiva e dos ativismos contemporâneos e que são facilitadas pela *força dos laços fracos* originada pelas relações virtuais (Bennet, 2003): uma organização em rede da ação contenciosa, onde os princípios motivacionais são menos ideológicos e a posse de elevados recursos económicos e logísticos é menos importante.

Contudo, existem também indivíduos que sublinham que a utilização dos *social media* foi sobretudo útil na construção das redes de trabalho e de organização dos ativistas, mas que foram os *media* tradicionais que motivaram a participação massiva da população. Porém, em geral, os ativistas concordam que os novos instrumentos de comunicação inauguraram uma nova forma de convocar protestos de rua, embora, nalguns casos, reconheçam que o capital social de certos ativistas é essencial para espalhar a mensagem além das suas redes de comunicação internas ou que os *social media* tornam, sem dúvida, a interação mais fácil e rápida mas sobretudo entre estruturas organizativas previamente existentes.

O essencial da comunicação entre Lisboa e Porto, em todas as manifestações, foi feita pela net, pelo facebook, no essencial. Mas, por exemplo, na “geração à rasca” estavam 60 e tal mil [referindo-se ao protesto no Porto], mas aquela malta não foi lá por causa do facebook. Aquela malta ouviu no telejornal que havia um evento no facebook e foi lá ver. Tenho a certeza que foi mais isso do que outra coisa. (António)

Eu acho que a coisa resultou por causa disto [referindo-se às grandes manifestações organizadas pelo QSLT]: por causa do momento, da sequência temporal e obviamente que também há nestes novos movimentos sociais pessoas muito bem relacionadas que têm bons contactos em determinadas instituições, sabem o que vai acontecer e mobilizam em consonância com esses eventos. Depois, tens os tais repertórios alternativos que ajudaram os movimentos a ganhar força porque as pessoas também estão extremamente cansadas dos repertórios tradicionais de ação. Provavelmente, elas acabam por estar mais recetivas a outros tipos de contestação. (Manuel)

No QSLT, pessoas de outros pontos do país entravam em contacto com o grupo de Lisboa: “eu sou não sei de onde e quero fazer uma manifestação”. “Organiza-te”. Só que se está sozinho, não se organiza. A estrutura do Bloco ou do PS, não sei onde, organiza-se e dizem que já está marcado o evento. Siga. Na verdade, as nets, mais uma vez, servem para organizar com estruturas que já existem. (Sónia)

As opiniões acima expressas podem ser divididas em dois eixos: por um lado, existem entrevistados que sustentam que a organização dos protestos antiausteridade de larga escala se realizou maioritariamente segundo uma lógica de *ação conectiva de redes auto-organizadas* (Bennett & Segerberg, 2012), onde as iniciativas partiram maioritariamente de coletivos pouco estruturados e os *media* digitais desempenharam uma função crucial no modo como os processos de mobilização se desenrolaram e foram edificados. Por outro lado, há ativistas que perspetivam estas ferramentas como agentes facilitadores da comunicação entre os seus pares e salientam também a relevância de outros fatores, tais como o capital social de alguns indivíduos ou a existência de estruturas de organização pré-existentes, como os partidos políticos, que se encarregam de convocar os protestos.

Contudo, é possível admitir que, no decorrer deste ciclo de protestos, diferentes lógicas de organização da ação coletiva possam ter coexistido e variado de acordo com as tradições de ativismo existentes em cada localidade e a maior ou menor implementação de

estruturas formalmente constituídas predispostas a participar na contestação à austeridade. Deste modo, a *lógica da ação conectiva* pode ter ocorrido em simultâneo com a *lógica familiar da ação colectiva* (Bennet & Segerberg, 2012). Tal significa que, em determinados locais e momentos de protesto, os *media* digitais podem ter sobretudo apoiado e facilitado a comunicação de estruturas de organização já instituídas, que conseguem mobilizar os cidadãos mais facilmente devido ao auxílio destes meios. Mesmo neste contexto, as relações mantidas entre os diferentes atores coletivos podem desenrolar-se fluida e horizontalmente, isto é, estabelecendo-se *laços fracos* de interação para convocar manifestações sob o mesmo lema (Bennet & Segerberg, 2012).

8.5. Coletivos e redes de protesto auto-organizados: que expressão?

O papel relevante dos *social media* na organização coletiva dos chamados protestos da crise tem sido destacado em diferentes pesquisas: no caso da Primavera Árabe, permitiram o desenvolvimento de movimentos “virais” (Castells, 2013), no 15M de *ações conectivas* (Anduiza *et al*, 2012) ou de um “movimento pós-media” (Toret citado por Castells, 2014) ou ainda, tendo em conta as reflexões sobre o *Occupy* nos EUA, de iniciativas que se desenvolveram segundo uma lógica agregativa (Juris, 2012). Comum a estas análises é o facto de se encaminharem no sentido de considerar que estes dispositivos de comunicação e interação sociais podem ter implicações profundas na natureza e construção dos movimentos sociais e dos protestos das sociedades contemporâneas. No âmbito dos movimentos pela justiça global, as TIC, nomeadamente o e-mail e os sítios da internet eram já observadas como mecanismos de intercomunicação fundamentais entre atores coletivos de diferentes partes do mundo que permitiam uma organização em *rede* quer no âmbito dos fóruns sociais alternativos, quer da contestação de rua contra as instituições financeiras e políticas mundiais e regionais (Juris, 2012). Mas, atualmente, no recente ciclo de protestos, o desenvolvimento de novos meios de *autocomunicação de massas* (Castells, 2014), inexistentes ou pouco utilizados no período anterior (como o *facebook*, o *youtube*, a realização de *live stream* ou o uso de *smartphones*), desencadeou ainda uma difusão mais veloz e instantânea do formato organizacional dos grupos de protesto, particularmente do modelo das acampadas em Espanha e da ocupação das praças e espaços públicos centrais das cidades.

Juris (2012) sugere que, enquanto os movimentos pela justiça global funcionavam em rede, as ações de contestação mais recentes desenvolveram-se num sentido agregativo. Mais do que as ferramentas de comunicação disponíveis no passado, os *media* digitais concedem a

possibilidade de o cidadão comum envolver-se mais rapidamente em iniciativas de protesto sem a necessidade de pertencer a organizações formais e, por conseguinte, de uma *maior experiência pública do self* (McDonald, 2002, 2004, 2006), assim como permitem uma construção mais individualizada dos *frames* de contestação coletiva (Bennet & Segerberg, 2012). Por exemplo, no caso dos protestos realizados em Portugal, os manifestantes foram frequentemente incentivados a construir os seus próprios cartazes ou, num âmbito mais global, a expressão “nós somos os 99%” propagou-se transnacionalmente e serviu de inspiração a um conjunto de histórias pessoais que se espalharam pelas redes sociais da internet. Contudo, a esta lógica de organização da *ação conectiva de redes auto-organizadas* assente nas redes virtuais e em *laços fracos* entre os indivíduos e os atores coletivos (Bennet & Segerberg, 2012) pode estar também subjacente uma maior dificuldade em edificar um processo de contestação e de oposição mais coordenado e duradouro (Juris, 2012).

Se a nível internacional, neste ciclo de mobilizações, as ligações virtuais entre ativistas ultrapassaram a importância dos encontros face a face, a nível nacional também desempenharam um papel fulcral. Foram as relações virtuais, estabelecidas entre indivíduos de diferentes regiões, que permitiram criar níveis de mobilização elevados especialmente nos quatro grandes eventos de protesto. Desde o 12 de Março (2011) até ao 2 de Março (2013) surgiram núcleos de pessoas espalhados por todo o país e internacionalmente unidos para protestar na rua contra as medidas de austeridade. Esta fluidez na organização permitiu que, pelo menos nestes quatro momentos, pudéssemos afirmar que se realizou um ciclo de protestos (Tarrow, 1998; Accornero e Ramos Pinto, 2015), onde estiveram presentes novos repertórios de ação coletiva. Por outro lado, proporcionaram também a alguns jovens que tinham o anseio de participar na organização das manifestações, mas que não possuíam ligações pessoais nas redes do ativismo, tomar conhecimento dos eventos através das páginas criadas no *facebook*. Assim, os *meios de autocomunicação de massas* (Castells, 2014) podem estar a transformar as redes de recrutamento dos indivíduos que pretendem associar-se à organização de manifestações e que, no passado, se estabeleciam sobretudo através de relações familiares e de amizade e de conhecimento interpessoais.

Contudo, estas asserções não tornam menos pertinente ou anulam o pressuposto de se considerar que, na sociedade portuguesa, as dinâmicas de constituição dos coletivos estiveram também condicionadas pela experiências de ativismo trazidas de outros ciclos de protesto, muitas vezes adquiridas através das militâncias partidárias, e pela permanência de grupos pré-existentes que moldaram as estruturas organizativas dos grupos e as transformações ocorridas a este nível ao longo do ciclo contra a austeridade (Baumgarten, 2016). Por exemplo, o

fracasso do processo de construção da Plataforma 15 de Outubro, onde estavam presentes muitos ativistas que já se conheciam de outros momentos de contestação e da convivência política nas mesmas instâncias partidárias, conduziram à opção de certos ativistas formarem posteriormente um grupo de protesto, como o QSLT, que funcionou segundo uma lógica de construção da ação coletiva fechada.

Além disso, como demonstrado no desenvolvimento deste capítulo através dos discursos dos entrevistados, desde o início de todos os processos coletivos, a presença de militantes partidários na organização dos protestos ditou algumas das desconfiâncias e dos conflitos existentes entre ativistas: desde as jovens que, no Porto, decidiram abandonar a organização dos protestos por se sentirem incomodadas com a presença de militantes partidários, às desconfiâncias entre membros do M12M, que ditaram o fim do coletivo, à criação de novos coletivos, como os Indignados Lisboa, formados por ativistas *grassroots* e com uma conceção de construção da ação coletiva inspirada numa lógica apartidária, até às divergências políticas e ideológicas da Plataforma 15 de Outubro e do QSLT. Como se observou, estes não foram os únicos fatores que, na opinião dos entrevistados, impulsionaram hostilidades. Além disso, a maior ou a menor atribuição de importância aos conflitos ideológicos, por parte dos ativistas, depende muitas vezes do lugar e do campo de orientação política ocupado pelos mesmos.

Verificou-se também que, em conformidade com os testemunhos recolhidos, as principais cidades do país passaram por lógicas distintas de organização da ação coletiva e que este fenómeno poderá estar hipoteticamente relacionado com a existência quer de diferentes tradições de ativismo, quer de níveis de implementação díspares dos partidos políticos de esquerda. No contexto do QSLT-Lisboa, os ativistas afirmam que a organização dos protestos nunca foi diretamente subvencionada por partidos, embora alguns reconheçam que a presença de militantes permita, em determinadas circunstâncias, um apoio indireto. Já no contexto do QSLT-Porto, foi assumido por um ativista que houve um apoio direto no 15 de Setembro e no 2 de Março.

Apesar deste suporte, que consoante os contextos pode ter sido mais ou menos indireto, e perante um ciclo de protestos onde se denota uma continuidade ao nível da importância que os “velhos” ativistas e atores coletivos têm na organização das iniciativas, também não é menos verdade que as formas de mobilização refletem novos moldes de conceção e preparação das dinâmicas do contencioso político e social, que partilham algumas das características de outros eventos ocorridos noutros países durante a fase dos movimentos da crise e que se afastam dos modelos de organização da ação coletiva dos partidos políticos e

das organizações sindicais. Porém, mais uma vez reiteramos que, esta hipótese não invalida que, no caso português, estes atores tenham marcado muitos dos conflitos que se formaram nas relações entre os ativistas que construíram o ciclo antiausteridade.

CAPÍTULO 9

ENTRE O REAL E O VIRTUAL: LIGAÇÕES INTERNACIONAIS DOS ATIVISTAS E GRUPOS DE PROTESTO

Como tem vindo a ser retratado, múltiplos fatores relacionados com a conjuntura nacional influíram, por exemplo, na convocatória do protesto de 12 de Março e na sua elevada mobilização. No entanto, não é de descurar que se vivia uma época de agitação popular e de mobilização desencadeadas pela Primavera Árabe, onde a juventude e os seus problemas foram o rastilho das sublevações. Em Portugal, também os mais jovens se identificaram com muitas das reivindicações avançadas nos países árabes e estas constituíram-se como mais um motivo para despoletar o 12 de Março.

Dois meses passados, originaram-se as acampadas em Espanha, que se expandiram por diversos países, e o processo de constituição do 15M. Os organizadores do 12 de Março sublinham que foram contactados por jovens espanhóis, afirmando que este lhes serviu de inspiração, com o intuito de tomarem conhecimento de como tinha decorrido a organização da manifestação. Como dissemos, também em Lisboa, e de forma menos expressiva noutros pontos do país, ergueram-se acampamentos de ativistas mas não tão duradouros como em Espanha.

Meses depois segue-se a realização do protesto de 15 de Outubro. Este, mais uma vez, partiu de um apelo de ativistas espanhóis para celebrar a existência do 15M em Espanha e para protestar contra as medidas de austeridade. Segundo uma ativista (Madalena), a ideia de agendar o primeiro protesto do QSLT para 15 de Setembro prende-se com o facto de no mesmo dia decorrer uma manifestação em Espanha.

Já o 2 de Março não coincide com uma data de protesto internacional, mas pautou-se pela organização de várias marés de reivindicação à semelhança do que ocorria em Espanha. Também no país vizinho cantou-se a “Grândola, Vila Morena” em eventos de protesto⁸⁰. Por último, a manifestação de 1 de Junho de 2013 “Povos Unidos Contra a Troika” surge da colaboração de ativistas de vários países no sentido de construir uma ação de protesto concertada a nível internacional.

Sendo que existem vários momentos de contágio internacional e de propagação dos chamados ‘eventos gatilho’ (Della Porta e Kriesi, 2009 [1999]), que contactos e relações mantiveram, a nível internacional, os ativistas portugueses com os seus pares? Será que os

⁸⁰ Nomeadamente no protesto realizado em 23 de Fevereiro de 2013 contra a privatização do sistema de saúde (<http://www.tvi24.iol.pt/economia---economia/espanha-zeca-afonso-pib-grandola-vila-morena-manifestacoes-economia/1420796-6377.html>; acedido a 15 de Junho de 2014)

indivíduos com biografias de continuidade que, à partida, possuem ligações internacionais de momentos de contestação anteriores, desempenharam uma função relevante na (re)ativação de contactos com ativistas de outros países? Através de que processos e meios se realizaram estas interações? Estamos perante um ciclo de protestos que se caracteriza por uma predominância dos processos de *difusão relacional ou não relacional* (Della Porta e Tarrow, 2005)? As relações transnacionais entre os grupos de protesto e ativistas de diferentes países foram estreitas e próximas ao ponto de resultarem em plataformas de ação e de reivindicação comuns? Estas questões retratam alguns dos eixos analíticos que procuraremos tratar no desenvolvimento deste capítulo.

9.1. As redes de solidariedade entre ativistas

As pesquisas sobre o ciclo de protestos anterior, protagonizado pelos movimentos pela justiça global, demonstraram que as ligações internacionais entre ativistas foram muito importantes na construção das dinâmicas de contestação mundiais contra o chamado modelo de globalização neoliberal. Estas iniciativas caracterizavam-se quer pela ativação de repertórios de ação de rua, quer pela construção de espaços de reflexão e de discussão onde se juntavam atores coletivos de diferentes partes do mundo, dando origem a uma *rede de comunicação global* (Rucht, 2011) entre movimentos sociais e grupos de protesto.

No despontar das *coligações transnacionais* (Tarrow, 2006), como o Fórum Social Mundial, foi crucial o desempenho dos *rooted cosmopolitans* (Della Porta e Tarrow, 2005), ou seja, de uma elite internacional de ativistas constituída por personalidades ligadas ao *Le Monde Diplomatique*, à ATTAC e a organizações próximas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Mesmo num ciclo de protestos onde se edificaram *encontros públicos mundiais* (Smith, 2011) entre movimentos sociais de todos os continentes e a internet já desempenhava um papel fulcral na disseminação da ação contenciosa, os processos internacionais de *difusão relacional* (Tarrow, 2006) também foram relevantes.

Ora, como sublinham McAdam e Rucht (1993: 58), os ativistas inspiram-se frequentemente nos repertórios dos seus pares ou de ciclos de protestos anteriores para levarem a cabo as suas ações. A este processo de aprendizagem e de reprodução de práticas, os autores chamam *modularity*. Assim sendo, será que à semelhança da vaga de contestação dos movimentos pela justiça global, os ativistas de continuidade, cujas histórias de vida poderão em alguns casos se enquadrar no conceito de *rooted cosmopolitans*, tiveram um papel fundamental na (re)ativação de laços e vínculos de trabalho com ativistas de outros

países, nomeadamente com aqueles pertencentes a países que, à semelhança de Portugal, cumpriram programas políticos com medidas de austeridade?

Neste eixo analítico, a nossa primeira hipótese de investigação foi concebida no sentido de considerar que os ativistas com percursos de longa duração poderiam ter desempenhado um papel essencial na manutenção das relações internacionais com ativistas de outros países. Apesar de o ciclo dos movimentos pela justiça global não ter sido muito expressivo na sociedade portuguesa, os ativistas que participaram nestes momentos de contestação, através da presença nos Fóruns Sociais Mundiais e Europeus e pela pertença a organizações internacionais como a ATTAC, têm contactos internacionais com indivíduos de outros países que poderiam ser reativados. Além disso, muitos ativistas portugueses com biografias de continuidade, que não participaram no processo dos fóruns sociais alternativos, passaram pela militância em partidos políticos e também possuem conexões que advêm das “famílias” e organizações políticas internacionais.

No entanto, à exceção da organização da manifestação ‘Povos Unidos Contra a Troika’, realizada em simultâneo em vários países, os entrevistados consideram que foram poucas as reuniões e encontros internacionais face a face entre ativistas. As ligações internacionais com atores de outros países foram fluidas e fracas e estabeleceram-se sobretudo ao nível da partilha e troca de informações no âmbito das redes sociais da internet. Ou seja, ao contrário do que tinha sucedido com os movimentos pela justiça global, onde existia uma combinação de dois campos de atuação (Farro, 2004) – um “real” de encontros presenciais internacionais entre ativistas; outro virtual, onde a internet permitia operar ao nível da constituição de plataformas de trabalho via *mailing lists* e blogues - nos movimentos da crise, as relações caracterizaram-se mais pelo estabelecimento de um internacionalismo virtual consubstanciado nas redes sociais da internet. Estas têm subjacente uma lógica de funcionamento líquida, parafraseando um entrevistado que, como veremos, participou em diversas assembleias virtuais entre ativistas de diferentes países.

Foi assim um período de contestação marcado pela edificação de redes de solidariedade virtuais internacionais. Uma prova disso foi a constituição de sistemas de interajuda entre ativistas de diferentes partes do mundo. Uma das nossas entrevistadas auxiliou pelas redes sociais da internet as sublevações da Primavera Árabe, antes de despontarem os protestos antiausteridade em Portugal.

Estive muito envolvida na própria Primavera Árabe, no Cairo, fiz um bocado ciberativismo nesse mês ao ajudar a estabelecer uma maneira de fugir à quebra das

comunicações. Havia um programa em que os ciberativistas conseguiam estabelecer uma plataforma alternativa de comunicação pela net, quando lhes cortaram o twitter e o facebook. As pessoas de fora estavam a ajudar para que as comunicações deles se mantivessem. (Patrícia)

Estabeleceu-se uma cadeia de colaborações virtuais entre ativistas, contra a censura dos movimentos de protesto surgidos com a Primavera Árabe, que criaram plataformas eletrónicas de comunicação alternativas.

No caso português, com o primeiro grande protesto (12 de Março), os ativistas também mencionam as mensagens de incentivo e de solidariedade vindas de outros países, apesar de não se tratar de um contexto nacional caracterizado pela repressão das instituições políticas.

A acampada espanhola antes de existir, houve quem nos contactasse por causa do 12 de Março para terem ideias, para debaterem política, portanto, acaba por haver uma grande rede de solidariedade entre os movimentos sociais. (Teresa)

Houve o mesmo desejo de justiça social, foi igual. Houve a mesma consciência que o que se estava a passar é errado. Não é muito diferente pensares na génese de organização do 15M da do 12M, não é assim tão diferente quanto isso. O facto de nós termos conseguido organizar a manifestação, deu-lhes ainda mais força. Nós fomos a inspiração para... a manifestação do 12 de Março foi muito maior do que a do 15M. O que depois lá foi impressionante foi a ocupação do espaço público e essa é a diferença. (Sandra)

Os *media* digitais aceleram a possibilidade de um contágio veloz dos reportórios de ação dos grupos de protesto, mas o modo como a ação coletiva se desenrola *a posteriori*, em cada região ou estado-nação, depende de fatores históricos, políticos e culturais que moldam e condicionam localmente o contencioso político emergente. Assim, os novos dispositivos de comunicação propiciam um contacto direto e instantâneo entre atores coletivos que se encontram fisicamente distantes, mas não criam estruturas organizacionais de protesto similares, tal como sucede quando comparamos Portugal e Espanha. Assim, como tem vindo a ser mencionado, o processo das acampadas em Portugal não teve uma expressão equivalente ao da sociedade espanhola.

O facto de nós termos tido manifestações muito grandes criou curiosidade de outros países. O 12 de Março fez, como inspiração, que se organizassem grupos em Espanha como os Jovens Sem Futuro. O QSLT tornou-se um fenómeno internacional no sentido em que nós temos manifestações maiores, do ponto de vista numérico, do que as manifestações de Espanha, numa população muito mais pequena. O que é diferente é que nós não temos permanência no terreno, não temos as grandes praças a falar, não criámos estruturas. Aquilo que, provavelmente, nos afasta da Espanha e da Grécia é a inexistência de estruturas sociais mais permanentes, isto é, o facto de as acampadas terem durado muito em Espanha e de terem criado estruturas permanentes de trabalho. (Ricardo)

O processo das acampadas, iniciado em Espanha⁸¹, propagou-se e tornou-se uma inspiração para o surgimento *do Occupy Wall Street* nos EUA. O modelo do 15M espalhou-se assim por vários países. Em Portugal, como já salientado, o protesto de 15 de Outubro realizar-se-ia através de um apelo internacional do 15M. Segundo Alexandre, a decisão de convocar esta manifestação surgiu numa assembleia virtual com ativistas de todo o mundo. Na sociedade portuguesa, a elevada participação na manifestação esteve relacionada com o contexto político e económico nacional, tendo o mote internacional sido despercebido à maioria dos manifestantes. Na opinião dos entrevistados, a dificuldade não está em criar ou reativar laços internacionais com outros ativistas e agendar datas de ação comuns de protestos, o obstáculo está em mobilizar os cidadãos para temas de contestação internacionais sem ter apenas subjacente questões e problemas nacionais.

Pelo simples facto de eu ter sido do departamento internacional do Bloco, eu tenho contactos. Já tinha da ATTAC, já tinha dos Fóruns, eu tenho contactos internacionais. O problema não é a criação de ligações transnacionais entre ativistas, mas a dificuldade em levar as populações a acreditar na importância da participação em manifestações internacionais e de que estas podem alterar a situação no caso da Troika. (Ricardo)

Manifesta-se assim um fosso, muitas vezes, entre aquilo que alguns ativistas perspetivam como importante na ação dos movimentos sociais e grupos de protesto e o que os

⁸¹ A partir das mobilizações do 15M, foram contabilizadas 222 acampadas e 586 assembleias populares em Espanha (dados baseados em informação coligida por ativistas no projeto 15Mpedia: <http://wiki.15m.cc/wiki/Portada>; acessido a 1 de Junho de 2016.

cidadãos veem como fatores relevantes para a sua participação social e política. Talvez por isso as manifestações antiausteridade estiveram muito ancoradas nos *frames* de protesto nacionais. A evocação do 25 de Abril de 1974 foi constante na construção das suas dinâmicas (Baumgarten, 2013; Fernandes, 2017). Os *slogans* e canções alusivas à Revolução dos Cravos funcionaram como instrumentos que permitiram apelar à mobilização. A utilização de memórias e momentos que se consideram importantes na história coletiva nacional é comum nos movimentos sociais de protesto e desempenha frequentemente a função de *identity work* (Snow, 2001). As conquistas sociais e políticas alcançadas com a instauração do regime democrático foram constantemente lembradas pelos ativistas no sentido de mostrar que as medidas de austeridade eram um retrocesso e estavam a destruir os progressos que dali resultaram.

Contudo, houve uma tentativa de criar laços mais presenciais com ativistas de outros países mas estas ligações não tiveram desenvolvimento no sentido da criação de redes de trabalho mais concertadas.

A Plataforma 15 de Outubro fez esforços nesse sentido e houve alguns ativistas que vieram cá da Espanha e da Grécia. Nunca é um esforço conjunto, ok, porque há sempre mais malta que está sempre mais nessa. Na Primavera Global também houve um esforço grande da parte de alguns. “Nós aqui vamos fazer isto e vocês? Vão fazer aquilo? E como é que está a correr? Houve troca de experiências e de informações, mas acho que não teve continuidade...” (Madalena)

Apesar destas ligações não se terem transformado em relações internacionais mais organizadas, alguns ativistas veem como muito positiva a proximidade construída pelos *media digitais* entre grupos de protesto de diferentes países. As redes da internet proporcionam tanto a criação de um internacionalismo e solidariedade virtuais como a intensificação dos processos de *modularity*, ou seja, de reprodução de práticas e ações de protesto (Porta e Rucht, 1995).

A vantagem das redes virtuais é que nos permite ver: “olha, lá, naquele país, está a acontecer o mesmo problema que aqui. Estão a fazer as mesmas coisas e isto permite-nos sintonizar. Se eles fazem uma manifestação por que é que a gente também não faz, porquê?”. Permite sinergias. As redes permitem aprendizagem com o outro. Mas ainda não há uma articulação de movimentos. (Pedro)

Seria muito mais difícil contactar com Espanha, Itália, França, Grécia, se não tivéssemos as redes sociais. Eu própria informava-me muito sobre o que se passava lá fora através do facebook e dos blogues que foram criados, no 15 de Outubro, nos outros países. Seria impossível saber isso tudo se não fosse através da internet. Eu lembro-me de ter lido mensagens de apoio entre portugueses e espanhóis, entre portugueses e italianos. Havia muita troca de mensagens de apoio, havia muita troca de mensagens sobre ideias. Na altura das acampadas, a comunicação era toda feita pelas redes sociais e pelos blogues. (Susana)

Mas os contactos estabelecidos ao nível das redes virtuais podem também dar origem a encontros pessoais entre ativistas de diferentes países. Por exemplo, esta foi a experiência de Alexandre, pertencente à Assembleia Popular de Coimbra, que seguiu o modelo de organização das acampadas em Espanha. Apesar de a sua opinião se encaminhar no sentido de pensar que *“a coordenação internacional que houve entre estes movimentos foi muito líquida, quase espontânea”*, o entrevistado participou em diversas assembleias virtuais entre indivíduos de diversas regiões do mundo que conduziram a um contacto mais próximo e levaram à presença, em Portugal, de alguns ativistas estrangeiros no Segundo Encontro Nacional de Assembleias Populares. No entanto, o entrevistado afirma que estes contactos não resultaram em colaborações mais estreitas entre, por exemplo, a Acampada de Coimbra e outros acampamentos sediados noutras localidades internacionais.

9.2. Rumo a um internacionalismo virtual?

Uma forma de avaliar a existência de redes de trabalho organizadas ou a constituição de plataformas de reivindicação internacionais é a participação dos ativistas portugueses em encontros e reuniões no exterior.

Ora, no âmbito dos protestos antiausteridade, somente 6 entrevistados afirmaram que participaram em reuniões realizadas no estrangeiro com ativistas de outros países. Destes apenas 2 salientam que os encontros em que participaram tiveram como finalidade organizar uma ação conjunta, neste caso, a manifestação Povos Unidos Contra a Troika (1 de Junho de 2013).

Como já foi dito anteriormente, o facto de a maior parte dos ativistas não ter participado em encontros internacionais não significa, nalguns casos, a inexistência de ligações além das redes sociais da internet. Por exemplo, no decorrer das entrevistas, foi frequente os ativistas, sobretudo os que possuem percursos de continuidade, sublinharem que

têm contactos com os seus pares a nível internacional, mas que, no decorrer deste ciclo de contestação, estes não se consolidaram na organização de plataformas conjuntas de protesto. Há ativistas que consideram que a falta de recursos económicos também pode ter dificultado a constituição de dinâmicas de trabalho mais sustentadas.

Houve pouca ligação formal. A coordenação foi muito frágil. Eu penso que também tem a ver com a falta de recursos. (Frederico)

Houve uma rede. Não houve foi um contacto contínuo porque não conseguimos pagar as viagens a ativistas para participar em encontros noutros países. (Ricardo)

Alguns ativistas expressaram ainda um sentimento de desilusão relativamente ao facto de não se ter avançado no sentido de uma internacionalização dos protestos contra a Troika.

O que eu sempre achei estranho é estar a acontecer isto tudo ao mesmo tempo e não há uma grande articulação dos vários países. Está a acontecer uma coisa aqui, em Espanha, etc, e o máximo que conseguimos fazer foi aquela manifestação?! Foi a transnacional e foi a pior! [o entrevistado refere-se à manifestação dos Povos Unidos Contra a Troika com a participação de cerca de 1000 pessoas]. (Pedro)

Como foi salientado no capítulo anterior, a organização desta manifestação não foi consensual no QSLT, pois alguns ativistas eram favoráveis à sua realização e outros não. Enquanto um ativista reiterou que a sua realização se prendia com questões da agenda partidária do BE, outro afirmou que houve, no seio do QSLT, um bloqueio por parte de um partido político.

Houve alguma articulação transnacional, mas houve muita resistência por parte de forças como o PC para haver uma articulação internacional no Que se Lixe a Troika. Mas houve uma tentativa. Em Espanha, articulámos principalmente com as marés. Nós conhecíamos algumas pessoas de encontros internacionais sobre dívidas, sobre um monte de coisas. (Simão)

Há ainda quem considere que não existiu um profundo empenho por parte dos ativistas e dos grupos de protesto contra a austeridade no sentido de criar uma rede de trabalho internacional.

Eu acho que não se deu tanta importância como se devia ter dado à questão da concertação. Acho que se recuou até. (Manuel)

Em Espanha, as experiências de participação internacionais adquiridas pelos ativistas nos fóruns sociais alternativos têm sido perspectivadas como importantes na formação da cultura organizacional do 15M (Romanos, 2013). Na sociedade portuguesa, embora alguns ativistas reiterem a importância do Fórum Social Português nas suas biografias, dificilmente se poderá extrapolar estas aprendizagens para uma análise geral das dinâmicas contra a austeridade.

Manuel, apesar de ser um jovem ativista, partilha a opinião de que os ativistas de continuidade portugueses, mesmo aqueles que participaram nos movimentos pela justiça global, não possuem um grau de internacionalização elevado.

Mesmo os ativistas com percursos de antiguidade, as suas relações cingiram-se quase sempre ao contexto português. Eles internacionalizaram-se, por assim dizer, a partir de 2003 com as manifestações da guerra no Iraque, mesmo antes com Génova ou Seattle não trouxeram grande coisa. Eu vejo isto como ativista de terceira ou quarta geração. Eles tinham algumas relações, mas não mobilizaram esses recursos ou, pelo menos, eu acho que não o tenham feito ou, pelo menos, não fizeram de maneira a que isso seja um fator importante. (Manuel)

Na opinião dos entrevistados, os problemas sociais e económicos são semelhantes nos países europeus mais atingidos pelas medidas de austeridade e também conseguem encontrar o mesmo tipo de reivindicações quando alargam a comparação às sublevações da Primavera Árabe ou ao *Occupy Wall Street*, a saber: o desemprego e a precariedade laborais ou a ausência de qualidade das instituições políticas e da democracia, temas de protesto transversais às mobilizações de diferentes países.

Estes movimentos pretendem reclamar a soberania. Tem a ver com a necessidade de tu poderes decidir a tua vida. Tem a ver com aquela coisa da democracia real de que eles falavam, tem a ver com a concretização de uma democracia com um grande consciencialização de que uma democracia formal não é uma democracia. (Patrícia)

Por exemplo, Inês e Susana identificam-se bastante com as dificuldades económicas e as desconfianças face às elites políticas governantes sentidas pelas camadas mais jovens

noutros países. Relembramos que as entrevistadas participaram pela primeira vez na organização de manifestações e apresentam perfis que se aproximam das características sociais que têm sido realçadas sobre os participantes do 15M ou do *Occupy Wall Street* (Juris, 2012; Romanos, 2013; Tejerina *et al*, 2013).

A nossa proximidade com Espanha e a Grécia é evidente. O problema do desemprego jovem é o que nos aproxima a todos. Depois, também não nos sentimos representados de forma nenhuma pela classe política atual e acho que isso é um ponto de contacto maior com, por exemplo, o Occupy Wall Street e a Primavera Árabe também. O cerne da questão é a representação política. (Inês)

O que nos ligava à Grécia e à Espanha era o facto de os jovens estarem desagrados com o tipo de comunicação que há entre o poder político e a população em geral. Somos jovens que estão muito preocupados com o estado das coisas e que não nos identificamos com a vida política atual e com os assuntos que são postos na vida política atual. (Susana)

No entanto, as tradições e as práticas políticas dos movimentos de protesto diferem de país para país e este fator pode ser um dos motivos que conduz à dificuldade de uma maior articulação transnacional.

A vontade de fazer coisas em conjunto existe, mas o máximo que tu conseguiste fazer foi a manifestação de 1 de Junho, que não houve na Grécia porque havia a cimeira alternativa logo a seguir e havia tensões internas com os grupos ligados ao PC, que não estiveram na cimeira. Em Espanha, com o 15M, tiveste uma mobilização muito maior do que em Portugal porque eles estão habituados às marés cidadãs, têm as dinâmicas das hipotecas, têm uma dinâmica social mais forte do que cá. Existe essa vontade declarada de toda a gente trabalhar junto, mas não há neste momento nenhuma dinâmica muito prática. (Sónia)

Há um internacionalismo. Há uma luta contra as condições de trabalho, contra a austeridade e contra a Troika. Mas, ao mesmo tempo, é muito difícil nós termos um movimento político em Portugal e termos o mesmo movimento político favorável noutros países da Europa. Daí que a luta internacional é possível, mas é muito complicado de implementar nos diferentes países. (Teresa)

Além disso, os ativistas salientam que as dinâmicas coletivas dos movimentos sociais e dos grupos de protesto da sociedade portuguesa são mais fracas do que em Espanha e na Grécia e que estas diferenças criam padrões desiguais de mobilização política.

Em Espanha, as pessoas até foram para a rua depois de nós, o manifesto do 15M inspira-se no movimento do 12 de Março e eles são os primeiros a assumir. Só que depois não saíram da rua e formaram foi a marcha dos mineiros, a plataforma das hipotecas, foram uma série de ações diretas que foram acontecendo e que foram implicando as pessoas quotidianamente naquilo que estava a acontecer e nós nunca conseguimos fazer isso. As manifs do Que se Lixe a Troika foram muito importantes, mas depois não se concretizaram porque lhes faltou ligação com formas de defesa da água, como bem público, ou com a defesa das hipotecas. (Patrícia)

Por exemplo, Alexandre participou em diversas manifestações contra a austeridade em Espanha e afirma conhecer bem a realidade do movimento 15M. Para si, a principal diferença entre a sociedade portuguesa e espanhola teve que ver, por um lado, com a criação de sinergias entre colectivos mais antigos, que já tratavam de problemas relacionados com a crise económica e, por outro, com as implicações directas positivas que o movimento teve na vida das pessoas e que aqui não foram possíveis de realizar e alcançar.

Há uma série de coisas que acontecem, em Espanha, que vieram indiretamente do 15M e pela energia que ele criou. Uma das coisas principais parece-me que é a PAH⁸², eles pararam 1200 despejos desde 2010. A PAH é anterior ao 15M, mas qualquer pessoa da PAH não vai ter qualquer problema em te dizer que o grande boom da PAH foi marcado pelo 15M. A PAH fez coisas concretas que mudaram a vida das pessoas. A principal diferença em relação a Espanha é a do efeito que o movimento tem na sociedade porque, em Portugal, estes movimentos não tiveram efeito real na sociedade. Durante o 15M, nas sondagens feitas pelos jornais de grande tiragem, os espanhóis davam apoio de 80% ao 15M. (Alexandre)

Os entrevistados tendem a acreditar que os níveis distintos de mobilização social e política entre Portugal e Espanha são o resultado de diferentes processos de enraizamento histórico e cultural dos movimentos sociais e que o auxílio das redes da internet na propagação dos protestos não é suficiente para colmatar estas dissemelhanças.

⁸² Plataforma de Afectados pela Hipoteca.

As redes sociais virtuais são o espelho das redes sociais reais. Nós não temos ainda as redes sociais reais que há em Espanha. Ou seja, para a mobilização e a divulgação serve, mas não substitui o trabalho de terreno que eles já têm. Eles têm redes sociais organizadas há muito mais tempo. (Pedro)

Há ativistas que pensam que as redes sociais virtuais são mais disseminadas em Espanha e que existem, por exemplo, comparando com Portugal, mais canais de transmissão de informação política alternativa à veiculada pelos órgãos de comunicação social “tradicionais”. Além disso, os ativistas espanhóis criaram uma rede de comunicação interna (N-1) para interagirem entre si, o que, por exemplo, não ocorreu durante os protestos antiausteridade na sociedade portuguesa.

Uma das diferenças face à Espanha e à Grécia é o facto de nós não termos correias de transmissão de discursos alternativos. Cá isso não existe. Basta olhar para o caso do Pablo Iglesias e o La Tuerka. Aquilo tem um efeito importante não só porque há vontade de consumir informação alternativa, mas também porque há capacidade de construir meios não mainstream. (Manuel)

Em Espanha há um conjunto de órgãos de comunicação social alternativos que alimentam e dão sentido às redes: tens a Tuerka, a Diagonal, o Público e a Infolibre. Tens um conjunto de jornalistas profissionais e militantes que te criam uma informação alternativa e depois tens uma tradição de debate que fez com que as pessoas alternativas também chegassem aos programas populares e generalistas. (Ricardo)

Enquanto, em Portugal, os *mass media* tradicionais tiveram um papel importante na divulgação de quase todas as manifestações de larga escala, em Espanha, a primeira manifestação pública do 15M foi ignorada pela televisão e pela imprensa. Somente após a intervenção policial na Praça da Catalunha e os pedidos de auxílio lançados pelos ativistas via *Twitter* é que os *mass media* detiveram a sua atenção sobre o movimento. Daí que o 15M seja apelidado de *movimento pós-media e de tecnopolítica* (Toret e Monterde, 2014).

Assim, apesar dos *media* digitais aproximarem as formas de protesto assumidas pelo contencioso em cada região ou estado-nação, os fatores históricos e culturais continuam a ter um papel determinante no desenvolvimento organizativo da ação coletiva.

9.3. Um ciclo internacional de ativismos líquidos?

Os processos de internacionalização da ação coletiva dos movimentos e grupos de protesto têm sido amplamente analisados por investigadores norte-americanos e europeus. Tarrow (2006) defende que ‘o internacionalismo não é nada de novo’ e se pensarmos na história encontramos exemplos de internacionalização muito antigos, nomeadamente nos movimentos operário ou pacifista (Teune, 2010; Broad e Heckscher, 2011; Davies, 2011).

No entanto, nas últimas décadas, não só os processos de globalização foram criando e acentuando a existência de uma estrutura de oportunidade política *multinível* (Della Porta e Tarrow, 2005), mas também a evolução das TIC aumentou o leque global de repertórios e processos de contencioso político. Sem a existência de instrumentos de comunicação que permitem a partilha de informação e de *frames* à distância e de modo instantâneo, a propagação e a mimetização mundiais das práticas de ação coletiva não seria tão célere. Surgiram assim novas possibilidades para a emergência de novas formas de contencioso internacional. No caso dos movimentos da crise, onde se incluem a Primavera Árabe, a contestação à austeridade na Europa do Sul e o movimento *Occupy* nos EUA, a internacionalização dos repertórios de protesto deu-se sobretudo pelos processos de *difusão não relacional* (Della Porta e Tarrow, 2005), ou seja, a comunicação e a interação entre ativistas e grupos de protesto de diferentes países foi mediada, na maioria dos casos, pelos *media digitais*. Assim, os processos de *difusão relacional* tornaram-se menos importantes e significativos do que no ciclo de protestos anterior. Além disso, ações de protesto baseadas em relações virtuais dificilmente criam vínculos duradouros e relações de confiança entre ativistas, sobretudo num cenário internacional. Estes aspetos têm sido apontados como as principais fragilidades das relações construídas com base no mundo virtual e sem interações face a face (Tilly, 2003; Diani, 2000).

Ora, no caso português, é frequente os ativistas de continuidade mencionarem que possuem bastantes contactos internacionais que resultaram quer, algumas vezes, da sua militância partidária, quer de outros momentos de contestação internacional, onde se inclui a participação, por exemplo, nos fóruns sociais alternativos realizados no exterior. Porém, a manutenção destas ligações não foi levada a cabo neste ciclo de protestos porque, no contexto do Sul da Europa, não se avançou, por exemplo, no sentido da formulação de reivindicações comuns. Como afirma Fominaya (2017:1), “os processos de difusão transnacional têm sido cruciais, mas não conduziram a um movimento transnacional. Dado o papel significativo da

Troika nos resgates, renegociações da dívida e políticas de austeridade dos países mais atingidos, a baixa visibilidade da “Europa” nas mobilizações é surpreendente”.

Em Portugal, o ciclo de mobilizações antiausteridade foi constituído pela emergência e dissolução de diferentes grupos de protesto, marcados pela eclosão de vários conflitos identitários e ideológicos entre os atores, onde não se avançou no sentido da formação de um movimento social organizado a nível nacional. De acordo com estas condições, dificilmente se poderia imaginar a integração destas dinâmicas num movimento estruturado à escala internacional.

Por outro lado, não só em Portugal, como também nas restantes nações, os *media* digitais criaram e potenciaram o surgimento de novos repertórios de ação coletiva, mas não alteraram os fatores históricos, políticos e culturais que continuam a moldar o contencioso político emergente em cada país. Esta tem sido uma característica apontada em análises sobre movimentos sociais e de protesto de anos anteriores e que o desenvolvimento e a influência dos *meios de autocomunicação de massas* (Castells, 2014) parece ainda não ter conseguido transformar: quer no ciclo dos movimentos pela justiça global, quer em momentos de contestação ulteriores como, por exemplo, as manifestações contra a guerra no Golfo na década de 1990, pesquisas comparativas demonstraram que movimentos de diferentes países utilizaram os mesmos repertórios de ação, mas as dinâmicas coletivas de protesto de cada sociedade geraram ritmos e níveis de mobilização distintos (Della Porta, 2005; Della Porta e Kriesi, 2009 [1999]). Como fonte de explicação são mencionadas as variações na estrutura de oportunidade política de cada país e em particular das relações estabelecidas entre os grupos de protesto e os atores políticos institucionais. Este pressuposto poder-se-á também aplicar à onda de contestação internacional dos movimentos da crise. A título de exemplo, vimos como as dinâmicas de mobilização foram pouco semelhantes em Portugal e Espanha e como o processo das acampadas e as lógicas de ação coletiva *grassroots* não se implementaram no contexto nacional.

Neste âmbito, defendemos que houve momentos de contágio internacional muito velozes devido a ação dos *social media*, nomeadamente do *facebook*, que permitem uma multiplicação acelerada dos eventos e uma rápida partilha da informação, assim como criar ondas de protesto similares que utilizam os mesmos slogans e manifestos, sem interação face a face e sem a finalidade de edificar uma ação de protesto mais organizada e com uma expressão de longa duração. No entanto, estas dinâmicas não se traduziram em iniciativas mais estruturadas entre grupos internacionais de ativistas. Talvez a única exceção tenha sido a manifestação de 1 de Junho onde o grupo QSLT realizou diversas reuniões para preparar a

ação com ativistas de outros países, mas que resultou, em Portugal, numa fraca adesão dos cidadãos que os ativistas entendem como sendo resultado do facto de a solidariedade internacional entre nações não ser uma prioridade na vida e nos problemas da população em geral.

Estamos assim perante eventos que evocam um sentido internacionalista, mas que não se aproximaram da edificação de um movimento social devido à ausência de plataformas de ação e reivindicação comuns organizadas entre grupos de protesto de diferentes países. À semelhança do que Tarrow (2006) propôs para os protestos anti FMI dos anos de 1980, ocorridos na América Latina, defendemos que estivemos perante uma onda de contestação internacional que se desenvolveu de acordo com *processos de equivalência estrutural*, ou seja, repertórios de ação semelhantes atravessaram diferentes países afetados pela crise económica e abrangidos pelos programas de austeridade mas nunca se caminhou no sentido da construção de uma dinâmica concertada entre os diversos grupos de protesto. Além disso, o contencioso político permaneceu quase sempre ancorado aos contextos locais e dirigiu-se principalmente aos governos nacionais que celebraram os acordos políticos e económicos com a Troika. Esta é também uma diferença face aos movimentos pela justiça global que elegiam como opositores políticos principais as instituições financeiras e políticas supranacionais e que atuavam sob uma lógica de estruturação do contencioso político em iniciativas mundiais e assente num *pensamento global* (Tarrow, 2006).

CAPÍTULO 10

RELAÇÕES ENTRE GRUPOS DE PROTESTO, PARTIDOS POLÍTICOS E ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

Neste capítulo pretende-se desenvolver uma análise sobre o modo como os ativistas avaliam as relações entre os grupos de protesto, os partidos políticos, como o BE e o PCP, e as organizações sindicais, como a CGTP, que historicamente se situam mais próximos do protesto político e social de esquerda⁸³.

Na nossa perspetiva, este é um tema que não está suficientemente retratado e estudado na literatura sobre os movimentos sociais e a ação coletiva, mas é incontornável do ponto de vista do campo da organização da ação política destes atores pela sobreposição de causas e de papéis dos ativistas e militantes partidários que atuam e pertencem simultaneamente a estas esferas.

Estas ligações adquirem ainda maior importância em momentos caracterizados por elevados níveis de contestação social e política como foram os protestos antiausteridade. Embora a nossa finalidade não seja a de proceder a uma análise retrospectiva das relações entre estes sujeitos políticos, determinadas características históricas da sociedade portuguesa poderão ter influenciado o desenvolvimento de cenários de protesto mais recentes.

Neste contexto, é de referir o estudo de Fernandes (2012) que, ao comparar a evolução da sociedade civil espanhola e portuguesa, demonstra que ambas foram influenciadas pelos processos políticos que conduziram a transição para a democracia. No caso português, a revolução política de 25 de Abril de 1974 permitiu um elevado envolvimento cívico da população, particularmente na constituição de movimentos *grassroots* e de relações próximas entre os partidos políticos, as organizações sindicais e as associações. No caso espanhol, um processo de transição para a democracia gerido e negociado no seio das elites políticas, embora acompanhado por mobilizações cívicas, teve um menor impacto na formação das relações estabelecidas entre os atores político-institucionais e as associações da sociedade civil.

Estes contrastes podem conduzir à consideração de que, nas décadas subsequentes à instauração da democracia, Portugal tenha apresentado níveis de pertença a organizações sindicais e profissionais mais expressivos, enquanto em Espanha a tendência foi para uma

⁸³ Excertos deste capítulo foram publicados em Nunes, Cristina (2017) “Ciclos de contestação transnacionais – dos movimentos pela justiça global aos protestos anti-austeridade: os casos de Portugal e Espanha”, em Conceição Pequito Teixeira (coord.), *O Sistema político Português - Uma Perspectiva Comparada*, Principia, pp. 263-283.

maior abertura institucional à participação cidadã em causas ligadas aos chamados ‘novos’ movimentos sociais, de que são exemplo as organizações ambientais e dos direitos humanos (Fernandes, 2012: 7).

Assim, as dinâmicas da sociedade civil em Portugal ter-se-iam constituído numa lógica de organização e funcionamento mais próxima dos partidos políticos e das organizações sindicais. Talvez esta proximidade conduzisse, na década de 1990, também à afirmação de Santos (1994: 314) de que, em Portugal, as expressões coletivas dos ‘novos’ movimentos sociais poderiam estar a ser cooptadas pelo *político constituído*. Por seu turno, Freire (2012) afirma que, até ao fim da década de 1990, não existia grande disputa entre os partidos políticos de esquerda no que concerne à atuação em torno das causas de protesto ‘materialistas’ e ‘pós-materialistas’. Mas, em 1999, com a emergência do BE e a partir da sua implantação parlamentar, a ação coletiva adquiriu novas dinâmicas de contestação, passando a dividir-se institucionalmente entre os campos políticos do PCP, do BE e também do PS. Freire (2012) classifica ainda o PCP como um *partido comunista conservador* “muito pouco crítico em relação ao totalitarismo comunista” e o BE como um partido que se enquadra nos *comunistas reformadores* ou se aproxima da filosofia dos novos partidos da *esquerda libertária* e “clara e abertamente crítico da herança do totalitarismo comunista”. Estas diferenças político-ideológicas conduzem assim a que o PCP esteja mais próximo dos temas ‘materialistas’ e dos chamados ‘velhos’ movimentos sociais e, por conseguinte, o BE dos ‘pós-materialistas’ e das áreas de atuação dos ‘novos’ movimentos sociais. Lisi (2013) considera também que, relativamente a grupos de protesto mais recentes, que surgiram relacionados com as questões da precariedade laboral, a posição dos dois partidos diferenciava-se no caso do BE pela cooperação, sobreposição de papéis dos membros e apoio logístico e, no caso do PCP, por um certo afastamento e desconfiança na eficácia política deste tipo de grupos.

É também de salientar que eventos como o Fórum Social Português, que se integraram nas ações dos movimentos pela justiça global, as mobilizações em torno da interrupção voluntária da gravidez e pela legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, realizaram-se já numa conjuntura em que o BE se tinha fundado enquanto partido político com assento parlamentar, tendo assim estas iniciativas sido acompanhadas pela sua participação. Aliás, no caso do Fórum Social Português, como retratado em estudo anterior (Nunes, 2011), desenvolveram-se relações conflituais entre os campos de atuação política do PCP e do BE. Convém salientar que, em 2003, ou seja aquando desta iniciativa, embora fosse uma força política constituída por partidos políticos pré-existentes, o BE contava apenas com

quatro anos de existência e consubstanciava-se numa lógica organizativa de “partido-movimento” portadora de estruturas pouco formais e verticais. Neste sentido, o Fórum Social Português era um espaço privilegiado de afirmação política de um novo partido junto dos ativistas e dos movimentos sociais, espaços onde o PCP já estava fortemente ancorado.

Sendo que idealmente o Fórum Social Português tinha surgido como um local de expressão dos movimentos sociais e a sua história foi marcada pelas divergências políticas entre PCP e BE, uma das hipóteses exploratórias que se levantou em estudo anterior (Nunes, 2011) foi a de as causas ‘materialistas’ e ‘pós-materialistas’ estarem enquadradas institucionalmente nas áreas destes partidos, havendo uma sobreposição dos militantes e dos ativistas da sociedade civil que não deixaria muito espaço para lógicas de intervenção que se estabelecessem além das suas esferas de ação.

No caso das mobilizações em torno da interrupção voluntária da gravidez e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, os partidos de esquerda, onde também se inclui o PS, tiveram um papel fundamental na união de esforços e de confluência políticas para levar a cabo estas alterações legislativas. Contudo, o surgimento do BE enquanto partido político com assento parlamentar, tal como é sugerido por Freire (2012), pode ter contribuído para uma “*nova dimensão de competição*” no seio dos protestos de esquerda e, a nosso ver, ter ao longo do tempo pressionado o PCP a tomar novas atitudes e posições face aos grupos de protesto que atuam nesta esfera e que nascem no exterior da atividade partidária.

Como tem sido observado ao longo da nossa pesquisa, embora os momentos de contestação referidos anteriormente tenham sido importantes no seio da esquerda política portuguesa, os protestos antiausteridade adquiriram uma expressão muito mais significativa quer em termos do surgimento de novos grupos de protesto, do número de manifestações desenvolvidas, ou quer ainda na mobilização de um elevado número de cidadãos nos protestos de larga escala. Estas ações apresentaram-se frequentemente como iniciativas apartidárias cuja organização ficava fora do quadro dos partidos políticos e das organizações sindicais. Como vimos este fator atraiu não só jovens a iniciarem-se nos meios ativistas, como conduziu, possivelmente, cidadãos a participarem pela primeira vez numa ação de contestação de rua. As formas de apelo à mobilização acionadas pelo contencioso político diferem substancialmente das fases anteriores, mas o suporte dos partidos políticos manteve-se em muitas ocasiões e foi assumido sobretudo na segunda fase de organização do QSLT, que corresponde à mobilização para o 2 de Março de 2013. Contudo, a nosso ver, este suporte não foi linear ao longo de todo o ciclo antiausteridade, manifestou oscilações e os militantes do BE parecem ter-se mantido sempre mais próximos da conceção de alguns grupos de protesto:

o QSLT, no seu núcleo inicial, surge da iniciativa de militantes do BE que eram concomitantemente ativistas dos Precários Inflexíveis. Como veremos adiante, um destes ativistas profere que a novidade deste ciclo foi trazer o PCP para uma mobilização que não foi criada por si. Assim, na última década, a emergência do BE trouxe uma nova dinâmica à contestação de rua e possivelmente ao encorajamento da construção de novos grupos de ativistas, conduzindo o PCP a reconfigurar-se e reposicionar-se face a estes fenómenos.

10.1. Representações sobre a influência dos partidos políticos nos protestos antiausteridade

Sendo que os grandes protestos de rua, ocorridos nos anos de 2011 a 2013, foram construídos por ativistas que, na sua maioria, se situam política e ideologicamente à esquerda e que, em muitos casos, militam em partidos como o BE e o PCP, como interpretam os organizadores das manifestações as atitudes dos partidos políticos de esquerda face a esta vaga de contestação? Em que sentido avaliam as interações que se estabeleceram entre os diferentes atores? Consideram que estas se desenvolveram num sentido de cooperação ou de conflito, de um modo positivo ou negativo?

No campo das representações dos entrevistados, é possível encontrar diferentes conceções sobre este tema. Contudo, observam-se algumas tendências de opiniões. Em geral, os ativistas que partilham uma conceção de movimento social mais racionalista (Peyers, 2010) e que iniciaram os seus percursos de intervenção cívica nos partidos políticos tendem a visionar as esferas de atuação dos partidos e dos grupos de protesto como domínios de ação política que se cruzam, complementam e, muitas vezes, se sobrepõem naturalmente. Por outro lado, existem ativistas que nunca militaram em partidos, mas que desenvolveram os seus percursos no âmbito de organizações políticas, que também partilham uma visão de construção de movimento social racionalista (Peyers, 2010) e não perspetivam desfavoravelmente as ligações entre grupos de protesto e partidos políticos. Numa linha de pensamento diferente, encontram-se indivíduos cuja formação política está ligada à pertença atual ou passada a partidos e que discursam negativamente face às alianças que consideram ter sido estabelecidas entre o PCP, o BE e o grupo de protesto QSLT. Comum muitas vezes a estes indivíduos, que apresentam percursos de continuidade no ativismo, foi o facto de não terem sido convidados a entrar no grupo e de saberem que alguns pares preferiam a sua não participação.

Ainda no contexto dos ativistas que apresentam opiniões negativas face às ligações entre grupos de protesto e partidos políticos encontramos, como sublinhado em capítulo anterior, duas jovens do Porto cuja participação cívica se iniciou com o despontar dos protestos antiausteridade. Este foi o principal motivo que as levou a abandonar a organização das manifestações e atribuem-lhe o facto de não se ter conseguido criar dinâmicas de contestação que fossem além da condição de protesto e de um envolvimento maior dos cidadãos.

Para estas jovens, esta tentativa de instrumentalização manifestou-se logo após o protesto da ‘geração à rasca’ onde o BE procurou influenciar o processo de elaboração da lei contra a precariedade. Além disso, sentiram com desagrado a tentativa de captação de novos militantes de que foram alvo.

A lei contra a precariedade foi um esforço que saiu do 12 de Março, das duas organizações de Lisboa e Porto, e já aí começou a haver um interesse muito grande a nível partidário. Eu falo mais, por exemplo, do Bloco de Esquerda. Eu não sou contra a participação partidária, mas começou a haver uma apropriação de algo que saiu daquele conjunto de pessoas, que não tinham interesse em fazer parte de nenhum partido, e simplesmente esse partido começou-nos a aliciar de que nós fizéssemos parte ou do partido ou a fazer iniciativas cujos interesses iam de encontro à posição que eles tinham. (Susana)

No 12 de Março, sinto mesmo que houve um interesse muito grande em partidizar os jovens que apareceram nesta altura e senti também que houve muita gente que saiu mais cedo da movimentação social e da organização das manifestações precisamente por causa disso. Eu também senti isso e foi por isso que me afastei. Não queria fazer parte de algo mais organizado ou partidário para participar na vida pública e senti que, naquele momento, para fazer alguma coisa tinha de estar conivente com essas instituições e por isso acabei por desanimar. (Inês)

Mas se estas jovens se afastaram das dinâmicas dos protestos por considerarem excessiva a participação dos partidos políticos, há também ativistas que se tornaram militantes partidários nesta vaga de contestação contra a austeridade. Como já foi salientado, este foi o caso de um jovem que também iniciou o seu percurso cívico no Porto, na organização do protesto da ‘geração à rasca’, mas ao contrário das entrevistadas mencionadas anteriormente, a sua participação neste evento motivou a sua adesão ao PCP. A iniciativa de se filiar neste

partido prendeu-se com dois fatores: por um lado, o facto de considerar que as dinâmicas de luta geradas pelos grupos de protesto não atingiram um estado suficientemente organizado de movimento social que pudesse produzir consequências mais sustentadas do ponto de vista político face às medidas de austeridade e, por outro, a construção de uma visão, neste processo, de que o PCP é a única organização, em Portugal, que consegue obter resultados políticos consistentes e organizar formas de luta coletiva estruturadas.

Há muita malta que entrou para o PCP por causa dos inorgânicos, provavelmente pela mesma razão que eu: vais para o movimento inorgânico, percebes como é que aquilo funciona, percebes que aquilo é inconsequente. Começas a conhecer 2 ou 3 tipos do PCP e começas a perceber que, com todos os defeitos que o PCP possa ter, é a única organização de luta popular, neste país, contra o capitalismo, a luta de classes. O resto é paisagem. (António)

No mesmo sentido, uma ativista de continuidade, que iniciou o seu percurso em torno das mobilizações a favor da interrupção voluntária da gravidez mas que nunca tinha aderido formalmente à militância partidária, confessa que, embora já transportasse uma ligação afetiva com o PCP pelo facto de o seu progenitor ter sido militante de base, foi através da sua participação ativa nestes protestos e, em particular, no QSLT que se aproximou e fortaleceu os seus laços políticos com o partido.

Aproximei-me do PCP por causa da experiência no movimento [referindo-se ao QSLT]. Primeiro porque percebi a lisura com que o PCP tratou o movimento por dentro. O PCP achava que aquilo era uma coisa muito boa que estava a acontecer, portanto, deixou acontecer. Deixou que os seus militantes entrassem, saíssem sem qualquer tipo de controle. Fiquei muito bem impressionada, não quer dizer que o Partido Comunista não se tenha portado mal noutras momentos com outros movimentos sociais, não estou a falar disso, estou a falar da minha experiência pessoal. A atitude do PCP não foi de controlo, foi de monitorização e de perceber o que é que estava ali a acontecer, o que é que interessa, o que é que não interessa. (Patrícia)

O testemunho da ativista revela que partidos como o PCP podem ter auxiliado a ação de protesto de coletivos como o QSLT e, neste contexto, as alianças com os partidos

historicamente vinculados à contestação política e social podem ter sido fundamentais à organização e à seleção de alguns membros que constituíram o grupo.

Em conformidade com Patrícia, está a observação de Simão, um dos activistas a quem habitualmente é atribuída a iniciativa de organizar o QSLT, membro dos Precários Inflexíveis e militante do BE. Na sua opinião, a novidade do QSLT foi a adesão de militantes do PCP ao grupo e, em termos organizacionais, a concordância do partido em integrar um processo de contestação no qual não é o principal nem o único protagonista.

Eu acho que o grande avanço do Que se Lixe a Troika foi meter o PC no processo, que foi o que não se conseguia até lá, comprometer o PC com uma mobilização que não é só sua. (Simão)

Do conjunto dos coletivos de protesto que surgiram, no decorrer do ciclo de protestos contra a austeridade, o QSLT foi o que obteve maiores resultados de mobilização cívica e que atingiu alguma credibilidade em termos de opinião pública. Externamente, as redes dos *social media* permitiram a expansão do protesto, as estratégias de comunicação, como as grandoladas, ajudaram à sua visibilidade mediática e a sua desvinculação partidária, ou seja, o facto de nos meios de comunicação social aparecer como um grupo que surgiu fora do quadro institucional dos partidos políticos, contribuiu para o seu sucesso em termos de mobilização popular; internamente, o apoio prestado pelos partidos políticos de esquerda pode ter sido fundamental na estruturação e organização endógena do grupo nem que seja somente pela pertença simultânea dos militantes partidários. Neste sentido, considera-se que a ação política dos partidos teve também um papel de suporte importante durante o ciclo dos protestos antiausteridade (Fernandes, 2017).

A maioria dos ativistas que milita concomitantemente em partidos tende a avaliar as relações entre estes e os grupos de protesto como naturais e simbióticas. Este é o caso de Rita, militante do BE, ativista dos Precários Inflexíveis e membro do QSLT e de António, o jovem que aderiu ao PCP no decurso da organização dos protestos e que como vimos, em capítulo anterior, assumiu com frontalidade o facto de o QSLT, no Porto, ter surgido desde o início da iniciativa de militantes partidários e de o BE ter tido uma função e papel fulcrais no desenvolvimento das duas grandes manifestações de 15 de Setembro (2012) e de 2 de Março (2013).

Na minha perspetiva, a visão do Bloco sobre movimentos sociais e sobre o Que se Lixe a Troika em concreto, era ajudar naquilo que pudessem e ajudar para que a

coisa crescesse. Mas, ao mesmo tempo, depois não foi fingir que não tivemos nada a ver com isso, foi de assumir que o Bloco teve um papel importante no Que se Lixe a Troika, teve. O que tem a desvantagem depois de ser visto pelas pessoas de fora como uma tentativa de manipulação. (Rita)

Havia uma grande influência dos partidos nestes movimentos. O problema ali é a grande dificuldade que a malta tem em lidar com estas coisas com naturalidade. Os partidos existem, os militantes partidários participam nas coisas. Por que é que isso é um drama? Depois criavam-se coisas como “temos que impedir que os partidos venham para aqui”. Se querem impedir que os partidos venham para aqui, tragam não partidários! Evidentemente se vierem para aqui tipos do Bloco e do PCP, a culpa é vossa porque não conseguem trazer para aqui mais malta que não é nem de um lado, nem do outro! Segunda questão, a malta que está filiada em partidos de esquerda, tendencialmente, está mais mobilizada para estas coisas, pois está! Por alguma razão está num partido de esquerda! (António)

No entanto, há também militantes partidários, que não foram convidados a participar no QSLT, que veem a constituição deste grupo como uma forma de destruição de vias de participação inclusivas e abertas à mobilização popular alargada e consideram que, a partir do momento da sua criação, os principais momentos de contestação à austeridade tornaram-se muito influenciados pelo BE e pelo PCP, assistindo-se a uma falta de transparência por não se assumir o seu desempenho no QSLT. Há um ativista que chega mesmo a tecer comparações entre o processo do Fórum Social Português e do QSLT.

Na minha opinião, o QSLT foi um retrocesso a formas de organização anteriores que eram horizontais, abertas e que não eram convocações de manifestações de listas fechadas de membros, que foi o que aconteceu com o QSLT. Partiu de um grupo ligado ao PCP e ao BE, logo aí eu tinha uma crítica a fazer. Eu acho que os partidos, nesta situação, devem ter um papel. Longe de mim, eu não sou partidário, era o que faltava com a história que tenho, nem adepto de que por se ser membro de um partido não se pode participar no que quer que seja. Acho que os partidos são incontornáveis nos movimentos sociais. A questão é a prática que têm e, sobretudo, não gosto de ser enganado e que se tome gato por lebre. Quando uma iniciativa é partidária e tem origem partidária isso deve ser claro, na minha opinião, e isso não aconteceu no QSLT! (Rui)

O Que se Lixe a Troika nasce claramente do Bloco e do PC. Se não fosse o Bloco e o PC, não existia Que se Lixe a Troika. O PCP percebeu que não podia deixar o comboio só com o Bloco. O PCP tem mais tendência para ser sectário, para não se querer misturar, mas aqui tiveram uma inteligência táctica. Mas o Que se Lixe a Troika acabou por sofrer o síndrome do Fórum Social Português. Aquilo virou um palco, um digladio entre o Bloco e o PC em que lhes interessava mais ganhar os militantes independentes, que ali andavam, para o partido, do que pensar na próxima manifestação ou pensar em ocupações, ou pensar em travar os despejos das casas. Tinha que ganhar uma dinâmica mais quotidiana que não de 6 em 6 meses fazer manifestações. O resultado disso foi digladio relativamente tonto entre os principais dirigentes do Bloco e do PCP, já com o olho numas eventuais eleições antecipadas que não aconteceram. (Miguel)

No sentido oposto, encontram-se ativistas que integraram o grupo inicial do QSLT que, embora não sendo militantes partidários, consideram que as acusações dirigidas ao grupo sobre o papel excessivamente influente dos partidos políticos são exageradas e infundadas. Por exemplo, uma entrevistada acredita que as manifestações de elevada dimensão conseguidas pelos grupos de protesto tiveram um papel influente na mudança de discurso do BE e do PC relativamente ao Governo e à Troika.

Tu vais ver a retórica utilizada pelos partidos de esquerda, pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, antes do 15 de Setembro e depois do 15 de Setembro e não tem nada a ver: a demissão do Governo só a começaram a pedir depois do 15 de Setembro e inclusive em relação à Troika uma posição mais firme e publicamente assumida sem... só depois do 15 de Setembro porque sentiram... não é que não acreditassem naquilo, mas como estavam com receio, imagino eu, de que não tivessem base social, ia ser um discurso que não ia ser compreendido. De repente, viram 1 milhão de pessoas a sair à rua em todo o país e percebem: “alto! Agora sim, é o momento! Já temos base social para assumir esse tipo de posições”. Vê a agenda do Bloco, do PCP e até da CGTP antes e depois. (Madalena)

Não havia essa história, como eu cheguei a ouvir, de uma célula do PC, no Que se Lixe a Troika, ou dos Precários Inflexíveis estarem lá a soldo do Bloco. Acho que essa narrativa surgiu para desculpabilizar problemas que, pura e simplesmente, as pessoas não conseguiam resolver: como esta clivagem entre pessoas com mais

experiência e pessoas com menos experiência porque depois em movimentos de esquerda, ou que são emancipatórios, é muito difícil tu assumires que a igualdade de contributos nunca é uma igualdade de contributos. Nunca é a igualdade construída pela mitologia esquerdista e há muitas pessoas que têm dificuldade em lidar com isso. Depois se é uma estrutura hierarquizada há-de estar colonizada pelo PC, se tem uma estrutura basista, há-de ter alguém do Bloco que está a tentar puxar os cordelinhos de uma maneira insidiosa no sentido que o partido quer e eu acho que esse nunca foi o problema. (Manuel)

Manuel chega mesmo a afirmar que partir do princípio que todos os militantes partidários, envolvidos em movimentos sociais e grupos de protesto, se submetem a orientações hierárquicas que os conduzem a tentativas de manipulação ou, por outro lado, pensar que os ativistas, que não são militantes partidários, são manobrados, não só é contraproducente para o sucesso dos movimentos sociais, como se baseia na premissa errada de que o indivíduo está sempre subjugado ao coletivo.

Depois a ideia de que as pessoas têm identidades unitárias e de que são do partido agem apenas de acordo com a sua identidade de militante, que é uma ideia que, a mim, sempre me pareceu bizarra e estúpida. Mas que não é bizarra e estúpida para muitas outras pessoas. Eu cheguei a ter alguns desaguisados com algumas pessoas porque eu sentia-me desrespeitado como não filiado. É a ideia de que as pessoas que não são militantes partidárias são facilmente instrumentalizadas pelas que são militantes partidárias. Eu não sou militante partidário e não me manipulam facilmente. (Manuel)

Os excertos de discursos acima expostos revelam que os ativistas transportam diferentes representações e atribuem diversos significados à temática das relações entre partidos políticos e à contestação de rua que surgiu contra a Troika e as medidas de austeridade. Se, para alguns, os partidos deveriam ter permanecido ausentes das dinâmicas antiausteridade dos grupos de protesto, para outros os campos de atuação política destes atores cruzam-se “naturalmente”. No caso de determinados ativistas que observam negativamente a presença dos partidos, este fator conduziu a que se afastassem e abandonassem a sua atividade no contexto da organização das manifestações de rua. Esta decisão foi acompanhada por uma certa desilusão relativamente à motivação inicial de que seria possível construir um movimento social de oposição à austeridade gerado apenas por

grupos de cidadãos apartidários ou que, mesmo possuindo pertença partidária, teriam o cuidado de deixar as suas militâncias no exterior dos grupos de protesto.

Do outro lado estão ativistas que veem com tranquilidade a presença de militantes partidários em dinâmicas que, à partida, não foram geradas no seu seio. Se nesta linha de pensamento, nos deparamos com ativistas que militam em partidos, também encontramos ativistas que nunca pertenceram a partidos, mas que opinam no sentido de que é exagerado pensar que os militantes são sempre marionetas ao serviço dos interesses dos seus partidos noutros espaços de contestação ou que, diante a sua presença, os ativistas não partidários são sempre manipulados. Além disso, como observámos, houve uma ativista que sublinhou que as grandes manifestações antiausteridade, que levaram milhares de pessoas à rua possivelmente pelas suas formas de convocação não muito características do tipo de mobilização gerado pelos partidos políticos, produziram mudanças nos discursos destes atores face ao governo e à Troika e, por esta via, também as dinâmicas de rua dos grupos de protesto podem ter influenciado a ação dos partidos.

Do conjunto dos grupos de protesto que surgiram entre 2011 e 2013, foi o QSLT que suscitou maiores críticas pela influência partidária do BE e do PCP. Neste contexto, encontrámos ativistas que criticam fortemente os modos de construção e de organização do grupo e que defendem que a sua formação deve-se a um acordo político entre o BE e o PCP.

Se relativamente aos partidos políticos, é possível aferir diferentes significados, como é que os ativistas perspetivam as relações com as organizações sindicais, nomeadamente a CGTP tradicionalmente mais próxima dos protestos políticos de esquerda?

10.2. Significados sobre as relações com as organizações sindicais

Os chamados temas ‘materialistas’ foram centrais nas manifestações antiausteridade. Sendo que estas áreas de protesto estão muito ancoradas às reivindicações das organizações sindicais, como é que os entrevistados interpretam as interações que se estabeleceram com estes atores no decurso dos protestos antiausteridade? De um modo geral pode afirmar-se que as opiniões dividem-se em dois tipos de atribuições de sentidos: De um lado, os ativistas que pensam que a CGTP, ao contrário da União Geral de Trabalhadores (UGT) que negou sempre a existência de contacto com os grupos de protesto, demonstrou uma certa abertura aos coletivos, permitindo que estes, por exemplo, integrassem as suas manifestações de rua ou ainda que, embora não houvesse uma total cooperação para levar a cabo iniciativas conjuntas, demonstrou a possibilidade de dialogar e ouvir os grupos de protesto. Do outro lado, estão os

ativistas que pensam que estes fatores não são suficientes para anuir no sentido da existência de uma viragem significativa nas atitudes da organização sindical e que se continuou a assistir a uma lógica de fechamento na sua ação face aos movimentos sociais e grupos de protesto.

Por exemplo, Marta considera que houve uma evolução positiva nas relações com a CGTP e, na sua ótica, o facto de a central sindical permitir a presença dos coletivos nos seus cortejos de rua permite observar um comportamento distinto comparativamente com o passado.

As relações mudaram, sem dúvida. A CGTP acabou por se abrir. Dantes não, fechava-nos as portas. Acabou por se abrir e acabou por fazer coisas que não estaria disposta a fazer se não tivesse havido este tipo de participação. Deixarem-nos participar nas suas manifestações como movimento social, que não deixava, e participarem nas nossas. Na manifestação de 29 de Setembro de 2012, foi a primeira vez que a CGTP deixou algum movimento não pertencente integrar a manifestação. Antes os movimentos sociais ficavam sempre atrás. Houve uma permeabilidade muito maior. (Marta)

Esta é a perceção de Marta, que, em Lisboa, integrou a segunda fase de organização do QSLT. Mas Alexandre, ao invés, que participou na Assembleia Popular de Coimbra, possui um entendimento diferente relativamente às interações que se criaram nesta cidade. Tal significa que as relações estabelecidas em cada localidade podem obedecer a diferentes lógicas, consoante o nível de implementação e de ligação com os vários atores políticos. Recorde-se que, segundo Alexandre, o grupo QSLT não teve muito impacto em Coimbra e que a maior parte dos grandes protestos de rua foram organizados pela Assembleia Popular de Coimbra, que tentou funcionar de acordo com os modos de organização das acampadas em Espanha.

Participámos em manifestações da CGTP. Da parte deles não havia muito bom acolhimento. Tentaram muitas vezes barrar o caminho, tanto empurrar para o final da marcha, como tentar separar o bloco da Assembleia do resto da manifestação. Mas houve alguma hostilidade, não da nossa parte, que, várias vezes, tentámo-nos juntar e mostrar solidariedade. Por exemplo, numa ação de luta das trabalhadoras das cozinhas das escolas, nós tentámos mostrar a nossa solidariedade e os sindicatos barraram a nossa ação. (Alexandre)

De acordo com a maior parte dos entrevistados, o tipo de interação que se deveria estabelecer com as organizações sindicais era um tema de debate importante no seio dos grupos de protesto e que, por vezes, gerava algum grau de conflitualidade devido a nem todos os participantes serem favoráveis a uma tentativa de diálogo.

A título de exemplo, Madalena recorda que, no QSLT, foi realizado sempre o esforço de tentar coordenar algumas datas de protesto com a central sindical mas, a seu ver, nem sempre os acordos verbais foram totalmente cumpridos. Na sua opinião, a demonstração de alguma inflexibilidade na articulação com os grupos de protesto conduziu ainda a uma maior ausência de aceitação por parte de alguns ativistas, nomeadamente daqueles que preconizam uma atitude antisindical e, neste caso, de elevada desconfiança face à CGTP.

Há pessoas que se metem nisto e não são só antipartidos, são também antisindicatos e, portanto, nem sempre é fácil chegar a um consenso sobre a articulação com a CGTP. Depois, a determinado momento, alguns de nós já achavam que já não há paciência para o sectarismo da CGTP e outros achavam que mesmo assim devíamos tentar articular. Estas discussões também foram muito cansativas porque foram muito intensas. (Madalena)

A palavra desconfiança é muitas vezes utilizada para caracterizar o comportamento da CGTP em relação aos grupos de protesto. Muitos entrevistados referem que a central sindical tem dificuldade em convergir na ação com coletivos pouco organizados e estruturados.

Eu acho que ainda há uma grande desconfiança das organizações sindicais face aos movimentos sociais. Eu compreendo que seja complicado, tendo em conta a forma como estas organizações se estruturam e a forma como nascem em democracia, que sendo coletivos informais, sem hierarquias, causem uma certa comichão. Mas não há menosprezo de nenhum dos lados, há é uma certa desconfiança. (Teresa)

Nós, no QSLT, reunimos várias vezes com a CGTP. Como sempre os sindicatos veem-nos com alguma desconfiança, no sentido em que simultaneamente estabeleceram relações connosco, perceberam a nossa importância, começaram a ir às nossas manifestações, concordavam connosco em muitos diagnósticos, mas depois havia ali uma certa desconfiança de um ou outro movimento a que eles não estavam habituados. (Ricardo)

Convém relembrar que, no âmbito da última grande manifestação convocada pelo grupo QSLT (2 de Março de 2013), o secretário-geral da CGTP apelou publicamente à participação no protesto. Para alguns ativistas, apesar das “desconfianças” manifestadas face aos coletivos antiausteridade, esta situação demonstra um avanço nas relações entre ambos. No entanto, é pertinente sublinhar que o QSLT foi o coletivo mais organizado e estruturado no âmbito deste ciclo de protestos e, tal como referido por Simão, que contou com a participação de membros da CGTP.

Nas organizações sindicais havia o medo do que poderia ser os movimentos sociais. Tinham receio e com razão de que muitas organizações novas fossem contra os partidos e os sindicatos e isso, muitas vezes, fez haver um distanciamento. Mas a urgência do momento histórico promoveu uma abertura de parte a parte. Houve pessoas da CGTP no Que se Lixe a Troika, houve pessoas de comissões de trabalhadores. Não estão ali a representar os sindicatos, mas estão num contacto direto e, por exemplo, no 2 de Março, a CGTP apoia o Que se Lixe a Troika. No 12 de Março não aconteceu, no 15 de Setembro aconteceu no próprio dia, portanto, estamos a fazer um processo de aprendizagem e de aproximação. Nunca vamos estar totalmente conectos, mas é importante sabermos que podemos dialogar e ter pontos de contacto e de mobilização fortes. (Simão)

Na opinião de Manuel, este tipo de interações não são suficientes para considerar uma mudança real nas atitudes da central sindical no que concerne aos grupos de protesto, ou seja, o facto de se confluírem em determinadas datas não significa uma alteração das relações no sentido da cooperação com os movimentos sociais.

Assim, enquanto alguns ativistas consideram que, apesar de não se terem verificado alterações profundas nas relações, a abertura ao diálogo, a possibilidade de, em determinadas alturas, se convergirem na ação, foram sinais positivos de mudança, outros pensam que estes acontecimentos foram efémeros e não conduziram a grandes mutações entre os diferentes atores envolvidos na contestação à austeridade. Mesmo os discursos que se encaminham no sentido de ponderar que se realizaram pequenas mudanças positivas nunca pronunciam a palavra cooperação para qualificar as relações estabelecidas.

10.3. Entre a autonomia e a dependência face aos atores políticos institucionais?

Num artigo onde se escrutina a natureza, o tema e a autoria dos organizadores dos protestos ocorridos de 2010 a 2013, conclui-se que o foco principal de contestação foram os temas laborais e maioritariamente organizados por sindicatos (Accornero e Ramos Pinto, 2015). Segundo os dados apurados pelos mesmos autores, realizaram-se 78 eventos e apenas 19 foram organizados por grupos de protesto não partidários nascidos a partir de 12 de Março de 2011. Outro dado interessante é o de esta análise demonstrar que, em Portugal, as chamadas formas clássicas de protesto, como as manifestações de rua e as greves, continuam a ser as mais utilizadas: de um total de 163 iniciativas, 66 correspondem a manifestações e 76 a greves. Atos de protesto como petições, assembleias populares e ocupações perfazem apenas um total de 12.9%. Estes dados ajudam a sustentar a observação de que o formato de organização assembleário que ficou como uma marca distintiva, por exemplo, das acampadas em Espanha ou do movimento *Occupy Wall Street* não teve uma elevada repercussão em Portugal. Conclui-se também que, apesar de os grupos de protesto terem realizado as maiores manifestações das últimas décadas, só o conseguiram fazer intermitentemente, não criando bases sólidas para formas de ação coletiva mais sustentadas ao longo do tempo. Os autores sugerem que os atores políticos tradicionais, como as organizações sindicais, continuaram a manter um papel chave durante o período de 2011 a 2013 e que a capacidade de mobilização dos grupos de protesto se manteve, muitas vezes, na dependência tanto das organizações sindicais como dos partidos políticos de esquerda como o BE e o PCP (Accornero e Ramos Pinto, 2015).

Ora, avaliar até que ponto os níveis de mobilização atingidos pelos grupos de protesto dependeram da movimentação dos partidos políticos de esquerda é uma tarefa árdua perante, por exemplo, a ausência de estudos científicos que nos permitam avaliar rigorosamente o perfil político dos manifestantes que participaram nas grandes manifestações de rua. Tal não invalida a assunção de se considerar que algumas iniciativas se caracterizaram por uma elevada participação porque foram compreendidas pelos cidadãos como sendo organizadas à margem das estruturas partidárias e por indivíduos que, tal como eles, sofriam quotidianamente as consequências das medidas de austeridade. Por outro lado, os instrumentos de mobilização e comunicação utilizados, à semelhança do ocorrido em Espanha, nos EUA, ou nos países árabes, não foram os meios habitualmente convocados pelos partidos políticos ou as organizações sindicais. Além disso, no decurso das manifestações, os cidadãos foram também convidados a construir os seus cartazes com as

suas preocupações e reivindicações individuais, incentivando-se a uma lógica de construção da ação coletiva que permite uma *experiência pública do self* (McDonald, 2002, 2004, 2006), motivadora de uma não submissão do individual ao coletivo.

Se é verdade que os grupos de protesto apenas conseguiram realizar grandes mobilizações de rua de modo intermitente, não construíram um tipo de organização de movimento social semelhante ao da vaga de protestos de Espanha ou do *Occupy Wall Street*, também é inegável que mobilizaram milhares e milhares de pessoas que não participariam se o apelo partisse dos partidos políticos ou das organizações sindicais. Conscientes destas vantagens, os grupos de protesto salientaram em muitos dos seus manifestos que as manifestações possuíam um carácter apartidário. Assim, o maior ou menor suporte dos atores políticos institucionais permaneceu sobretudo nos grupos de protesto e nas ligações internas dos ativistas.

As discussões sobre o papel do PCP e do BE, assim como sobre o desempenho da CGTP, foram um marco nas relações entre os responsáveis pelas principais manifestações antiausteridade e marcaram muitas das ruturas vividas, desde o início, no seio dos grupos de protesto. Como vimos anteriormente em capítulo anterior, geraram divisões no M12M e também na Plataforma 15 de Outubro. A maior ou menor participação dos partidos políticos pode não se ter constituído como o único motor de conflitualidade, mas, tal como no processo de organização do Fórum Social Português, este foi sempre um tema constante e presente nos discursos dos entrevistados.

Claro que as representações e os sentidos atribuídos ao seu papel dependem frequentemente do lugar e da pertença dos ativistas. Alguns jovens que participaram pela primeira vez neste tipo de construção de mobilizações, que se autodefinem como apartidários, afirmam ter abandonado o processo devido à instrumentalização dos partidos; alguns ativistas com militância partidária tendem a perspetivar a aproximação entre os grupos de protesto e os partidos como natural e outros ainda, com percursos em instâncias partidárias, acusam, muitas vezes, partidos que não o seu de tentativa de manipulação. Como observámos, este é o caso de ativistas que não participaram no QSLT e que sublinham que na formação deste grupo está um acordo entre o PCP e o BE.

No que diz respeito à CGTP, alguns ativistas admitem uma certa abertura da confederação sindical aos grupos antiausteridade, nomeando o facto de ser uma novidade neste período poderem participar no interior das suas manifestações em nome dos seus coletivos ou de ser possível dialogar e tentar coordenar algumas datas de protesto.

Apesar de uma certa “desconfiança”, esta possível abertura, no que diz respeito a momentos de protesto, é sentida por alguns ativistas como algo novo que rompe com os modos de interação que habitualmente a organização sindical estabelece com as movimentações de ativistas. É também de realçar que, aquando da realização do Fórum Social Português, já os ativistas manifestavam a opinião de que a CGTP tinha iniciado novas ligações com outros movimentos sociais, nomeadamente com as associações LGBT (Nunes, 2011). Ao se considerar que este processo se realizou na época dos protestos antiausteridade é porque este provavelmente não se manteve ao longo dos anos e talvez seja reativado apenas em fases de maior agitação social ou de maior expressão dos ciclos de protesto. No entanto, num artigo de reflexão sobre o papel do sindicalismo português nos tempos atuais (Estanque, Costa e Silva, 2015: 134), enuncia-se que, no âmbito dos eventos de protesto antiausteridade de larga escala, “...o movimento sindical, e nem todo, integrou-se nos processos mas não foi protagonista de relevo, mesmo que alguns sindicalistas se tenham empenhado”. Os autores consideram ainda que este período de maior efervescência, em que os temas económicos, laborais e dos direitos do trabalhador voltaram a ocupar a contestação social e em que emergiram novos atores nesta esfera, deveria ter sido aproveitado no sentido de construir um “sindicalismo de movimento social” que coopera e estabelece pontes com outros sujeitos coletivos que atuam sobre outras áreas de intervenção, ou sobre as mesmas temáticas, mas através de outras perspetivas e focos de abordagem.

Se no que diz respeito ao papel e à intervenção dos atores políticos tradicionais e às suas ligações com os grupos de protesto estão presentes fatores que apontam para continuidades nas relações estabelecidas entre estes sujeitos, reiteramos, mais uma vez, que se utilizaram novas formas de organização da ação coletiva que, expandindo o protesto de rua tanto nos níveis nacional e internacional, não foram uma herança dos velhos movimentos sociais ou dos partidos políticos de esquerda e indiciam ruturas com os modos de fazer protesto do passado. Portanto, seguimos o argumento de que este é um período caracterizado por continuidades mas também por descontinuidades, que marcaram o protesto político e social contemporâneo.

CONCLUSÃO

Os objetivos iniciais da nossa proposta de investigação foram traçados com o intuito de conhecer, em Portugal, os protagonistas dos maiores protestos realizados contra as medidas de austeridade, os recursos e os meios utilizados ao nível da organização da ação coletiva e das formas de mobilização, as relações mantidas internacionalmente com os seus pares, assim como as possíveis alianças nacionais com os atores políticos institucionais. Um dos princípios subjacentes à análise destes temas, foi o do que estávamos perante uma vaga nacional de contestação que se inseria num ciclo internacional de protestos onde, com as devidas diferenças comparativas, se incluíam as sublevações da Primavera Árabe, o movimento das acampadas, em Espanha, e a sua expansão por várias regiões, nomeadamente com o posterior aparecimento do *Occupy* nos EUA.

Seguimos uma linha de pesquisa qualitativa com base na realização de entrevistas semidirectivas a um conjunto diversificado de organizadores das 4 maiores manifestações de rua, realizadas entre 2011 e 2013, contra o programa de medidas políticas e económicas acordadas entre o governo português e a chamada Troika. A nossa finalidade foi auscultar ativistas provenientes de vários grupos, pertencentes a faixas etárias diversas, portadores de diferentes percursos nas redes do ativismo e que, à partida, transportassem uma diversidade de representações sobre as temáticas propostas para discussão.

Do ponto de vista identitário, admitimos que, em Portugal, foi uma onda de protestos composta por “novos” e “velhos” ativistas mas não seguimos o argumento de algumas pesquisas internacionais que referem que este foi um ciclo que possuiu como principais protagonistas os jovens com parca ou sem qualquer experiência de participação cívica e política, que manifestam muitas vezes uma atitude antipartidária e sindical, assim como pouca simpatia por organizações políticas burocráticas e verticais (Anduiza *et al*, 2012; Castells, 2013). Isto não diminui a relevância e novidade do papel de novos jovens ativistas que, como observámos, também participaram e organizaram os protestos em Portugal, mas constatámos que os ativistas com biografias de continuidade transportam experiências que lhes fornecem um maior conhecimento sobre as formas de construção da ação coletiva e dos recursos materiais fundamentais à ativação de um evento de mobilização com possibilidade de maior sucesso. Além disso, possuem também, regra geral, níveis de capital social que lhes permitem a criação de uma rede de suporte mais coesa quer por parte de outros ativistas, quer no sentido da constituição de alianças com atores políticos institucionais, nomeadamente com os partidos

políticos de esquerda e com as organizações sindicais. O apoio destes atores favorece o sucesso da formação de uma dinâmica coletiva de contencioso político (Tarrow, 1998).

A passagem e a permanência de ativistas por diferentes ciclos de protesto não é uma novidade nos estudos sobre os movimentos sociais (Broad e Heckscher, 2011) e no âmbito da análise sobre os movimentos da crise foi uma dimensão salientada por autores como Juris *et al* (2012), Calhoun (2013) e Romanos (2013), que referem a importância dos saberes e conhecimentos adquiridos anteriormente nas iniciativas pela justiça global na prossecução do mais recente ciclo de protestos. Quando olhamos para o cenário em Portugal, é difícil estabelecer a mesma comparação analítica, visto que as iniciativas pela justiça global não atingiram o “estádio” de ciclo de protestos (Nunes, 2011). Contudo, alguns dos chamados ativistas de continuidade participaram, tanto a nível nacional como internacional, nos Fóruns Sociais Mundiais e Europeus e reconhece-se a importância destas experiências na formação individual destes ativistas mas, ao contrário do que é defendido por Romanos (2013), na reflexão sobre o 15M, é difícil enunciar que os eventos pela justiça global, em particular o Fórum Social Português, tiveram um grau de influência elevado nos modelos organizativos da antiausteridade.

Durante o período de 2011 a 2013, surgiram vários grupos de protesto que tiveram subjacentes diferentes lógicas organizativas, que foram muitas vezes moldadas pelas relações pessoais que os ativistas estabeleceram entre si no passado e que influenciaram as dinâmicas de interação do presente. Como se observou, de um formato organizacional aberto a todos os que desejassem participar, como foi o caso da Plataforma 15 de Outubro, passou-se a um tipo fechado de organização da ação coletiva, como o QSLT, que teve como principal objetivo afastar a presença de ativistas com os quais os mentores do grupo consideravam ser difícil estabelecer relações positivas com a finalidade de construir uma ação coletiva com êxito. Embora tenha sido o grupo que alcançou maiores níveis de mobilização, organizando os maiores protestos de larga escala, também sofreu metamorfoses ao nível da sua organização devido às relações internas (entre os seus membros) e externas (com outros ativistas e grupos de protesto). Assim, as interações entre indivíduos que, muitas vezes, partilharam anteriormente os mesmos espaços de ativismo influenciaram as dinâmicas internas do grupo.

Se é possível anunciar uma certa continuidade ao nível das redes de interação internas dos ativistas, os meios de mobilização utilizados pelos grupos para apelar à participação nas iniciativas antiausteridade acompanharam as tendências internacionais de outros protestos surgidos neste período, ou seja, também em Portugal os *social media* tiveram um papel fundamental na expansão da contestação, contribuindo para a edificação de um ciclo nacional

de protestos (Tarrow, 1998; Accornero e Ramos Pinto, 2015). Neste sentido, estivemos perante um modelo organizacional em rede e descentralizado que se espalhou por várias localidades e que rompe, à partida, com as formas ‘tradicionais’ de mobilização dos partidos políticos e das organizações sindicais. Apesar de os *meios de autocomunicação de massas* (Castells, 2013) propiciarem uma rápida difusão dos slogans de contestação e dos *frames* de ação coletiva, diferentes regiões do país tiveram por base lógicas organizativas diversas devido, possivelmente, à influência das tradições de ativismo e de implementação local dos partidos políticos de esquerda. Tal como demonstrado por Della Porta e Kriesi (2009 [1999]), em estudos comparativos internacionais, perante os mesmos ‘eventos gatilho’ o contencioso político pode adotar respostas de reação e de mobilização que dependem das práticas de ativismo existentes e da estrutura de oportunidade política nacional. Assim, em Portugal, também as dissemelhanças nas dinâmicas regionais de protestos tiveram por base variações nas estruturas de oportunidade política locais.

Reflectindo sobre o tipo de ligações que os ativistas portugueses mantiveram, a nível internacional, com os seus pares, defendemos que as interações se concretizaram maioritariamente pela via dos processos de *difusão não relacional* (Della Porta e Tarrow, 2005) e foram sobretudo estabelecidas através dos *media* digitais. Esta pode ser perspetivada como uma das principais diferenças face ao ciclo dos movimentos pela justiça global, onde os processos de *difusão relacional*, nomeadamente consubstanciados no desempenho dos ativistas *rooted cosmopolitans*, foram fundamentais na constituição de uma rede mundial de eventos como os Fóruns Sociais Mundiais. Numa fase inicial da pesquisa, colocámos a hipótese de que as ligações internacionais dos ativistas de continuidade portugueses estabelecidas noutros momentos de protesto, nomeadamente as que provinham da participação nos Fóruns Sociais Mundiais e Europeus, poderiam ter sido cruciais no desenvolvimento dos contactos desenvolvidos no âmbito do ciclo de protestos contra a austeridade, mas as primeiras incursões no terreno encaminharam-nos no sentido de considerar que os processos de *difusão não relacional* caracterizavam as relações internacionais entre ativistas, assim como os modos de propagação dos eventos de protesto que ocorreram simultaneamente em cidades e lugares de diferentes países. Na esfera internacional, este foi um ciclo caracterizado por relações virtuais e líquidas entre ativistas onde nunca se encetaram esforços no sentido da constituição de uma plataforma de reivindicações comuns entre, por exemplo, os países do Sul da Europa mais atingidos pela crise económica (Fominaya, 2017). É neste sentido que postulamos, à semelhança de Tarrow (2006) para os protestos anti FMI dos anos 80, na América Latina, que se assistiu a uma vaga

de contencioso político internacional que se propagou através de *processos de equivalência estrutural* e não no sentido da criação de uma rede de trabalho internacional que pretendesse ir além da organização esporádica de eventos de protesto. Portanto, estivemos perante a ocorrência transnacional de iniciativas que se aproximaram pela partilha de *frames* de contestação contra a austeridade e a Troika e onde os meios de mobilização foram idênticos, mas que pouco se aproximaram no sentido da construção conjunta de uma ação coletiva mais estruturada e coesa, por exemplo, à escala europeia. Assim, os processos de *difusão não relacional* (Della Porta, 2005) aceleram a reprodução de práticas ou dos efeitos de *modularity* (Porta e Rucht, 1995) - ilustrações disso foram, em Portugal, a criação das marés cidadãs por influência do 15M ou a evocação cada vez mais frequente da ‘Grândola, Vila Morena’ nas manifestações realizadas em Espanha - mas simultaneamente podem gerar vínculos e ligações mais líquidas entre os ativistas à escala internacional.

Por último, analisámos, o suporte e a proximidade dos partidos políticos de esquerda relativamente aos grupos de protesto portugueses, tema que tem sido também abordado noutras pesquisas (Accornero e Ramos Pinto, 2015; Fernandes, 2017). Vimos como frequentemente as diferenças político-ideológicas e as pertenças partidárias dos ativistas marcaram os ritmos de criação, desenvolvimento e dissolução dos grupos de protesto, assim como o afastamento individual de alguns jovens ativistas sem pertença prévia às redes do ativismo e cujo “recrutamento” tinha sido realizado sobretudo através dos *social media*. Estas divergências poderão estar na base da cadência intermitente da contestação que, por exemplo, ao contrário do que se verificou em Espanha, não se conseguiu concretizar num movimento com uma lógica de protesto mais contínua e menos marcada por ‘altos’ e ‘baixos’ (Nunes, 2017).

As discórdias entre ativistas a propósito da participação dos partidos políticos de esquerda e das organizações sindicais são recorrentes no seio dos movimentos de protesto político e social (Fominaya, 2010; Nunes, 2011). Como observado num estudo anterior sobre o Fórum Social Português (Nunes, 2011), os conflitos em torno deste tema ditaram o fim de um evento que se pretendia inscrever no espectro da justiça global. Embora, como já dissemos anteriormente, seja difícil proceder a uma análise comparativa ou procurar uma “herança” nas formas de construção, organização e mobilização da luta contra a austeridade nas iniciativas pela justiça global, relativamente aos processos que o papel, suporte e presença dos partidos políticos desencadeiam nos grupos de protesto e nas relações entre ativistas mantém-se uma certa continuidade. Outro dado interessante é o facto de se considerar que, no ciclo da antiausteridade, nalguns momentos, os atores sindicais, neste caso a CGTP, manifestaram-se

no sentido de um maior diálogo com os grupos de protestos e que este fenómeno foi encarado por alguns como algo novo nas relações entre ambos. No entanto, foi também referido que, aquando da realização do Fórum Social Português, já naquela altura, alguns dirigentes da central sindical tinham demonstrado uma atitude de abertura e diálogo face aos movimentos sociais e às associações participantes no Fórum, nomeadamente no que diz respeito às temáticas sobre o género e os direitos sexuais. Tal significa que um maior entendimento entre as organizações sindicais e os movimentos sociais e os grupos de protesto pode não se manter continuamente ao longo do tempo, verificando-se um certo afastamento em períodos de menor instabilidade social e política e de menor atividade dos atores que protagonizam a contestação e uma maior proximidade em períodos de maior agudização dos problemas sociais e económicos ou durante a ocorrência de ciclos de protesto. As possíveis alianças entre o contencioso político, à partida, menos organizado institucionalmente, com os atores políticos institucionais são (re)ativadas ocasionalmente ou em fases de maior abertura da estrutura de oportunidade política. Assim, algumas características percecionadas empiricamente como ‘novas’ foram já observadas noutros momentos de protesto e são o produto de interações circunstanciais resultantes da emergência de períodos de protesto pouco duradouros no tempo e com repercussões tímidas ao nível da transformação do sistema político institucional. Em Portugal, os grupos de contestação que emergiram nunca ultrapassaram a condição de protesto e, portanto, também nunca se erigiram propostas no sentido de tentar alterar ou provocar mudanças institucionais. No entanto, do lado dos ativistas, fica a perceção de se ter contribuído para a edificação da maior fase de contencioso político das últimas décadas, consubstanciado num período de elevada aprendizagem que deixará certamente o seu legado em períodos de contestação posteriores, onde a participação pública em manifestações ultrapassou as esferas circunscritas das redes do ativismo e a discussão dos temas económicos e políticos tornaram-se mais presentes na vida quotidiana dos cidadãos.

À semelhança de outras ondas de protesto anteriores, também o ciclo dos movimentos da crise acabou por esmorecer tanto no nível internacional como nacional. Do ponto vista organizativo, à escala global, fica sem dúvida a memória de um ciclo marcado pelo papel e efeito dos *social media* na natureza e construção da ação coletiva e pela disseminação das *redes de protesto auto-organizadas* (Bennet e Segerberg, 2012) que, como observámos, também tiveram as suas repercussões na constituição das manifestações de larga escala em Portugal. Este foi um dos aspetos apontados como representando uma diferença e mudança face aos modos de organização das iniciativas de protesto dos partido políticos e das

organizações sindicais. Mas, simultaneamente, a presença destes atores foi também uma das características da contestação à austeridade vivida em Portugal. Continuidades e descontinuidades que serão, quiçá, sociologicamente importantes de analisar do ponto de vista da sua permanência em ciclos de protesto futuros.

BIBLIOGRAFIA

Accornero, Guya e Pedro Ramos Pinto (2015), “Mild mannered? protest and mobilisation in Portugal under austerity, 2010-2013”, *West European Politics*, (Online), 38 (3). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/01402382.2014.937587>

Aelst, Peter Van e Stefaan Walgrave (2004), “New media, new movements? The role of the internet in shaping the ‘anti-globalization’ movement”, em Wim van de Donk, Brian D. Loader, Paul G. Nixon and Dieter Rucht (eds.), *Cyberprotest. New Media, Citizens and Social Movements*, Nova Iorque, Routledge, pp. 87-108.

Aguiton, Christophe (2002), *O Mundo nos Pertence*, S. Paulo, Editora Viramundo.

Alves, Nuno Almeida *et al.* (2011), *Jovens em Transições Precárias: trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Amador, Inês (2013), *Protesto político nas democracias da Europa do Sul (Portugal, Espanha e Grécia): uma análise comparada e longitudinal (2002-2012)*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Lisboa, ISCTE-IUL.

Anduiza, Eva *et al.* (2012), “Mobilization through online social networks: the political protest of the indignados in Spain”, *Working Paper*, Universidade Autònoma de Barcelona. Disponível em: <http://webh01.ua.ac.be/prosurvey/publications/1344588239.pdf>

Baumgarten, Britta (2013), “Geração à Rasca and beyond: mobilizations in Portugal after 12 March 2011”, *Current Sociology*, (Online), 61 (4). Disponível em: <http://csi.sagepub.com/content/61/4/457.full.pdf+html>

Baumgarten, Britta (2016), “Time to get re-organized! The structure of the portuguese anti-austerity protests”, em Landon E. Hancock (ed.), *Narratives of Identity in Social Movements, Conflicts and Change (Research in Social Movements, Conflicts and Change, Volume 40)*, Emerald Group Publishing Limited, pp.155-187.

Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications.

Bennett, W. Lance (2003), “Communicating global activism”, *Information, Communication & Society*, 6 (2). Disponível em: <http://10.1080/1369118032000093860a>

Bennett, W. Lance (2005), “Social movements beyond borders: understanding two eras of transnational activism” em Donatella Della Porta & Sidney Tarrow (eds.), *Transnational Protest and Global Activism*, Lanham MD, Rowman & Littlefield Publishers, pp. 203-226.

Bennett, W. Lance *et al.* (2008), “Communication and political mobilization: digital media and the organization of anti-Iraq war demonstrations in the US”, *Political Communication*, 25 (3), pp. 269–289.

Bennett, W. Lance e Alexandra Segerberg (2012), “The logic of connective action”, *Information, Communication & Society*, (Online), 15 (5). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>

Bertaux, Daniel (1997), *Les Récits de Vie: Perspective Ethnosociologique*, Paris, Éditions Nathan.

Blee, Kathleen M. and Verta Taylor (2002), “Semi-structured interviewing in social movement research” em Bert Klandermans, Suzanne Staggenborg (eds.), *Methods of Social Movement Research*, Social Movements, Protest, and Contention, Vol 16, University of Minnesota Press, Minneapolis, London, pp. 92-117.

Broad, Robin e Zahara Heckscher (2011), “Before Seattle: the historical roots of the current movement against corporate-led globalization” em Luc Reydamas (ed.), *Global Activism Reader*, Nova Iorque, Continuum Books, pp. 327-346.

Bryman, Alan (2004), *Social Research Methods*, New York, Oxford University Press.

Calhoun, Craig (2013), “Occupy Wall Street in perspective”, *British Journal of Sociology*, (Online), 64 (1). Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/49102/>

Calvo, Kerman (2013), “Fighting for a voice, the spanish 15-M/Indignados movement” em Cristina Flesher Fominaya and Laurence Cox (eds.), *Understanding European Movements. New Social Movements, Global Justice Struggles, Anti-Austerity Protest*, Nova Iorque, Routledge, pp. 236-253.

Camargo, João (2013), *Que se Lixe a Troika!*, Porto, Deriva Editores.

Castells, Manuel (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol.I: *A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, Manuel (2003), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol.II: *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, Manuel (2009), *Comunicación y Poder*, Madrid, Alianza Editorial.

Castells, Manuel (2013), *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, Manuel (2014), “El poder de las redes”, *Dossier Vanguardia: El Poder de Las Redes Sociales*, Janeiro-Março, 50, pp. 6-13.

Cohen, Jean L. (1985), “Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements”, *Social Research*, (Online), 52 (4). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40970395>.

Cruz, Tiago Ivo (2007), “A geração Fevereiro 2007” em André Freire (org.), *Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político*, Lisboa, Fundação Friedrich Ebert.

Davies, Thomas Richard (2011), “The rise and fall of transnational civil society: the evolution

of international non-governmental organisations since the mid-nineteenth century” em Luc Reydamas (ed.), *Global Activism Reader*, Nova Iorque, Continuum Books, pp. 35-44.

Della Porta, Donatella (2005), “Multiple belongings, tolerant identities, and the construction of “another politics: between the European Social Forum and the local social fora” em Donatella Della Porta & Sidney Tarrow (eds), *Transnational Protest and Global Activism*, Lanham MD, Rowman & Littlefield Publishers, pp. 175-202.

Della Porta, Donatella e Alice Mattoni (2014), “Patterns of diffusion and the transnational dimension of protest in the movements of the crisis: an introduction” em Donatella della Porta e Alice Mattoni (eds), *Spreading Protest – Social Movements in Times of Crisis*, University of Essex, ECPR Press, pp. 1-18.

Della Porta, Donatella e Dieter Rucht (1995), “Left-libertarian movements in context: a comparison of Italy and West-Germany, 1965-1990” em J. Craig Jenkins e Bert Klandermans (eds), *The Politics of Social Protest: Comparative Perspectives on States and Social Movements*, London, UCL Press, pp. 229-272.

Della Porta, Donatella e Hanspeter Kriesi (2009 [1999]), “Social movements in a globalizing world: an introduction” em Donatella della Porta, Hanspeter Kriesi e Dieter Rucht (eds.), *Social Movements in a Globalising World*, Londres, Palgrave Macmillan, pp. 3-39.

Della Porta, Donatella e Mario Diani (1999), *Social Movements. An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers.

Della Porta, Donatella e Sidney Tarrow (2005), “Conclusion: “globalization”, complex internationalism, and transnational contention” em Donatella Della Porta & Sidney Tarrow (eds.), *Transnational Protest and Global Activism*, Lanham MD, Rowman & Littlefield Publishers, pp. 227-246.

Diani, Mario (1992), “The concept of social movement”, *The Sociological Review*, (Online), 40 (1). Disponível em: <http://10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x>

Diani, Mário (2000), “Social movement networks virtual and real”, *Information, Communication & Society*, (Online), 3 (3). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13691180051033333>

Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, London, Sage Publications.

Eisinger, Peter (1973), “The conditions of protest behavior in American cities”, *American Political Science Review*, 67, pp. 11-28.

Estanque, Elísio *et al.* (2015), “O futuro do sindicalismo na representação sociopolitical” em André Freire (org.), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega, pp. 119-142.

Farro, Antimo (2002), “Conflicts of the globalization movement”, comunicação apresentada no XIV Congresso Mundial de Sociologia, Julho de 2002, Brisbane.

Farro, Antimo (2003), “Le tournant italien”, em Michel Wieviorka (dir.), *Un Autre Monde...*, Paris, Éditions Balland, pp. 177-193.

Farro, Antimo (2004), “Actors, conflicts and the globalization movement”, *Current Sociology*, (Online), 52. Disponível em: <http://csi.sagepub.com/cgi/content/refs/52/4/633>.

Fernandes, Tiago (2012), “Civil society after dictatorship: a comparison of Portugal and Spain, 1970S–1990S”, *Working Paper*, Kellogg Institute/U. Notre Dame. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/384.pdf>.

Fernandes, Tiago (2017) “Late neoliberalism and its discontents: the case of Portugal” em Porta, Donatella della, Massimiliano Andretta, Fernandes, Tiago, Romanos, Eduardo, O’Connor Francis, Vogiatzoglou (eds), *Late Neoliberalism and Its Discontents in the Economic Crisis – Comparing Social Movements in the European Periphery*, Cham: Palgrave Macmillan, pp 169-200.

Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.

Fominaya, Cristina Flesher (2010), “Creating cohesion from diversity: the challenge of collective identity formation in the global justice movement”, *Sociological Inquiry*, 80, 3, pp. 377-404.

Fominaya, Cristina Flesher (2014), “Spain is different: Podemos and 15-M”. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/can-europe-make-it/cristina-flesher-fominaya/spain-is-different-podemos-and-15m>

Fominaya, Cristina Flesher (2017), “European anti-austerity and pro-democracy protests in the wake of the global financial crisis”, *Social Movement Studies*, (Online), 16 (1). Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1080/14742837.2016.1256193>

Fominaya, Cristina Flesher e Laurence Cox (2013), “Anti-austerity protests in european and global context – future agendas for research” em Cristina Flesher Fominaya and Laurence Cox (eds), *Understanding European Movements. New Social Movements, Global Justice Struggles, Anti-Austerity Protest*, New York, Routledge, pp. 254-258.

Freire, André (2007), “Os referendos sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez: a participação diferencial como chave dos resultados” em André Freire (org.), *Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político*, Lisboa, Fundação Friedrich Ebert, pp. 41-66.

Freire, André (2012), “A esquerda radical em Portugal”, em Luke March e André Freire, *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa — Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?*, Vila do Conde, QuidNovi, pp. 105-243.

Freixa, Carles, Inês Pereira e Jeffrey S. Juris (2009), “Global citizenship and the 'New, New' social movements”, *Young*, 17, 4, pp. 421-442.

Gamson, William (1991), “Commitment and agency in social movements”, *Sociological Forum*, 6, 1, pp. 27-50.

Gamson, William A. and David S. Meyer (1996), “Framing political opportunity” em Doug McAdam, John D. McCarthy, Mayer N. Zald (eds), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 275-290.

Giddens, Anthony (1998), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

Gillian, Kevin (2009), “The UK anti-war movement online: uses and limitations of internet technologies for contemporary activism”, *Information, Communication & Society*, 12, 1, pp. 25–43.

Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1992), *O Inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.

Goodwin, Jeff, James M. Jasper e Francesca Polletta (2000), “The return of the repressed: the fall and rise of emotions in social movement”, *Mobilization*, (Online), 5 (1). Disponível em: <http://jamesmjasper.org/ArticlesandChapters.html>.

Habermas, Jürgen (1986), *The Theory of Communicative Action: The Critique of Functionalist Reason*, Vol. 2, Cambridge, Polity Press.

Harvey, David (1990), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Blackwell Publishers.

Held, David e Anthony McGrew (2000), *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, Polity Press.

Held, David e Anthony McGrew (2002), *Globalization/Anti-Globalization*, Nova Iorque, Polity Press.

Jasper, James (1997), *The Art of Moral Protest: Culture, Biography and Creativity in Social Movements*, Chicago, The University of Chicago Press.

Jasper, James (1998), “The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around social movements”, *Sociological Forum*, (Online), 13 (3). Disponível em: <http://jamesmjasper.org/ArticlesandChapters.html>

Jasper, James (2012), “¿De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas”, *Sociológica*, (Online), 27. Disponível em: <http://jamesmjasper.org/ArticlesandChapters.html>

Jenkins, Craig J. e Bert Klandermans (eds) (1995), *The Politics of Social Protest: Comparative Perspectives on States and Social Movements*, London, UCL Press.

Juris, Jeffrey S. (2012), “Reflections on #occupy everywhere: social media, public space, and emerging logics of aggregation”, *American Ethnologist*, 39, 3, pp. 259-279.

Juris, Jeffrey S. et al (2012), “Negotiating power and difference within the 99%”, *Social Movements Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, (Online), 11 (3-4). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14742837.2012.704358>

Kaldor, Mary (2011), “Social movements, NGOs, and networks” em Luc Reydamas (ed), *Global Activism Reader*, New York, Continuum Books, pp. 3-23.

Keck, Margareth E. and Kathryn Sikkink (1999), “Transnational advocacy networks in international and regional politics”, *International Social Science Journal*, (Online), 51 (89–101). Disponível em: [http://doi: 10.1111/1468-2451.00179](http://doi:10.1111/1468-2451.00179)

Klandermans, Bert (1997), *The Social Psychology of Protest*, Oxford, Blackwell.

Kriesi, Hanspeter (1995), “The political opportunity structure of new social movements: its impact on their mobilization” em J. Craig Jenkins e Bert Klandermans (eds), *The Politics of Social Protest: Comparative Perspectives on States and Social Movements*, London, UCL Press, pp. 167-198.

Le Bot, Yvon (2008), “Orientamenti e significati del movimento anti/alterglobal. Prospettive transatlantiche e influenze del movimento zapatista” em Antimo L. Farro e Paola Rebughini (a cura di), *Europa Alterglobal. Componenti e culture del “movimento dei movimenti” in Europa*, Milano, Franco Angeli.

Lima, Maria da Paz Campos e Antonio Martin Artilles (2014), “Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação coletiva à participação individual no protesto social”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (Online), 103. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5569>

Lisi, Marco (2013), “Rediscovering civil society? Renewal and continuity in the portuguese radical left”, *South European Society and Politics*, (Online), 18 (1). Disponível em <http://10.1080/13608746.2012.757450>

Lisi, Marco *et al.* (2013), “Participação política e qualidade da democracia” em António Costa Pinto, Luís de Sousa e Pedro Magalhães (orgs.), *A Qualidade da Democracia em Portugal*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 51-74.

Lobo, Marina Costa (2013), “Uma cidadania política, mas pouco” em Marina Costa Lobo (coord.), *Portugal e a Europa: novas cidadanias*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 51-84.

Lobo, Marina Costa *et al.* (2013), “Responsividade política em Portugal: retrato de um processo de deterioração em curso” em António Costa Pinto, Luís de Sousa e Pedro Magalhães (orgs.), *A Qualidade da Democracia em Portugal*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 211-240.

Mayer, Margit (1995), “Social movement research in the United States: a european perspective” em Stanford M. Lyman (ed), *Social Movements: Critiques, Concepts, Case-Studies*, London, Macmillan, pp. 168-195.

McAdam, Doug (1996), “Conceptual origins, current problems, future directions”, em Doug McAdam, John D. McCarthy, Mayer N. Zald (eds), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 22-40.

McAdam, Doug e Dieter Rucht (1993), “The cross-national diffusion of movement ideas”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, (Online), 528 (56-74). Disponível em: <http://ann.sagepub.com/content/528/1/56.refs.html>

McCarthy, John D. e Mayer N. Zald (1977), “Resource mobilization and social movements: a partial theory” *American Journal of Sociology*, 82, pp. 1212-1241.

McDonald, Kevin (2002), “From solidarity to fluidarity: social movements beyond collective identity – the case of globalization conflicts”, *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 2, 2, pp. 109–28.

McDonald, Kevin (2004), “Oneself as another: from social movement to experience movement”, *Current Sociology*, (Online), 52 (4). Disponível em: <http://csi.sagepub.com/content/52/4/575.refs.html>

McDonald, Kevin (2006), *Global Movements. Action and Culture*, Oxford, Blackwell Publishers.

Melucci, Alberto (1985), “The symbolic challenge of contemporary movements”, *Social Research*, (Online), 52 (4). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40970398>

Melucci, Alberto (1996), *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*, Cambridge, Cambridge University Press.

Meyer, John *et al.* (1993), “Affective and continuance commitment to the organization: evaluation of measures and analysis of concurrent and time-lagged relations”, *Journal of Applied Psychology*, 75, pp. 710-720.

Monteiro, Rosa (2012), “A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos”, *Análise Social*, 204, Vol. XLVII, pp. 586-605.

Nunes, Cristina (2004), *Os movimentos alterglobalização e o Fórum Social Mundial*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia e Planeamento, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE-IUL.

Nunes, Cristina (2011), *Expressões alterglobais na sociedade portuguesa: ecos transnacionais de novas formas de acção colectiva?*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE-IUL. Disponível em: www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP_104Nunes

Nunes, Cristina (2014), “O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (Online), 75. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/1596>

Nunes, Cristina (2017), “Ciclos de contestação transnacionais – dos movimentos pela justiça global aos protestos anti-austeridade: os casos de Portugal e Espanha”, em Conceição Pequito Teixeira (coord.), *O Sistema político Português - Uma Perspectiva Comparada*, Principia, pp. 263-283.

Offe, Claus (1985), “New social movements: challenging the boundaries of institutional politics”, *Social Research*, (Online), 52 (4). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40970399>

Olson, Mancur (1998), *A Lógica da Acção Colectiva: Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editores.

O'Reilly, Michelle e Nikky Kiyimba (2015), *Advanced Qualitative Research: A Guide to Using Theory*, Thousands Oaks, Sage.

Pais, José Machado (2001), “Dos relatos aos conteúdos de vida” em José Machado Pais, *Ganchos, Tachos e Biscates*, Porto, Âmbar, pp. 107-127.

Perugorria, Ignacia and Benjamín Tejerina (2013), “Politics of the encounter: cognition, emotions, and networks in the spanish 15M”, *Current Sociology*, (Online), 61 (424). Disponível em: <http://csi.sagepub.com/content/61/4/424>

Pleyers, Geoffrey (2010), *Alter-Globalization: Becoming Actors in the Global Age*, Cambridge, Polity Press.

Plotke, David (1995), “What’s so new about new social movements?” em Stanford M. Lyman (ed), *Social Movements: Critiques, Concepts, Case-Studies*, London, Macmillan, pp. 113-136.

Polletta, Francesca e James Jasper (2001), “Collective identity and social movements”, *Annual Review of Sociology*, (Online), 27. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2678623>

Romanos, Eduardo (2013), “Collective learning processes within social movements. Some insights into the Spanish 15-M/Indignados movement” em Cristina Flesher Fominaya and Laurence Cox (eds), *Understanding European Movements. New Social Movements, Global Justice Struggles, Anti-Austerity Protest*, New York, Routledge, pp. 203-219.

Rucht, Dieter (2009 [1999]), “The transnationalization of social movements: trends, causes, problems” em Donatella della Porta, Hanspeter Kriesi e Dieter Rucht (eds.), *Social Movements in a Globalising World*, Londres, Palgrave Macmillan, pp. 206-222.

Rucht, Dieter (2011), “Social forums as public stage and infrastructure of global justice movements” em Jackie Smith, Scott Byrd, Ellen Reese e Elizabeth Smythe (eds.), *Handbook on World Social Forum Activism*, London, Paradigm Publishers, pp. 11-28.

Ryan, Gerry W. e H. Russel Bernard (2000), “Data management and analysis methods” em Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln, *Handbook of Qualitative Research*, Thousands Oaks, Sage, pp.769-802.

Sampaio, Ricardo (2010), *Mayday! Mayday! Jovens precários em acção: uma abordagem antropológica de um novo movimento social*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Multiculturalismo e Identidades, Lisboa, Departamento de Antropologia, ISCTE-IUL.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.

Smith, Jackie (2011), "Creating spaces for global democracy: the World Social Forum process" em Luc Reydamas (ed.), *Global Activism Reader*, Nova Iorque, Continuum Books, pp. 347-375.

Snow, David (2001), "Collective identity and expressive forms", *CSD Working Papers*, Center for the Study of Democracy, UC Irvine. Disponível em: <http://www.escholarship.org/uc/item/2zn1t7bj>

Snow, David A. e Robert D. Benford (2009 [1999]), "Alternative types of cross-national diffusion in the social movement arena", em Donatella della Porta, Hanspeter Kriesi e Dieter Rucht (eds.), *Social Movements in a Globalising World*, Londres, Palgrave Macmillan, pp. 23-39.

Soeiro, José (2014), "Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto", *Sociologia*, Vol. XXVIII, pp. 55 -79.

Sotirakopoulos, Nikos and George Sotiropoulos (2013), "Direct democracy now!": the greek *indignados* and the present cycle of struggles, *Current Sociology*, (Online), 61 (443), <http://csi.sagepub.com/content/61/4/443>

Tarrow, Sidney (1998), *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.

Tarrow, Sidney (2006), *The New Transnational Activism*, Cambridge, Cambridge University Press.

Taylor, Verta e Nancy Whittier (1992), "Collective identity in social movement communities: lesbian feminist mobilization" em Aldon Morris e Carol Mueller (eds.), *Frontiers in Social Movement Theory*, New Haven, Yale University Press, pp. 104-129.

Teixeira, Conceição Pequito e Paulo Almeida Pereira (2012), "Is there significant erosion of political system support in Portugal? Longitudinal and comparative analysis (2000–10)", *Portuguese Journal of Social Science*, Intellect, (Online), 11 (2). Disponível em: <http://pjss.iscte.pt/index.php/pjss/article/view/83>

Tejerina, Benjamín *et al.* (2013), "From indignation to occupation: a new wave of global mobilization", *Current Sociology*, (Online), 61 (377). Disponível em: <http://csi.sagepub.com/content/61/4/377>

Teune, Simon (2010), "Introduction: protest in the transnational condition", em Simon Teune (ed.), *The Transnational Condition: Protest Dynamics in an Entagled Europe*, pp. 1-19.

Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*, Michigan, University of Michigan.

Tilly, Charles (1999), "Conclusion. From interactions to outcomes in social movements" em Marco Giugni, Doug McAdam e Charles Tilly (orgs), *How Social Movements Matter*, Minneapolis, The University of Minneapolis Press, pp.253-270.

Tilly, Charles (2004), *Social Movements, 1768-2004*, London, Paradigms Publishers.

- Tilly, Charles e Sidney Tarrow (2006), *Contentious Politics*, London, Paradigm Publishers.
- Touraine, Alain (1978), *La voix et le Regard: Sociologie des Mouvements Sociaux*, Paris, Éditions du Seuil.
- Touraine, Alain (1984), *O Retorno do Actor*, Lisboa, I. Piaget.
- Touraine, Alain (1985), “An introduction to the study of social movements”, *Social Research*, (Online), 52 (4). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40970397>
- Touraine, Alain (1997), *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver Juntos?*, Lisboa, I. Piaget.
- Torcal, Mariano e Pedro C. Magalhães (2009), “Political culture in southern europe: searching for exceptionalism”. Disponível em: <http://pmdccm.googlepages.com/PoliticalCultureinSouthernEuropemarc.pdf>
- Toret, Javier e Arnau Monterde (2014), “15-M: acontecimiento, emociones colectivas y movimientos en rede”, *Dossier Vanguardia: El Poder de Las Redes Sociales*, Janeiro-Março, 50, pp. 36-43
- Touraine, Alain *et al* (1984), *Le Mouvement Ouvrier*, Paris, Fayard.
- Verhulst, Joris (2010), “February 15, 2003: the world says no to war”, em S. Walgrave e Dieter Rucht (eds.), *Protest Politics. Demonstrations Against the War on Iraq in the US and Western Europe*, Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 1-19.
- Vieira, Mónica Brito *et al.* (2013), “Representação em Portugal: perspectiva dos cidadãos” em António Costa Pinto, Luís de Sousa e Pedro Magalhães (orgs.), *A Qualidade da Democracia em Portugal*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 79-119.
- Waters, Malcom (1999), *Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
- Wieviorka, Michel (2003), “Os movimentos antimundialização” em José Rebelo (coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras, pp. 17-38.

ANEXOS

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1. Idade:

1.2. Sexo:

1.3. Nível de Escolaridade:

1.4. Profissão:

1.5. Situação Na Profissão:

1.6. Estado Civil:

1.7. Composição do Agregado Familiar:

1.8. Nível de escolaridade e profissão dos pais:

2. PERFIL, HISTÓRIA E PERCURSO INDIVIDUAIS DO ATIVISTA

2.1. Como e quando iniciou o seu percurso de ativista (através de partidos políticos, associações, formas de ativismo não institucional)?
(Pedir para relatar o seu percurso de ativista do começo até à atualidade).

2.2. Possui uma história e passado familiar relacionado com a participação política e cívica?

- importância das redes de socialização primária;
- importância das redes de socialização secundária (amigos, escola, trabalho, estas relações de ativismo mantêm-se?);
- importância de outras redes (redes sociais da internet, etc...)

2.3. A sua atividade tem sofrido períodos de interrupção? (se sim, mencionar as causas: por exemplo, entrada no mercado de trabalho e começo da vida ativa, início da vida conjugal e da maternidade/paternidade, outros fatores)

2.4. Considera que a sua atividade enquanto ativista tem consequências importantes noutras dimensões da sua vida (familiar, profissional; positivos ou negativos)?

2.5. Que características e atributos utilizaria para definir o seu desempenho enquanto ativista? (Além de outras características que o ativista possa referir, tentar perceber se o entrevistado se aproxima dos seguintes perfis: ativista da subjetividade/racionalidade)

3. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PELA JUSTIÇA GLOBAL (se nunca tiver participado nestes eventos passar para o ponto 4)

3.1. Em que tipo de eventos pela justiça global nacionais e/ou internacionais participou (manifestações de rua, fóruns sociais alternativos, campanhas de contestação)?

3.2. Esteve diretamente envolvido no surgimento de algum grupo ou na organização de algum evento?

3.3. Atualmente, mantém algum tipo de contacto e/ou relacionamento com outros ativistas que participaram nos eventos pela justiça global (frequentemente, às vezes, raramente)?

4. PARTICIPAÇÃO NOS EVENTOS DE PROTESTOS ANTIAUSTERIDADE

4.1. A partir de que momento começou a participar nos protestos antiausteridade?

4.2. Esteve diretamente envolvido no surgimento de algum grupo de protesto?

4.3. A sua participação surgiu exclusivamente através da sua iniciativa ou por influência de familiares e amigos ou ainda através de algum convite que lhe foi dirigido?

4.4. Que razões e objetivos motivaram esta participação?

4.5. Como é que caracterizaria o tipo de participação desenvolvido por si (longa/curta duração; continuada/intermitente)?

5. PERFIL COLETIVO E ORGANIZACIONAL DOS GRUPOS E EVENTOS DE PROTESTO

5.1. Para si, quais são os aspetos e características fundamentais na criação, organização e funcionamento de um movimento social ou grupo de protesto?

Além de outros assuntos sobre os quais o entrevistado possa refletir livremente, pedir para refletir sobre os seguintes temas:

- organização e funcionamento; processos de liderança e de tomada de decisão (vertical/horizontal; formal/informal; nomeação de líderes/não nomeação de líderes; processos deliberativos por votação ou por consenso ou até, por exemplo, ausência total de organização)

5.2. Além do grupo antiausteridade a que pertence ou pertenceu, é membro de mais alguma organização/associação/grupo auto-organizado e ou partido político?

5.3. Como é que caracteriza a organização/associação/coletivo antiausteridade a que pertence (ou pertenceu) tendo em conta as seguintes dimensões:

- natureza dos temas gerais ou específicos (dívida, participação política, emprego/precariedade/desemprego);

- recursos materiais (quotas, donativos, subvenções);
- organização, funcionamento e liderança (formal/informal; horizontal/vertical; centralizada/rede, meios de mobilização e divulgação das atividades);
- político-ideológica e técnica (orientação política, doutrina ideológica, existência de atividade de peritagem e técnica).

5.4. Como é que avalia a existência de coesão/conflito dos membros do(s) grupo(s) de protesto antiausteridade a que está (ou esteve) ligado relativamente às seguintes questões:

- partilha/ausência de partilha entre os membros relativamente a conceitos, ideais e objetivos;
- partilha/ausência de partilha dos membros relativamente às representações e significados atribuídos aos opositores;
- consenso/conflito dos membros relativamente à natureza, organização e orientações das ações;
- consenso/conflito dos membros relativamente ao resultado das iniciativas antiausteridade;

5.5. O grupo a que pertence (ou pertenceu) continua a desenvolver atividades de protesto (pedir para identificar o período em que foi mais ativo; aumentou/diminuiu as atividades; se já não se encontra ativo explicar os motivos)?

5.6. Na sua opinião, quais são os fatores que, do ponto de vista organizacional, podem contribuir para juntar um número elevado de pessoas nas manifestações de rua?

5.7. Na sua opinião, quais são os fatores que podem ajudar a explicar a concretização de mobilizações massivas como, por exemplo, as manifestações de 12 de Março de 2011, 15 de Outubro de 2011, 15 de Setembro de 2012 e de 2 de Março de 2013?

5.8. Tem conhecimento de quais são as fontes de financiamento e os meios que tem sido utilizados e ativados na organização e preparação das manifestações?

6. TRANSNACIONALISMO E TIC

6.1. Na sua opinião, os protestos antiausteridade caracterizam-se pela sua dimensão nacional/internacional/ambas? (ao nível dos temas, reivindicações, nomeação de opositores; repertórios de ação, possibilidade de organização de iniciativas conjuntas com ativistas e grupos de outros países)?

6.2. Já participou em eventos de protesto de índole internacional (por exemplo, manifestações, reuniões, plenários, fóruns, etc.)?

6.3. Tem mantido contacto com ativistas de outros países? Se sim, através de que meios e como é que caracteriza essas relações? (frequentes/pouco frequentes; formais/informais).

6.4. Na sua atividade, qual é a importância que atribui à utilização da internet e dos *social media*?

6.5. Como é que avalia o papel e o impacto da internet e dos *social media* na atividade geral dos grupos portugueses antiausteridade (por exemplo, em termos de organização, divulgação e mobilização das iniciativas)?

6.6. A nível internacional, como avalia o papel e a importância das TIC no estabelecimento de contactos e no desenvolvimento de atividades com movimentos sociais e ativistas de outros países?

6.7. Tem conhecimento da realização de propostas ou de plataformas de reivindicação e ação comuns entre movimentos sociais e grupos de protesto antiausteridade pertencentes a diferentes países? Se sim, quais? Tem conhecimento de como é que se concretizaram?

7. RELAÇÕES ENTRE GRUPOS DE PROTESTO E PARTIDOS POLÍTICOS E ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

7.1. Como é que caracteriza as relações entre os grupos de protesto antiausteridade em geral, e o seu em particular, com organizações mais formais, como, por exemplo, organizações sindicais? (coordenação de ações, reuniões conjuntas, etc.; cooperação/conflito)

7.2. Na sociedade portuguesa, como é que observa as relações entre partidos políticos, em particular os de esquerda, e os movimentos sociais e grupos de protesto? Como é que estas relações têm evoluído e, atualmente, como as descreveria (frequentes; esporádicas; raras; inexistentes; cooperação/conflito)?

7.3. Como é que caracteriza as atitudes dos partidos políticos portugueses face às ações dos grupos antiausteridade? Os partidos políticos de esquerda participaram e participam ativamente? Existem fatores de convergência e/ou divergência?

7.4. A nível individual, como é que se situa face aos partidos políticos na sociedade portuguesa?